

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Glória Rabay

Mulheres na Política e Autonomia

**Natal – RN
2008**

Glória Rabay

Mulheres na Política e Autonomia

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a Norma Missae Takeuti

**Natal – RN
2008**

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Central

R116m Rabay, Glória de Lourdes Freire

“Mulheres na Política e Autonomia” / Glória de Lourdes Freire Rabay. –
Natal, RN, 2008.
272p.

Orientadora: Professora Doutora Norma Missae Takeuti.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do
Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais. Área de Concentração: Cultura e Representações.

1. Participação Política da Mulher. 2. Mulheres – Autonomia. 3. Habitus políticos. 4.
Imaginário social feminino. 5. Herança política.

UFPB/BC

CDU: 32 (043)

Glória Rabay

Mulheres na Política e Autonomia

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a Norma Missae Takeuti – PGCS-UFRN

Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindoso - PGCS-UFRN

Prof. Dr^a Irene Paiva - PGCS-UFRN

Prof. Dr^a Irllys Barreira - UFC

Prof. Dr^a Rute Vasconcelos - UFAL

Dedicatória

Para todas as mulheres que dedicaram suas vidas para construir um mundo justo e livre.

Para meus pais, cuja vida de sacrifícios permitiu que todos os filhos estudassem e lutassem pelos seus sonhos.

Para meus filhos, Iaynã e Onirê, por existirem, e serem quem são.

Para Meiry, pelo apoio em todas as horas.

Para Tânia, ela sabe por quê.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres-políticas paraibanas, que gentilmente concederam as entrevistas, sem elas não seria possível este trabalho.

À Norma Takeuti, pela orientação, por me apresentar outros modos de compreender o mundo, pelo respeito ao meu tema e processo de realização. Pelo Résumé.

À Iayná e Onirê, pelo amor e paciência nesses “tempos de tese”.

À Meiry pelo incentivo, apoio, presença, leituras, formatação, amizade, amor, cuidado e tudo mais.

À Tânia Carvalho, pelos ensinamentos extra-acadêmicos e aos irmãos da AD'OR, pela compreensão às minhas muitas ausências, em especial à Lila, pelo “abstract”, Pablo Sotuyo, pelo “Resumem”, Luciana, pelo papel, Ronilda e Kleber, pela acolhida carinhosa durante minha estada em Natal.

À Maria Eulina Pessoa de Carvalho, companheira de tantas “empreitadas” que de forma direta e indireta contribuiu para a realização deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do MEC e à Coordenação Geral de Capacitação Docente, da UFPB, pelo apoio através da bolsa de doutoramento.

Aos professores do PPGCS/ UFRN, em especial à Elizete, Brasília, Edmilson e João Emanuel, cujos encontros foram fundamentais à construção do trabalho.

Aos funcionários do PPGCS/ UFRN, em especial a Otânio Costa, pela presteza com que sempre atenderam aos meus pleitos.

Aos colegas de estrada no doutorado, pelas escutas e compartilhamento, Dinarte, Bertrand, Isabel, Everaldo (*in memoriam*), Silvana, Marlos, Vergas e tantos outros encontrados nas encruzilhadas do caminho.

À UFPB, e aos colegas do Decomtur pela liberação das atividades durante o curso, particularmente à Hildeberto Barbosa pela leitura atenta e revisão do texto.

Às companheiras e amigas do Movimento Feminista, pelas oportunidades de debate e aprendizado, especialmente à equipe do Centro da Mulher 8 de Março pelo apoio durante algumas etapas da pesquisa. Neste sentido, também agradeço às participantes do Projeto Mulher e Democracia.

RESUMO

A proposta desse estudo foi trabalhar com mulheres na política, privilegiando suas trajetórias, biografias e falas, para captar os sentidos dados por elas mesmas à sua inserção no campo político. O instrumento de pesquisa privilegiado foram as narrativas autobiográficas de quinze mulheres que, na Paraíba, participaram dos processos eleitorais e da vida política partidária, no período de 1998 a 2008, nos âmbitos estadual e federal, o que permitiu buscar a dimensão do vivido, entender as trajetórias e os processos de “autonomização” das mulheres, na política. Além disso, foi feito um mapeamento quantitativo da presença feminina nos processos políticos eleitorais num contexto mais amplo. Do mesmo modo, foram realizados dois levantamentos que buscaram, entre outros aspectos, entender que imagem eleitoras e políticos constroem acerca da participação feminina nesse campo. Esses instrumentos foram importantes para não perder de vista o todo social onde essas vidas se desenvolvem, os lugares a partir dos quais essas mulheres falam e se posicionam e os significados sociais advindos dessa participação. Procurou-se estabelecer diálogos entre saberes e campos disciplinares, para além da dicotomia ator/estrutura, evitando generalizações que ignoram a pluralidade dos indivíduos, para revelar, alguns aspectos dos complexos e contraditórios processos que envolvem sua participação no campo político. Enfim, tenta-se mostrar que, apesar das freqüentes acusações de falta de autonomia, ao estabelecerem relações no espaço público, as mulheres, como todo sujeito, “podem refletir sobre si mesmas, as razões de seus pensamentos e motivos de seus atos”, escapando da servidão da repetição e deixando de serem apenas produtos da instituição que as formou (CASTORIADIS, 1992, p.140-141).

Palavras chaves: Participação Política da Mulher. Autonomia. *Habitus* políticos. Imaginário social feminino. Herança política.

ABSTRACT

The proposal of this study was to work with women in the politics, focusing on their trajectories, biographies and speeches, to catch the meanings given by themselves to their insertion in the political field. The privileged instrument of research was the autobiographical narratives of fifteen women who, in Paraíba, had participated of the electoral processes and the life partisan politics in the period from 1998 to 2008, in the state and federal scopes. This permitted us to search the dimension of their lived experience, to understand the trajectories and the processes of “autonomation” of the women, in the politics. Moreover, a quantitative mapping of the feminine presence in the processes was made electoral politicians in a wider context. In a similar way, two surveys had been carried throughout the research, among others aspects, to understand that image voters and politicians they construct concerning the feminine participation in this field. These instruments were important not to lose of all the social view where these lives were developed, the places from which these women speak and locate and the social meanings originated from this participation. The research aimed to establish dialogues between knowing and fields of discipline, beyond the dichotomy of actor/structure, preventing generalizations that ignore the plurality of the individuals, to reveal some aspects of the complex and contradictory processes that involve their participation in the political field. At last, it is tried to show that, although the frequent accusations of autonomy lack, when establishing relations in the public space, the women, as all subjects, “can reflect about themselves, the motives of their thoughts and their actions” escaping from the servitude of the repetition and avoid being only product of the institution that formed them (CASTORIADIS, 1992, p.140-141).

Key words: Women’s Political Participation. Autonomy. Political *habitus*. Social Feminine Imaginary. Political Inheritance

RÉSUMÉ

La proposition de cette étude concerne des femmes impliquées politiquement, mettant en évidence leurs trajectoires, biographies et discours, de façon à saisir le sens qu'elles donnent à leur insertion dans le champ politique. L'outil de recherche privilégié a été le récit autobiographique de quinze femmes qui ont participé, dans l'état de Paraíba, à des processus électoraux et à la vie des partis politiques de 1998 à 2008, dans les sphères de l'État régional et fédéral. Cela nous a permis d'atteindre la dimension du vécu, d'entendre le récit de leurs trajectoires et les processus d' "autonomisation" des femmes dans la politique. Par ailleurs, nous avons produit un panel quantitatif de la présence féminine dans les processus politiques électoraux dans un contexte plus large. Ensuite, deux recueils de données ont été mis en place de manière, entre autres, à comprendre quel genre d'image les électrices et les politiciens construisent à propos de la participation féminine dans ce champ. La mise en place de ces instruments méthodologiques a été importante pour que nous ne perdions pas de vue le milieu social dans lequel ces vies se déroulent, les lieux à partir desquels ces femmes parlent et prennent position, et les signifiés sociaux qui résultent de cette participation. Nous avons cherché aussi à établir un lien entre les savoirs et les champs disciplinaires, au-delà de la dichotomie acteur/structure, de façon à éviter des généralisations qu'occulte la pluralité des individus, pour ainsi révéler certains aspects des complexes et des processus contradictoires qui relèvent de leur participation dans le champ politique. Enfin, nous avons tenté de montrer que, malgré des accusations réitérées de manque d'autonomie au moment où elles établissent des rapports dans l'espace publique, les femmes, comme tout sujet, 'peuvent refléter en elles mêmes, les raisons de leurs pensées et les motifs de leurs actes' en échappant à la servitude volontaire de la répétition pour cesser de n'être qu'un produit de l'institution qui les a formées (CASTORIADIS, 1992, p.140-141).

Mots-clés: Participation Politique de la Femme. Autonomie. *Habitus* politiques. Imaginaire social féminin. Héritage politique.

RESUMEN

La propuesta de este estudio fue trabajar con mujeres en la política, con destaque para sus trayectorias, biografías y discursos, para captar los sentidos atribuidos por ellas mismas a su inserción en el campo político. El instrumento de investigación más importante fue el estudio de las narrativas autobiográficas de quince mujeres que, en el Estado de Paraíba, participaron de los procesos electorales y de la vida política partidaria durante el periodo de 1998 a 2008, en los ámbitos estatal y federal. Esto permitió buscar la dimensión de lo vivido, entender las trayectorias y los procesos de “autonomización” de las mujeres en la política. Además, fue realizado un mapeo cuantitativo de la presencia femenina en los procesos políticos electorales en un contexto más amplio. Del mismo modo, fueron realizados dos levantamientos que buscaron entender, entre otros aspectos, que imagen construyen las electoras y los políticos sobre la participación femenina en este campo. Dichos instrumentos fueron importantes para no perder de vista el todo social donde esas vidas se desarrollan, los lugares a partir de los cuales esas mujeres discursan y se posicionan, así como los significados sociales resultantes de esa participación. Se buscó establecer diálogos entre saberes y campos disciplinarios, más allá de la dicotomía actor/estructura, evitando generalizaciones que ignorasen la pluralidad de los individuos, para así revelar algunos aspectos de los procesos complejos y contradictorios que incluyen su participación en el campo político. En fin, se intenta mostrar que, a pesar de las frecuentes acusaciones de falta de autonomía, al establecer relaciones en el espacio público, las mujeres, como todo individuo, “pueden reflejar sobre si mismas las razones de sus pensamientos y los motivos de sus actos” escapando de la servidumbre de la repetición y dejando de ser apenas producto de la institución que las formó. (CASTORIADIS, 1992, p.140-141).

Palabras clave: Participación Política de la Mujer. Autonomía. *Habitus* políticos. Imaginario social femenino. Herencia política.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 1 – Aracilba Rocha	38
Ilustração 2 – Cozete Barbosa	42
Ilustração 3 – Dona Dida	46
Ilustração 4 – Edina Wanderley	50
Ilustração 5 – Estefânia Maroja	54
Ilustração 6 – Francisca Motta	58
Ilustração 7 – Gianina Farias	62
Ilustração 8 – Iraê Lucena	66
Ilustração 9 – Lucia Braga	70
Ilustração 11 – Nádja Palitot	79
Ilustração 12 – Narriman Xavier	83
Ilustração 13 – Olenka Maranhão	87
Ilustração 14 – Socorro Marques	91
Ilustração 15 – Zarinha	95
Ilustração 16 – Distribuição das eleitoras segundo a escolaridade	163
Ilustração 17 – Obrigatoriedade como Motivo do Voto (%) Segundo a Escolaridade	164
Ilustração 18 – Distribuição das eleitoras segundo a forma como o voto foi decidido	170
Ilustração 19 – Distribuição das eleitoras segundo as razões de escolha	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das entrevistadas segundo o capital da família de origem, profissão dos pais e idade de ingresso na política	101
Tabela 2 - Distribuição das entrevistadas segundo o estado civil por ocasião do 1º pleito, aquisição de capital político com o casamento, apoio marital, número de filhos, escolarização e profissão / ocupação anterior	103
Tabela 3 - Distribuição das entrevistadas segundo o lugar de acúmulo de capital político anterior a 1a. candidatura, vinculação partidária e o número de eleições disputadas e vitoriosas	105
Tabela 4 - Distribuição das entrevistadas segundo os cargos postulados, número de votos obtidos na última eleição e lugar político ocupado em 2008	107
Tabela 5 – Candidatas na Paraíba às Eleições da Câmara Federal e Assembléia Legislativa - 1945 -1962	129
Tabela 6 – Candidatas na Paraíba às Eleições da Câmara Federal e Assembléia Legislativa no período 1966 – 1978	139
Tabela 7 – Deputados(as) Estaduais Eleitos(as), por sexo para os períodos 1995/1998 –1999/2002 – 2003/2006 – 2007/2010, segundo as regiões do Brasil e a Paraíba	155
Tabela 8 – Mulheres Eleitas para a Assembléia Legislativa da Paraíba (1983-2010)	156
Tabela 9 – Distribuição das eleitoras segundo a faixa etária.....	160
Tabela 10 – Distribuição das eleitoras segundo o estado civil.....	161
Tabela 11 – Distribuição das eleitoras segundo a renda	161
Tabela 12 – Distribuição das eleitoras segundo a cor	162
Tabela 13 – Distribuição das eleitoras segundo a religião.....	162
Tabela 14 – Áreas prioritárias de atuação parlamentar -	183

Lista de Abreviaturas e Siglas

AL – Assembléia Legislativa
APPF – Associação Parahybana pelo Progresso Feminino
Cfêmea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CUT – Central única dos Trabalhadores
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNMT - Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora
CNDM - Conselho Nacional da Condição da Mulher
FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FDE – Fundo de Desenvolvimento do Estado
NIPAM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG – Organização Não Governamental
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TRE– Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Glossário de abreviaturas e siglas de partidos e/ou legendas eleitorais

AT – Aliança Trabalhista
Arena – Aliança Renovadora Nacional
DEM – Partido Democrata
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrata Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido Republicano
PRP – Partido de Representação Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PR – Partido Republicano
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS SOBRE O OBJETO DE ESTUDO	25
1.1 Breves narrativas das mulheres entrevistadas	37
1.1.1 Aracilba Rocha	39
1.1.2 Cozete Barbosa	43
1.1.3 Dona Dida	47
1.1.4 Edina Wanderley	51
1.1.5 Estefânia Maroja	55
1.1.6 Francisca Motta.....	59
1.1.7 Gianina Farias.....	63
1.1.8 Iraê Lucena.....	67
1.1.9 Lúcia Braga	71
1.1.10 Lucinha Monteiro.....	76
1.1.11 Nadja Palitot.....	80
1.1.12 Narriman Xavier	84
1.1.13 Olenka Maranhão.....	88
1.1.14 Socorro Marques	92
1.1.15 Zarinha	96
1.2 Síntese das narrativas.....	99
2 UM LUGAR EM CONQUISTA	108
2.1 O feminismo “bem comportado” conquista o voto	108
2.2 O Feminismo “Mal Comportado” Invade Outros Lugares	129
2.4 A terceira onda	149
2.5 Participação Político-Eleitoral Feminina da abertura política à 2006 - Paraíba / Brasil .	151

3	IMAGENS SOCIAIS DA MULHER NA POLÍTICA E VOTO FEMININO.....	157
3.1	O voto feminino nas eleições municipais de João Pessoa/PB, em 2004.....	158
3.2	O público, o privado e as mulheres	165
3.3	Visibilidade, imagem pública e eleições.....	167
3.4	Imaginário social feminino	172
4	MULHERES NA POLÍTICA E AUTONOMIA.....	194
4.1	Autonomia e o sujeito autônomo	194
4.2	Campo político: Adaptações e conquista das mulheres.....	201
4.3	Origem familiar e herança material e simbólica	205
4.3.1	As filhas herdeiras e a força do nome da família.....	212
4.3.2	O acesso à política pela via do matrimônio	224
4.4	Disposições e aprendizados para o acesso à política.....	230
4.5	Motivação Manifesta das Mulheres: sair dos bastidores em “nome do outro”	239
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251
	APÊNDICES	263
	APÊNDICE A - Formulário: O Voto Feminino nas Eleições Municipais de J. Pessoa de 2004	263
	APÊNDICE B - Formulário suplementar: A QUESTÃO DA MULHER NA VISÃO PARLAMENTAR NO NORDESTE DO BRASIL.....	265
	APÊNDICE C - Roteiro para entrevista autobiográfica - mulheres na política	266
	ANEXO	268
	ANEXO A – Formulário A questão da mulher na visão parlamentar no nordeste do Brasil.....	268

INTRODUÇÃO

Têm sido considerável, nos últimos anos, os estudos e pesquisas com foco na mulher e nas questões de gênero. No entanto, quando se trata da participação política partidária das mulheres, a quantidade de contribuições diminuiu sensivelmente.

Talvez porque, mesmo depois de 1932, quando as mulheres, no Brasil, tiveram reconhecido o direito à participação política, elas estivessem ausentes do mundo público, confinadas ao âmbito privado, ocupando-se prioritariamente com a família. As “mulheres públicas”¹, até recentemente foram pensadas, no mundo ocidental, de forma negativa e desonrosa. Ou seja, o espaço da política não foi plenamente conquistado pelas mulheres e, de um modo geral, pode-se falar da sua pouca visibilidade nos processos eleitorais, nas atividades do parlamento e no aparelho estatal, enfim, na vida pública.

O espaço, tradicionalmente entendido como político, onde se exerce o poder explícito buscando interferir nas atividades instituintes (Castoriadis, 1992,p. 134) (processos eleitorais, atividades no parlamento e no poder executivo estatal), se constituiu em um campo de poder cujo *habitus*² dominante ou sistema de disposições garantiu participação exclusiva aos homens. Na atualidade, este campo tem sofrido modificações, embora ainda se possa falar da pouca participação feminina no fazer político tradicional e na vida pública. Desta forma, o tema não se

¹ Perrot (1998) explicita a conotação pejorativa do termo em seu livro **Mulheres Públicas**. “Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se diz a ‘rapariga’ – pública é uma ‘criatura’, mulher comum que pertence a todos. O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte dissimulada, noturna, vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria. (PERROT, 1998, p.07)

² No interior dos capítulos o conceito de *habitus* será discutido na perspectiva do sujeito prático em ação, conforme Bourdieu (2003; 2004a; 2004b; 2004c)

impôs ao campo das Ciências Sociais e, apesar da grande produção acadêmica sobre a condição da mulher e as questões de gênero nos últimos anos, mantém-se tímida a contribuição dos estudos sobre a participação política das mulheres.

O próprio movimento feminista, na luta por politizar o privado e garantir a autonomia do movimento frente a qualquer atrelamento político, tratou com reservas a participação da mulher nos espaços de representação pública e, em especial, a participação na política partidária.

Desta maneira, o ingresso da mulher na política partidária, formalmente conquistada no Brasil, no começo do século XX, não resultou no ingresso massivo das mulheres na política e continua a ser um fato novo, cujas facetas, dinâmicas, contradições e significados precisam ser interrogados, pois pouco se sabe sobre esse movimento recente de ingresso das mulheres na política formal e, menos ainda, sobre as suas trajetórias pessoais.

As dificuldades e empecilhos à participação feminina resistem no âmbito da cultura que, até recentemente, determinava às mulheres apenas os espaços privados e uma vida marcada por ciclos biológicos, particularmente a maternidade. Fundada em valores patriarcais, a cultura também não preparava as mulheres para atuarem plenamente no espaço público, demarcado por valores masculinos que tendem a reforçar e perpetuar os interesses dominantes do campo.

Talvez pela ligação histórica com o mundo privado e familiar, a performance da mulher neste espaço foi, sempre e apenas, pensada como uma extensão dos interesses e determinações familiares, como se isto distinguisse a inserção e as suas práticas políticas das dos homens. Desse fato decorre que vários autores lhes atribuem falta de autonomia e dependência aos esquemas familiares³.

³ TABAK (1987) destaca o fenômeno da eleição de mulheres em virtude da posição ou prestígio político do marido ou pai e a instrumentalização das “mulheres da família” pelas oligarquias para se perpetuarem no poder, sobretudo no Nordeste brasileiro. RABAY (1996, p.207) observa que na Paraíba as mulheres políticas — assim como os homens — freqüentemente estão ligadas a esquemas partidários familiares.

A participação da mulher implica, apesar de tudo, em mudança nas normas dos papéis femininos tradicionais e nos sistemas de disposições que formam o *habitus* feminino e possivelmente resulta na conquista de uma maior autonomia individual. O acesso das mulheres à política envolve estratégias e conquistas nas relações e no exercício do poder, tanto no campo da política pública partidária como no campo articulado da política da vida privada.

Um questionamento corrente diz respeito à falta de autonomia e dependência das mulheres em relação aos esquemas político-familiares. É verdade que, sendo a política um campo de grande influência familiar, onde a parentela tem papel decisivo nos processos de tomada de poder, a mulher política, em sua grande maioria, também está atrelada a estes esquemas. Impossível desconsiderar este fato. Como reconhece Avelar (1987, p.64), “sob vários aspectos, a família continua a ser o eixo fundamental de análises que tratam de explicar os processos através dos quais as pessoas se envolvem na política”.

Provavelmente, mais do que os percursos masculinos, as trajetórias das mulheres neste campo abarcam o âmbito privado, passam pela reconstrução de papéis sociais e identidades, obrigando a pensar as relações entre o pessoal e o social, entre o indivíduo e a sociedade, entre a autonomia e a heteronomia⁴.

Assim, discutimos o conceito de autonomia na perspectiva de contribuir para o debate sobre a participação da mulher na política, buscando pensar como esse sujeito político – mulher – se constrói neste mundo constituído pelo masculino.

Foi privilegiada a expressão das próprias mulheres que estão no campo político instituído, sem descuidar da análise dos determinantes sociais, culturais e políticos que se articulam às práticas individuais. Por isso, utilizei o conceito de autonomia como um projeto sempre em construção, tal qual definido por Castoriadis (1982, 1987, 1992, *passim*), tanto na sua vertente individual como coletiva.

⁴ As noções de autonomia e heteronomia inspiram-se em Castoriadis (1982;1987;1992)

O conceito permitiu ver outros sentidos na participação da mulher na política numa perspectiva histórico-social, além daquelas que têm atribuído ao universo feminino apenas dependência e subordinação. Pretendi compreender as significações sociais desta participação, interessando-me também compreender os sentidos que ela tem para as próprias mulheres.

Isto posto, importava desvendar como as mulheres perceberam e construíram estratégias de adaptação às transformações no sistema de disposições e esquemas individuais que possibilitaram novas práticas sociais, permitindo-lhes um espaço na política partidária. Quais trajetórias e estratégias traçadas na disputa pelo poder, no interior do campo político (o grupo familiar/oligárquico/partidário), possibilitaram o acesso desta "nova" representante no mundo público. Como falam de si mesmas, como se representam e se como referem àquilo que consideram ser suas conquistas? Quais imagens foram socialmente construídas para lhes representar?

Não satisfaz mais a resposta da impossibilidade e/ou impedimento masculino, ou a simples delegação/herança/imposição do grupo político como explicação para o acesso ou não-acesso da mulher a este campo. Subjaz a estas questões a idéia de que não há rupturas absolutas. Há descontinuidade e continuidade que se entrelaçam em um modo de instituir "novas" práticas.

Para obter essas respostas, além da revisão bibliográfica, foi realizado um levantamento de dados e documentos junto aos sítios eletrônicos do Tribunal Eleitoral da Paraíba, do Tribunal Superior Eleitoral, da Assembléia Legislativa da Paraíba, da Câmara Municipal de João Pessoa, do Projeto Mulher & Democracia⁵ e

⁵ O Projeto Mulher & Democracia é uma ação proposta pela Casa da Mulher do Nordeste, Fundação Joaquim Nabuco e Centro das Mulheres do Cabo (PE), envolvendo colaboradoras(es) do movimento de mulheres, de universidades e da sociedade civil em geral de todo Nordeste. Trata-se de um esforço coletivo, de caráter suprapartidário e inovador, construído a partir de uma análise de gênero sobre a esfera política na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável, tendo como foco principal a ampliação da representação das mulheres nas esferas do poder, no Norte e Nordeste do Brasil. O Projeto se desenvolve através de quatro grandes linhas de atuação: Informação e Comunicação; Formação e Publicação; Pesquisa, Avaliação e Monitoramento e Assessoria nos campos de ação parlamentar e executiva.

do Cfêmea⁶. Foram consultados os arquivos do Núcleo de Documentação Histórica e Regional da UFPB e o arquivo da Assembléia Legislativa da Paraíba, para traçar o panorama geral da participação das mulheres na vida partidária brasileira e as transformações jurídico-legais e institucionais que influenciam o campo político.

Também foram realizadas duas enquêtes: em uma, “O voto feminino nas eleições municipais de João Pessoa/PB em 2004”, foram observados os vários fatores que influenciam o voto feminino e desenhada a imagem que as eleitoras têm das mulheres na política. Nesta, foram aplicados 482 questionários com perguntas abertas e fechadas junto a eleitoras que tinham acabado de sair da seção eleitoral. Na segunda enquête, “A Questão da Mulher na Visão Parlamentar”⁷, foram entrevistados 26 deputados estaduais da Paraíba. O objetivo foi traçar o perfil do parlamentar paraibano a respeito das principais reivindicações do movimento de mulheres, bem como perceber qual imagem este grupo tem da participação política feminina.

Por fim, e, fundamentalmente, procurou-se (re)construir as trajetórias de mulheres na política, buscando apreender, como afirma Gaulejac (2000, p.141), as articulações, as influências recíprocas entre os diferentes registros que determinam sua história, através dos relatos biográficos de mulheres que participam do campo político partidário na Paraíba e que já vivenciaram um processo eleitoral com chances de êxito. No roteiro das entrevistas, foi abordada a situação social, familiar e pessoal, o capital político cultural herdado e conquistado, as motivações, a preparação, o aprendizado, as transformações pessoais e políticas ocorridas, o ciclo de vida no momento de participação política, proposições e atuação no campo político, avaliação e concepção do jogo político, perspectivas e projetos.

⁶ O Centro Feminista de Estudos e Assessoria é uma ONG especializada no acompanhamento parlamentar, na elaboração de projetos e estudos sobre as demandas do movimento de mulheres junto ao Congresso Federal e Senado.

⁷Esta enquête faz parte da pesquisa “A Questão da Mulher na Visão Parlamentar no Nordeste do Brasil” e se insere no conjunto de ações do Projeto Mulher & Democracia. Na Paraíba, sob minha coordenação, foram acrescentadas algumas questões abertas a fim de captar a percepção das/os parlamentares sobre as mulheres na política.

Os quinze (15) relatos⁸ autobiográficos que serviram de base para as análises foram realizados com mulheres que participaram de processos eleitorais na Paraíba, entre 1998 e 2006, sendo que todas as mulheres que se elegeram no estado para a Assembléia Legislativa e Câmara Federal no período foram entrevistadas.

O texto final se apresenta da seguinte forma:

No capítulo 1, “Considerações Metodológicas e Conceituais Sobre o Objeto de Estudo”, são discutidos alguns aspectos do percurso teórico-metodológico que fundamentaram a coleta de dados e a análise. Localizamos o debate indivíduo *versus* sociedade, buscando situar este trabalho e a escolha pelas narrativas autobiográficas. Foi pormenorizado o processo das entrevistas, no qual as mulheres, foco do trabalho, se apresentaram a partir de suas próprias narrativas. Ainda nesse capítulo, com o subtítulo “Breves narrativas das mulheres entrevistadas” são apresentadas as mulheres foco desse trabalho.

Em “Um lugar em conquista”, capítulo 2, foi realizado um resgate da história da luta das mulheres, no Brasil e na Paraíba, pela conquista de sua cidadania, com ênfase nos processos que buscaram a ampliação de sua participação política. Nos fins do século XIX e início do século XX, o sufrágismo – um feminismo “bem comportado” que não questionava o poder patriarcal, não reivindicava a posse do corpo, nem discutia as determinações biológicas sobre os papéis femininos, mas conquistou o direito ao voto e deu os primeiros passos rumo à democracia. Nos anos 1960 e 1970, o engajamento na luta contra a ditadura, o confronto com a direita e com as esquerdas brasileiras que não reconheciam a legitimidade de suas bandeiras, em especial as que declaravam o caráter político das relações pessoais. A partir da década de 1980, o feminismo legitimado passa a formular propostas de políticas públicas compensatórias dirigidas às mulheres, o Estado e a sociedade reconhecem a dívida social de gênero. A partir dos anos 1990, com o feminismo

⁸ Os relatos autobiográficos referidos farão parte de uma publicação (no prelo) em co-autoria com a professora doutora Maria Eulina Pessoa de Carvalho, do Centro de Educação da UFPB.

institucionalizado, parecia que o movimento não tinha mais nada a fazer, mas conseguiu se manter organizado e ampliar sua atuação.

No entanto, toda a conquista do movimento feminista não garantiu a participação igualitária nas estruturas partidárias e de poder formal no Estado brasileiro. Assim, nesse mesmo capítulo, foi elaborado um balanço da participação política da mulher nestes quase 80 anos de conquista do direito ao voto, mostrando a pequena, mas crescente, participação feminina nas diversas instâncias eletivas dos poderes da República, a partir da sistematização de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Projeto Mulher & Democracia e do Cfêmea.

No capítulo 3, “Imagens sociais da mulher na política e voto feminino”, o objetivo foi buscar pistas para compreender qual a expectativa, no imaginário social, que se tem das mulheres na política. A enquête, “O voto feminino nas eleições municipais de João Pessoa/PB em 2004”, foi amplamente utilizada nesse capítulo. Fui provocada, aqui, pela hipótese que Gomes (2004, p. 280) formula no tocante à inversão no processo de criação de atores sociais. Para o autor, hoje, na política da imagem, já não se trata de criar uma imagem para um ator real, mas de arranjar um ator real para uma imagem, ajustando personagens reais a perfis ideais e a expectativa dos públicos. No caso das mulheres, a armadilha consistirá em enquadrar todas as postulantes à vida política nos limites do modelo mãe e esposa, perpetuando a dicotomia herdada da separação do espaço público e privado. Na medida em que, no espaço público, a atuação das mulheres está restrita a preocupações com o privado – doméstico – familiar – materno, o propriamente compreendido como público permanecerá privado aos homens, apesar da presença das mulheres no espaço público.

No capítulo 4, “Mulheres na política e autonomia”, vêm à tona as histórias das mulheres que atuam na política paraibana, a partir dos relatos autobiográficos. A partir de suas falas e narrativas é discutida a questão da herança política familiar e autonomia para perceber como se deram as conquistas e, também, as concessões do poder familiar/patriarcal na trajetória destas mulheres em direção aos palanques.

A origem familiar e a herança material e simbólica que receberam foram fundamentais, mas não foram os únicos elementos que lhes fizeram conquistar o poder e nem sempre foram heranças fáceis de conquistar. Nesse capítulo, discuto o conceito de autonomia, em Castoriadis (1982, 1987, 1992, *passim*), dialogando com as narrativas das mulheres para compreender sua inserção no “campo político”, para além das determinações sociais e familiares.

Nesse contexto, Bourdieu (1988, 1996, 1997, *passim*) trouxe elementos para a compreensão da relação entre a herança e as herdeiras dos patrimônios políticos na trajetória em direção ao campo da política, lugar demarcado por regras rígidas e historicamente excludentes. Mas foi preciso interesse, motivação e preparação, ou seja, disposições e aprendizados para o acesso das mulheres à política que aconteceram não apenas através do parentesco, mas também pela via da educação formal e da atuação em outros campos.

Por fim, as considerações finais.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

A proposta, neste estudo, foi trabalhar com mulheres na política privilegiando suas trajetórias, biografias e falas, para captar os sentidos dados pelas mulheres à sua inserção na política, contudo sem perder de vista o todo social onde essas vidas se desenvolvem, os lugares a partir dos quais essas mulheres falam e se posicionam e os significados sociais advindos dessa participação.

Neste contexto, uma das primeiras questões que surge é a relação, quase sempre dicotômica, ator e estrutura, indivíduo e sociedade. Uma das aporias do pensamento sociológico da qual deriva pelo menos duas tendências gerais: uma destaca o todo social sobre as partes individuais, as condições gerais, os hábitos coletivos, as leis e a causalidade.

Para Giddens (2003, p. 01), essa tendência pode ser exemplificada pelo funcionalismo e estruturalismo. Estas escolas expressam características similares, ao enfatizarem fortemente a preeminência do todo social sobre seus atores constituintes. Nelas, a estrutura tem primazia sobre a ação. Para Takeuti, a Sociologia Clássica tem determinado a construção de um conhecimento científico pela adoção de rígidas regras onde se privilegia

[...] o estabelecimento de um dispositivo de observação minuciosa e "exata" e enfatiza-se a asserção do postulado de que o "real" encontra-se (somente) na exterioridade dos indivíduos que vivem a coisa (fatos sociais). Ou seja, a explicação de um fenômeno social pode ser encontrada tão-somente no estabelecimento de relações entre fenômenos sociais (TAKEUTI, 2002, p.40).

Na outra tendência, é concedida primazia à ação e ao significado na explicação da conduta humana. O realce está na ação social, nas significações, nas motivações, na interação social e na compreensão. Nesta, a subjetividade é o centro

previamente constituído da experiência de cultura e história fornecendo o fundamento básico das Ciências Sociais e Humanas (ELIAS, 1994 p.14; GIDDENS, 2003, p.2; PERRUSI, 2003, p.92).

Enquanto uma imagina “a sociedade sem indivíduos, o discurso sem sujeito, acentuando a exterioridade e a coerção dos fatos sociais, a outra explicitará a ação conjunta dos indivíduos, a compreensão da ação social e o reconhecimento do sentido subjetivo dos atos” (PERRUSI, 2003, p.92). De um lado, o imperialismo do social; do outro, o imperialismo do sujeito, como expressa Giddens (2003).

Em alguns casos o debate é tão acirrado que qualquer tentativa de aproximação, ou de ver o que se esconde nesta disputa, está fadada ao fracasso. Sobre isto Elias (1994, p.18) questiona: “Mas e se uma compreensão melhor da relação entre indivíduo e sociedade só pudesse ser atingida pelo rompimento dessa alternativa ou isto / ou aquilo desarticulando a antítese cristalizada?”

Fugir dos modelos e “regras do método sociológico” tradicionais tem implicado também no estabelecimento de diálogos entre saberes e campos disciplinares, para além da dicotomia ator/estrutura. Diversos estudiosos têm procurado dialogar aspectos dessas duas correntes buscando explicações, tanto nas dimensões sociais objetivas: hábitos coletivos, leis..., quanto nas dimensões subjetivas: significações, motivações, interação social...

Para Giddens (2003), essas diferenças, consideradas frequentemente como epistemológicas são também ontológicas. Sua proposta é pôr fim a cada um dos esforços de estabelecimento de impérios. Para a sua teoria da estruturação, o domínio de estudo das Ciências Sociais não é a experiência do ator individual, nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. (GIDDENS, 2003, p.2)

Esses dualismos, na proposta de Giddens, são reconceituados como dualidades. Em especial, o dualismo indivíduo e sociedade é reconceituado como agência e estrutura. “Agência”, para este autor, refere-se a fazer, diz respeito a

eventos nos quais, o indivíduo é perpetrador, algo que não teria ocorrido sem a sua interferência.

A estrutura, tradicionalmente relacionada com coerção, preexiste e sobrevive aos indivíduos que a produzem em suas atividades, embora as propriedades estruturais sejam exteriores às atividades dos indivíduos. Diferentemente do estruturalismo, estrutura, em Giddens (2003, p. 201), não está para além dos indivíduos e nem é apenas coercitiva, é também facilitadora, uma vez que as sociedades humanas, ou sistemas sociais, não existiriam, em absoluto, sem a agência humana. Não que sejam criadas por atores sociais, mas são continuamente recriadas por eles, o que presume reflexividade – entendida como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Para o autor, o ser humano tem razões para suas atividades e está apto a elaborar discursos sobre elas. (GIDDENS, 2003, p. 201)

Goldmann (1976 apud TAKEUTI, 2002, p.40) também vai afirmar que o objeto das Ciências Humanas não é o estudo de fatos exteriores aos homens sendo necessária a “análise da própria ação dos homens, de sua estrutura, das aspirações que animam os homens agirem e das alterações que sofre a estrutura”.

Diversos pensadores e cientistas sociais de diferentes filiações se opuseram à predominância teórico-metodológica nas Ciências Sociais em observar unicamente os fatos objetivos em detrimento da subjetividade. Embora o material subjetivo possa ser considerado por uma certa sociologia um obstáculo epistemológico ao conhecimento, Takeuti (2002, p. 43) evidencia a importância de se penetrar no vivido, na experiência dos indivíduos na sua historicidade, para atingir o universo das significações sociais, ao mesmo tempo em que alerta sobre os riscos do olhar sociológico sobre a dimensão do vivido, pois:

as representações dos indivíduos sobre um objeto dado são, por um lado, redutoras (não cobrem a totalidade), parciais (cargas afetivas presentes já na própria percepção dos fatos), deformadas e condensadas. Porém, há que se admitir que elas são, por outro, também portadoras de significados e sentidos da própria existência do indivíduo e da sociedade. (TAKEUTI, 2002, p. 43)

Buscar a dimensão do vivido tem implicado aos pesquisadores sair das oposições simplistas e buscar novas fórmulas para intervir num campo social dado, pensando o sujeito não mais autofundante e senhor absoluto da vontade, como na modernidade clássica, mas, como nota Takeuti à luz da abordagem de Castoriadis,

um sujeito em processo, aberto para ser um *projeto* (de autonomia), que procura se re-significar num campo social instituído, em grande parte, na *heteronomia* e tenta produzir uma outra realidade pessoal e uma outra relação na sociedade. [...] Considera-se, portanto, o sujeito como um processo/projeto (de autonomia), constituído nas malhas do universo simbólico em que o outro (o heteros) tem um papel fundamental, ao mesmo tempo em que ele se debate entre o princípio da realidade (sujeito às leis sociais) e o princípio do prazer (sujeito às leis do seu desejo) (TAKEUTI, 2002, p.53).

É esse processo aberto “que procura se re-significar num campo social instituído, em grande parte, na heteronomia e tenta produzir uma outra realidade pessoal e uma outra relação na sociedade”, que este estudo se propõe a analisar, através das narrativas de vida de algumas mulheres que participaram dos processos eleitorais de 1998 e da vida política parlamentar, no período de 1998 a 2008, na Paraíba, nos âmbitos federal e estadual.

A narrativa de vida foi o principal recurso, utilizado nesse trabalho, para se entenderem as trajetórias e os processos de “autonomização” das mulheres, na política. Pois, tal como Gaulejac (1987, p.26), pensamos que a “história individual está ajustada numa história familiar que, por sua vez, está inserida numa história social⁹.” O que deve ser compreendido sob vários planos: “o indivíduo é produzido pela história”, – é resultado dos acontecimentos que formam sua história singular e dos elementos comuns a sua família, seu meio e sua classe; “o indivíduo é um ator da história”, – se ele é produto da história, é igualmente produtor, portador de historicidade e capaz de intervir sobre sua própria história; “o indivíduo é produtor de histórias: por sua atividade fantasmática, sua memória, sua palavra e sua escrita, o

⁹ Tradução livre da autora “[...] l’histoire individuelle est emboîtée dans une histoire familiale elle-même insérée dans une histoire sociale”. (1987,p. 26)

homem opera uma reconstrução do passado, como ele queira, pois se não pode controlar o curso, aos menos domina o sentido¹⁰.” (GAULEJAC, 1987, p.27). Segundo o autor, essas dimensões da história são particularmente visíveis em indivíduos cujas trajetórias são marcadas por rupturas, quer seja sociais, quer seja culturais.

Para Gaulejac (2000), a narrativa de vida permite ao sujeito “trabalhar” sua vida, pois

recontar sua história é um meio de brincar com o tempo da vida, de reconstruir o passado, de suportar o presente e embelezar o futuro:

- trabalhar sobre o passado a fim de restaurar, de reparar, de reunir...
[...]
- trabalhar sobre o presente, sobre a história ‘incorporada’, quer dizer, sobre a forma como hoje ela age em si mesmo. Se não podemos mudar o passado, podemos mudar a relação com este passado, incluindo a forma como esta história se apresenta hoje.
- trabalhar sobre o futuro, uma vez que é determinado pela história. Essa capacidade dos homens em se situar em relação ao seu passado, influi na sua capacidade de se projetar no advir.¹¹
(GAULEJAC, 2000, p. 136)

Pode se dizer então que as entrevistas autobiográficas se constituem em um momento que as entrevistadas relembram e reelaboram o vivido, exercitam a suas vozes e reapropriam-se das suas histórias, por vezes transformando-as. Nesse sentido, Takeuti afirma que

¹⁰ Tradução livre da autora “ L’individu est produit pa l’histoire. [...] L’individu est um acteur de l’histoire. [...] L’individu est producteur d’histoire : par son activité fantasmatique, sa mémoire, sa parole et son écrit, l’homme opère un reconstruction du passé, comme s’il voulait, faute d’en contôler le cours, du moins en maitriser le sens” (GAULEJAC, 1987, p. 136).

¹¹ Tradução livre da autora “Il permet au sujet de ‘travailler’ sa vie. Raconter son histoire est um moyen de jouer avec le temps de la vie, de reconstruire le passe, de supporter le présentet d’embellir l’avenir: • travail sur le passe afin de restaurer, de reparer, de relier... [...] • travail sur le présent, sur l’histoire - incorporée -, c’est-à-dire sur la façon dont elle est agissante en soi, aujourd’hui. Si on ne peut changer le passé on peut changer son rapport à ce passé, en comprenant en quoi cette histoire est toujours présente en soi. • travail sur l’avenir en tant que celui-ci est déterminé par l’histoire. C’est de la capacité des hommes à se situer par rapport à leur passé que dépend leur capacité de se projeter dans un avenir” (GAULEJAC, 2000, p. 136).

há situações de entrevistas em que os sujeitos entrevistados terminam sendo absorvidos pela concentração no próprio relato, num processo de elaboração (de conteúdos dispersos) que os predispõe a um questionamento (de si e/ou do problema em pauta). Ou seja, pode-se suscitar no sujeito ou no grupo uma atitude reflexiva, de modo a emergir novas significações com relação ao problema que ele(s) enfrenta(m) e é objeto dos seus relatos. (TAKEUTI, 2002 p.65)

Dessa maneira, a narrativa autobiográfica oferece o reconhecimento, o reforço da história, constituindo-se, quiçá, em uma oportunidade de autoconstrução em direção à autonomia para a própria entrevistada. Zarinha, uma das entrevistadas, expressou sua satisfação em dar a entrevista e ver escrita (“para a posteridade”) sua história, “pois tenho tudo guardado apenas na memória. Não tenho nada registrado, a não ser lembranças e fotografias”.

Bourdieu, em “A ilusão biográfica” (1998, p.184), afirma que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, consistência, à trajetória vivida, livrando-a de contradições e estabelecendo relações inteligíveis entre a sucessão de fatos e estados. Desta forma, o relato é, fundamentalmente, a versão pessoal e parcial dos acontecimentos que marcaram o entrevistado ou narrador. Seja para fugir de lembranças dolorosas, ou desabonadoras da imagem que se quer mostrar, ou porque, tal como Castoriadis desenvolve, os indivíduos nunca são transparentes “a si mesmo, já que não é possível eliminar o inconsciente” (CASTORIADIS, 1982, p. 135). O sujeito sempre escolhe o que quer “lembrar”, influenciado pelas circunstâncias do presente.

[...] o relato de vida varia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado no qual é oferecido – a própria situação da investigação contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido. (BOURDIEU, 1998, p.189)

Ou seja, ao recontar sua história, o sujeito o faz sob as informações do presente, sempre se constituindo uma oportunidade de “reconstruir o passado” mudando a relação com ele. (GAULEJAC, 2000, p. 136) Além disso, “qualquer

discurso que seja escrito ou oral é uma reconstrução e neste sentido, não pode ser identificado ao real¹² (GAULEJAC, 1987, p. 22)

Também é preciso ressaltar o campo de atuação dessas mulheres: a política. Certamente que nele, mais que em outros lugares, a história narrada, além de justificação de um percurso, possui interesse em criar uma imagem para futuros projetos de permanência no campo, o que depende da aprovação de um público disperso, mas com idéias e expectativas preconcebidas a respeito dos políticos (e das políticas). Assim, a idéia que a entrevistada tem da imagem feita pelo público a seu respeito e a possibilidade de publicação de seu relato fazem parte da situação que determina, como diz Bourdieu, “o discurso coligido”.

Segundo Castoriadis, o sujeito é totalmente penetrado pelo mundo e pelos outros, constituindo verdades que são sempre participação em uma “verdade que o ultrapassa, que se enraíza finalmente na sociedade e na história, mesmo quando o sujeito realiza sua autonomia” (CASTORIADIS, 1982, p.128). Já que ninguém pode superar e anular totalmente os efeitos da estrutura social em que vive, pode-se inferir que é possível penetrar no social a partir das narrativas biográficas, aparentemente individuais, pois o sujeito, ao contar sua história também conta a de sua sociedade, reconstruindo e interferindo nos rumos de sua história e, quiçá, da sociedade.

Bertaux (2000) propõe tratar os relatos de vida como “textos”, cujo sentido é sempre construído não apenas pelo narrador/autor, mas também pelo leitor, com possibilidades de mudança de sentido a cada circunstância.

[...] um objeto opaco onde são depositados, na maior parte das vezes sem que o autor o saiba, múltiplos elementos que fazem parte do seu tempo, da sua época, da sua ideologia, da sua visão de mundo, das

¹² Tradução livre da autora. Tout discours qu'il soit écrit ou oral est une reconstruction et en ce sens, il ne peut être identifié au réel. (GAULEJAC, 1987, p. 22)

linguagens que atravessam o autor e o seu tempo. (BERTAUX¹³, 2000, p.84)

Compreendendo dessa maneira, a fala das mulheres entrevistadas foi tomada como fatos significativos. Não houve a preocupação de se constatar o que convencionalmente se chama de “verdade”, nem de se preencher eventuais lacunas da memória. Foi a versão da própria vida que cada uma das mulheres ofereceu no momento da entrevista: gravada, transcrita, editada e analisada, embora todas tenham tido a oportunidade de revisar, retificar, acrescentar ou omitir as informações que julgassem pertinentes, pois todas as histórias foram devolvidas às respectivas entrevistadas, tendo sido essa a forma escolhida para validá-las. (RABAY e CARVALHO, 2007, p. 30)

Como as entrevistas foram inicialmente tomadas para a elaboração de um livro, todas as participantes foram informadas, antes de começar, que as entrevistas seriam publicadas. Não houve, de forma perceptível, nenhuma objeção, e todas concordaram que fosse usado o próprio nome, abdicando do anonimato. Percebiam também, nesse propósito, uma oportunidade para se fazer marcar no campo de atuação, vendo registrada sua história numa produção acadêmica.

Sobre a realização das entrevistas

Em agosto de 1998, em plena campanha eleitoral, iniciei, junto com Maria Eulina Pessoa de Carvalho¹⁴, um conjunto de entrevistas biográficas com as doze mulheres mais bem votadas naquele pleito eleitoral, com a intenção de publicar um

¹³ Tradução livre de Takeuti. [...] un objet opaque ou se sont déposés, la plupart à l'issu même de son auteur, de multiples éléments qui fon partie de son temps, de son époque, de son idéologie, de sa vions du monde, das langages qui les traversent lui et son temps. (BERTAUX, 2000, p.84)

¹⁴ Professora Doutora do Centro de Educação da UFPB, com quem já desenvolvi vários outros projetos.

livro¹⁵, contendo as narrativas autobiográficas dessas entrevistadas. Em 2004, propus, para o doutoramento, a discussão de algumas questões a partir das informações já coletadas. No processo de análise e leituras para o doutoramento, foram incluídas entrevistas com mais três mulheres que se elegeram em 2002 e atualizadas as entrevistas anteriores, com novos encontros com as participantes. Em 2006, entre as mulheres eleitas, houve apenas uma novata na Assembléia Legislativa da Paraíba, que já havia sido entrevistada por ter sido uma das mais bem votadas em 1998. Assim, o universo abarcou a maioria das mulheres que já compuseram o parlamento paraibano, no âmbito estadual e federal. Apenas três, entre as quinze mulheres que já ocuparam uma cadeira na Assembléia Legislativa da Paraíba, não foram entrevistadas: duas, Geralda Medeiros e Terezinha Lins Pessoa, já haviam falecido na época em que começaram as entrevistas e outra que se recusou a participar.

Desde o início, optamos por conduzir as entrevistas livremente, apesar de um roteiro prévio (Apêndice C), seguindo-se a história de vida relatada, desde a infância e a família de origem até sua atual participação na política, ressaltando-se o interesse pela política e os primeiros passos em direção a sua inserção no campo. As entrevistas foram gravadas e transcritas. As narrativas de vida foram registradas segundo os dados obtidos e as impressões captadas no momento das entrevistas. Para a construção da narrativa biográfica de Lúcia Braga foi utilizado, além da entrevista, seu livro autobiográfico¹⁶.

Como já foi mencionado, depois da edição, o texto foi devolvido para as entrevistadas criando a oportunidade de novo encontro para as modificações sugeridas, adição ou supressão de novas informações. Em 2006 e 2007, para o doutoramento, reencontrei parte das entrevistadas que participaram de novo

¹⁵ O resultado do trabalho em parceria com Maria Eulina Pessoa de Carvalho, **Trajetórias de Mulheres na Política**: histórias de aprendizado e de luta. Relatório de Pesquisa. João Pessoa/, 2007, traz as entrevistas completas. Em breve, será publicado sob o título **Mulher e política na Paraíba** - Histórias vida e luta. João Pessoa: Assembléia Legislativa da Paraíba; Nipam - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Gênero/ UFPB, no prelo.

¹⁶ BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, tempo de contar**. João Pessoa: A União, 1995.

levantamento de dados, onde, além da entrevista, foi aplicado o formulário (anexo) para a pesquisa: “A Questão da Mulher na Visão Parlamentar no Nordeste do Brasil¹⁷”, na qual também foram entrevistados parlamentares do sexo masculino dando a oportunidade de, em alguns momentos, aparecer também a opinião dos homens que atuam no legislativo paraibano.

Considerando a situação da entrevista como fator de interferência no que o sujeito diz, precisamos “denunciar” a situação da autora junto ao grupo entrevistado. Tendo participado de um grupo feminista com forte atuação na cidade e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero – NIPAM da UFPB, com diversos trabalhos publicados na área de gênero e dos direitos das mulheres, as entrevistadas conheciam a autora e sua inserção no movimento feminista e de mulheres e na universidade. Além disso, a autora, por algumas ocasiões, já havia participado de eventos referentes aos direitos das mulheres na Assembléia Legislativa, em especial nas datas comemorativas do movimento de mulheres.

Essa particularidade da autora funcionou tanto como facilitador quanto como um entrave. Para muitas entrevistadas, as referências fizeram-nas apressar-se no atendimento, esforçando-se para demonstrar boa vontade e para se mostrarem abertas, não apenas para as entrevistas, mas também para dialogar sobre as demandas do movimento. Outras, uma minoria, adiaram até o limite, que consistiu na comunicação de que ficariam fora do universo do livro (mulheres políticas na Paraíba), enquanto suas “concorrentes” já haviam cedido a entrevista. Essas demonstraram, no início das entrevistas, maior apreensão, refletindo mais demoradamente sobre o que diziam, mas logo se envolveram com suas próprias histórias. E, como as outras, chegaram, muitas delas, a se emocionar ao narrar alguns episódios da sua trajetória de vida.

¹⁷ Mais informações sobre essa pesquisa no capítulo seguinte.

Também cabe assinalar que a proposta de resgatar, em um livro, as narrativas de vida dessas mulheres, não foi desinteressada. Insatisfeitas, teórica e praticamente, com a invisibilidade das mulheres na política, tínhamos a intenção de

contribuir para o crescimento da participação feminina no que diz respeito à política formal - nas disputas eleitorais, nos cargos executivos e legislativos, e na definição das políticas públicas – através de duas estratégias: (1) oferecendo modelos femininos de atores políticos às novas gerações de mulheres e estimulando-as a sonhar com os palanques dos comícios, com as tribunas das Assembléias Legislativas e com os cargos executivos de alto escalão; (2) alimentando a reflexão sobre os sentidos da política e do poder, junto à população feminina, ao levantar questões sobre a sua exclusão da política e as formas de inclusão nesse âmbito; e as suas possibilidades de transformar as instituições, as práticas políticas e a própria concepção de cidadania. (RABAY e CARVALHO, 2007, p. 5)

Era evidente, naquela ocasião, nosso engajamento no movimento feminista. Partimos para as entrevistas em busca de “heroínas”, modelos, mulheres vitoriosas que tinham buscado e conquistado o poder, quando poucas ousam essa façanha. No percurso, fomos nos deparando com atores sociais reais, essas atrizes em carne e osso, com seus medos, suas inseguranças, suas estratégias, suas “espertezas”, suas vontades de poder.

No início desse percurso, algumas mulheres - me parecia - terem realizados atos quase heróicos de resistência e ousadia, sendo a tribuna um lugar “merecido”; outras pareciam fantoches, submetidas aos interesses familiares, nada haviam feito que as legitimasse naquele lugar, aparentemente de indivíduos cujos feitos lhes conferiram visibilidade e legitimidade, pois, avaliava, haverem recebido um lugar na cena política sem terem feito nenhum esforço.

Foi o contato com cada uma, “herdeira” de patrimônio político ou não, que foi construindo um outro olhar sobre essas mulheres e o lugar ocupado por elas no campo político. Em seguida, outras leituras, a noção de campo político, *habitus*, capital simbólico (Bourdieu) e de autonomia, sujeito autônomo em processo, imaginário e instituição imaginária da sociedade (Castoriadis) foram jogando luz e

me fazendo percebê-las menos apaixonadamente (menos militantemente?), no sentido de vê-las menos como modelos a serem seguidos e mais como indivíduos que são, ao mesmo tempo, produtos e produtores de sua história, que se fazem na história ao tempo que fazem história, atores sociais em processo.

As histórias que, na seqüência são contadas de maneira condensada, procuram traduzir da forma mais fiel que nos foi possível o que nos foi narrado durante as entrevistas.

1.1 Breves narrativas das mulheres entrevistadas

Aracilba Rocha



Ilustração 1 – Aracilba Rocha

Nascida em 17/05/1954, viúva, engenheira, um filho e uma filha. Participou do Movimento Estudantil nos fins na década de 1960. Dirigente do PMDB, partido pelo qual, em 1998, foi candidata à deputada federal. Obteve uma quantidade de votos significativa (9.251 votos), porém insuficiente para se eleger. Após as eleições, foi nomeada Presidente da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. Em 2005, foi a primeira mulher a ser nomeada para a Diretoria Executiva da Eletrobrás, no Rio de Janeiro.

1.1.1 Aracilba Rocha

Aracilba Rocha¹⁸, nascida em Malta¹⁹, no sertão da Paraíba, migrou para a capital, ainda criança. Seu pai era alfaiate e sua mãe o ajudava costurando as peças que ele cortava. Apesar de ser o prestígio profissional de seu pai que garantia as encomendas, era sua mãe quem garantia a entrega no prazo e, assim, o sustento da casa e dos filhos.

Filha caçula entre quatro homens e cinco mulheres, Aracilba diz que todos foram criados livres porque os pais não tinham tempo para vigiá-los. Sua mãe “trabalhava todo o tempo em que estava acordada”.

Quando Aracilba chegou a João Pessoa ainda não sabia ler. Ela conta que foi o esforço de uma professora, que a alfabetizou, em três meses, e lhe ensinou o caminho da biblioteca, que a fez acompanhar a classe da terceira série e adquirir o gosto pelos estudos. Vivendo com dificuldades financeiras, sem ter que voltar para casa, nem querer fazê-lo, porque “[...] para casa de pobre, ninguém gosta de voltar. [...] Não tinha televisão, não tinha rádio, o almoço era ruim [...]”, freqüentava assiduamente a biblioteca.

Logo, teve que conciliar os estudos com o trabalho no comércio e as aulas particulares de matemática. O curso noturno, diferentemente do diurno – que na época dividia meninos e meninas em salas específicas –, era misto. Desta forma, rapidamente, Aracilba se aproximou do movimento secundarista, no fim dos anos 1960, chegando a ser presidente do grêmio estudantil. Foi quando, com 16 anos, foi presa. A polícia descobriu que fora ela que escrevera os panfletos distribuídos dias antes, “[...] embora não tivesse ideologia formada.” A prisão de Aracilba durou algumas horas, o diretor do colégio intercedeu em seu favor e seus pais, “pegados nas encomendas da alfaiataria, nem chegaram a saber do ocorrido”, na ocasião.

¹⁸ Uma versão mais completa da narrativa de Aracilba Rocha foi publicada em RABAY e CARVALHO, 2001

¹⁹ O município de Malta foi criado em 1953 e tinha, segundo o IBGE, em 2000, 5.692 habitantes.

Aracilba conta que “gostava de aparecer”, mas não tinha beleza e era muito pobre, por isso “tinha que saber das coisas, sobressair...”. Então, sempre que chegava, tarde da noite, acendia duas velas – para não gastar energia – e estudava para o dia seguinte. Foi assim que fez “sucesso em Matemática”, começou a ganhar dinheiro dando aulas particulares e a definir a profissão que queria.

Aracilba casou com o primeiro namorado e contou, com emoção, a história de seu “grande amor”: irmão de um dos líderes estudantis da época, Luís Rocha, “um cabeludo”, despertou o interesse de Aracilba num “assustado²⁰”. Depois de dois anos de namoro, casaram-se e tiveram um casal de filhos. Luizinho, como Aracilba o chamava, morreu num acidente automobilístico.

A primeira impressão que se tem de Aracilba é de fortaleza, mas seus olhos logo marejaram quando contou a tragédia que viveu. Para aliviar o clima de grande tensão, mudou rapidamente o assunto e passou a relatar a sua trajetória profissional.

Ela disse que, embora estivesse empregada em João Pessoa, dez meses depois da morte do marido, decidiu ir para o sudeste. Viveu sete anos em São Paulo, onde passou num concurso público e, depois de estruturar a vida na cidade, levou os filhos que haviam ficado com seus pais. No seu relato, declara não ter sentido “[...] limitações, nem preconceitos por ser mulher.”

Em São Paulo, durante a campanha de 1982, para governador, Aracilba voltou a participar da vida política e, em menos de um ano, tornou-se presidente do diretório do PMDB. Foi indicada para coordenar o programa de habitação da campanha de Franco Montoro, ao Governo de São Paulo, o que lhe deu oportunidade para, nas viagens frequentes à Brasília, se aproximar do senador paraibano Humberto Lucena e construir uma sólida amizade.

Na campanha seguinte (1996), Aracilba também se dedicou intensamente. Assim, quando Orestes Quércia, candidato pelo PMDB, ganhou as eleições para o Governo de São Paulo, ela pôde pedir para ser liberada do quadro de funcionários, para prestar serviço na Paraíba, articulando com Humberto Lucena seu retorno. “Ele

²⁰ A forma como eram chamados encontros dançantes juvenis nos anos 1970 e 1980, na Paraíba.

conversou com Burity, governador da Paraíba, que, nessa época, não me conhecia, mas me convidou para ser Secretária Adjunta de Transporte [...].”

Foi assim que, em 1997, Aracilba retornou à Paraíba ficando profissionalmente sujeita às conjunturas e ingerências políticas e precisando, por diversas vezes, de Humberto Lucena. Apesar disso, acha que sua competência profissional funciona como um escudo de proteção para enfrentar as instabilidades da política.

Em 1998, após 14 anos na direção executiva do PMDB, Aracilba se colocou como candidata no processo eleitoral. Declarou ter desejado isso anteriormente, mas foi desencorajada. Apesar dos anos dedicados ao partido e de ter desistido, por diversas vezes, de candidatar-se para trabalhar nas campanhas do partido, Aracilba não acha que foi preterida por ser mulher, mas admite que nenhum homem teria adiado a própria candidatura a pedido do partido como ela fez. Afirmou que a única forma de mostrar que podia “era fazendo o que eles não eram capazes de fazer: administrar”.

Quando se perguntou a Aracilba sobre o feminismo e suas bandeiras, ela reagiu, dizendo que só se sentia diferente dos homens do pescoço para baixo. Ressaltou que é mãe e, como mãe, “cumpria seu papel feminino acima de todas as coisas, nunca deixando as obrigações que se atribui, enquanto mulher, para homem algum”.

Aracilba disse não admitir que sua vida privada seja objeto de pressão social ou política. Contou, como exemplo, que se relacionou com um homem, não só mais jovem, mas profissionalmente posicionado num patamar inferior, o que gerava comentários, na empresa onde trabalhavam, para dizer, se referindo às feministas, que não precisava de teorias.

“Eu não preciso das teorias. Eu vivo.”

Cozete Barbosa



Ilustração 2 – Cozete Barbosa

Nascida em 25/02/1956, divorciada, dois filhos, analista de sistemas, funcionária pública municipal. Militante sindical e fundadora do PT, partido pelo qual se candidatou em eleições partidárias pela primeira vez em 1988, para a Câmara Municipal de Campina Grande. Em seguida, em 1990, tentou a Câmara Federal. Em 1994, também sem sucesso, candidatou-se à Assembleia Estadual. Em 1996 elegeu-se vereadora Campina Grande. Em 1998, candidatou-se ao Senado, obtendo 216.006 votos (19,75% do total). Na eleição municipal de 2000, elegeu-se vice-prefeita de Campina Grande, em coligação com o PMDB. Em 2003, quando o prefeito da cidade, eleito governador do estado, assumiu o governo estadual, Cozete tornou-se, então, a primeira prefeita de Campina Grande. No ano seguinte (2004), ela tentou a reeleição como prefeita, mas não obteve os votos necessários. Envolvida em denúncias de improbidade administrativa, Cozete não mais pleiteou cargos eletivos.

1.1.2 Cozete Barbosa²¹

Cozete Barbosa nasceu em Campina Grande²², a segunda maior cidade da Paraíba. Filha de um pequeno industrial, gozou os privilégios da classe média numa cidade interiorana: estudou em escolas particulares e não conhecia as dificuldades enfrentadas pelo pai para manter o pequeno patrimônio.

Cozete conta que era muito tímida na infância, quase não falava. Sentia-se oprimida na família. Para ela, a mãe era uma mulher muito forte e autoritária, mas a considera um exemplo: trabalhava fora e assumia posturas diferentes das mulheres da época.

Para conseguir superar os limites da rígida educação doméstica, Cozete menciona a importância de ter participado de atividades escolares, como esporte e teatro, para ajudá-la a assumir posturas mais agressivas em público.

Na universidade, logo se engajou no movimento estudantil, onde considera que teve um grande aprendizado. *“Entre numa época difícil, 1976, ainda com ditadura militar. [...] Fiz movimento estudantil muito tempo e muito apaixonadamente”*.

Depois de terminado o curso de Processamento de Dados, Cozete foi trabalhar na Prefeitura de Campina Grande. E lá começou a participar do movimento de reorganização dos funcionários públicos, que se iniciava no Brasil inteiro. Pouco tempo depois, foi “[...] indicada para ser candidata a presidente da entidade e eleita com 82% dos votos, numa eleição histórica, com muita participação.”

A liderança de Cozete chamava atenção: era uma mulher que topava o enfrentamento. Liderou o primeiro movimento grevista entre os funcionários públicos

²¹ Uma versão mais completa da narrativa de Cozete Barbosa foi publicada em RABAY e CARVALHO, 2001.

²² Fundada em 1697, foi elevada à categoria de cidade em 1864. É a segunda cidade mais populosa do estado da Paraíba, em 2007, contava com 371.060 habitantes, segundo o IBGE. Fica a 120 km da capital do estado, João Pessoa.

do município depois do golpe militar de 1964 e tinha um discurso agressivo e inflamado. Não demorou para outros setores prestarem atenção no seu comportamento, entre eles o grupo feminista “Ser Mulher”, que levou para Cozete o debate sobre as relações de gênero e a condição feminina. Cozete declarou que foram encontros importantes, pois ajudaram-na no processo para se tornar uma liderança política “[...] Especialmente porque envolveu o rompimento com as pessoas que eu amava, porque minha família não aceitava...”

Na época, a luta política era muito acirrada, sendo comuns perseguições, ameaças e atentados, o que, de certa forma, justificava a pressão dos familiares. Cozete conta que sofreu ameaças e que teve o carro sabotado. Ela disse que não tinha muita noção do perigo e que “[...] era muito movida pela emoção. As coisas iam acontecendo e a gente ia dando resposta quase como se estivesse numa guerra e como se uma coisa detonasse nosso instinto de sobrevivência. E nós escapamos.”

Cozete, que na rua brigava com policiais, tinha que enfrentar as pressões domésticas. Os familiares ironizavam, não falavam com ela, não davam recados, não a deixavam atender ao telefone e ainda diziam para os filhos que ela estava abandonando a casa. Cozete disse que foi difícil, mas que o embate no espaço público a fez ficar mais forte também no espaço privado, criando coragem para enfrentar o divórcio.

Depois de concorrer em três eleições (para a Câmara Municipal, em 1988; para a Câmara Federal, em 1990, e para a Assembléia Legislativa, em 1994), Cozete se elegeu vereadora, em 1996, tendo sido, conforme declarou, a segunda vereadora mais votada em Campina Grande. Com um mandato de esquerda, o único do PT, e sendo uma feminista combativa e ousada, ela conta que foi muito afrontada, especialmente em relação a sua vida privada e sua feminilidade. Foi chamada de “[...] homossexual, ou vulgarmente, sapatão. [...] histérica, mal-amada, era mulher abandonada pelo homem que amou, frustrada.”

Em 1998, Cozete se candidatou ao Senado, mas, apesar do expressivo número de votos, não foi eleita. Ela se diz magoada por não ter tido suas angústias

entendidas e, muitas vezes, ter sido tratada como uma máquina pronta a dar respostas a todos os estímulos. Apesar de sua dedicação ao PT, Cozete não poupou críticas ao comportamento machista de alguns correligionários e relatou que “um companheiro se retirou do partido porque não aceitou minha candidatura [...] fazia campanha assim: ‘Você vai votar numa candidata que nem marido tem? [...]’. O PT é patriarcal, a esquerda é patriarcal, a sociedade é patriarcal”.

Cozete fez questão de dizer que, apesar da militância, sempre esteve presente na vida dos filhos e que eles também são presentes na sua vida. Ela garante que seu maior compromisso é com a própria consciência. Contou que já foi repreendida, por setores do PT por defender a legalização do aborto e da união civil entre homossexuais. Por fim, declarou que não havia nada de que se arrependesse na vida pública. Já a respeito da vida privada, não diria o mesmo.

“Eu não estou nem aí para respaldar processo... meu compromisso é comigo mesma, com a minha consciência”.

Dona Dida



Ilustração 3 – Dona Dida

Eurídice Moreira da Silva, conhecida como “Dona Dida”, nascida em 05/06/1939, viúva, um filho e uma filha, professora de francês, ex-Primeira-Dama do município de Itabaiana. Candidatou-se à prefeitura de Itabaiana, em 1982, e apesar de ter conseguido a maioria dos votos, a justiça eleitoral a considerou inelegível. Tentou novamente a prefeitura da cidade em 1988 e em 1992, mas não obteve os votos necessários. Em 1994, conseguiu se eleger deputada estadual na legislatura 1995-1998, pelo PFL. Em 1998 e em 2002, buscou a reeleição para a Assembléia Legislativa, mas sem sucesso. Em 2004, elegeu-se prefeita de Itabaiana, pelo PTB.

1.1.3 Dona Dida

Eurídice e suas duas irmãs foram morar com os avós maternos, quando a mãe, viúva, contraiu novo matrimônio. Pessoas simples, seus avós acreditavam na importância dos estudos para a vida das mulheres. Eurídice formou-se em Letras, disse que adorava Francês e Latim. Ela divide a própria vida em três partes: o esporte, o Francês e a Política. Conta, com orgulho, que fez parte da seleção paraibana de voleibol, e que nas Olimpíadas Universitárias participava de diversas modalidades.

Depois do esporte, a paixão foi o Francês, disciplina que ensinava antes mesmo de se formar, tamanho o domínio que tinha. Em 1968, foi selecionada para fazer um curso na França. Eurídice, apesar de já estar noiva, na ocasião, e ao contrário das mulheres de sua geração, não queria pautar sua vida apenas pelo casamento. Assim, para não romper o compromisso, fez um acordo com o noivo: antecipava o casamento e viajava casada: era a garantia da volta: “Porque, se eu não tivesse casado não tinha voltado [risos], eu teria ficado”.

Após um ano na França, voltou “[...] para pôr em ordem a vida”. Como resultado de uma escolha muito penosa entre a profissão e o casamento, Dona Dida foi morar em Itabaiana²³, onde o marido exercia a profissão de médico. No início, estranhou a vida numa cidade do interior, mas não se entregou às lamentações. Foi justamente o impacto causado pelo modo de vida da cidade que a levou a buscar novas atividades no lugar onde o marido trabalhava. “Comecei a me dedicar mais à pobreza de Itabaiana. [...] Mas sem pensar em política.”

²³ Localizada no Agreste Paraibano, o município foi criado em 1890. A população total é de 25.20719.801 habitantes. (CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2005 disponível em <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/ITAB087.pdf>> Acesso em 04. maio. 2008)

O prestígio adquirido com o exercício da medicina rapidamente levou o marido de Eurídice, Aglair da Silva, a candidatar-se para a prefeitura, levando-a a participar ativamente da campanha.

Morando em Itabaiana, Eurídice, ao se ocupar com a assistência social na campanha do marido e atuando como primeira-dama, apurou o gosto pela política, que ela diz ter origem na infância, quando decorava discursos para declamar em comícios. Mas foi no contexto de Itabaiana que ela se transformou em “Dona Dida”, apelido dado pelo marido e adotado pelos conhecidos e eleitores. É como Dona Dida que se apresenta no material de campanha e registra sua candidatura.

Dona Dida garante que, durante o mandato do marido (1976-1982), assumiu grande parte das responsabilidades com a edilidade, pois “[...] ele era mais médico do que político”, e assim Dona Dida despontou como sucessora política, com potencial eleitoral mais forte que o marido, embora legalmente impedida de se candidatar.

Para evitar a inelegibilidade de parentes e familiares na sucessão dos cargos executivos, prevista no Código Eleitoral, em 1982, fingiu uma separação, com a anuência e aprovação do marido. “[...] Ele aprovava..., porque eu era mais forte para disputar a Prefeitura. Na realidade, era mais um desquite de aparência [...]” Ela ganhou as eleições, mas não foi permitida sua posse na Prefeitura.

Continuou desenvolvendo trabalhos de assistência social e, em 1992, novamente se candidatou à Prefeitura, perdendo desta vez por uma pequena diferença nas urnas e muita desconfiança de fraude eleitoral. Com experiência em quatro campanhas eleitorais, uma do marido e três próprias, Dona Dida considera que a campanha e a “eleição de deputada, em 1994, foi uma coisa muito... natural”. Foi eleita com 12.549 votos.

Em 1996, Dona Dida se afastou da Assembléia para, novamente, disputar a Prefeitura de Itabaiana. Numa campanha muito acirrada, que é narrada inclusive

com a existência de atentados, ela não obteve êxito e continuou o mandato na Assembléia Legislativa.

Dona Dida considera-se uma política independente, porque não tem esquema familiar e ressalta que os seus votos foram conquistados através de um trabalho social, inicialmente, sem nenhuma pretensão política. Viúva desde 1985, não tornou a casar. Tem um casal de filhos, dos quais afirma ter todo o apoio.

Em 1998, quando candidata à reeleição como deputada estadual, sofreu uma derrota que foi atribuída à falta de dinheiro e apoio partidário. Também não saiu vencedora para a Assembléia Legislativa em 2002. Finalmente, em 2004, foi eleita prefeita de Itabaiana e, em 2008, reeleita.

Para Dona Dida, ser mulher dificulta o sucesso no mundo da política partidária, mas a mudança depende sobretudo dela, pois

“[...] se ela não reconhecer que tem valor, jamais chegará a nenhum lugar.”

Edina Wanderley



Ilustração 4 – Edina Wanderley

Edina Wanderley, casada, sete filhos e filhas (entre os naturais e os adotivos), formada em Economia e História. Foi secretária da Ação Social durante parte do mandato do seu marido (1996 - 2004) na prefeitura de Patos, a maior cidade do sertão da Paraíba. Em 2002, candidatou-se pela primeira vez, pelo PSDB, obtendo a segunda maior votação entre as mulheres eleitas (30.536 votos). Edina Wanderley declarou, no final do mandato, sua intenção de não mais participar diretamente da política. Em 2006, na sua “vaga”, seu esposo candidatou-se e foi eleito para deputado estadual.

1.1.4 Edina Wanderley

Filha de um comerciante, Edina Wanderley nasceu e morou em Patos praticamente durante toda a vida. Sua família não era de políticos. Educada rigidamente, Edina, a caçula dos seis filhos, precisava da autorização do pai para qualquer programa fora da rotina e, nesse intuito, conseguia o apoio das freiras do colégio, que intercediam junto a seu pai. A rigidez paterna atingia também sua mãe, descrita como dedicada, mas submissa às determinações do pai.

Quando Edina quis casar com seu primeiro namorado, assumiu, com o pai, o compromisso de concluir os estudos, pois ainda cursava o segundo ano pedagógico. Já casada com Dinaldo Wanderley, fez Economia, enquanto o marido fazia Direito. Em seguida, cursou História e começou a exercer o magistério. Trabalhava no cartório da família e, à noite, na escola onde foi diretora e coordenadora.

Com sete filhos, “três de sangue e quatro de coração”, e cinco netos, Edina contou que sempre participava das campanhas políticas da região, pois o marido é “[...] de veia política. É primo de Ernany Sátiro e sempre teve alguém, um tio, um parente, na política.” De forma que o casal terminou se engajando na política local.

A primeira disputa do esposo de Edina foi em 1992, para a prefeitura de Patos²⁴, tendo sido derrotado. Nas eleições de 1996, Dinaldo Wanderley candidatou-se novamente e venceu.

Edina, cumprindo, na ocasião, o papel de esposa de candidato, envolveu-se diretamente na campanha, ainda que de forma tímida e discreta. “O meu papel nessa campanha foi de trabalhar nos bastidores. Eu nunca gostei de aparecer,

²⁴ Fundada em 1903, Patos tinha, em 2007, segundo o IBGE, pouco mais de 100.000 habitantes, distribuídos numa área de 513 km². É a maior cidade da mesorregião do sertão paraibano. Com forte comércio, polariza geograficamente mais de 70 municípios. (<http://biblioteca.ibge.gov.br> em 3 de março de 2008)

nunca ninguém pensou, na família, ou entre os amigos, que eu seria uma candidata um dia, nem mesmo eu.”

Com a vitória eleitoral do marido, ela se tornou primeira-dama, mas não se contentou com o papel de esposa do prefeito e fez pressão para conseguir um cargo dentro da estrutura executiva, apesar da oposição dos que estavam mais próximos. O marido, que estava relutante, acabou lhe nomeando para a Secretaria de Ação Social (SAS).

Edina conta que depois de assumir a SAS, precisou realmente “mostrar serviço”: estruturar uma pasta que quase não existia e que havia sido destruída pela antiga gestão. A primeira providência foi conseguir uma estrutura que comportasse o projeto que tinha planejado. Até conquistar respeito dentro da própria equipe executiva, Edina relata que sentiu discriminação: era a única mulher na equipe, numa pasta sem prestígio, sem infra-estrutura própria e sem autonomia financeira.

Se como esposa do prefeito teve vantagens, Edina garante que esse lugar também trouxe dificuldades e que ela precisou, algumas vezes, ficar firme para não ceder aos argumentos do esposo, sempre acompanhados de palavras doces e lisonjeiras. Segundo seu depoimento, por vezes precisou conquistar aliados para convencer o marido da importância de seus pleitos.

Durante todo o primeiro mandato do marido até a metade do segundo, quando foi eleita deputada estadual (1996-2002), Edina atuou como secretária de Ação Social. Foi esse trabalho diuturno, já que “nessa época, já não tinha compromisso com criança, já estavam todos grandes”, que a tirou dos bastidores e a levou aos palanques, fazendo-a vencer até o medo dos microfones e se acostumar a falar para multidões.

Edina disse que seu nome foi lançado quase como uma chacota dos adversários, mas para surpresa geral, inclusive dela, todos gostaram e perceberam a possibilidade de êxito.

Acompanhando o marido nas migrações partidárias, Edina começou no PFL e, em 2007, estava no PMDB. Durante a campanha ampliou sua base de votos viajando pelas cidades vizinhas, elegendo como principal público as mulheres populares. Tendo como *slogam* de campanha “a força da mulher”. Foi eleita com quase trinta e um mil (.31.000) votos.

Participar da política fez parte de um resgate da própria vida adiada enquanto os filhos não cresciam e “a vida passava esquecida”, revelou Edina. Ela também declarou que não se incomoda quando dizem que ela deve a eleição à influência do marido, pois reconhece os próprios méritos, embora admita a ascendência do marido, ao qual chama de líder, mentor e espelho.

Religiosa, Edina faz restrições a projetos como o da união civil entre pessoas do mesmo sexo e o da legalização do aborto. “Respeito muito o lado da mulher. Acho que a legalização do aborto vai ser um marco, a mulher vai ter mais liberdade... até porque o corpo é dela. Mas é como eu disse, eu sou de uma religião que não permite o aborto.”

A devoção da deputada a acompanha nas tarefas do dia-a-dia e nos momentos de decisão, quando ela diz que se aconselha “primeiramente com Deus... e sempre antes de uma reunião invoco o Espírito Santo”. Edina acredita que seu trabalho político faz parte de uma missão divina.

Ela se define como forte, honesta, inquieta, conciliadora, verdadeira, um aprendizado obtido na casa paterna.

“Eu fui criada assim. Meu pai era um homem muito honesto e ele passou isso”.

Estefânia Maroja



Ilustração 5 – Estefânia Maroja

Estefânia Pedrosa Maroja, nascida em 07/02/1948, quatro filhos. Foi secretária do Bem-Estar Social, durante o primeiro mandato de prefeito do esposo, em 1982, em Santa Rita, cidade pela qual, em 1992, se candidatou, sem sucesso, à prefeitura. Em 1994 e em 1998, foi vitoriosa na disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa, pelo PMDB. Nas eleições de 2002 e 2006, obteve 19.087 e 5.927 votos, respectivamente, quantidade insuficiente para a sua recondução ao parlamento.

1.1.5 Estefânia Maroja

Estefânia nasceu em Santa Rita²⁵, numa família humilde. Seu pai trabalhava na Usina São João e na época do seu nascimento, já havia deixado de ser balanceiro e ocupava o posto de gerente. É a caçula dos três filhos que sobreviveram entre os onze que sua mãe gestou. Na sua casa “todo mundo trabalhava, [...] e fazia atividades domésticas. [...] eu, meu irmão mais velho e minha irmã.”

Estefânia estudou em Recife, onde morava na casa de uma tia, mas por falta de recursos, teve de voltar para Santa Rita, tendo completado o ginásio em João Pessoa. Começou a estudar o “Comercial” (curso técnico equivalente ao ensino médio), mas não o concluiu porque, casada aos 17 anos, foi morar no engenho, de difícil acesso e sem transporte.

O casamento de Estefânia com o filho do dono do engenho não significou uma vida de facilidades e conforto. Ano a ano, após o casamento, começaram a chegar os filhos, quatro ao todo. Além de cuidar deles, trabalhava duramente no engenho e, assim, adiou e acabou por desistir dos estudos. Segundo Estefânia, o casal vivia “com muito sacrifício, muita luta, muito trabalho. [...] Quando faltava funcionário, a gente fazia a aguardente – junto com os meninos”. Quando os negócios da família se diversificaram, Estefânia passou a administrar o engenho. “Ele tomando conta da indústria e do engenho, quem tomava conta era eu [...]. E, assim, a gente começou a vida”.

O marido de Estefânia, Severino Maroja, pertence a uma família de políticos, tendo já participado da política local, em Santa Rita. Estefânia que, no início, relutava contra a participação do marido, cedo desistiu da oposição e tornou-se uma forte aliada nas suas campanhas políticas.

²⁵ Santa Rita foi declarada município em 1890. É a terceira maior cidade da Paraíba em população, com 134.074 habitantes. Uma das maiores em extensão territorial, é conhecida pela grande produção de abacaxi e cana-de-açúcar.

Severino Maroja foi vereador duas vezes, antes de casar. Em uma das vezes conviveu na Câmara Municipal de Santa Rita com o pai de Estefânia, Oto de Carvalho Pedrosa, que também foi vereador três vezes. Ela e o marido sempre foram do PMDB. Seu pai “pertencia ao partido de Renato Ribeiro Coutinho²⁶, que ele sempre foi empregado da Usina São João.”

Já casado, Severino Maroja candidatou-se a prefeito, com o apoio irrestrito de Estefânia. Perdeu a eleição. Em 1982, em nova campanha, Severino Maroja foi eleito prefeito de Santa Rita. Estefânia conta que a gestão do marido na Prefeitura foi muito sacrificada por falta de recursos, fato que ela acompanhou de perto como secretária do bem-estar social.

Mesmo depois do mandato do marido, Estefânia disse que continuou a fazer o trabalho de assistência social e que foi por isso que seu nome foi indicado, apesar de sua resistência, para concorrer, sem êxito, ao executivo municipal de Santa Rita, em 1992.

Em 1990, Severino Maroja concorreu à Assembléia Estadual enquanto um irmão tentava a Câmara Federal. Ambos foram derrotados. Estefânia conta que ela continuava fazendo política de assistência cotidianamente, como seu pai costumava aconselhar.

Em 1994, a família indicou Estefânia para concorrer à Assembléia Legislativa, mas além do apoio familiar, ela atribui sua vitória eleitoral, com 13.451 votos, à própria performance. “Eu acho também que é o carisma, a amizade que tenho com o povo. Dou beijo, abraço todo mundo da rua [...]”.

²⁶ O usineiro Renato Ribeiro Coutinho, ficou "famoso" por pertencer à Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), conhecida como LILA (Liga dos Latifundiários) ou "Grupo da Várzea". O Grupo exercia atividades paramilitares e perseguia trabalhadores rurais simpatizantes da luta por reforma agrária ou pelos direitos dos trabalhadores e aterrorizava populações rurais num contexto de total impunidade recrudescendo durante a ditadura iniciada em 1964. Ainda hoje os "feitos" do grupo são contados pela população rural da várzea paraibana. (CITTADINO, disponível em <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_paraiba_01.pdf> acesso em 01.ago.2008).

Em 1998, Estefânia expandiu o número de municípios em que conseguiu votos para sua segunda legislatura, sendo eleita com 16.473 votos, embora em sua cidade o número de votos tenha baixado. Segundo sua opinião, isso ocorreu em função do desgaste político de seu marido que, na ocasião, era prefeito da cidade, onde se localizava seu principal reduto eleitoral e ao voto eletrônico que causou “dificuldades” para seu eleitorado.

A política é um dom, considera Estefânia, que se expressa através da doação tanto material quanto afetiva. Dessa perspectiva, acha fácil fazer política. “No ano passado, fiz mais de 50 cirurgias de catarata [...] isso ajuda muito na política. [...] Meu pai fazia política do mesmo jeito.”

Estefânia comentou que poucas vezes sentiu dificuldade por não ter conseguido concluir os estudos. Não o fez porque “não podia, não tinha como deixar meus filhos sozinhos [...]. Talvez, se tivesse realizado esse sonho, eu tivesse destruído minha família, mas estou realizada porque cheguei onde eu queria. Não sinto nenhuma timidez nos palanques.[...]”

Para Estefânia, fazer política é servir à sua cidade. Mesmo como deputada estadual, fica atenta às demandas locais e seus projetos políticos e realizações mais importantes estão voltados para Santa Rita. “A gente se acostumou sempre nesta meta: ter prioridade para o nosso município.”

Hoje, com os filhos já adultos, Estefânia disse que a vida está mais tranqüila, pois todos ajudam nos negócios da família e, mesmo no campo político, já se configura o processo de transmissão do patrimônio simbólico dos Maroja à nova geração, despontando como herdeira uma filha. “[...] Raquel é a política. Tenho a impressão de que Raquel é que vai me suceder”.

A ex-deputada afirma que nunca se sentiu diferenciada, na Assembléia, em virtude de ser mulher.

“Meus colegas ... têm a maior cortesia com a gente ... A gente quer fazer um aparte, aí, sempre dizem: ‘A deputada vai primeiro’ [...] Às vezes, chamavam ‘a bancada das Luluzinhas’ [...].”

Francisca Motta



Ilustração 6 – Francisca Motta

Francisca Gomes de Araújo Mota, nascida em 18/05/1941, viúva do deputado Edvaldo Motta, uma filha. Em 1992, disputou e venceu a vice-prefeitura de Patos. Dois anos depois, em 1994, pelo PMDB, conquistou o seu primeiro mandato como deputada estadual. Em 1998, reelegeu-se com 29.022 votos, tendo sido a terceira candidata mais votada no estado. Em 2002 e 2006, novamente conquistou lugar na Assembleia Legislativa do Estado, com 24.163 e 36.323 votos respectivamente.

1.1.6 Francisca Motta

Francisca Motta e seus seis irmãos enfrentaram muitas dificuldades numa família humilde da zona rural de Catolé do Rocha²⁷, seu pai era um pequeno comerciante ambulante que vendia mercadorias em burros, e sua mãe era uma dona-de-casa que apenas sabia rubricar o nome.

Com onze anos foi morar na casa de um irmão, em Patos. A família avaliou que numa cidade maior Francisca teria melhores chances de estudo e trabalho. Mesmo muito jovem, Francisca começou a trabalhar numa cooperativa para se manter, pois o irmão também vivia com dificuldades.

Francisca conheceu Edvaldo Motta ainda adolescente. Ele foi seu primeiro namorado, com quem casou aos 17 anos, abandonando, então, seus estudos, “como era típico naquela época. Depois, fiquei muito tempo tentando, como era típico também, ter um filho a todo custo. [...] Quando nasceu, [...] eu já estava com 28 anos”.

Quatro anos depois do casamento, o marido de Francisca se candidatou a vereador, e embora ela não gostasse de política, pois avaliava que o afastava da família, o acompanhava. Francisca declarou que, já naquela época, a chamavam de “a metade dele” de tanto que ela o ajudava, envolvendo-se cada vez mais, embora sem ser a protagonista.

O marido costumava dizer que ela devia se candidatar. Por isso, com medo, Francisca disse que não era filiada ao partido e que gostava de dizer: “não existe força humana que me faça ingressar na política.” Não imaginava, então, que o envolvimento na política iria torná-la a primeira mulher a assumir a vice-presidência da Assembléia Legislativa da Paraíba, em 1999.

²⁷ Localizada no sertão paraibano, Catolé do Rocha, de acordo com o IBGE, tinha, em 2007, 27.691 habitantes.

Francisca Motta concluiu o que chamamos hoje de ensino fundamental e médio, através do supletivo. Em seguida, já com a filha nascida, fez vestibular para História. Quando o marido foi eleito deputado estadual, ela transferiu o curso para João Pessoa, onde o marido exercia o mandato. Edvaldo Motta estava no segundo ano do mandato de vereador, quando concorreu e venceu as eleições para deputado estadual, exercendo cinco mandatos estaduais consecutivos.

Ao longo da carreira do esposo, Francisca participou ativamente nas campanhas e nos mandatos, prestando assessoria e apoio. Sua participação não passava despercebida e se comentava a respeito de suas aptidões políticas. Francisca relata que sempre rechaçou a possibilidade de se candidatar, pois, em sua opinião, “a política é muito ingrata.” Além disso, tinha “o receio da mulher nordestina, do interior, [...] tinha medo de se expor aos jogos sujos da política”.

Apesar dos dois cursos que fez, História e Pedagogia, Francisca se dedicou exclusivamente à longa carreira política do marido, cuidando de tudo nos bastidores. Foi a serviço da carreira do marido que adquiriu o conhecimento para sua própria carreira política. Ela garante que “sempre estava presente no trabalho dele, mas tinha meu ponto de vista”.

Francisca não gostou quando Edvaldo Motta candidatou-se a deputado federal, pois não queria ir para Brasília. Mesmo assim, ela o acompanhou, depois de eleito, e continuou ajudando. Francisca contou que nem sempre essa “assessoria” era tranqüila, pois o marido tinha “um temperamento muito diferente” e nem sempre aceitava, sem relutar, a sua opinião.

Enquanto aprendia política, Francisca, com a ajuda de uma analista, aprendia sobre si mesma, seus talentos e suas diferenças com o marido, tanto contribuindo para a carreira dele, como se afirmando como pessoa que sabia fazer política do seu próprio jeito, jeito que, muitas vezes, queria impor ao deputado.

O esposo, reconhecendo o aprendizado de Francisca, não titubeou em lançar sua candidatura à vice-prefeitura de Patos, contrariando a vontade dela e se valendo

da fragilidade que lhes atingia em virtude de uma grave e súbita doença que acometia o deputado.

Edvaldo Motta faleceu na metade do segundo mandato de deputado federal, quando preparava a campanha para a prefeitura de Patos (1992) que ambicionava retomar para seu grupo político. Foi nesse contexto que o nome de Francisca foi lançado, pela primeira vez, em um processo eleitoral. Apesar de relutar, por causa da grave doença do esposo, ela aceitou, pois intuía ser aquela a última vontade dele.

Francisca Motta não participou diretamente da campanha, mas a chapa foi vitoriosa. Dois anos depois (1994), candidatou-se, com sucesso (16.800 votos), à Assembléia Legislativa. Na metade do primeiro mandato (1996), como deputada, tentou a prefeitura de Patos, mas perdeu.

Como deputada estadual, Francisca conjugou iniciativas como a instalação do Conselho Estadual da Mulher e da Delegacia da Mulher em Patos, com práticas assistencialistas, consideradas por ela inevitáveis, devido às carências da população do sertão e aos limites da política. Sua legislatura tem sido aprovada em sucessivas reeleições (1998, 2002 e 2006).

Francisca Motta considera que o deputado estava, naquele gesto no fim da vida, “transferindo o poder político dele, o trabalho dele [...]” para ela. Mas não aceita ser tida apenas como “herdeira do marido”. Conta, com orgulho, o quanto participou, aprendeu e ensinou durante a vida política do marido. E ainda salienta que para os homens é sempre mais fácil, pois a mulher

“[...] tem que ser a dona da casa. O homem não. Ele é só o executivo, o político, é mais fácil...”

Gianina Farias



Ilustração 7 – Gianina Farias

Gianina Farias, nascida em 05/02/1967, casada, tem três filhos, é formada em Direito e funcionária do Tribunal Regional do Trabalho. Exerceu o papel de primeira-dama de Cabedelo-PB, em um mandato do PT (2001-2004). Em sua primeira disputa, em 2002, obteve 11.310 votos, conquistando uma cadeira na Assembleia Legislativa da Paraíba. No fim do mandato, declarou sua saída da política partidária, não mais se candidatando.

1.1.7 Gianina Farias

Gianina gosta de dizer que nasceu numa família “católica, harmoniosa e muito unida.” Seu pai foi caminhoneiro e a mãe, formada em Administração e Direito, era funcionária pública. Apesar de seu pai gostar muito de política, tendo trabalhado como “cabo eleitoral” em diversas eleições e de ter uma tia que foi vereadora em uma cidade próxima da capital, não se pode dizer que a família de origem de Gianina é de políticos. Ela é a mais nova, entre os quatro filhos do casal, e a única envolvida com a política.

Uma infância e adolescência tranqüila com oportunidade de estudar, praticar esporte e se divertir, é assim que Gianina define essa fase da vida. Não era uma menina inibida; chegou a desfilar e a cantar num clube infantil. Foi na adolescência que ficou mais retraída, não gostava de falar em público, mas se comunicava bem e tinha muitos amigos.

Gianina, com treze anos, conheceu Júnior e “decidiu” que iria namorar com ele. O namoro durou oito anos, tempo para Gianina começar a faculdade de Administração e de Direito, e de Júnior concluir a faculdade de Medicina. Quando casaram, Gianina, que já trabalhava no Tribunal Regional do Trabalho, optou por fazer apenas o curso de Direito.

Seu marido, que atuava como médico em Cabedelo²⁸, entrou na política depois de “uns três ou quatro anos que a gente já era casado. Mas eu não gostava de política [...]”. Segundo Gianina, a entrada do marido na política foi movida por uma perseguição sofrida por ele pelo então prefeito de Cabedelo.

²⁸ Cabedelo tornou-se município em 1956. Sua população está estimada em 57.000 habitantes, segundo o IBGE. Esta população aumenta durante o verão para, aproximadamente, 80.000 habitantes, devido ao fluxo de turistas, veranistas e visitantes e, até 300.000 pessoas durante o carnaval.

Dr. Junior, como é conhecido na política, se candidatou a vereador pelo PMDB, em 1992. Nesse pleito, Gianina resistiu tanto que nem transferiu o título de eleitor para Cabedelo e, portanto, não votou nele. Na segunda campanha, abrandou e, convencida dos ideais do esposo, então filiado ao PT, aderiu à campanha e passou a acompanhar sua vida política.

Conquistado o apoio de Gianina, o candidato ganhou uma aliada para todas as horas e serviços, desde as tarefas mais simples, como colar bandeirinhas, até planejar ações, articular aliados e conseguir votos. Dr. Junior venceu as eleições para prefeito em 1996, numa ampla coligação. Durante o mandato do marido, Gianina não ocupou nenhum cargo, mas, como primeira-dama, pôde participar da vida política da cidade, começando assim, segundo seu depoimento, mesmo sem intenção, a construir sua candidatura como deputada. Gianina tem três filhos e, na ocasião de sua candidatura, em 2002, a menina mais velha estava com doze (12) anos e o filho mais novo com oito (08).

Gianina relatou que resistiu à sua indicação como candidata, pois além de não gostar de falar em público, preocupava-se com os filhos. Mas, uma vez decidida a candidatura, Gianina disse que aproveitou o espaço como primeira-dama para exercitar a fala em público e dominar o medo do microfone. Além disso, como não tinha uma história de militância, nem era conhecida, foi preciso vencer o anonimato. De forma que as estratégias de campanha foram muito diversificadas e agressivas. Aproveitando uma fase de grande aceitação do PT, seu slogan de campanha, “A Paraíba tem estrela”, fazia alusão ao símbolo de seu partido.

Na sua casa, ainda com filhos pequenos, foi preciso criatividade para que sua candidatura não virasse um transtorno. A solução, declarada por Gianina, foi encaixar os filhos na agenda, um compromisso afetivo com hora marcada, já que para ela a prioridade sempre foi a família e os filhos. Além desses arranjos, Gianina contou com uma ajudante fundamental, sua antiga babá, que a acompanha desde criança, garantindo-lhe a tranquilidade para sair de casa, fazer política e conquistar um mandato.

Gianina disse não ter se sentido discriminada, na política, pelo fato de ser mulher e que acredita que “as mulheres, na política, fazem muita diferença [...] são muito mais honestas, muito mais sinceras, muito mais práticas, muito mais objetivas, muito mais determinadas.” Ela própria quer ser lembrada como honesta, verdadeira e corajosa, se dizia, por ocasião da entrevista, muito feliz porque teve a oportunidade de realizar um sonho que era seu e de outras mulheres.

Quando Lula foi eleito para a presidência da República, a prefeitura petista de Cabedelo se encheu de esperança. Mas, segundo Gianina, a expectativa resultou numa grande decepção para Dr. Júnior e ela, que romperam com o PT, migrando para o PPS, depois das eleições municipais de 2004. Além da decepção com o governo federal, um embate com correligionários ambientalistas, por causa de um projeto da bancada adversária, que Gianina julgou ser de interesse de Cabedelo, também contribuiu para o “racha” político.

As decepções de Gianina se agravaram quando avaliou a dinâmica parlamentar – a demora na tramitação dos projetos e as dificuldades para a implementação das propostas aprovadas. Esse processo contribuiu, segundo suas declarações, para sua desistência da política partidária, embora prometa continuar defendendo os direitos das minorias.

Recentemente, Gianina e o marido se converteram à Igreja Evangélica, atribuindo a essa conversão novas formas de compreender a vida e talvez até o motivo real de querer se afastar da política. Um lugar onde, em sua opinião

“[...] não se pode confiar em ninguém [...] na política existe muito interesse pessoal...”

Iraê Lucena



Ilustração 8 – Iraê Lucena

Iraê Heusi de Lucena Nóbrega, nascida em 01/07/1958, casada, dois filhos, publicitária, filha do falecido senador Humberto Lucena. Estreou na política em 1998, pelo PMDB, conquistando uma cadeira na Assembléia Legislativa da Paraíba, com 20.622 votos. Em 2002 e 2006, conquistou 20.370 e 22.641 votos respectivamente, reelegendo-se deputada estadual.

1.1.8 Iraê Lucena

Iraê Lucena é carioca, filha do finado senador paraibano Humberto Lucena. É gêmea do único filho varão da família. Entre os quatro filhos, ela é a única que enveredou, com sucesso, pela política.

Por causa dos compromissos políticos de Humberto Lucena, que implicavam em constantes viagens, em geral, acompanhado pela esposa, Iraê e seus irmãos foram cuidados pela avó materna. Mas isso não impediu de Iraê declarar que teve uma infância muito feliz entre o Rio, João Pessoa e Brasília.

A família, que morava no Rio, se mudou para Brasília em 1975, quando Humberto Lucena se reelegeu deputado federal. Foi lá onde Iraê cursou Publicidade e Propaganda, casou e teve três filhos. O pai de seu esposo foi o prefeito de uma cidade do interior da Paraíba, tendo sido aliado de Humberto Lucena. Iraê conheceu seu esposo em João Pessoa, pois, apesar de morar em Brasília, vinha muito à Paraíba.

Iraê, já universitária, aguçou seu gosto pela política e se aproximou do fazer do pai, atuando como sua assessora parlamentar, acompanhando-o na época das campanhas. Em 1978, Humberto Lucena foi eleito para o Senado, mas Iraê declarou que não o acompanhou na assessoria porque queria exercer a profissão e começar a trabalhar com comunicação, embora afirme nunca ter se distanciado das atividades políticas.

Em 1986, Iraê trabalhou como assessora de comunicação social no gabinete do então deputado federal João Agripino. Em 1990, João Agripino não se reelegeu, e Iraê foi trabalhar como chefe de gabinete com o deputado recém-eleito José Luiz Clerot. Em 1994, seu pai lhe convidou para trabalhar em sua campanha, viajando pelos municípios.

Tendo herdado do pai, segundo declarou, a aptidão para a política, Iraê, por diversas vezes, desde 1990, expressou-lhe o desejo de candidatar-se, mas o pai hesitava em apoiar suas pretensões, muitas vezes adiada. O pai sempre lhe dizia que não gostava de fazer política em família, que não era a hora. Mesmo assim, Iraê vinha “cavando o espaço, aguardando”.

Em 1996, na campanha para prefeito, Humberto Lucena prometeu a filha conversar com o governador da Paraíba e ver a possibilidade de ela sair candidata em 1998. Foi nesse processo que Iraê recebeu o convite para assumir o cargo de superintendente-adjunta de um órgão estadual. Nessa ocasião, Iraê veio sozinha para o estado, não querendo transferir os filhos no meio do ano por causa dos estudos. Apenas no começo de 1997, a família se transferiu para João Pessoa. A partir daí, já com o apoio do pai, precisava conquistar o filho adolescente que “enturmado” em Brasília, não gostava da idéia de morar na Paraíba, deixando para trás seus laços de amizade. Mas no fim, todos lhe apoiaram, ela declarou.

Iraê comentou sobre as preocupações do pai com sua candidatura e a possibilidade de ela “causar ciúmes” em alguns aliados que também dependiam do apoio do Senador para eleger-se. Humberto Lucena acompanhou a candidatura da filha mesmo quando, em março de 1998, já doente, estava internado num hospital em São Paulo. Ele gostava de estar informado sobre a campanha da filha e seus aliados. Naquele ano duas das filhas do Senador concorreram pela primeira vez a um cargo político-eleitoral, Lisle, em Brasília, e Iraê, a única eleita, na Paraíba.

Humberto Lucena faleceu em abril. Iraê, que estava em plena campanha, contou que foi muito difícil dar continuidade aos trabalhos. Sem o apoio direto do pai, foi o nome de Humberto Lucena e seus correligionários, honrando o compromisso assumido, mesmo depois da morte do senador, que garantiram a vitória de Iraê.

Iraê declarou que via “a responsabilidade que teria pela frente” para dar continuidade ao trabalho do pai. “[...] já que teremos outras eleições pela frente e, nas próximas, não poderá ser ‘em nome do pai’ [...] vai depender do meu trabalho e de minha atuação.”

Usando na primeira campanha uma foto em que aparece abraçada ao pai, transformada em outdoor, com os dizeres: “Em nome do pai, pela Paraíba”, Iraê declarou reconhecer o patrimônio político deixado pelo pai, ela disse saber que ele “transferiu” para ela “essa grande responsabilidade... Acho que não vai ser fácil representá-lo. [...] mas vou ter que deixar de ser Iraê, filha de Humberto, para ser Iraê Lucena.”

Embora admirando o “mestre”, Iraê disse que quer ser ela própria e fazer política do seu jeito. Disse nunca ter sido militante feminista, no entanto declarou sua simpatia pelas bandeiras do movimento. Ela acredita que a “mulher, cada vez mais, está derrubando as barreiras e conquistando seu próprio espaço [...]” e que “[...] quando a participação feminina era menor, quase não se falava das questões da mulher, da família, da criança”.

Embora às vezes pense que esperou demais para entrar na política, rapidamente, lembra das palavras do pai e conserta:

“acredito muito em destino. Como meu pai dizia, tudo tem sua hora e seu momento. E o meu, acredito que chegou.”

Lúcia Braga



Ilustração 9 – Lucia Braga

Antônia Lúcia Navarro Braga, nascida em 13/12/1934, um filho e duas filhas. Exerceu o papel de primeira-dama no período de 1983 - 1986. Elegeu-se deputada federal em 1986, pelo PFL, com 92.324 votos, e atuou junto aos setores progressistas, durante a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1990, pelo PDT, foi reeleita para a Câmara Federal. Em 1994, foi candidata, sem sucesso, ao governo do Estado. Em 1996, candidatou-se à prefeitura da capital paraibana, chegando ao segundo turno, mas sem lograr êxito. Em 1998, elegeu-se deputada estadual com 19.563 votos. Em 2002, novamente disputou e venceu a eleição para a Câmara Federal. Nas eleições de 2006, retirou, em nome do esposo, sua candidatura para deputada federal. Foi a única mulher eleita na Paraíba a exercer mandato na Câmara Federal.

1.1.9 Lúcia Braga

Lúcia nasceu e cresceu em João Pessoa, no casarão do seu avô, desembargador aposentado. Filha temporã, foi criada, na primeira infância, pelas tias “solteironas” de quem recebeu uma educação rígida e moralista. Seus pais moravam no interior e só quando voltaram a morar em João Pessoa, Lúcia pôde conviver com as irmãs e irmãos.

Convivendo com gente grande, ouvindo música erudita na vitrola do avô, passando as férias nos engenhos dos parentes, Lúcia descreve sua infância como feliz. A política era parte desse mundo, já que seu avô “era grande amigo do presidente Epitácio Pessoa” (BRAGA, 1996, p. 31). Lúcia conta que seu avô e seu pai foram perseguidos e prejudicados por causa de questões políticas.

Essa primeira educação, segundo Lúcia, lhe legou uma “timidez doentia,” cujas conseqüências sentiu até adulta: “violenta-me fazer um discurso, aparecer na televisão [...], mas procuro ser forte” (*Ibid.*, p. 41).

Educada num colégio de freiras, Lucia “[...] Nada sabia sobre luta de classes.” (*Ibid.*, p. 51) Foi o curso de Serviço Social que ampliou sua visão e inspirou seu projeto político.

Sua relação com Wilson Braga, seu esposo, começou durante os tempos da faculdade e foi, desde o início, segundo Lúcia contou, permeada de divergências ideológicas. Seu trabalho de Assistente Social foi abandonado com o casamento, ocorrido em 1961, por exigência do marido. A partir de então, Lúcia passou a se dedicar, quase exclusivamente, ao lar.

Em 1967, Lúcia mudou-se para Brasília, acompanhando o marido que se elegera deputado federal. Seu primeiro filho estava com dez meses. Em Brasília, Lúcia disse que fez um pacto com o esposo para diversificar seu círculo de relações e afazeres, se engajando como voluntária em trabalhos sociais. No entanto, com o

acirramento da repressão política, o trabalho foi interrompido. Desta forma, depois do Ato Institucional nº 5, em 1968, dedicou-se novamente apenas à família, voltando mais adiante a estudar, vindo a se bacharelar em Direito.

Em 1981, adaptada à Brasília, com os filhos já adolescentes, foi “com angústia e susto” (BRAGA, 1996, p. 72), que Lúcia recebeu a decisão de Wilson Braga de se candidatar ao Governo da Paraíba. Mas acabou aceitando e se envolvendo na campanha de 1982. Afinal, “eu casei com um homem político”.

Ajudando nas campanhas do marido, Lúcia Braga exercitou sua liderança e habilidade de falar em público. “Foi quando comecei a fazer pronunciamentos, primeiro nas reuniões fechadas, depois nos comícios de mulheres, ousando, ao final da campanha, discursar nos grandes comícios [...]”. (Ibid., p. 76-77)

Wilson Braga ganhou a eleição e, como primeira-dama, Lúcia assumiu a presidência da Fundação Social do Trabalho - FUNSAT, inovando o trabalho de base, de caráter oficial, junto à periferia. Não tinha, declara, então, pretensões de se candidatar.

Em 1984, Wilson Braga foi o único governador do Nordeste a apoiar a candidatura de Paulo Maluf contra Tancredo Neves, na sucessão civil à Presidência da República. Pela primeira vez, Lúcia discordou publicamente do marido.

A experiência na campanha do marido para governador, sua atuação à frente da Funsat e seus posicionamentos políticos lhe transformaram em candidata nas eleições de 1996. A disputa, ela conta, não foi fácil, pois enfrentou as dificuldades e discriminações específicas das mulheres de político que se candidatam. “[...] Tinha que aceitar [...], pois Wilson era candidato ao Senado e precisava do voto daqueles que me discriminavam.” (BRAGA, 1996, p. 121-122)

A participação na Assembléia Nacional Constituinte trouxe-lhe “uma oportunidade de auto-afirmação”. Lúcia divergiu, em muitas ocasiões, das orientações do seu partido (PFL) sendo “respeitada e bem aceita pelos grupos de esquerda” (Ibid., p. 122-124), devido às suas posições progressistas.

Com as colegas parlamentares, Lúcia conta que dividiu as dificuldades comuns às mulheres de obterem reconhecimento do seu valor pessoal. Com algumas trocou apoio ante as pressões sofridas por parte dos partidos e, às vezes, dos maridos. (*Ibid.*, p. 125). Ressalta, entretanto, que quando fala nos obstáculos que enfrentou para se afirmar na Assembléia Nacional Constituinte, sempre se refere ao PFL, “pois Wilson Braga adotou uma postura admirável de respeito aos meus posicionamentos”. (*Ibid.*, p. 129)

Em 1988, durante o segundo turno da Assembléia Nacional Constituinte, a deputada federal era a candidata favorita na disputa pela Prefeitura de João Pessoa. Foi quando aconteceu um grave acidente com sua filha, e Lúcia dedicou-se apenas a cuidar dela. Em seu lugar, Wilson Braga candidatou-se e venceu. (*Ibid.*, p. 132).

Quando a saúde da filha se estabilizou, Lúcia retomou as atividades na Câmara Federal e, em seguida, adotou Marianna, sua “fada-menina”. (*Ibid.*, p. 138). Nos recessos parlamentares, Lúcia, aproveitando a condição de primeira-dama do município, promovia atividades na periferia de João Pessoa, mantendo-se em contato com suas bases. Em 1990, Lúcia reelegeu-se à Câmara Federal, enquanto Wilson Braga perdeu a reeleição para governador. Já no PDT, havia feito campanha para Brizola e para Lula no segundo turno da eleição presidencial. Mais uma vez, Lúcia divergira ideologicamente do marido e do seu partido. (BRAGA, 1996, p. 150).

Em 1992, Lúcia tentou candidatar-se à Prefeitura de João Pessoa, pelo PDT, mas, diante do impedimento legal, já que Wilson Braga havia sido o último prefeito eleito, lançou, para substituí-la, o seu vice, Chico Franca, junto com sua prima Emília Augusta Lins Freire, enquanto Wilson Braga se candidatava a vereador “para ajudar na legenda do partido”. Elegeu seus candidatos, graças à “equipe do Social” e às urnas da periferia (*Ibid.*, p. 154-155).

Em 1994, Lúcia perdeu a disputa ao Governo do Estado para o antigo aliado, Antônio Mariz. Inicialmente com 60% das intenções de voto, Lúcia atribui a derrota à utilização da máquina do Governo e a “toda sorte de agressões e difamações, numa

campanha desleal e sem ética”. Mesmo assim se considera vitoriosa pela expressiva quantidade de votos que recebeu. (*Ibid.*, p. 156-157).

Na disputa eleitoral de 1998, Lúcia mais uma vez exercitou o jogo das concessões com o marido, ao concentrar sua campanha em João Pessoa, enquanto ele, candidato a deputado federal, concentrava-se no interior. Elegeu-se com 19.563 votos. E em 2002, com 72.449 votos, elegeu-se deputada federal. Em 2007, em plena campanha, anunciou sua renúncia à candidatura em favor do nome do marido.

Lúcia reconhece tanto a injustiça na história das mulheres quanto as próprias “dificuldades como mulher na vida pública, face à discriminação e ao preconceito” (*Ibid.*, p. 117).

“Como qualquer mulher, conquistei meu espaço a duras penas, fui para a fogueira muitas vezes. [...] eu acho que a mulher ainda hoje é discriminada. [...] Quando a mulher é candidata, caluniam, dizem que a gente tem um amante. Todas as mulheres que foram para a Constituinte tinham uma história dessa discriminação. Então é uma coisa muito sórdida, porque a mulher é atacada em sua feminilidade, na honra”.

Lucinha Monteiro



Ilustração 10 – Lucinha Monteiro

Lucinha Monteiro, nascida em 12/06/1963, três filhos, psicóloga, ex-primeira-dama da cidade de Esperança - PB. Exerceu um cargo no segundo escalão, como coordenadora do Programa de Saúde da Família (PSF). Em 2002, candidatou-se, pelo PFL, à Assembleia Legislativa e obteve 20.782 votos, em sua primeira disputa eleitoral. Decepcionada com o parlamento, no fim do mandato, declarou que não irá mais candidatar-se a cargo político partidário.

1.1.10 Lucinha Monteiro

Lucinha nasceu e cresceu em Esperança²⁹. Seu pai era caminhoneiro e sua mãe visitadora sanitária. Lucinha é a mais velha entre os cinco irmãos, por isso tinha a responsabilidade de cuidar deles.

Uma vida simples sem muitas oportunidades de lazer, mas “uma infância com muitas brincadeiras de cidade de interior” e estudando em escolas públicas. Na adolescência, sem condições de programas mais dispendiosos, a diversão de Lucinha era as conversas com as amigas na praça da cidade. Mesmo na época da faculdade não se afastou de Esperança, pois estudando em Campina Grande, com apenas 23 KM de distância, não houve necessidade de se mudar.

Lucinha casou com vinte (20) anos, quando ainda estava fazendo o curso de Psicologia. Assim, teve que conciliar os estudos com as responsabilidades vindas com o casamento e os dois filhos que chegaram logo nos primeiros anos. Já sua caçula só chegou com doze (12) anos de diferença.

O marido de Lucinha, Arnaldo Monteiro, que fez Economia e Administração, trabalhou anos na administração municipal, com um líder local que exerceu o mandato de prefeito por quatro vezes. “Foi secretário, chefe de obras, chefe de gabinete e nessa trajetória, ele conquistou liderança e acabou se candidatando”. Em 1996, foi eleito prefeito de Esperança e, em 2000, foi reeleito.

Lucinha não esperava a indicação do marido e disse que recebeu com surpresa e receio. Temia a exposição de sua vida privada e que o desprestígio, que atinge a imagem do político, pudesse respingar em seu marido. Mas respeitando a decisão do marido, Lucinha se filiou ao seu partido, o PFL, e se engajou na luta pela

²⁹ Fundada em 1922, Esperança, localizada no Agreste Paraibano, tinha, segundo o IBGE, em 2006, aproximadamente 29.000 habitantes.

conquista dos votos. Couberam-lhe as tarefas práticas que exigiam algum poder de decisão.

Formada em Psicologia, Lucinha resolveu abrir uma escola, da qual, declarou, gostava muito. Com a eleição do marido começaram a confundir a escola com a prefeitura, criando constrangimentos e forçando-a a vender o educandário.

Por causa da escola e, segundo declarou, por “zelo pela coisa pública” ela não ocupou um cargo do primeiro escalão. No entanto, depois de vender a escola, dois anos antes de sua campanha, coordenou o Programa de Agentes Comunitários e o Programa Saúde da Família.

Na avaliação de Lucinha, foi a satisfação dos eleitores com a administração do marido que lançou, quase como uma brincadeira, o seu nome para a política. Assim, diante da sua inelegibilidade num processo sucessório à Prefeitura e do desejo de se ter um representante da região, iniciou-se um processo que culminaria na sua indicação para a disputa eleitoral por uma vaga na Assembléia Legislativa da Paraíba.

Não foi tranqüila para Lucinha essa indicação. Ela disse que tinha uma vida caseira, recatada, sem muitos eventos sociais e que poucas pessoas lhe conheciam. Além disso, sempre achou “o mundo político muito masculino”. Foi o marido que lhe convenceu a aceitar o desafio, e ela partiu para a disputa.

Quando começou a campanha, Lucinha disse que tinha medo do microfone e de enfrentar o público nos palanques, “[...] mas eu nunca fui uma pessoa de recusar desafios”. Declarou também que fez uma campanha modesta, com pouca intervenção na mídia eletrônica, usando material tradicional que a população colava nas paredes das casas. Nos lugarejos da zona rural, os palanques eram improvisados e tão perto dos eleitores que se escutava os comentários dos ouvintes, nem sempre lisonjeiros: “[...]: será que é muito gasguita? que sabe falar?... eu ficava nervosa [...], e acho que isso é discriminação”. Lucinha disse que as dificuldades para falar em público foram vencidas durante a campanha, mas depois, na

Assembléia, ficou mais difícil, já que, em sua opinião, os interlocutores eram mais qualificados e nem sempre amistosos.

Com experiência no executivo, os trâmites, as negociações e as disputas no parlamento lhe deram o sentimento de frustração e impotência, fazendo com que Lucinha não quisesse tentar a reeleição. Em seu lugar, representando o grupo político que lhe elegeu, ficou o seu marido. “A experiência não me agradou, tanto que quem vai ser candidato é meu esposo. [...] o parlamento, não me trouxe atrativo para que eu diga que quero continuar [...]”

A deputada é do PFL, base do atual governo estadual, mas se coloca na oposição. Por causa disso, viveu algumas situações de exclusão e de manobra política que, segundo declarou, lhe impediram um mandato mais atuante: “[...] Por conta da minha frustração, não tenho um projeto para ficar marcado... apresentei poucos projetos.”

Lucinha se define como zelosa. Disse que muitos podem achá-la tola porque é calada, quieta, mas diz que, quando é necessário, sabe se impor, enfrentando os desafios. E essa é a recomendação para as mulheres que desejam se candidatar.

“Enfrentar, enfrentar mesmo. Se é mesmo o que quer. Porque comigo, não era nem o que eu queria, mas aconteceu, e se é o que a pessoa quer, tem que enfrentar todos os desafios.”

Nádja Palitot



Ilustração 11 – Nádja Palitot

Nádja Diógenes Palitot y Palitot, nascida em 18/12/1957, três filhas, segundo casamento, advogada criminalista. Em 1992, candidatou-se, pelo PDT, à Câmara Municipal, elegendo-se suplente e assumindo a titularidade. No primeiro ano de mandato. Em 1994, concorreu à Câmara Federal, mas com 17.024 votos não conquistou uma cadeira. Em 1996, pelo PSB, concorreu, sem sucesso, à prefeitura da capital. Em 1998, foi candidata à deputada estadual pelo PSB, mas, com 9.205 votos, não conseguiu conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Em 2000, concorreu à Câmara Municipal de João Pessoa e, em 2002, à Assembleia Legislativa, porém, em ambas as eleições, não conseguiu se eleger. Em 2004, conquistou uma cadeira na Câmara dos Vereadores, com um expressivo número de votos. Em 2006, candidatou-se à Assembleia Legislativa, conquistando 17.595 votos. Ficando na primeira suplência, foi convocada no primeiro ano legislativo a assumir o mandato.

1.1.11 Nadja Palitot

Nadja Palitot nasceu numa família de classe média. Seu pai é médico e a mãe, dona-de-casa. Tendo um irmão e duas irmãs, Nadja garante que em casa nunca houve privilégios entre os irmãos e que, apesar de ter sido magrinha e pequena, resolvia as querelas infantis sem medo. “[...] eu chegava e peitava... Sempre fui feminista sem me dar conta dessas histórias.”

Sua mãe gostava de ensinar aos empregados domésticos a ler e a fazer trabalhos manuais. O pai, médico, “atendia muitas pessoas que vinham do interior, [...] clinicando para os pobres, [...] e eu me orgulho muitíssimo disso!” Foram esses exemplos que, segundo Nadja, influenciaram suas preocupações com a questão social, além de uma inclinação natural para a política “[...] algumas pessoas têm sensibilidade social e outras não. [...]”

Quando Nadja casou, aos 16 anos, ainda não estava na universidade, mas a vida doméstica e o nascimento das três filhas não atrapalharam seus estudos. Aos 18 anos entrou na Faculdade de Direito e, logo em seguida, na de Jornalismo. Era final da década de 1970 e a militância política dentro da Universidade estava bastante aguerrida. Nadja nos conta que foi nesse período que teve acesso à literatura de esquerda, lhe propiciando maior compreensão sobre o que havia aprendido na infância a respeito das pessoas menos favorecidas e despertando “[...] a militância de direitos humanos, [...] um dos principais requisitos para o ingresso na política.”

Dona de uma oratória forte e eloquente, Nadja atuou como liderança durante as mobilizações contra as demissões e o fechamento do Banco do Estado da Paraíba, onde trabalhava como advogada, em meados da década de 1980. Foi nessa ocasião que foi convidada para participar da política partidária. O convite partiu de Lúcia Braga, oposição ao governo estadual na época, mas Nadja não aceitou, alegando não gostar de política.

Mas Lúcia Braga não aceitou a resposta e a convidou para conhecer o trabalho que realizava nas periferias da cidade, com o qual Nadja disse que se identificou, pois via nele uma possibilidade de ajudar as pessoas. Assim se deu a iniciação na política partidária. Pouco depois aceitou o convite para disputar uma vaga na Câmara dos Vereadores. Embora tenha ficado na suplência, Nadja exerceu o mandato que começou em 1993, em virtude da renúncia de um dos vereadores do seu partido.

Como não havia sido uma campanha planejada, Nadja disse que contou somente com o apoio da família e de três cabos-eleitorais improvisados. “[...] sem dinheiro, sem liderança de bairro, sem ajuda de político, sem ajuda de empresário, [...] a família se juntou [...], minha liderança nasceu assim”.

Em 1994, com apenas um ano e quatro meses do mandato de vereadora, Nadja disputou uma vaga para a Câmara Federal. Apesar de não ter sido eleita, com mais de 17 mil votos, seu cacife eleitoral tornava-se visível, e ela se dava conta de sua competitividade do mundo político. “Para uma campanha sem dinheiro foi um sucesso, todo mundo ficou de olho em mim. [...] e eu me conscientizando.”

Sem uma família de tradição política, nem apoiadores para financiar suas campanhas, Nadja não podia bancar grandes eventos. Nos comícios do Partido mal deixavam ela participar, pois, declara, consciente de sua forte oratória: “[...] todo mundo sabia que se me dessem o microfone era perigoso.” Foi na campanha de 1994 que começaram os conflitos dentro do PDT, culminando na sua saída e filiação ao PSB.

Mas não foi somente no PDT que Nadja se envolveu diretamente com conflitos e desavenças. Na Câmara Municipal, ela denunciou uma tentativa de aumentar as verbas dos gabinetes, causando grande rebuliço entre os vereadores e envolvendo vários setores da cidade. Neste episódio, foi acusada de falta de decoro, pois “estava denegrindo a imagem da Câmara”, enfrentando, por isso, um processo de cassação, que não se concretizou, graças a um parecer do Tribunal de Contas que lhe deu razão quanto à inconstitucionalidade do aumento das verbas.

Esse episódio, que quase lhe custou o mandato, é visto por Nadja como um processo de fortalecimento. “Quando passou [...], eu voltei a olhar as minhas garras políticas, [...] elas estavam enormes, bonitas e fortes. Aí eu senti que a verba de gabinete tinha sido uma coisa positiva na minha vida política.”

Mas também foi grande a decepção vivida na ocasião, fazendo Nadja pensar, inclusive, em deixar a vida política. Mas, fortalecida com a vitória e com grande popularidade, em 1996, Nadja se lançou em nova campanha, desta vez pela Prefeitura da Capital.

Nas pesquisas eleitorais, Nadja chegou a ameaçar os adversários, mas não obteve sucesso. Ela avalia que na campanha “[...] houve um erro de marketing [...] me mostrei muito forte muito cedo, aí deu tempo para eles reagirem, aproveitando-se da falta de estrutura da minha candidatura”.

Além da falta de estrutura, para Nadja, houve preconceitos sexistas: acusações a respeito de uma suposta falta de competência, ataques à vida pessoal: “Chegaram a querer macular minha honra de mulher, minha moral [...]”, e inadmissão à sua forma agressiva e vigorosa com que enfrenta abertamente os oponentes. Nadja define-se como idealista e política por vocação. Conta que, na política, além de ter coragem para enfrentar os embates, é preciso ter “jogo de cintura”. Deixa um recado para as mulheres que desejam participar da política:

“deixem os homens pensarem que as propostas saem deles, convença-os nos bastidores, só depois ponha suas garras para fora: porque, se você tiver vaidade e quiser você mesma lançar as propostas, eles não deixarão passar”.

Narriman Xavier

Ilustração 12 – Narriman Xavier

Narriman Xavier, nascida em 07/02/1965, divorciada, um filho e duas filhas, radialista, foi eleita vereadora em Guarabira, no interior da Paraíba, para o mandato 1993 - 1996. Em 1996, foi reeleita, porém impedida de assumir o mandato por razões judiciais. Em 1998, foi declarada eleita para a Assembleia Estadual, pelo PFL, com 12.292 votos, mas, após a recontagem de votos, outra candidata lhe ultrapassou. Ela abandonou a profissão de radialista e a política; atualmente, exerce a advocacia.

1.1.12 Narriman Xavier

Narriman nasceu em Campina Grande porque na cidade onde a família morava, Logradouro, não tinha maternidade. Seu pai era agente do IBGE, e sua mãe doméstica, embora tivesse estudado e fosse, na visão da filha, uma pessoa culta. Narriman é a mais velha e a única mulher dos três filhos. A família mudou-se para Guarabira³⁰ quando ela tinha doze (12) anos.

Quando terminou o ginásio (primeira fase do fundamental) Narriman se mudou para a casa da avó, em João Pessoa, para continuar os estudos. Dava aulas particulares e, “morando de favor”, ajudava nos serviços domésticos. Em 1982, retornou à Guarabira para cursar Letras numa faculdade particular, onde começou sua militância estudantil contra os abusos nas mensalidades. Em Guarabira foi convidada para fazer um teste na Rádio da cidade. Foi a primeira barreira enfrentada como mulher, pois na Rádio só havia homens, e a direção lhe recebeu com enorme desinteresse. A título de teste, Narriman recebeu a incumbência de fazer uma reportagem em dois dias.

Sem noção do que realmente isso significava, sem orientação ou pauta, Narriman, já no segundo dia, se deparou com sua reportagem: um rapaz baleado, caído no chão. “Sem saber nem como é que começava uma matéria”, saiu entrevistando as testemunhas e conquistou o emprego. Mas logo foi demitida, pois “as mulheres dos homens lá começaram a sentir ciúme e pediram a demissão. [...] Porque eu era uma liberal, né?”.

Em 1983, Narriman casou e, no ano seguinte, nasceu o primeiro filho. Na ocasião já estava com o casamento desfeito e ainda terminando o curso de Letras. Logo foi convidada para retornar à Rádio onde dirigiu um programa de variedades

³⁰ Situada na Mesorregião do Agreste Paraibano, Guarabira possui, segundo o IBGE, 55.700 habitantes. Dista de João Pessoa 98 km.

que ia ao ar todos os dias e tinha, segundo contou, 95% da audiência. “Policial é o que eu mais gosto. [...] acho que sou a única mulher na Paraíba que faz programa nesse estilo. Geralmente é mais disk-jockey... ou então, aquela coisa social... “

Seu interesse por política começou em 1992, quando foi indicada para concorrer a uma vaga na Câmara Municipal, provavelmente para compor o número das recém-criadas cotas eleitorais, que beneficiou as mulheres. “[...] Parece que era para completar umas vagas [...] ninguém dava crédito a uma radialista, sem dinheiro. [...] Mesmo assim, me candidatei e fui a mais votada: mil votos”.

Narriman afirmou que seus votos foram oriundos do eleitorado de baixa renda, que lhe admirava em virtude de sua coragem e desempenho no rádio. “[...] não sou de distribuir feirinha. O povo gosta justamente porque eu digo o que eles têm vontade de dizer e não têm coragem”.

Segundo Narriman, a campanha foi feita “sem nada” além da voz, e de pequenas contribuições de admiradores anônimos. Na época, estava no PDT. Em seguida, filiou-se ao PFL, mas disse que seu vínculo com o partido foi circunstancial, decorrente de seu posicionamento no arranjo das forças locais. Portanto, resultado de uma inimizade política e pessoal: “[...] eu sou a única oposição ao deputado de lá, que é perseguidor. Eu sou a única que tem coragem de dizer isso aqui, no rádio e em qualquer lugar”.

Narriman cumpriu seu primeiro mandato de vereadora de 1992 a 1996, isolada, pois rompeu com o prefeito de sua coligação depois de cobrar as promessas de palanque. Nesse período, descobriu que fazer projeto “[...] não serve pra nada, pois, no fim das contas, o prefeito faz o que quer”.

Ao final do mandato, o prefeito concedeu uma entrevista na Rádio onde Narriman trabalhava e, no dia seguinte, requereu judicialmente a gravação. A radialista não entregou a gravação no prazo e um inquérito foi instaurado, o que resultou na sua demissão e condenação a um ano de trabalho voluntário no abrigo dos velhos: “O Artigo 330, desobediência”. Por pouco não perdeu o mandato, mas o

episódio lhe rendeu, nas eleições municipais de 1996, o impedimento de reassumir uma cadeira na Câmara, mesmo tendo sido eleita.

Na campanha à Assembléia Legislativa, em 1998, mais uma vez sem recursos, mas empregada na rádio e contando com pouco apoio, Narriman entrou para ganhar, “com a voz e a coragem”, porém sofreu novo revés. Já estava declarada eleita, com 12.292 votos, quando um candidato a deputado federal pediu recontagem, e nesse processo, outra candidata a deputada estadual, cuja diferença para Narriman era de 59 votos, conquistou o mandato em seu lugar. Na ocasião, estava terminando o curso de Direito e pretendia fazer da advocacia popular sua nova frente de batalha.

A vida atribulada de Narriman teve o apoio de sua mãe que cuidou dos três filhos, ainda crianças, na ocasião da primeira candidatura. Ela disse que seus filhos não reclamavam. Entretanto, seu estado civil e situação familiar, sendo público que seus filhos têm diferentes pais, já foram objetos de ataque político. Depois da derrota, na eleição de 1998, foi pintado, num muro próximo à sua casa, um gato com uma piranha na boca e três crianças chorando e perguntando: “quem é meu pai?”

As discriminações vividas reforçam sua simpatia para com as causas feministas. Como parlamentar, pediu uma Delegacia da Mulher para Guarabira e, no seu programa de rádio, reivindicava igualdade de direitos entre homens e mulheres. Na polêmica questão da legalização do aborto, é francamente favorável à liberdade de decisão da mulher. Ela não é religiosa no sentido tradicional, mas se diz uma pessoa forte e de muita fé.

“[...] eu não tenho tempo pra estar chorando... tenho que ir a luta, né? É aquela história do medo da barata: você tem medo da barata, porque você tem quem mate a barata, eu nunca tive quem matasse... eu tinha que ir matar. Né? Ou então conviver com ela...”

Olenka Maranhão



Ilustração 13 – Olenka Maranhão

Nascida em 03/01/1970, foi eleita prefeita de Cacimba de Dentro - PB, aos 22 anos, em 1992. Sobrinha de José Maranhão, ex-governador da Paraíba, reeleito em 1998, ano em que Olenka alcançou 43.738 votos, pelo PMDB, a maior performance eleitoral, na história do estado, até então. Casou-se no fim do primeiro mandato, em 2001. Reelegueu-se deputada estadual em 2002, com 33.740 votos e, em 2006, com 28.669 votos.

1.1.13 Olenka Maranhão

Aos 28 anos, em 1998, Olenka Maranhão foi eleita para a Assembléia Legislativa com a maior votação já obtida por um candidato a deputado estadual na história da Paraíba. Seu sucesso eleitoral reflete o índice de popularidade e a influência de seu tio, José Maranhão, reeleito ao Governo do Estado no mesmo ano.

Olenka nasceu em João Pessoa e pertence a uma família com tradição política na Paraíba. Além do tio, que retornou à cena política após ter sido cassado em 1968, e do pai, Nilton Pedrosa que, depois de aposentado da magistratura, também exerceu um mandato de deputado estadual, tem o modelo da mãe, Vilma Maranhão, ex-prefeita de Araruna. Seu único irmão também é político e já foi prefeito em Araruna e deputado federal. A carreira política de Olenka teve início na prefeitura de Cacimba de Dentro³¹, mas o seu aprendizado em política, desde a infância, seguiu os passos da mãe, que é o seu referencial de mulher e política.

A mãe, separada do pai de Olenka, conciliava o trabalho político no interior com a orientação, à distância, da filha e do filho caçula, sem, segundo Olenka, discriminações de gênero. A imagem de herdeira política do tio ex-governador é rechaçada por Olenka, apesar de reconhecer a importância eleitoral de um sobrenome influente e tradicional que, somado a outros fatores, como seu próprio trabalho junto às comunidades interioranas carentes, lhe garantiram o sucesso eleitoral desde sua primeira campanha para prefeita, em 1992.

Morando e estudando em João Pessoa desde a infância, Olenka diz que também se educou no convívio com as comunidades rurais; que foi a vivência do contraste entre esses dois mundos que despertou seu compromisso com o “interior”.

³¹ Cacimba de Dentro está localizado na microrregião do agreste paraibano. De acordo com o IBGE, em 2006, sua população era estimada em 16.185 habitantes. Área territorial de 181 km². Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/cacimbadedentro>> acesso em 03.mar.2008

Opondo-se a pecha de herdeira, declara que não foi criada para ser política e que fazer política foi uma opção pessoal, decorrente da convivência e do envolvimento que teve desde cedo com a política, “[...] como é para qualquer cidadão optar pela profissão de médico, advogado... Se bem que política não é uma profissão, não é encarada por mim assim, [...] porque eu sempre estudei, sempre trabalhei, sempre procurei exercer outra atividade.”

Sua ascensão à Assembléia Estadual e o sucesso eleitoral são explicados, por Olenka, pela ausência de um representante do Curimataú³² naquela instância e pelo seu próprio envolvimento com a micro-região através de sua forma de fazer política no cotidiano, junto ao povo.

Para Olenka, a única dificuldade enfrentada como mulher, ao fazer política, está relacionada ao ceticismo machista quanto à legitimidade de sua opção pessoal por esta atividade. Mas acha que os colegas já são menos machistas e sentem “admiração pela conquista desse espaço pela mulher.”

O que mais a incomoda na política é o desvirtuamento “da imagem da classe política em geral, como se todo mundo fosse farinha do mesmo saco, enquanto que a gente vê que a grande maioria dos políticos tem grande compromisso com o povo”. Em compensação, o que mais a gratifica na atividade política é “ter esses instrumentos de mudar, de procurar um pouco de justiça social, lutar por direitos, direitos legítimos.” Pessoalmente, ela considera que tem as qualidades necessárias para o convívio no mundo da política.

Avaliando a importância das mulheres fazer política, Olenka atribui às mulheres que conseguiram mandatos representativos o compromisso de lutar para garantir e ampliar os seus direitos. Jovem, atenta com os debates políticos da atualidade,

³² A microrregião do Curimataú oriental é uma das microrregiões da Paraíba pertencente à Mesorregião do Agreste Paraibano. Sua população foi estimada em 2006, pelo IBGE, em 96.388 habitantes, possuindo uma área total de 1.363,492 km², dividida em sete municípios: Araruna, Cacimba de Dentro, Campo de Santana, Casserenge, Dona Inês, Riachão e Solânea.

posiciona-se favoravelmente frente a proposta de legalização da prática do aborto, defendendo o livre arbítrio.

Da perspectiva de sua inserção natural no campo político, não vê a política de cotas para candidaturas femininas como uma conquista.

“[...] porque eu acho que a mulher está presente em todos os setores, em todas as atividades, então se não estabelecem uma cota em nenhuma outra atividade, porque na atividade política é necessário se estabelecer?. [...] no momento que você pleiteia uma candidatura você tem que analisar o mérito próprio, a história de luta, de participação, a história partidária, tudo isso tem que ser analisado. [...] não podemos jamais deixar passar essa idéia de fragilidade, que só atrapalha. Então, eu contesto essa cota de participação da mulher na política para não ressaltar essa idéia de fragilidade, que não existe: a mulher é tão forte quanto o homem, até mesmo mais.”

Socorro Marques



Ilustração 14 – Socorro Marques

Maria do Socorro Marques Dantas, nascida em 19/03/1934, oito filhos, economista, ex-prefeita de Vista Serrana (por dois mandatos de 1993 a 1996). Em 1998, conquistou uma vaga na Assembleia Legislativa, pelo PSDB, com 13.932 votos. Em 2002, tentou a recondução, mas não obteve sucesso. Foi secretária adjunta de Acompanhamento de Gestão no estado da Paraíba. Em 2006, foi reeleita para a Assembleia Legislativa da Paraíba, pelo PPS.

1.1.14 Socorro Marques

Socorro Marques é sertaneja de Desterro de Malta, atual Vista Serrana³³. Segunda filha entre 16 irmãos, com os quais teve as primeiras lições de política, pois sendo filha da herdeira do fundador da cidade, desde cedo ambientou-se com o poder. “[...] A casa da minha mãe sempre foi um palco de políticos [...] a gente já nasceu vendo a conversa política dentro de casa”.

Um tio prefeito, em Pombal, no tempo do governador Ruy Carneiro (1940-1945), outro em Desterro de Malta, na década de 1980, uma irmã vereadora, no município de Malta, na mesma época, vários parentes vereadores e um primo deputado estadual compõem a “pequena tradição familiar na política”.

Socorro casou com 18 anos e mudou para São Bento, outra pequena cidade do Sertão paraibano onde o marido tinha um comércio. Nos fins da década de 1960, já com sete filhos, toda a família se mudou para Pombal, também no Sertão. Lá, Socorro voltou a estudar, fez o técnico em contabilidade e, tendo concluído o curso normal, exerceu o magistério por treze anos. Ensinava durante o dia e estudava à noite, quando terminou o técnico, fez vestibular para Economia na cidade de Patos, para onde toda família se mudou. Mas a faculdade não era reconhecida, então Socorro convenceu o marido a se mudar para João Pessoa. No começo, ela contou que ele resistiu: “[...] os homens, vocês sabem... eles acham que vão ser chamados de barriga branca se acompanhar as idéias da mulher, né? Mas eu o convenci”.

Em João Pessoa, Socorro instalou um escritório de contabilidade. “[...] fazia o curso de Economia, ensinava, cuidava do escritório, dos oito meninos e de minha

³³ Fundada em 1963, Desterro de Malta mudou o nome para Vista Serrana, em 1991. Situada no sertão paraibano, tem, hoje, pouco mais de 3.000 habitantes. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/vistaserrana.pdf>> .Acesso em: 03.mar.2008.

casa que, modéstia à parte, era impecável. Meu marido me ajudava no escritório. Em casa, ele era mais de dar mau exemplo: era mulherengo, bebia...”

Formada, foi trabalhar na Fundação de Saúde do Estado da Paraíba – Fusep, e, em seguida integrou a equipe da Superintendência dos Estádios da Paraíba – Sudepar. Após um ano, voltou para a Secretaria de Educação, onde mantinha vínculo como professora, trabalhando no setor de orçamento. Nessa época, realizou um trabalho sobre a capacidade de endividamento do Estado da Paraíba, um trabalho que, segundo ela, foi bastante aplaudido, incentivando-a a barganhar um contrato como economista, mas o pedido foi indeferido.

A oportunidade veio através de uma seleção na Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba – Fiplan. “[...] me inscrevi, estudei e passei...” No novo cargo, Socorro foi encarregada de criar um modelo para o Fundo do Desenvolvimento do Estado – FDE, trabalho exitoso que lhe rendeu a Sub-Coordenadoria do FDE, onde trabalhou durante dois anos. “Era o FDE, através de projetos, que distribuía os recursos para todos os órgãos do Estado e Prefeitura. Adquiri muito conhecimento e influência nesse tempo.”

Depois de dois anos no FDE, foi convidada para ser prefeita de Desterro de Malta. Nessa época, Socorro enfrentou muita resistência por parte do esposo. “Ele achava que eu ia desarticular a vida. [...] tínhamos o escritório, eu já estava com emprego bom, ganhando bem e morando na praia.” Apesar da oposição do esposo, foram mais fortes os apelos da mãe, e Socorro se candidatou à prefeitura de sua cidade natal. “Minha mãe ainda era viva e pediu muito para que eu fosse e desse um jeito na cidade.”

Eleita com uma votação expressiva, Socorro foi uma das primeiras mulheres a ser prefeita na Paraíba. “Fui uma das pioneiras, isso em 1982”. A dificuldade nesta primeira disputa não estava nas eleições. Afinal, Socorro era sobrinha do prefeito na ocasião e herdeira da fundadora da cidade. Mas na resistência de seu marido e nas condições da própria cidade. Assumir a Prefeitura de uma cidade nas condições de

Desterro de Malta significava mais uma abnegação do que uma aspiração, sacrifício que, segundo Socorro, fazia para realizar o sonho da mãe.

Ao aceitar o desafio, Socorro praticamente construiu uma cidade. Ela conta que só existia uma máquina de datilografia para toda municipalidade, que o colégio estava fechado e as repartições sujas. Logo equipou e limpou as repartições, abriu o colégio, construiu um novo cemitério, abriu avenidas, reformou a torre da igreja, fez uma praça, entre outras obras que, segundo conta, chamaram a atenção da população em virtude do pouco tempo em que tudo foi feito.

No entanto, Socorro diz que a obra mais importante foi a geração de emprego e renda: tendo morado em São Bento – cidade conhecida na região pela sua produção de redes. Com a experiência e as amizades que tinha, começou a avalizar carregamentos de redes para o pessoal de Vista Serrana. Depois de ter firmado o comércio, montou uma fábrica de redes. Hoje, a indústria e o comércio de redes são as principais atividades econômicas do município.

De acordo com Socorro, seu sucesso foi conquistado mediante realizações concretas. Matriarca e patrona da cidade, ela vê sua influência estender-se na região e conta, sem modéstia, que “faz” os prefeitos de Vila Serrana desde seu primeiro mandato. Ela percebe mudanças na forma de fazer política e é no contexto dessas mudanças que ela situa as possibilidades de atuação da mulher.

“Acabou o tempo de briga de galo, o que vence hoje é a determinação, a competência e inteligência, não se consegue conquistar objetivos com a força. A mulher é muito diferente do homem na política, porque ela leva muito pelo lado do coração... e consegue as coisas com mais facilidade”.

Zarínha



Ilustração 15 – Zarínha

Maria do Rosário Gadelha Sarmiento Leite, conhecida por “Zarínha”, nascida em 17/12/1940, um filho e uma filha. Por três vezes, antes de candidatar-se, foi primeira-dama de Cajazeiras - PB. Em seu primeiro pleito eleitoral, conquistou o mandato de deputada estadual, pelo PFL, alcançando 12.233 votos. Desde então, não concorreu mais em processos eleitorais.

1.1.15 Zarinha

Maria do Rosário Gadelha Sarmiento Leite nasceu em Souza³⁴. Ladeada por dois irmãos, seu pai era um pequeno industrial e sua mãe doméstica. Deixou a cidade aos doze anos para estudar em Cajazeiras³⁵ onde casou e ficou.

Zarinha, como era chamada pela mãe, adotou o codinome na política, pois era como todos a conheciam. Estudou interna em colégio de freira, de onde fala com carinho. Na adolescência, reivindicou sair do internato já que “como sagitariana de 17 de dezembro, meu espírito é de liberdade”.

Começou então a cursar o pedagógico. Foi nessa época que, com 18 anos, conheceu Epitácio Leite, médico, na ocasião, vice-prefeito de Cajazeiras, com quem casou aos 22 anos, momento em que o marido era prefeito de Cachoeira dos Índios, cidade sertaneja nas proximidades de Cajazeiras. O casamento com o médico foi também um casamento com a política e com Cajazeiras.

No entanto, Zarinha ressalta que o seu envolvimento político tem antecedentes familiares: sua mãe era de uma família tradicional de políticos, “os Gadelhas”.

O gosto pela política desabrochou com a convivência e os ideais compartilhados com o marido, acompanhado-o na política de Cajazeiras. Assim, sua vida pessoal se entremeava com a vida pública do marido até que, finalmente, sua militância político-partidária resultou em sua candidatura à Assembléia Estadual, em 1998, aos 56 anos. “[...] Eu levei essa vida visitando os bairros de Cajazeiras, fazendo política e assistindo o povo. Minha vida tem sido essa há mais de 30 anos”.

³⁴ No sertão paraibano, Souza, segundo o IBGE possui 5.500 habitantes.

³⁵ Localizada no alto sertão paraibano, Cajazeiras foi fundada em 1873 e tinha, em 2007, segundo o IBGE, 57.642 habitantes, distribuídos numa área de 586,275 km². (Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>> Acesso em: 03/mar.2008)

Epitácio Leite foi eleito deputado estadual em 1966. Dois anos mais tarde se elegeu prefeito de Cajazeiras (1968 – 1972). Entre 1972 e 1982, Zarinha diz que o marido “passou um período na hibernação, afastado da política e dedicando-se só à medicina”. Em 1982, ele voltou à política como candidato a prefeito. Eleito, exerceu o mandato até 1988. Mesmo nos períodos em que não era candidato, participava da política junto com a esposa.

Na eleição de 1992, o marido candidatou-se outra vez a prefeito e foi derrotado. Em 1994, elegeu-se para a Assembléia Legislativa e, novamente, na metade do mandato, se candidatou, com sucesso, para o executivo municipal. Após sua eleição, foi lançado o nome de Zarinha para deputada estadual: “[...] O povo foi que lançou”.

Embora só em 1998 tenha enfrentado uma eleição como candidata, Zarinha tinha experiência partidária, tendo atuado inicialmente no PDT, e, a partir de 1997, no PFL. Seu marido pertencia aos quadros do PMDB que, em Cajazeiras era coligado com o PFL, nas eleições de 1998.

Além do marido, Zarinha também atribui à ex-deputada Lúcia Braga o aprendizado político recebido durante as campanhas dos respectivos maridos. “[...] A gente saía junto de casa em casa, comendo o pezinho da galinha... [...] Lúcia Braga, transmite a experiência para a gente”.

Pela dedicação ao marido e pelo espírito de conciliação partidária, Zarinha declarou que nunca lutou por uma candidatura a qualquer cargo eletivo, “[...] Eu queria era a vitória dele acima de tudo. No meu íntimo, eu me questionava”. Apesar disso, diz que foi tomada de surpresa pelo lançamento de seu nome à Assembléia Legislativa, sentimento compartilhado pelo filho, “um rapaz de 26 anos, médico,” e pela filha, “uma menina formada em Direito”. Mas, “a coisa foi tomando forma, e saía em rádio e lá vai..., todo mundo falando..., eu fui me acostumando com a idéia”.

Eleita praticamente com os votos de Cajazeiras e Cachoeira dos Índios, sua vitória só foi proclamada após recontagem de votos em outra região do estado. Assimilar a vitória constituiu uma experiência forte, conforme confessa, com

sinceridade: “[...] com a campanha, com a derrota, nada; mas com a vitória, tive até depressão. Acho que foi o impacto, a mudança brusca na minha vida, que eu nunca tinha sido política”.

A mudança de vida e o novo papel representaram um desafio inesperado, mas Zarinha também se disse disposta a aprender a exercer bem o seu novo papel, atendendo às formalidades do cargo, discursando no microfone. Ressalta, porém, que mais importante que a palavra é a ação, e que não pretende se descuidar do papel de assistência que sempre exerceu. Só que, a partir de agora, é ela quem vai precisar de um colaborador “[...] para ficar fazendo aquele trabalho que eu fazia quando Eptácio estava como deputado: internar um doente, ir ao IML procurar uma pessoa de Cajazeiras, transladar corpos”.

Indagada sobre sua independência política em relação ao marido e, particularmente, sobre se a sua eleição teria se dado meramente por influência de Eptácio Leite, enfatiza a longa parceria política do casal e a sua própria contribuição à carreira política do marido. “[...] Eu tive a minha parte. Dizem que na vida política dele eu sou peça importante”.

Acredita que a mulher já conquistou um lugar na sociedade e que, na política, “a mulher vai dar uma contribuição diferente porque é mais perspicaz, mais humana”.

“Eu acredito que o mundo vai ser melhor. Com a participação da mulher, as peculiaridades da mulher vão se juntar com as do homem para a gente fazer um trabalho melhor, para buscar um mundo melhor.”

1.2 Síntese das narrativas

Buscaremos aqui uma síntese das quinze narrativas, no intuito de permitir uma visualização do conjunto, para retomarmos posteriormente, mais especificamente no capítulo 4. Já se pode perceber que nos remeteremos a um grupo muito heterogêneo no que se refere às origens sócio-política, histórias pessoais, disposições e personalidades, impedindo a utilização de esquemas explicativos rígidos e definitivos, bem como a utilização de categorias clássicas para aferição de explicações.

Entre as quinze (15) mulheres entrevistadas, apenas de sete (07) não se pode dizer que houve algum tipo de patrimônio herdado de sua família de origem, sendo que, entre elas, cinco (05) receberam algum capital político. Entre as que receberam esse tipo de capital, apenas uma não pode ser considerada herdeira também de capital sócio-cultural, pelas humildes condições materiais de sua família. Quanto ao capital sócio-cultural, acesso e estímulo à educação escolar, redes de convívio e aprendizado com pessoas e grupos culturalmente valorizados e politicamente prestigiados, consideramos que sete (07) mulheres o receberam.

No que se refere à profissão dos pais, pode-se observar uma “coincidência” entre as famílias, que legaram algum tipo de herança política ou sócio-cultural, e aquelas cujos pais atuavam em profissões de maior prestígio social, sendo que a maioria das mães das entrevistadas atuava como dona-de-casa. Entre as que declararam ocupação / profissão materna, além de dona-de-casa, duas eram funcionárias públicas, uma industriária, uma costureira e uma política.

Quanto à idade que as entrevistadas começaram a atuar na política, sete (07) declararam terem começado sua atuação antes dos 23 anos. Destas três (03) declaram que essa entrada se deu através da militância no movimento estudantil, e uma (01) também participou no movimento dos direitos humanos, e uma (01) do movimento sindical. As quatro (04) outras começaram participando de campanhas

políticas partidárias de candidatos familiares, sendo duas (02) para elegerem o esposo, uma (01) nas campanhas paternas, e outra, nas campanhas da mãe.

Observe na tabela abaixo que a entrevistada que mais cedo ingressou na política só concorreu a um cargo eletivo com quarenta e seis (46) anos, trinta (30) anos (30) após sua entrada no campo. As três (03) mulheres que mais tarde se candidataram eram esposas de políticos. Uma delas, (Zarinha), trinta e quatro (34) anos após participar pela primeira vez da campanha do esposo. A que mais cedo concorreu a um cargo eletivo (eleita prefeita) (Olenka Maranhão), com vinte e dois (22) anos, tinha a mãe como modelo de mulher na política. Depois desta, as mais jovens candidatas não receberam legados familiares para a carreira política (Narriman e Cozete).

Tabela 1 - Distribuição das entrevistadas segundo o capital da família de origem, profissão dos pais e idade de ingresso na política

	Capital da Família de Origem		Profissão do pai e da mãe quando diferente de dona-de-casa	Idade de ingresso na política			
	Político	Sócio-cultural		Militância*	Campanha	Partido**	1ª candidatura
Aracilba			Alfaiate/ costureira	16	30	30	46
Cozete		Sim	Industrial / Industriária	18	26	26	32
D. Dida			Comerciante	-	38	38	44
Edina			Comerciante		(***)		
Estefania	Sim		Func. da usina-político	-	30	34	44
Francisca			Pequeno comerciante	-	21	51	51
Gianina			Caminhoneiro / func. pública	-	29	29	35
Iraê	Sim	Sim	Político	-	17	18	40
Lúcia	Sim	Sim	Magistrado	-	47	47	51
Lucinha			Caminhoneiro/ visitadora sanitária	-	33	33	40
Nadja		Sim	Médico	22	35	35	35
Narriman			Func. publico	-	27	27	27
Olenka	Sim	Sim	Magistrado / política	-	18	18	22
Socorro	Sim	Sim	Fazendeiro				48
Zarina		Sim	Industrial		22	22	56

(*) militância em sindicato ou movimento popular / (**) considerada a filiação formal / (***) não declarou idade

Fontes: RABAY e CARVALHO, 2007, ampliada e atualizado pela autora.

<www.tse.gov.br> . Acesso em: 22/jul. 2006

Quanto ao estado civil das entrevistadas por ocasião de sua primeira candidatura, a maioria (11) era casada, sendo duas (02) viúvas, uma (01), divorciada, e uma (01), solteira. Pode-se dizer que oito (08) das entrevistadas adquiriram ou cresceram seu patrimônio / capital político em consequência do casamento. Entre estas, exceto as viúvas, todas declararam ter recebido apoio do esposo por ocasião das candidaturas. Apenas duas mulheres declararam não ter recebido apoio incondicional do esposo para as candidaturas: nenhuma delas era casada com políticos influentes.

Só Olenka Maranhão, entre as entrevistadas, não tinha filhos por ocasião da primeira candidatura. A média de filhos entre as entrevistadas foi de 3,14, sendo que apenas uma tinha um filho, seis (06) tinham dois filhos, e uma das entrevistadas tinha oito (08) filhos por ocasião da primeira candidatura. Ressaltamos, no entanto, que a maioria (11) das mulheres não tinha filhos crianças, (menores de doze (12) anos) por ocasião da primeira candidatura.

A respeito da escolarização, somente uma das entrevistadas não possuía ensino superior, predominando os cursos tidos tradicionalmente como femininos (letras, pedagogia, psicologia e história), que foram escolhidos por sete (07) das entrevistadas. Note-se que há predominância dessas escolhas entre as esposas de políticos. Entre elas quatro (04) declaram nunca ter exercido a profissão ou não estarem exercendo por ocasião da sua primeira candidatura, em virtude do envolvimento com a vida política do esposo. Aracilba, Cozete, Iraê, Nadja, Narriman e Olenka, que não eram casadas com políticos influentes, por ocasião da primeira candidatura, são formadas, ou exerciam profissões não tradicionalmente femininas (engenharia, analista de sistemas, publicidade, advocacia, radialismo e advocacia, respectivamente).

Tabela 2 - Distribuição das entrevistadas segundo o estado civil por ocasião do 1º pleito, aquisição de capital político com o casamento, apoio marital, número de filhos, escolarização e profissão / ocupação anterior

	Estado civil*	Aquisição de capital político com o casamento	Apoio do marido	Nº de filhos*	Filhos < 12 anos*	Escolarização*	Profissão / ocupação anterior
Aracilba	Viúva	Não		02	Não	Engenheira	Func. pública Executiva Política
Cozete	Casada	Não	Não	02	Sim	Analista de sistemas	Func. pública Dirigente sindical
D. Dida	Casada	Sim	Sim	02	Não	Letras	Professora, Primeira-dama
Edina	Casada	Sim	Sim	07	Não	Economia e história	Professora, administradora
Estefania	Casada	Sim	Sim	04	Não	fundamental	Usineira primeira-dama
Francisca	Viúva	Sim	-	01	Não	História e Pedagogia	Primeira-dama
Gianina	Casada	Sim	Sim	03	Sim	Direito	Func. Pública
Iraê	Casada	Não	Sim	02	Não	Publicitária	Ass.parlam. Func. Pública
Lúcia	Casada	Sim	Sim	02	Não	Serviço Social	Primeira-dama
Lucinha	Casada	Sim	Sim	03	Sim	Psicologia	Educadora, Primeira-dama
Nadja	Casada	Não	Sim	03	Não	Direito	Advogada Bancária
Narriman	Divorciada	Não	-	03	Sim	Letras e Direito (em conclusão)	Radialista
Olenka	Solteira	Não	-	-	-	Direito	Estudante / advocacia
Socorro	Casada	Não	Não	08	Não	Economia e contabilidade	Contadora, Func. Pública, Executiva Política
Zarinha	Casada	Sim	Sim	02	Não	Letras	Primeira-dama

(*) foi considerada a situação durante o primeiro pleito eleitoral

Fontes: RABAY e CARVALHO, 2007, ampliada e atualizado pela autora.

<www.tse.gov.br> . Acesso em: 22/jul. 2006

A maioria (11) das entrevistadas acumulou capital político para a primeira candidatura através da rede de parentesco. Destas, oito (08) exerceram o papel de primeira-dama, antes de se lançarem pela primeira vez em pleito eleitoral. As outras três (03) são filhas ou parentes de político influentes, e essa referência foi usada na primeira campanha.

Para as quatro (04) mulheres que não tiveram a família como esteio político, duas (02) se referiram ao movimento estudantil como um local de formação política, embora não tenha sido esse espaço o imediatamente ocupado antes da primeira candidatura. Os lugares indicados como conferidores do capital necessário para primeira candidatura foram: o sindicato, o partido e o rádio.

No que se refere à vinculação partidária, sete (07) entrevistadas trocaram pelo menos uma vez de partido, tendo havido mudanças entre o partido da primeira filiação e o partido pelo qual disputou o último pleito. O PMDB é o partido com o maior número de representações, seguido pelo PFL, atual DEM, pelo qual, no último pleito, três (03) das entrevistadas concorreram.

As mulheres entrevistadas disputaram no conjunto cinquenta e nove (59) eleições, sendo que quatro (04) delas disputaram apenas uma (01) vez; uma (01) disputou oito (08) vezes, e duas, sete (07) vezes.

Tabela 3 - Distribuição das entrevistadas segundo o lugar de acúmulo de capital político anterior a 1ª. candidatura, vinculação partidária e o número de eleições disputadas e vitoriosas

	Lugar de acúmulo de capital político anterior a 1ª candidatura	Vinculação partidária		Número de eleições até 2006	
		1º filiação	No último pleito	disputadas	vitoriosas
Aracilba	Movimento estudantil Dirigente de partido	PMDB	PMDB	1	0
Cozete	Movimento estudantil / Dirigente sindical e partidária	PT	PT***	7	2
D. Dida	Primeira dama	PDS	PTB	7	3**
Edina	Primeira dama / Secretária de Ação Social	PFL	PSDB	1	1
Estefania	Primeira dama / Secretária de Ação Social	PMDB	PMDB	5	2
Francisca	Primeira dama / assessora parlamentar	PMDB	PMDB	5	4
Gianina	Primeira dama	PT	Sem partido	1	1
Iraê	Filha de Senador / Assessora Parlamentar / Superintendente de Órgão Público	PMDB	PMDB	3	3
Lúcia	Primeira dama / Presidente da Fundação Social do Trabalho	PFL	PMDB	6	4
Lucinha	Primeira dama / Coordenadora Do Programa Saúde da Família	PFL	PFL	1	1
Nadja	Líder Sindical	PDT	PSB	8	2
Narriman	Rádio	PDT	PFL	3	1
Olenka	Filha, sobrinha e neta de políticos	PMDB	PMDB	4	4
Socorro	Filha da fundadora da cidade / Func. pública executiva	PDS	PPS	5	3
Zarinha	Primeira dama	PDT	PFL	2	1

(*) foi considerada a situação durante o primeiro pleito eleitoral

(**) Consideramos a vitória nas urnas, mas em 1982, Dona Dida, não tomou posse, sua candidatura foi considerada inelegível, pelo TRE.

(***) Em 2007, Cozete Barbosa foi expulsa do PT e recorreu da decisão que ainda tramita internamente no partido.

Fontes: RABAY e CARVALHO, 2007, ampliada e atualizada pela autora.

<www.tse.gov.br> . Acesso em: 22/jul. 2006

Apenas três (03) das entrevistadas postularam, na primeira candidatura, o cargo de vereadora. Nenhuma delas possuía parentes na política. Entre as parentas de político, cinco (05) pleitearam o cargo no âmbito do executivo municipal, sendo quatro (04) para prefeita, e uma (01) para vice-prefeita; cinco (05), para o parlamento estadual, e uma (01), para o federal. Apenas uma das entrevistadas voltou a disputar cargo no âmbito do executivo municipal, como prefeita, depois de ter sido deputada estadual.

Atualmente nove (09) das entrevistadas encontram-se sem mandato eletivo. Uma exerce cargo em órgão público, sendo que três declararam intenção de não mais participar da política diretamente como candidata. Uma exerce mandato de prefeita numa cidade do interior e cinco (05) exercem mandato de deputada estadual.

Nos próximos dois capítulos vamos fazer considerações de ordem histórica e social, retomando as análises das narrativas em seus detalhes no capítulo 4. Acreditamos que os capítulos 2 e 3 vão permitir situar melhor as análises que serão feitas.

Tabela 4 - Distribuição das entrevistadas segundo os cargos postulados, número de votos obtidos na última eleição e lugar político ocupado em 2008

	Cargos postulados					Nº de votos na última eleição	Lugar político em 2008
	Na 1º candidatura (se anterior a 1998)	Em 1998	Em 2002	Em 2006	Outros cargos disputados		
Aracilba		Dep.Federal	-	-	-	9.256	Cargo em órgão público
Cozete	Vereadora	Senadora	-	-	Vice-prefeita (2000) / prefeita(2004)	18.798	
D. Dida	Prefeita	Dep Estadual	Dep Estadual	-	Prefeita (2004)	6.084	Prefeita de Itabaiana-PB
Edina		-	Dep Estadual	-	-	30.536	
Estefânia	Prefeita	Dep Estadual	Dep Estadual	Dep Estadual	-	5.927	
Francisca	Vice-prefeita	Dep Estadual	Dep Estadual	Dep Estadual	-	36.323	Dep Estadual
Gianina		-	Dep Estadual	-	-	11.310	
Iraê		Dep Estadual	Dep Estadual	Dep Estadual		22.641	Dep Estadual
Lúcia	Dep. Federal	Dep Estadual	Dep. Federal	-	Governadora (1994) / Prefeita(1996)	72.449	
Lucinha		-	Dep. Federal	-	-	20.782	
Nadja	Vereadora	Dep Estadual	Dep. Estadual	Dep Estadual	Dep. Federal (1994) Prefeita(1996)	17.595	Dep Estadual
Narriman	Vereadora	Dep Estadual	-	-	-	11.972	
Olenka	Prefeita	Dep Estadual	Dep Estadual	Dep Estadual	-	28.669	Dep Estadual
Socorro	Prefeita	Dep Estadual	Dep Estadual	Dep Estadual	-	13.887	Dep Estadual
Zarinha		Dep Estadual	-	-	-	12.234	

Fontes: Fonte: <www.tse.gov.br> . Acesso em: 22. jul. 2006

2 UM LUGAR EM CONQUISTA

2.1 O feminismo “bem comportado”³⁶ conquista o voto

Documentos históricos registram o debate das mulheres pela sua emancipação desde a antigüidade grega. A poetisa Safo, de Lesbos (séc. VII A.C.), no que sobrou de sua obra, deixava entrever sua incompreensão a respeito da desigualdade política e social entre homens e mulheres. Depois dela, há escritos demonstrando que essa inconformidade esteve presente entre muitas intelectuais e pensadoras ao longo da história da humanidade. Apesar disso, foi no século XIX que a idéia de direitos iguais à cidadania, pressupondo igualdade entre os sexos, impulsionou o feminismo que se organizou, tornando-se reconhecido enquanto um movimento social.

Os primeiros papéis que registram claramente a reivindicação feminina pela inclusão da mulher como cidadã, com direitos políticos, podem ser encontrados em documentos do século XVIII. Neles, as mulheres exigiam um lugar respeitável no mundo, para além dos muros de suas casas ou conventos. O contexto político e cultural das Revoluções Industrial e Francesa é tido como responsável pela formação das novas idéias que marcam o mundo moderno, entre elas, o feminismo³⁷. Mas isso não significa que as reivindicações pelos direitos políticos das mulheres tenham sido compreendidas ou incorporadas, na conjuntura das mudanças revolucionárias.

Durante o período do Terror da Revolução Francesa, foram executadas mais de três mil pessoas, especialmente acusadas de fidelidade ao rei, entre elas, cerca de quinhentas mulheres, cuja maior acusação foi de “ter querido ser homem e ter

³⁶ Expressão usada por Céli Pinto, no livro **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

³⁷ Embora o termo feminismo já fosse utilizado na época, hoje, o que se entende por feminismo pode trazer diferenças importantes, tanto no conteúdo das reivindicações quanto nas táticas de luta. Por isto, muitas autoras se referem à década de 1960, quando mencionam o surgimento do feminismo.

esquecido as virtudes próprias de seu sexo”, como está escrito na petição na qual Robespierre pede a execução da líder feminista e filósofa Olympe de Gouges, executada em 1793. Dois anos antes, Gouges havia elaborado a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em contraposição à declaração dos Direitos do Homem (TOSCANO e GOLDEMBERG, 1992, p.45). No artigo X da Declaração, Olympe de Gouges havia escrito:

Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio; a mulher tem o direito de subir ao patíbulo deve ter também o de subir ao pódio, desde que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

Apesar do importante papel das mulheres nos primórdios da Revolução Francesa, esboça-se, no século XIX, segundo Michelle Perrot (1992, p.179), um relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público. Esse retraimento é parte das conseqüências das perseguições às mulheres que reivindicavam ampliação de direitos políticos e do retorno de um discurso sobre a diferença dos sexos – agora apoiado nas descobertas da medicina e biologia naturalista, que explicam as diferenças sociais através de características biológicas.

Neste contexto, também se reforça a constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino, havendo um super investimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas, em especial, no reforço à maternidade e à figura da mulher/mãe no espaço do lar.

Inexistente no nível político, forte, mas contido dentro da família, o lugar das mulheres no século XIX é extremo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético. A Igreja celebra o culto da Virgem Maria, cujas aparições geram grandes peregrinações. Os saint-simonianos sonham com a salvação por obra da Mãe, vinda do Oriente. A República encarna-se numa mulher, a Marianne. Poetas e pintores cantam a mulher, na mesma proporção de sua misoginia cotidiana. (Perrot, 1992, p.182).

Apesar dessa retração, no fim do século XIX surgiram no ocidente as primeiras organizações femininas com objetivos de lutar pela ampliação dos direitos políticos da mulher, em especial, pelo direito ao voto.

2.1.1 A luta pelo voto no Brasil e na Paraíba

No Brasil, há registros de grupos de mulheres que reivindicam por cidadania ainda no início do século XIX, através de cartas ou de publicações de circulação restrita. É o caso de um grupo de cem mulheres paraibanas, da Vila de Brejo de Areia, que, em 1823, assinou um manifesto externando o desejo de participar da vida política brasileira. O manifesto foi enviado ao jornalista e líder liberal Cipriano Barata (1762 – 1838), que o publicou no jornal *Sentinela da Liberdade*. Esse manifesto é uma das primeiras expressões coletiva do desejo de participação política feminina.

[...] Nós, metade da sociedade humana, considerando-nos na mais rigorosa obrigação de fazermos ver a V.Exc. (ou ao mundo inteiro) quão gratas lhe somos pelas indubitáveis provas de patriotismo, e liberalismo [...] produz nos ânimos nobres, tanto dos famigerados varões, como das ilustres matronas, os mais ardentes desejos de reassumir os seus direitos, [...] estamos na firme resolução (se preciso for) de unidas aos nossos esposos, pais, filhos e irmãos, lançando mão das armas e fazermos a mais cruenta guerra aos sectários do nefando despotismo. [...] (ALVES FILHO, 1999. p. 163).

Anos após a publicação desse manifesto, é o livro de uma jovem de apenas 22 anos, nordestina do Rio Grande do Norte, que marca o início do debate feminista, no Brasil. Nísia Floresta, tida como a primeira feminista brasileira, publicou, em 1832, em Recife, o livro “**Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens**”, inspirado na obra da feminista inglesa, Mary Wollstonecraft: **Vindications of the Rights of Woman**. Constância Duarte (1995) ressalta, em seu trabalho biográfico, que Nísia Floresta não fez simplesmente uma tradução, apontando os principais preconceitos

existentes no Brasil contra as mulheres, as causas desse preconceito, ao mesmo tempo em que tentava desmistificar a idéia dominante da superioridade masculina.

O livro de Nísia Floresta traduz o espírito libertário de uma mulher nascida numa época em que poucas tiveram o direito de aprender a ler. Mais tarde, surgem diversas outras publicações veiculando idéias voltadas para a luta pela emancipação feminina, em particular, o direito ao voto e à educação.

Durante o Brasil colonial, o acesso das mulheres ao ensino formal não era sequer discutido, e as poucas mulheres das classes mais abastadas que sabiam ler tiveram preceptoras ou parentes que lhes ensinaram o suficiente para não constranger seus futuros esposos.

Foi na primeira metade do século XIX, já no Império, que os legisladores estenderam às meninas o direito à escolaridade e, assim, apareceram as primeiras escolas destinadas à educação feminina, entendida como formação para o lar e para o cuidado de crianças, velhos e enfermos. Instituições cuja substância moral e religiosa garantia a cristalização e naturalização de um feminino entendido como suave, meigo e submisso. A educação secundária restringia-se a formação de professoras para o curso primário, já que era limitado o ingresso das mulheres a um curso superior.

Em 1881, um decreto imperial permitiu o acesso das mulheres aos cursos superiores, o que não modificou o quadro de exclusão das mulheres (BARROSO e MELLO, p. 47-77, 1975). No entanto, o acesso à educação se tornou uma marca das feministas que, individual e solitariamente, iniciam, no Brasil, a luta pelo direito das mulheres ao voto e à participação política. As intelectuais sufragistas, ao longo de sua luta, contaram, por vezes, com o apoio de políticos e intelectuais. José Bonifácio, por exemplo, em sua defesa do "voto de qualidade", advogou, em vão, pelo direito ao voto das mulheres tituladas em escolas superiores. (TABAK, 1989, p.37)

Foram as letradas as que primeiro reivindicaram o direito de votar e de ser votada, já no século XIX, ancoradas na legislação eleitoral³⁸ que facultava o voto aos portadores de títulos acadêmicos. Apesar da lei, foram poucas as mulheres que tiveram direito ao voto pautado nela.

O debate sobre a extensão do direito ao sufrágio às mulheres esteve presente na primeira constituição republicana brasileira, de 1891, e, apesar de ter ilustres defensores, a proposta não foi aprovada, pois, majoritariamente, os deputados e senadores constituintes, como o senador Muniz Freire, entendiam que ampliar o direito ao voto à mulher era “uma idéia imoral e anárquica” que decretava “a dissolução da família brasileira” e anulava seus “laços sagrados” (MUNIZ FREIRE apud TOSCANO, 1975, p. 34).

Mesmo contrariando a Lei Saraiva, durante a Constituinte de 1891, também as mulheres instruídas foram excluídas da plena participação política sob a justificativa de que elas não estavam preparadas para as artimanhas próprias dos processos eleitorais. Se por um lado, esse “cuidado” representava um preconceito, já que avaliava as mulheres como incapazes de discernimento, por outro, há de se considerar que a entrada das mulheres nas listas eleitorais tirava, naquele momento, a previsibilidade dos processos eleitorais extremamente viciados, podendo colocar sob ameaça a liderança estabelecida (MARQUES, 2006. p. 455).

Embora o texto constitucional não tenha proibido explicitamente as mulheres de votarem, a idéia da participação feminina na política não era sequer cogitada, e o uso dos termos no masculino não era só uma questão gramatical, significava mesmo apenas os homens.

Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos estados:

1º Os mendigos;

³⁸ Conhecida como Lei Saraiva, a Lei Eleitoral de 1890 estabelecia o voto direto para maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, não fazendo referência ao sexo do eleitor. (COSTA, 1998, p.92)

2º Os analfabetos

3º As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regras, ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

(Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1891 apud PINTO, 2003. p. 16).

Mas as militantes feministas não se conformaram com a derrota do projeto emancipatório na Constituinte e, em 1910, fundaram o Partido Republicano Feminino, cujo regimento defendia não apenas o direito ao voto, mas também emancipação e independência para as mulheres. Pode-se dizer que, embora muito pequeno, o Partido representou uma ruptura dos modelos organizativos esperados

simplesmente pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida. [...] poderiam ter criado um clube ou uma associação, mas preferiram criar um partido, tomando assim uma posição clara em relação ao objetivo de sua luta, isto é, se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera política. (PINTO, 2003, p. 18).

A República brasileira foi uma reação da oligarquia rural contra a estrutura política imperial, parlamentarista, centralizada e pouco representativa. Seus partidários, muito mais federalistas do que republicanos, inauguraram um sistema federativo de ampla autonomia estadual, sem que as estruturas de dominação estaduais fossem modificadas. Desta maneira, as estruturas de poder permaneceram constituídas pelos mesmos grupos dominantes do Império, destoando dos princípios liberais presentes na primeira Carta Magna republicana, aprovada em 1891. O resultado foi um sistema político baseado em acordos e pactos entre os coronéis regionais, liderados pelas duas mais ricas oligarquias estaduais brasileiras: São Paulo e Minas Gerais.

Na Paraíba, não ocorreram movimentos republicanos organizados pelo fim do Império, ainda que alguns tenham levantado as bandeiras abolicionista e republicana. Segundo a historiadora paraibana Eliete Gurjão (1999, p. 53), nem a defesa da autonomia para as províncias, para onde convergiam os republicanos em geral, atraiu os políticos locais que se mantiveram fiéis à monarquia. No entanto, uma vez proclamada a República e definidos os princípios federalistas, os coronéis paraibanos apressaram-se em se adequar ao novo arranjo.

Este modelo oligárquico, baseado numa política de troca de favores entre os coronéis, começou a apresentar sinais de desgaste na década de 1920, decorrentes de suas próprias contradições e de transformações econômicas e políticas, nacionais e internacionais que afetaram suas bases de sustentação. Foi neste contexto que o meio urbano brasileiro viu surgir uma cultura que começava a se diferenciar do meio rural oligárquico, testemunhando o surgimento do Partido Comunista do Brasil, a Semana de Arte Moderna e a fundação da primeira grande instituição brasileira destinada a lutar pelos direitos das mulheres: a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF.

2.1.2 As conquistas da primeira onda do Movimento Feminista no Brasil

As reivindicações pela ampliação dos direitos das mulheres e as idéias feministas finalmente se transformaram, no Brasil, em movimento social organizado, através da campanha pelo direito ao voto. Foi a Federação Brasileira para o Progresso Feminino - FBPF, criada em 1922, durante o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, que garantiu ao sufrágio, no Brasil, grande visibilidade e força. A FBPF articulou as lutas femininas pelo voto em praticamente todo o país, incentivando a fundação de organizações locais.

Posteriormente, em diversos estados surgem organizações de mulheres com o mesmo objetivo sufragista, tais como as Ligas e Associações pela Emancipação Feminina. Logo, essas organizações ampliaram suas pretensões e incorporaram a

luta por maior acesso à escolaridade, melhores condições de trabalho para as mulheres e por espaço nas plataformas políticas partidárias.

É importante ressaltar que, apesar do importante papel desempenhado pelo movimento para a conquista da cidadania política das mulheres, o feminismo da época estava preso aos limites das concepções femininas ditadas pela sócio-biologia. Desta forma, o movimento de mulheres não conseguiu, no início do século XX, questionar o exclusivo e tradicional papel de mãe e esposa que era atribuído às mulheres. Costa assinala que

esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições, na medida em que utilizavam as idéias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativas para suas demandas. (COSTA, 2005, p.13).

Berta Lutz, fundadora da FBPF, bióloga, advogada, feminista e uma das poucas mulheres que, na ocasião, havia conquistado, através de concurso, um cargo público, no Museu Nacional, tentava tranquilizar os defensores da família brasileira assegurando, em seus discursos e artigos, que os direitos políticos da mulher “não significarão um rompimento com a família, com o seu papel tradicional de mãe e esposa”. Garantia ainda que

ser feminista não é, de nenhum modo, abdicar dos belos atributos morais, da sensibilidade e delicadeza afetivas, não é desvirtuar a finalidade sublime da mulher na terra: filha, noiva, esposa e mãe. (LUTZ *apud* ALVES, 1980, p.102 e 173).

Embora tivesse outras bandeiras, a questão central da FBPF era o direito ao voto. Nesse tema, contou com o apoio de alguns políticos da República, entre eles o senador e depois governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, que se tornou grande aliado de Berta Lutz. Em 1927, Lamartine, pressionado pela FBPF, deu parecer favorável a um projeto que facultava o voto às mulheres. O projeto tinha também o respaldo de um abaixo-assinado com a adesão de duas mil mulheres de

todo o país, revelando uma rede de articulação que desafiava as dificuldades de comunicação da época e a realidade cultural da maioria das mulheres brasileiras, com uma rígida vida privada e sem instrução. Apesar de todo esforço, o projeto não foi aprovado no plenário.

Ainda em 1927, Lamartine se candidatou e se elegeu governador do Rio Grande do Norte, tendo, antes de assumir, articulado para que, no âmbito estadual, uma nova lei eleitoral permitisse o voto feminino. Assim, Celina Guimarães Viana, uma professora de Mossoró, se tornou a primeira eleitora brasileira, e Alzira Soriano, a primeira prefeita da América Latina, eleita em 1928, no Município de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos³⁹.

Os acontecimentos que precederam a revolução de 1930 registram o envolvimento de algumas mulheres, tanto na campanha eleitoral quanto em outros acontecimentos. Céli Pinto (2003, p.26) recupera, para a história das mulheres no Brasil, a advogada Elvira Komel que, com apenas 23 anos, abriu a primeira banca feminina de advocacia em Belo Horizonte, tendo sido a primeira mulher a conquistar o registro eleitoral em seu estado. Elvira Komel criou, durante a Revolução, o Batalhão Feminino João Pessoa, alistando 8.000 mulheres, que trabalhavam na retaguarda do movimento revolucionário. Com o fim da revolução, o Batalhão foi transformado numa associação, para lutar pelos direitos das mulheres.

A Revolução de 1930 iniciou uma fase de intervenção sistemática e direta do Estado, não só no processo de acumulação capitalista, mas em diversas outras esferas da vida social brasileira. Foi neste contexto, de efervescência política e cultural, que, em 1932, foi promulgado um novo Código Eleitoral, estendendo às mulheres brasileiras o direito ao voto, através do Decreto nº 21.176, de 24 de

³⁹ Alzira Soriano foi empossada em 1º de janeiro de 1929. Com a Revolução de 1930, perdeu o mandato. Segundo Elizabeth Nasser (2005, p.77), só em 1947, voltou a exercer um mandato de vereadora do município de Jardim de Angicos, cargo para o qual foi eleita três vezes pela União Democrática Nacional (UDN).

fevereiro. Neste código, apenas as mulheres casadas, com autorização dos seus maridos, ou as viúvas e solteiras, com renda própria, podiam exercer o direito.

Posteriormente, em 1934, o direito feminino ao voto foi incorporado à Constituição, que extinguiu as restrições existentes, deixando, no entanto, a obrigatoriedade, instituída nesse momento, apenas para as mulheres que desempenhassem função remunerada no serviço público. Conquista⁴⁰ que deve ser atribuída, entre outros fatores, à legitimidade social adquirida pela mobilização feminina na luta pelos direitos de cidadania.

Nas primeiras eleições brasileiras com participação feminina, em 1933, convocada para a Assembléia Nacional Constituinte, foi eleita uma mulher, entre os 215 deputados federais, Carlota Pereira de Queirós, por São Paulo. Berta Lutz conquistou a suplência, mas só assumiu a cadeira em 1935, tornando-se a segunda mulher a fazer parte do parlamento federal no Brasil. Entre os quarenta delegados classistas (vinte dos sindicatos patronais e vinte dos sindicatos de trabalhadores), foi eleita uma mulher, Almerinda Farias Gomes Gama, representante classista do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos. No total, duas mulheres, entre os 252 homens. (CNDM, 1985, p.10)

No processo eleitoral de 1934, nove mulheres se elegeram deputadas estaduais constituintes, algumas delas integrantes da FBPF: Quintina Ribeiro (SE), Antonieta de Barros (SC/ primeira deputada negra), Lili Lages (AL), Maria do Céu Fernandes (RN), Maria Luísa Bittencourt (BA), Maria Teresa Nogueira e Maria Teresa Camargo (SP), Rosa Castro (MA), Zulede Bogéa (MA). (Schmaher, 2003, p. 36) Na Paraíba, não há registro de mulheres inscritas como candidatas nas eleições de 1934, para nenhuma instância.

⁴⁰ Apesar da luta sufragista ter tido início no século anterior, o acesso legal ao voto, em 1932, colocou o Brasil entre os primeiro países a conceder esse direito às mulheres. Na América Latina, apenas o Equador e o Chile o fizeram antes do Brasil: em 1929 e 1931, respectivamente. Na Europa, a Finlândia foi o primeiro país a permitir o voto feminino, enquanto a Suíça e Portugal só eliminaram todas as restrições, em 1971 e 1976, respectivamente. No âmbito mundial, foi a Nova Zelândia, em 1893, o primeiro país a garantir às mulheres o direito ao voto. (<<http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm>>. Acesso em: 12/jul.2008)

Com a conquista do direito ao voto, a FBPF diversificou sua pauta e tentou ampliar suas bases. Em 1936, é promovido, pela Federação, o III Congresso Nacional Feminista. Nele discutiram-se formas de pressionar o Congresso para aprovar projetos que ampliassem os direitos das mulheres. A liderança feminista estava especialmente preocupada com a participação no processo político, com igualdade de direitos na esfera do trabalho e com o acesso à educação. Embora ainda considerasse “trabalho feminino: lar, maternidade, infância”, estava sensível quanto à necessidade da “assistência à mãe desamparada” e à reivindicação pela paz, segundo as resoluções do III Congresso publicadas no jornal A UNIÃO, da Paraíba. (A UNIÃO, 17 de janeiro de 1937, p. 1. 2ª Secção).

Entre as resoluções do III Congresso, houve propostas de criação de um “Departamento da Mulher” e de um “Conselho Feminino Técnico Nacional de Maternidade, Infância, Trabalho Feminino e Lar”, bem como da “Inclusão da Mulher em todos os Conselhos Técnicos Nacionais”. Também propuseram modificações no Estatuto da mulher que deveria ser “[...] orientado pelo programa de reivindicações redigido dentro das normas da Constituição Federal, no sentido de aplicar o art. 113 nº. 1, que diz: 'Não haverá distinções, nem privilégios baseados no sexo'”. (*Ibid.*) (sic)

No que se refere à participação política, as resoluções do III Congresso indicavam a necessidade de promover campanhas e fundar “Departamentos Estaduaes da Liga Eleitoral Independente, a fim de intensificar o alistamento eleitoral feminino em todo o território nacional”. Também recomendavam o “apoio absoluto aos nomes femininos que sejam merecedores de indicação e confiança da opinião feminina organizada para os cargos electivos, administrativos e judiciais,” bem como, aos “candidatos masculinos e partidos idôneos que tenham dado apoio às reivindicações da mulher brasileira ou se comprometam a defender seus interesses e apoiar nomes femininos indicados pelas Ligas Eleitorais Femininas”. (*Ibid.*) (sic)

O Congresso incentivava a “publicação de projectos, normas e praxes regulamentares que esclareçam a mulher os meios de que se deve utilizar para

tornar-se eleitoras; [...] das razões por que a mulher deve votar e como pode votar, fazendo um apelo à sua dignidade pessoal e à sua consciência”, recomendando “a proliferação do feminismo através da fundação, em todos os estados, de núcleos de professoras primárias, mães de família, comerciárias e trabalhadoras industriais para a difusão do ideal feminista e defesa dos interesses da mulher”. (*Ibid.*) (sic)

2.1.3 As idéias emancipacionistas na Paraíba

Durante a década de 1920, nos meios políticos e intelectuais e nos setores identificados com os movimentos tenentista⁴¹ e modernista⁴², na Paraíba circulava, entre outras publicações, a revista ERA NOVA, veículo das idéias “vanguardistas” da época, publicando, com regularidade, artigos sobre os direitos das mulheres e a educação feminina, naquele momento, circunscrita à educação para o lar e à Escola Normal de Formação de Professores. Fazendo coro com uma prática comum na imprensa de todo o país, que costumava desqualificar as sufragistas como mulheres insatisfeitas com a sua condição de feminilidade e que, conseqüentemente, ostentavam comportamentos masculinos, mesmo na ERA NOVA, era comum tratar a sufragista como “uma revoltada”. Na edição de 15 de abril de 1922, um artigo de Eudésia Vieira, intitulado “A mulher”, desenhou o perfil de três tipos de mulher, surgidos como resultado do comportamento masculino: “a mulher coquete”, escrava da moda; a “sufragista”, revoltada, e a “mãe de família”, adorável.

⁴¹ Movimento político-militar ocorrido na década de 1920, envolvendo jovens oficiais, especialmente tenentes. Pretendiam, através da luta armada, tomar o poder e fazer reformas. Apregoavam a moralização política, o fim da corrupção eleitoral, a instituição do voto secreto (inclusive para as mulheres), o nacionalismo econômico e a queda das oligarquias através de medidas reformistas.

⁴² Movimento cultural que rejeitou os subterfúgios e artifícios literários comuns nas correntes culturais anteriores. No Brasil, o marco do modernismo foi a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922. O movimento declarou o rompimento com o tradicionalismo cultural defendendo uma estética brasileira, livre das influências estrangeiras na cultura do país.

A maldade do homem fez que se dividissem em classes diferentes: há notícia da mulher coquette bem representada pela melindrosa actual. Esta creatura merecedora do ridículo da gente séria, se assemelha às bonecas que servem para distrair creanças. É uma escrava da moda, do luxo. Sacrifica a saúde, a graça natural, a honra da família e a sua própria com insensatez reprochavel [...] (sic.)

Temos a suffragista. É sempre uma revoltada que procura abafar seus padecimentos querendo não ser companheira do homem mas rival ou mesmo sua antagonista. Merece também compaixão. Foi uma infelicidade que a impeliu à extravagância de proceder para dest'arte abafar um sofrimento latente. [...] (sic.)

O último typo é o da mulher adorável, o da mãe de família compenetrada que, escrava ou senhora sabe resistir às tempestades da vida e sorrir bondosamente [...] é a mulher que encontramos nos labores domésticos alimentando o filho com seu próprio sangue. [...] (sic.) (VIEIRA, 1922). (sic)

Ainda que de forma negativa, o artigo mostrava que o debate sobre emancipação da mulher, existente nas grandes cidades do país, também animava a capital paraibana, no início da década de 1920, “[...] demonstrando, desta maneira, que a disputa pelo direito ao voto se estendeu por todo o território nacional através dos setores cultural e/ou políticos atuantes”. (RABAY, 1996, p.206).

Os intensos debates, ocorridos nos anos de 1920, anunciavam as grandes transformações que aconteceriam em todo país a partir de 1930, denunciando o esgotamento do velho bloco oligárquico que comandava a política brasileira.

A Revolta de Princesa, o assassinato de João Pessoa e a Revolução de 1930 marcaram a história da Paraíba⁴³ e mudaram o nome da capital, que deixou de ser

⁴³ O esquema de dominação oligárquica, na Paraíba, manteve-se relativamente estável durante a República Velha, em parte, graças ao prestígio de Epitácio Pessoa, sempre presente em cargos de grande importância no âmbito federal. Apesar disso, na década de 1920, a crise de legitimidade oligárquica também atingiu o estado, e as disputas inter-oligárquicas locais culminaram em 1930, colocando a Paraíba no centro dos acontecimentos da revolução. (GURJÃO, 1999, p.70) O presidente da Paraíba, João Pessoa, desde o início do seu governo, em 1928, instaurou uma reforma tributária que contrariava os interesses dos “coronéis” do açúcar, desencadeando um conflito entre as classes dominantes, inclusive a ruptura com sua própria parentela. Quando se instaurou o processo eleitoral de 1930, João Pessoa, na escolha dos candidatos à representação federal, quebrou um pacto local e excluiu da chapa João Suassuna para favorecer um parente. O “coronel” José Pereira,

Parahyba do Norte, para se chamar João Pessoa, em homenagem ao seu presidente assassinado.

A imprensa oficial, através do jornal A União, registrou, em todos aqueles acontecimentos políticos, uma tímida presença feminina. (ROCHA e FARIAS, 2000, p.26). Durante a Revolta de Princesa, as mulheres arrecadaram dinheiro, jóias, balas e armas para ajudar os soldados a combater os “bandidos de Princesa”:

Homtem, a tarde, quando iniciávamos o nosso expediente redacional, fomos procurados no pavimento térreo desta folha, por três gentilíssimas senhoras da nossa sociedade, [...] uma das (quais) abriu a bolsa e della retirou 34 cartuchos para rifle, calibre 44, collocando-os sobre a mesa [...] (*sic.*) (*A União, 9 de maio de 1930. p. 8*).

Na Paraíba, as transformações sócio-políticas, decorrentes dos acontecimentos de 1930, garantiram a presença da mulher na vida política estadual, apesar de quantitativamente inexpressiva. Durante a campanha presidencial de 1929, na qual Getúlio era o candidato de oposição, e João Pessoa, seu vice, as mulheres se integraram na Campanha da Aliança Liberal, fundando, em 05 de janeiro de 1930, em Campina Grande, a Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão⁴⁴, que tinha como principal objetivo, propagar as idéias da Aliança Liberal e eleger Getúlio Vargas presidente do Brasil.

O assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, conseqüência da conjugação de disputas políticas locais com afrontas pessoais, relacionadas ao

aliado de Suassuna e chefe político de Princesa, pequena cidade do estado, rompeu com o presidente da Paraíba, e o conflito evoluiu para a luta armada, que ficou conhecida como a Revolta de Princesa.

⁴⁴ Homenagem à índia potiguar, companheira de Felipe Camarão, que fez parte na guerra de expulsão dos holandeses, participando ativamente dos combates. Clara também foi uma das heroínas de Tejucupapo, um lugarejo no litoral pernambucano, onde as mulheres resistiram ao domínio holandês. (SCHMAHER. 2000, p.160)

envolvimento amoroso entre João Dantas, autor do crime, e Anayde Beiriz, é apontado como o estopim da Revolução de 1930.

Mesmo já decretado o direito das mulheres ao voto, setores mais retrógrados da sociedade insistiam na sua impropriedade, em nome da “verdadeira missão da mulher”, publicando suas idéias nos jornais da época. Em 19 de outubro de 1932, o Jornal A União, de grande circulação na Paraíba, publicou um artigo intitulado “Considerações sobre o feminismo”, consoante com a oposição da época.

A imprensa do país quase sempre está a publicar artigos e mais artigos sobre esse debatido assumpto. E que elles redobram de actividade. Querem a ferro e fogo que o feminismo prospere, querem a mulher eleitora, querem a mulher no parlamento, na judicativa, nas artes e nas sciencias e há até mesmo quem deseje introduzil-a no exército!

Isso não é certo. A verdadeira missão da mulher é o lar e está muito longe da que vem sendo pregada diariamente por ahi a fora". (BAPTISTA, 1932. p. 5)

Três anos depois, em 1933, surgiu na capital a Associação Parahybana pelo Progresso Feminino (APPF)⁴⁵. Com o direito ao voto já conquistado, a APPF traçou novas propostas:

- 1) Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina;
- 2) Proteger as mães e a infância;
- 3) Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- 4) Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
- 5) Estimular o espírito de sociabilidade, de cooperação entre as mulheres, interessá-las pelas questões sociais e de alcance público (A União, 07 de fevereiro de 1933, p.8)

⁴⁵ A primeira diretoria foi composta por Lylia Guedes, presidente; Olivina Carneiro da Cunha, vice-presidente; Alice de Oliveira Monteiro, Albertina Correa Lima, Francisca de A. da Cunha e Analice Caldas. (A UNIÃO, 7 de fevereiro de 1933, p. 8).

Com intensa vida política e cultural, a Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino (APPF) conquistou um grande espaço na imprensa local. Sua “Página Feminina”, no jornal A União, divulgava as idéias do movimento através da publicação de poesias, contos, artigos, notícias de eventos, campanhas e cursos promovidos pela instituição.

Além da atuação na imprensa, a entidade participou de muitas campanhas humanitárias e obras sociais. Composta essencialmente por mulheres da elite pessoense, muitas delas com ensino superior, a Associação contava com o apoio do governo e da imprensa. Apesar disso, a APPF foi acusada de propagar idéias contrárias ao “catolicismo e de ser comunista”.

A APPF precisou afirmar publicamente que o feminismo paraibano era bem comportado e se diferenciava dos modelos europeus e norte-americano.

[...] o nosso Feminismo, entretanto, está longe do rígido e por vezes ridículo feminismo inglês e mais distante ainda do estourvado feminismo da América do Norte. O nosso é brasileiro ou melhor, paraibano, pois afinal de contas temos idéias próprios que se coadunam com os problemas sociais da região e não precisamos copiar de ninguém. (MEIRE, 15 de abril de 1934. p. 3).

Era preciso provar que a APPF era “bem comportada” e não era “comunista, fascista, hitlelista, anticlerical nem ultrafeminista”, se posicionando contra o ingresso da mulher no serviço militar e também por ter núcleos destinados à arte culinária, trabalhos manuais e outras atividades domésticas. Para sua diretoria, a Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino venceria “por ser uma iniciativa feminista sadia” (Ribeiro, 1934 apud RABAY, 2005). O feminismo paraibano do começo do século XX ainda estava longe de questionar os tradicionais papéis destinados à mulher a partir de sua condição biológica.

A APPF, que atuou durante toda a década de 1930, nos anos 1940 foi perdendo sua força, e até mesmo a “Página Feminina”, que publicava no jornal A União, foi substituída pela coluna ‘Do Lar e da Mulher’, com interesses mais amenos. A partir de 1945, não se tem mais registro da APPF na imprensa.

2.1.4 Indícios de um feminismo “mal comportado”

O feminismo brasileiro, do início do século XX, se caracterizou como um movimento das classes mais abastadas, originado entre as “moças de família”, cujas posses lhes permitiram acesso à educação superior, por vezes, fora do país. Essas mulheres, educadas, algumas detentoras de títulos acadêmicos e de “boa família”, conquistaram, entre a elite política e intelectual, apoios e alianças. Desta maneira, puderam transitar, desde cedo, pelos palácios e divulgar suas idéias em grandes periódicos. Era, portanto, como denomina Céli Pinto (2003, p.26), “um feminismo bem comportado, na medida que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais.”

No entanto, há, no Brasil, já nesta época, indícios de um feminismo “mal comportado”, expresso pelo anarquismo, de forma muito ambígua. Já que os anarquistas tinham dificuldade em aceitar que a dominação sofrida pela mulher fosse distinta da dominação de classe, dificuldade expressa pela esquerda, de uma maneira geral, até recentemente, comunistas, socialistas e anarquistas acreditavam que, uma vez resolvida a questão da opressão de classe, estaria resolvida a opressão feminina, não necessitando, portanto, de uma organização ou luta específica. Apesar disto, os movimentos e ideologias revolucionárias de esquerda, do início do século XX, incorporaram as mulheres, como companheiras, em seus projetos, com mais facilidade do que o pensamento dominante.

Desta forma, foi dentro do anarquismo que, nas classes trabalhadoras, surgiram vozes femininas, denunciando a especificidade da opressão das mulheres, inclusive no ambiente fabril. Entre as líderes mais importantes, destacou-se Maria Lacerda de Moura, professora, autora de vários livros, que, na década de 1920, ousou defender abertamente o amor livre e a educação sexual, opondo-se às idéias da existência de Deus e à obrigação do amor à pátria. Maria Lacerda, a exemplo de outras anarquistas, teceu agudas críticas ao feminismo sufragista, que lutava,

segundo ela, por uma causa que iria beneficiar poucas mulheres. Na Paraíba, não temos registro de propostas ou bandeiras relacionadas ao feminismo ligadas ao movimento anarquista, no início do século.

2.1.5 Participação política no período democrático após o Estado Novo - 1945 -1962

No Brasil, o Movimento de Mulheres, depois da conquista do direito ao voto, em 1932, buscou ampliar suas bandeiras e participar do processo político. No entanto, o Golpe de Estado, em 1937, liderado pelo então presidente Getúlio Vargas, com o apoio do exército, instaurou a Ditadura do Estado Novo que cancelou as eleições, previstas para aquele ano, suspendendo os direitos políticos dos cidadãos e perseguindo as organizações da sociedade civil. Neste contexto também o movimento de mulheres arrefeceu.

Durante este período, que durou até 1945, uma Carta Magna de inspiração fascista foi imposta ao país, os valores democráticos foram banidos e não houve eleições. Neste período, apesar do caráter “bem comportado” que marcou a primeira onda do movimento feminista no Brasil, as organizações femininas perderam a força e praticamente desapareceram sob a influência do medo e da perseguição política que se instalou no país.

As mulheres militantes feministas desapareceram enquanto proponentes da ampliação dos direitos específicos das mulheres. Por outro lado, as mulheres populares e de classe média se tornaram bastante ativas enquanto participantes das “lutas gerais”. A literatura sobre o tema assinala o abrandamento do movimento feminista enquanto aponta a presença de mulheres nas lutas da época. O desenvolvimento econômico, vivido após a Revolução de 1930, com o investimento dispensado à industrialização e às políticas modernizantes, impulsionou a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, propiciando sua presença no espaço

público. Assim, tanto nos fins da década de 1940, quanto em 1950, as mulheres atuaram nas lutas contra a carestia, que aglutinaram multidões e foram consideradas caracterizadoras das lutas sociais desta época.

Saem de cena as antigas líderes feministas, e mulheres identificadas com outras correntes, inclusive com o partido comunista, ocupam lugares nos acontecimento políticos e nas listas eleitorais.

Com a queda de Vargas, nos fins de 1945, aconteceram as eleições para a Constituinte de 1946, pleito no qual dezoito (18) mulheres se candidataram, em todo o país, para a Câmara Federal, sem êxito. (Fanny Tabak, 1987). Duas paraibanas concorreram a uma vaga nesta instância: Neusa Vinagre de Andrade, do Partido Democrático Cristão (PDC), e Luzia Ramalho Clerot, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre quarenta e sete (47) candidatos do estado. Mostrava-se a fragilidade da conquista de 1932: o direito ao voto não garantiu às mulheres brasileiras o pleno exercício da cidadania nem o acesso às arenas da vida política.

A eleição da primeira legislatura estadual, depois da ditadura de Vargas, aconteceu em 19 de janeiro de 1947, sendo diplomados, nove dias depois, o governador e os deputados estaduais. Nesse pleito, na Paraíba, uma mulher disputou o parlamento, mas não teve êxito: Maria Augusta de Oliveira⁴⁶, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), em um universo de cento e quarenta e nove (149) candidatos, segundo os dados do TRE- PB (<www.tre-pb.gov.br>. Acesso em:11/jul.2008)

⁴⁶ Maria Augusta (1918-) foi dirigente do Partido Comunista na Paraíba, participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e dos eventos de 1935. Casou com David Capistrano, dirigente comunista assassinado pela ditadura militar em 1974. Oradora talentosa, emocionava as platéias nos atos públicos. Na década de 1950, organizou uma associação de mulheres na grande João Pessoa. Participou do Grupo de Familiares de Presos Políticos, do Comitê Brasileiro pela Anistia e do Movimento Feminino pela Anistia. Com o surgimento do feminismo, na década de 1970, fez parte do Centro da Mulher Brasileira. (SCHUMAHER; BRASIL, 2000, p.364)

Nas eleições de 1950, o quadro não se modificou muito, candidataram-se, em todo o país, nove mulheres, e apenas uma conquistou assento para a Câmara Federal, representando São Paulo: Ivete Vargas⁴⁷, pelo PTB.

Em 1954, treze (13) mulheres concorreram, mas apenas duas se elegeram: Ivete Vargas, por São Paulo, e Nita Costa⁴⁸, da Bahia, ambas do PDT. Em 1958, novamente Ivete Vargas foi a única mulher eleita para a Câmara Federal; em 1962, a deputada baiana Nicy Novais, da Aliança Trabalhista, acompanhou Ivete Vargas na legislatura federal.

No âmbito estadual, a representação feminina no processo eleitoral, no período, era um pouco melhor. Em 1950, num universo de cento e oitenta e quatro (184) candidatos, disputaram uma vaga na Assembléia Estadual da Paraíba duas mulheres: Maria Dulce Barbosa (UDN) e Dolores Coelho S. Cavalcanti (PR) –, sem sucesso.

Nas eleições seguintes, em 1954, dezesseis mulheres disputaram uma vaga nas assembleias estaduais, em todo o país, e sete foram eleitas. Na Paraíba, Estela Fonseca de Lima Freire se candidatou pelo PTB, concorrendo, sem êxito, com cento e cinqüenta (150) homens.

Em 1958, trinta e nove (39) mulheres concorreram no país, em âmbito estadual, sendo duas eleitas. Para a Assembléia Legislativa da Paraíba, apenas Clécia Simões Lopes (PR) se candidatou entre cento e oitenta e um (181) homens, e não foi eleita.

⁴⁷ Ivete Vargas (1927-84) começou a interessar-se pela política na casa de seu tio-avô, Getúlio Vargas, e foi eleita, pela primeira vez, com 22 anos. Reeleita em 1954, 1958, 1962 e 1966. Cassada em 1969 pelo governo militar, em 1978, volta à cena política na campanha pela Anistia e pela rearticulação do PTB. Candidata a deputada federal por São Paulo, em 1982, é reeleita com expressiva votação. Faleceu em 1984. (SCHUMAHER; BRASIL, 2000, p.286)

⁴⁸ Leolina Barbosa de Sousa Costa, como Nita Costa foi registrada, construiu e manteve, através de associados, um hospital infantil, em Salvador. Mais tarde, uma ala do hospital foi transformada em maternidade, recebendo seu nome e sendo mantida pelo governo estadual. Foi fundadora do PTB, na Bahia. Quando deputada, defendeu direitos da mulher. Faleceu em 1963. (SCHUMAHER; BRASIL, 2000, p.318)

Em 1962, o número de mulheres, disputando vaga nas assembleias estaduais, cresceu significativamente, em todo país. Ao todo foram noventa e duas (92) candidatas, das quais onze (11) foram eleitas. Ressaltamos o momento de grande efervescência política, vivida no país durante o governo de João Goulart (1961-1964), decorrente de suas propostas de reformas sociais, econômicas e políticas que polarizaram as opiniões e acirraram os conflitos sociais de norte a sul do Brasil. Parece evidente que o aumento do número de mulheres, participando da vida político-partidária nesse momento, guarda íntima relação com essa conjuntura.

Na Paraíba, sob o governo de Pedro Gondim, aliado do Presidente da República, novamente apenas uma mulher disputou vaga para a Assembleia Estadual, num universo de cento e noventa e dois (192) homens, dos quais trinta e cinco (35) concorriam à vaga para a Câmara Federal. Tratava-se de Elizabeth Altina Teixeira⁴⁹, líder das Ligas Camponesas, e filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

⁴⁹ Elisabete Teixeira (1925-), aos 16 anos casou, contrariando o pai, com Pedro Teixeira, negro e trabalhador braçal. Juntos se tornaram líderes populares e, em 1959, fundaram a Liga Camponesa de Sapé. Em 1962, seu marido foi assassinado a mando de usineiros da região. Elisabete assumiu a liderança da organização que tinha cerca de 30.000 filiados, tornando-se um símbolo da resistência dos trabalhadores rurais. Em 1964, por causa da repressão política, passou a viver na clandestinidade. Em 1981, era dada como morta, quando apareceu no filme *Cabra marcado para morrer*, que conta sua história e a de seu marido. (SCHUMACHER; BRASIL, 2000, p.192)

Tabela 5 – Candidatas na Paraíba às Eleições da Câmara Federal e Assembléia Legislativa - 1945 -1962

ANO DO PLEITO	Mulheres Candidatas		Total de candidatos CÂMARA FEDERAL		Total de candidatos ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS	
	nome	partido	Homens	mulheres	homens	mulheres
1945	Neusa Vinagre de Andrade	PDC	45	02	-	-
	Luzia Ramalho Clerot	PCB				
1950	Maria Dulce Barbosa	UDN	26	0	181	02
	Dolores Coelho S Cavalcanti	PR				
1954	Estela Fonseca de Lima Freire	PTB	21	0	150	01
1958	Clécia Simões Lopes	PR	31	0	181	01
1962	Elizabeth Altina Teixeira	PSB	35	0	157	01

Fonte: <www.tse.gov.br> . Acesso em: 22/jul. 2006

2.2 O Feminismo “Mal Comportado” Invade Outros Lugares

Em todo o mundo, a II Guerra Mundial, a guerra fria, a divisão do mundo em dois grandes blocos: capitalismo e comunismo, os regimes totalitários, entre outros acontecimentos, em meados do século XX, colocaram em suspenso o debate sobre os direitos das mulheres e o movimento feminista sofreu uma baixa.

Nas décadas de 1960 e 1970, os Estados Unidos e a Europa experimentaram uma cadeia de acontecimentos políticos e culturais que propiciaram o surgimento de sujeitos sociais capazes de questionar o poder estabelecido sem se alinharem às grandes ideologias dominantes. A partir de então, não só estava no alvo das críticas o modelo econômico, mas as ideologias e os valores que sustentavam a cultura e o modo de vida dominantes. O *american way of life* teve seu encanto maculado, as contradições dos ideais da democracia liberal foram expostas pelo acirramento dos

conflitos raciais, pelas guerras e pelo crescimento das desigualdades sociais. Por outro lado, a revelação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria e da Tchecoslováquia foram minando o sonho da revolução socialista presente na liderança intelectual, operária e estudantil da Europa.

Nos Estados Unidos, os movimentos *Beatnik* e *Hippie* foram a expressão do descontentamento. Na Europa, com início em Paris, foi o Maio de 1968. Em ambos, foram os jovens que iniciaram uma revolução que desafiou valores, poder e hierarquia, tanto na esfera pública quanto na privada.

Um novo movimento feminista surgiu no mundo ocidental, na avalanche de questionamentos impulsionados neste contexto, emergindo uma crítica radical, teórica e prática ao modelo de mulher e de família vigentes. Temas, jamais tratados na esfera pública, chocavam os mais conservadores. A reação à exposição da vida privada, no debate público, uniu personagens díspares, muitos não queriam discutir a opressão das mulheres no mundo privado. A violência doméstica, a exploração sexual e o desapossamento do próprio corpo colocavam em evidência o poder masculino, desagradando líderes tradicionalmente identificados, tanto com o que se considerava esquerda quanto com a direita.

2.2.1 O Movimento feminista e a luta contra a ditadura

Se a conjuntura do chamado primeiro mundo permitia, nos anos de 1960, que se elaborasse uma profunda crítica aos modelos políticos e econômicos dominantes, no Brasil, o enfrentamento político ideológico, entre a direita e a esquerda, resultou na instauração de uma ditadura militar que reprimia qualquer questionamento à ordem estabelecida, com prisões, tortura, exílio e morte. Também cancelou as eleições diretas para a Presidência da República e Governos Estaduais, cassando as inscrições de todos os partidos políticos e instituindo o bipartidarismo. Todas as

tendências políticas foram obrigadas a se alinharem ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição ao governo, ou à Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Embora com grandes limitações, registra-se a participação das mulheres neste contexto, seja a favor ou contra a ditadura militar, o que aponta para as transformações sociais que permitiram a saída das mulheres do âmbito privado.

Na conjuntura de 1964, os movimentos de apoio ao golpe contaram com a participação fervorosa de mulheres religiosas, especialmente católicas, e associações femininas que, com o incentivo dos setores mais conservadores da Igreja Católica, foram à “Marcha da Família com Deus, pela Democracia”, para se opor às reformas sociais, propostas pelos setores mais progressistas da sociedade, e reafirmar seu papel de mães, esposas e donas-de-casa. Do outro lado, estavam as mulheres, na maioria oriunda do movimento estudantil, que se engajaram na luta contra o regime militar. Segundo Ridenti (1990, p.114), o percentual de mulheres, nos grupos armados que combateram o governo, variava entre 15% e 20% dos militantes, o que é um número expressivo se for considerado a situação sócio política dominante, ainda que “suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter “feminista” propriamente dito, caráter este que ganharia corpo só nos anos 1970 e 1980, em outra conjuntura.” (RIDENTI,1990, p.114).

Sem dúvida, o ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970, estava inserido na conjuntura de luta contra a ditadura instaurada em 1964. Como a grande maioria das militantes feministas, deste momento, esteve envolvida na luta contra a ditadura, tendo algumas delas sido presas, perseguidas ou exiladas, os grupos feministas da época tinham o compromisso de lutar tanto pelos direitos das mulheres quanto pela anistia e pela redemocratização, mas

entenderam que o movimento pelos direitos das mulheres, no Brasil, deveria ser diferenciado e não subordinado às lutas que despontavam em múltiplos espaços sociais e políticos pela redemocratização no país.

Acima de tudo, as primeiras feministas questionavam radicalmente as relações de poder que se estabeleciam inclusive dentro das

entidades de esquerda e lutavam para impedir que, através do discurso da Revolução, a questão da dominação machista fosse preterida. Não obstante, muitas traziam uma referência ideológica marxista, a partir da qual pensavam as relações entre os sexos. (RAGO,1995/1996, p.34).

No início da década de 1970, vivia-se, no Brasil, o ápice da repressão política combinada com o milagre econômico que, pelo menos naquela conjuntura, significou expansão econômica e gerou possibilidades de ascensão para a classe média. Para a esquerda, o clima era de fracasso e impotência diante do Estado autoritário: suas proposições não ressoaram, a luta armada foi aniquilada e a vida política, reduzida à insignificância. Para Albertina Costa,

é neste ambiente de diluição da atividade política, de enterro de nossas esperanças e sob os acordes de 'o sonho acabou', que começa a se reunir, em 1972, um grupo de mulheres em São Paulo para conversar sobre sua condição. (COSTA, 1987, p.4).

Provenientes, na grande maioria, da classe média intelectualizada, inseridas no mercado de trabalho e nos movimentos de esquerda, as feministas brasileiras, da década de 1970, como aconteceu em toda a América Latina, se alinharam às proposições sócio-econômicas do campo marxista, embora buscassem seus próprios caminhos na sua construção como sujeito político.

Os grupos feministas, neste período, se caracterizavam pela estrutura organizativa totalmente informal e sem qualquer hierarquização e, embora as militantes participassem dos debates gerais da sociedade, os encontros – fechados, que aconteciam nas casas das militantes, eram dedicados a reflexões sobre a vida privada: violência doméstica, sexualidade, saúde reprodutiva e sexual, poder nas relações familiares, entre outros temas.

Segundo os mais estritos cânones do modelo de grupo de reflexão, não havia nenhuma formalização de organização interna, as reuniões centravam-se em temas pré-escolhidos, mas não havia pauta, nem exposição preparada, nem lição de casa, discutia-se de tudo: de Virgínia Woof e Anais Nin à doenças venéreas [...] Havia o

lado terapia sem guru, nem terapeuta, de terapia autogestionária [...]. (COSTA, 1987, p.6).

Embora já existissem, no Brasil, alguns poucos grupos de mulheres, no início da década, foi em 1975 que se deu o momento considerado inaugural do feminismo que marcará o período. O general Ernesto Geisel, então presidente do país, já havia prometido iniciar uma abertura política lenta, gradual e segura, mas foi a decisão da Organização das Nações Unidas – ONU, definindo aquele ano, como o Ano Internacional da Mulher, que impulsionou o feminismo no país.

Quase que autorizado a sair do gueto, o feminismo, através de dois grupos informais do Rio de Janeiro, ganhou legitimidade, promovendo, com o apoio da ONU, um grande evento para discutir “o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Durante o evento, foi fundado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, talvez o primeiro grupo feminista institucionalizado no Brasil. Céli Pinto (2003, p.57) considera esta formalização particularmente interessante porque aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público, como buscava a institucionalização.

Também em 1975, durante o encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, um grupo de mulheres acadêmicas se reuniu para discutir questões específicas do feminismo e visibilizar o surgimento, no campo acadêmico, do interesse da pesquisa científica sobre a condição da mulher. Por fim, ainda nesse ano, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, reunindo parentes e amigos de pessoas perseguidas, presas ou exiladas pela ditadura.

O compromisso do movimento feminista com a luta contra a ditadura, pela anistia, pelos direitos humanos e pela democratização nem sempre foi reconhecido e aceito no seio da militância brasileira. E a luta feminista pela garantia de plena cidadania das mulheres foi tratada, tanto nos setores conservadores, como em parte da vanguarda, como coisa sem importância, para ser resolvida depois das grandes transformações.

A radicalidade do movimento feminista, ao afirmar que a luta pelo direito ao próprio corpo e pelo fim da violência doméstica não era secundária em relação a luta pelo fim da ditadura, atraiu a intolerância e incompreensão de vários setores da esquerda. Mesmo os mais progressistas costumavam tecer severas críticas ao movimento feminista, ora por meio de acusações, como sendo um “desvio pequeno-burguês”, ora por meio de chacotas, como faziam os jornalistas e intelectuais do jornal O Pasquim.

No Brasil, a história do movimento feminista tem sistematicamente procurado seu início na resistência à ditadura militar e nos movimentos de esquerda. Esse olhar, porém, nunca garantiu que a esquerda se sentisse realmente comprometida com o feminismo, como mostra o texto de Rachel Soihet analisando os escritos do jornal alternativo O Pasquim que ridicularizavam o movimento feminista e as feministas de maneira geral. Além das feministas, qualquer mulher estava exposta, nas páginas d'O Pasquim, a uma zombaria a toda prova, por ser mulher. E isso tudo no clima político de intensa transformação cultural dos anos 1960 e 1970, quando aparentemente o gênero, no caso a “superioridade masculina”, era o único valor estável para aquele grupo de jornalistas que durante muito tempo foram considerados verdadeiros heróis da resistência política à ditadura. (WOLFF; POSSAS, 2005, p. 587).

É importante assinalar que a “questão da mulher” havia conquistado certa legitimidade no seio da esquerda que, por sua vez, faz uma separação entre a luta pelos direitos da mulher e o desvio do feminismo. Ou seja, considerava legítima a luta por trabalho, por salário igual, por creches. No entanto, a luta pelo direito ao corpo, à sexualidade plena, à legalização do aborto era visto como uma “expressão pequeno burguesa” do feminismo.

No Brasil, assim como ocorreu na Argentina, com as Mães da Praça de Maio, as mulheres – mães, esposas, filhas, amigas ou parentes das vítimas do regime militar, presos políticos, desaparecidos ou exilados – se envolveram diretamente na luta contra a ditadura e pela anistia. Mas, a partir desses espaços, as mulheres construíram uma identidade que transcendeu o objetivo inicial do movimento pela anistia e deu origem a um movimento de mulheres que questionou o caráter político

das relações privadas e denunciou a dominação masculina presente nas organizações políticas de esquerda que obstaculizavam sua participação, em condições de igualdade com os homens. Deu-se início a um movimento que anunciou “o privado é político!”.

Assim, [...] iniciavam um movimento de recusa radical dos padrões sexuais e do modelo da feminilidade que suas antecessoras haviam ajudado a fundar, nos inícios do século. Mais do que nunca as feministas colocaram em questão um conceito de mulher que a afirmava enquanto sombra do homem e que lhe dava o direito à existência apenas na condição de auxiliar do crescimento masculino, no público e no privado. (RAGO, 1995/1996, p.33).

2.2.2 O movimento “mal comportado” na Paraíba

Na Paraíba, a exemplo do que ocorria em todo o país, nos fins da década de 1970, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia que, embora não fosse formado apenas por feministas, deu origem, em 1978, ao primeiro grupo feminista do estado: o Centro da Mulher de João Pessoa.

Em 1980, após a realização do Encontro Nacional Feminista, ocorrido em Fortaleza, nas atividades paralelas à reunião anual da SBPC, o Centro da Mulher de João Pessoa mudou seu nome para Grupo Feminista Maria Mulher, assumindo uma identidade feminista mais clara e consoante com a informalidade do modelo da época.

O Maria Mulher, como ficou conhecido, seguindo a “onda”⁵⁰ nacional desencadeada pelos eventos do Ano Internacional da Mulher – instituído pelas

⁵⁰ Diversos estudos, sobre a história do movimento feminista, nomeiam como “onda” alguns momentos históricos em que houve uma seqüência de movimentos e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações. No Brasil, a “primeira onda” se refere ao Movimento Sufragista; a “segunda onda”, que começa na década de 1970, se caracteriza por trazer uma crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, identificada nos anos 1990, traz ao debate “novas” mulheres, antes não vistas pelo feminismo: as negras, as lésbicas, as transgêneros, entre outras.

Organizações das Nações Unidas – ONU, em 1975 – também adotou o modelo de outras entidades feministas do país e se organizou de maneira informal, sem hierarquia e com autonomia, ou seja, sem vínculos com estruturas partidárias ou quaisquer outras que implicasse na determinação de suas diretrizes. Nunca se institucionalizou, de forma que, apesar de sua forte atuação, nunca possuiu sede, conta bancária. Suas militantes eram, na maioria, intelectuais, professoras e estudantes universitárias e nenhuma era profissionalizada.

Mesmo assim, o grupo desenvolveu pequenos projetos que não tiveram acesso aos meios de comunicação e nem a recursos governamentais. Viveram e sobreviveram das contribuições de sua própria militância. Nos seus primeiros anos, os encontros de reflexão e autoconsciência eram a principal tônica. Apesar disso, o grupo foi a público, em muitas ocasiões, promovendo debates abertos na Universidade Federal da Paraíba, realizando estudos de atualização, atos políticos, mobilizações nas ruas da cidade, concedendo entrevistas e escrevendo artigos na imprensa.

O grupo Maria Mulher definiu os temas saúde sexual e reprodutiva e violência doméstica como suas principais linhas de trabalho. Apesar da oposição que sofria, nas fileiras da esquerda paraibana da época, o Grupo buscou alianças com os movimentos populares, realizando atividades de assessoria e educação popular. No que se refere ao tema saúde, atuou em bairros populares, na periferia de João Pessoa, incentivando a criação de grupos de mulheres. Publicou algumas reflexões em forma de cartilha que eram utilizadas no trabalho de educação popular com grupos de mulheres sobre saúde e sexualidade, em especial no que se refere à prevenção da gravidez não planejada. Quanto ao tema violência doméstica, iniciou sua atuação em 1982, após o bárbaro assassinato da poetisa Violeta Formiga, praticado por seu esposo, em João Pessoa.

Segundo Sandra Albuquerque, (1992, p. 3), o Maria Mulher foi o primeiro grupo feminista, no Nordeste, a fazer manifestações públicas por causa do assassinato passional de uma mulher. Também foi de grande importância a pressão

que suas componentes exerceram junto aos poderes instituídos para a criação da Delegacia Especial da Mulher na cidade, conquista alcançada em 1987, um ano após a criação da primeira Delegacia da Mulher, em São Paulo.

O Maria Mulher começou a se dispersar por volta de 1986/87, quando algumas de suas ativistas saíram da cidade e / ou já não conseguiam conciliar a militância em outras organizações, trabalho e vida privada com as atividades do grupo. A partir deste período, até 1990, a intervenção feminista autônoma se manifestou, na Paraíba, de forma aleatória, pontual e individualizada.

Assim como na Paraíba, a dispersão das militantes dos grupos informais que caracterizaram o período de reaparecimento do movimento feminista no Brasil, aconteceu em todo o país. A normalidade democrática e a efervescência política, dos anos 1980, passaram a exigir ações mais amplas e com resultados palpáveis que os grupos informais não conseguiam realizar sem apoio algum.

[...] com a perspectiva de um trabalho institucional – perspectiva esta que se tornou mais concreta com o fim do regime ditatorial – que dá frutos mais rapidamente e que abre a possibilidade de se atingir mais mulheres de forma mais direta, fez com que uma série de feministas que se sentia ‘impotentes’ em seus grupos, que estavam cansadas de não ‘ver’ resultados de seu trabalho optassem por uma atuação via instituição. (MIGUEL, 1987, p.05).

2.2.3 Participação Político-Eleitoral Feminina nos Anos da Ditadura (1964 a 1978) Brasil / Paraíba

Nas primeiras eleições sob o golpe militar e o bipartidarismo, em 1966, houve uma redução do número de candidatas em todo o país. Apesar das poucas candidaturas, apenas treze (13) para a Câmara Federal, foi significativo o aumento da participação feminina na Câmara Federal, pois, além de Ivete Vargas (MDB, SP), que conquistara o quarto mandato, mais cinco mulheres foram eleitas: Neco Novais

(Arena, BA); Júlia Steinbruch (MDB, RJ); Maria Lucia Araújo (MDB, AC); Lígia Doutel de Andrade (MDB, SC), e Nysia Carone (MDB, RJ). (CNDM, 1985, p.17).

Entre as seis mulheres eleitas em 1966, cinco tiveram seus mandatos cassados, em 1969, por força do Ato Institucional nº5. Moema Toscano observa que, apesar dos seus méritos, essas candidatas, em sua maioria, foram eleitas quase que por “procuração” de seus maridos ou parentes impedidos pela ditadura de disputarem cargos eletivos.

Não se deve esquecer, entretanto que destas candidatas a maioria não representava – a despeito de seus méritos – sua própria personalidade política, mas, por empréstimos, a de seus maridos ou parentes próximos, os quais haviam tido seus mandatos cassados pelo Movimento de 64. Das 6 candidatas vitoriosas nas urnas, apenas uma pertencia aos quadros governistas e também era esposa de um deputado. As outras 5 foram apresentadas pelo MDB e destas somente uma tinha eleitorado próprio. (TOSCANO, 1982, p.68).

Nas assembleias estaduais, onze mulheres conquistaram mandatos, entre 39 candidaturas femininas em todo o país. Na Paraíba, nenhuma mulher se candidatou em 1966.

No mandato subsequente (1970), com a proibição das esposas de políticos cassados se candidatarem, a participação feminina restringiu-se a apenas quatro candidaturas para a Câmara Federal, tendo sido eleita apenas uma: Nely Novais (Arena, BA). Candidataram-se trinta e sete (37) mulheres para as Assembleias Legislativas Estaduais, elegendo-se apenas oito (08). Também neste pleito não houve candidatura feminina na Paraíba.

Em 1974, apenas uma mulher, Lígia Lessa Bastos (Arena, RJ) se elegeu para a Câmara Federal, no total de quatro candidatas, em todo o país. No âmbito dos estados, quatorze (14) mulheres foram eleitas. Na Paraíba, duas (02) mulheres concorreram, sem sucesso, entre oitenta (80) homens, a uma vaga para a Assembleia Legislativa: Maria Barbosa, pelo MDB e Ofélia Gondin, pela Arena.

Como conseqüência do ressurgimento do movimento de mulheres, nas eleições de 1978, estiveram presentes diversas de suas demandas nas campanhas e programas eleitorais. Este, entre outros fatores, elevou, em todo país, o número de candidatas para a Câmara Federal: oitenta e três (83) mulheres, das quais quatro foram eleitas deputadas federais. Na Paraíba, nenhuma mulher concorreu à vaga como deputada federal.

Em 1978, no âmbito estadual, vinte (20) mulheres obtiveram vitória, em todo país. Na Paraíba, duas (02) mulheres - Ana Lúcia Ribeiro Coutinho e Magdalena Alves Rodrigues - concorreram, sem êxito, para a Assembléia Estadual, num universo de oitenta (80) homens, conforme a tabela seguinte.

Tabela 6 – Candidatas na Paraíba às Eleições da Câmara Federal e Assembléia Legislativa no período 1966 – 1978

ANO DO PLEITO	Mulheres Candidatas		Candidatos/as para a CÂMARA FEDERAL		Candidatos/as para a ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS	
	Nome	Partido	Homens	mulheres	homens	mulheres
1966	não houve candidatura feminina		25	-	108	-
1970	não houve candidatura feminina		16	-	70	-
1974	Maria Barbosa	MDB	20	-	80	2
	Ofélia Gondim	Arena				
1978	Ana Lúcia Ribeiro Coutinho	Arena	23	-	80	2
	Magdalena Alves Rodrigues	Arena				

Fontes: <www.tre.gov.br> . Acesso em: 22/jul. 2006

2.3 O feminismo reconhecido e institucionalizado - Da abertura política às eleições de 2006

Quando a década de 1980 despontou, a anistia política já havia acontecido, e estava em curso um processo de democratização lento e gradual que marcou o retorno da democracia, do debate, da política, da garantia dos direitos civis, das eleições livres e da reorganização partidária. Em 1988, o país conquistou outra Constituição, inaugurando uma nova forma de relacionamento entre os movimentos sociais e o Estado.

Apesar da medida governamental que pôs fim ao bipartidarismo, em vigor desde o começo da ditadura, fazer parte de uma estratégia governamental, para dividir a oposição, correspondeu também aos anseios das múltiplas expressões políticas que haviam se abrigado no MDB, durante a ditadura. Com o pluripartidarismo, as diversas tendências políticas podiam se organizar em outros partidos que passaram a disputar o apoio popular.

Neste sentido, também se disputou a simpatia de lideranças feministas e o apoio do movimento de mulheres, em processo de organização desde 1975. As plataformas eleitorais se adaptaram ao processo de abertura política e começaram a contemplar, com maior frequência, as questões trazidas pelos, assim chamados, Novos Movimentos Sociais, surgidos alguns anos antes. Foi nesse contexto de redemocratização do país que as especificidades das lutas das mulheres conquistaram um lugar nos programas partidários e de governo.

Se durante a ditadura todas as militantes estavam unidas no seu enfrentamento, com a distensão política o movimento feminista, como de resto todo o movimento social, começou a enfrentar conflitos ideológicos internos, já que suas participantes passaram a externar as diferenças a partir do novo alinhamento político partidário entre os setores progressistas.

As feministas, particularmente, se dividiram entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), substituto do MDB, e o Partido dos Trabalhadores (PT). Este novo alinhamento partidário abriu uma fenda no movimento, mas resultou na criação de setores destinados aos debates sobre os direitos das mulheres dentro da estrutura partidária, sendo o PMDB e o PT os primeiros a criarem tais espaços. No PMDB, os Departamentos Femininos, no PT, as Comissões de Mulheres. Para ambos se dirigia a crítica de “guetização” do debate sobre os direitos das mulheres, oriunda das feministas autônomas, que se mantiveram à parte e não viam, nestes setores, uma real possibilidade de incorporação das propostas feministas nos aparelhos partidários.

A inserção das militantes nas estruturas partidárias levou, para as plataformas políticas dessas instâncias, a questão da mulher, criando espaços internos de discussão. Isto aconteceu, por um lado, em razão do deslocamento de parte da militância, mas, também, na avaliação de Analice Costa, porque a dinâmica do movimento mostrou a importância do eleitorado feminino. Assim, a maioria dos partidos passou a

incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal partido da direita, o Partido Democrático Social, o PDS, criou seu Comitê Feminino. (COSTA, 2005, p. 08).

Neste contexto, em especial depois das eleições gerais de 1982, quando, pela primeira vez, desde o golpe militar, se escolheu os governos estaduais através de eleições diretas, a questão da mulher teve espaço nos discursos eleitorais e nos programas de governo.

2.3.1 O feminismo institucionalizado⁵¹

Depois das eleições de 1982, especialmente nos estados que deram vitória ao PMDB, deu-se início ao processo de institucionalização das propostas feministas no Brasil. Particularmente, no chamado Governo Popular de Franco Montoro, em São Paulo, que, acatando proposta de um grupo de mulheres do PMDB, criou, em 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina, primeiro órgão desta natureza no Brasil. Proposta que, mais tarde, foi seguida por, praticamente, todos os estados brasileiros e pelo Governo Federal.

No âmbito federal, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, com o objetivo de promover “políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país” (SPM, 2008). No entanto, foi durante a campanha pelas Diretas-Já⁵² que a proposta de sua criação foi negociada pelas feministas com a liderança do PMDB.

Ao tomar posse, o presidente José Sarney cumpriu o acordo. Composto por conselheiras nomeadas pelo Ministro da Justiça, o Conselho tinha orçamento próprio e sua presidenta, *status* de Ministra. A atuação do Conselho, nos primeiros quatro anos, foi considerada de grande importância para o reconhecimento das demandas feministas. Do mesmo modo, ressalta-se o papel desempenhado pelo CNDM na

⁵¹ Cristina Buarque cunhou esse termo para designar a criação de projetos, espaços e cargos nas estruturas políticas do Estado, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, ocupados por mulheres claramente comprometidas com o feminismo, com o objetivo de estimular e fomentar políticas públicas relacionadas à execução ou ampliação dos direitos das mulheres. (BUARQUE, 2006)

⁵² A campanha pelas Diretas-Já aconteceu em 1984 e reivindicava o restabelecimento das eleições diretas para presidente da república, que desde o golpe de 1964 eram feitas de forma indireta, num Colégio Eleitoral, formado por parlamentares. A campanha uniu as oposições que promoveram, em todo o país, grandes manifestações populares. Mesmo com a pressão popular, o governo derrotou, no Congresso Nacional, a emenda que ficou conhecida pelo nome de seu proponente, Dante de Oliveira.

articulação do movimento de mulheres durante a Assembléia Nacional Constituinte, que estatuiu a Carta Magna de 1988.

Em 1991, na Paraíba, através do decreto 5.448/91, foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), órgão operacional da Secretaria da Cidadania e Justiça. No entanto, a polêmica discussão sobre autonomia, entre outros fatores, só permitiu sua regulamentação e efetivo funcionamento em 1996. Em 2000, numa crise proveniente da falta de organização política, de autonomia financeira e de condições concretas de funcionamento, o Conselho Estadual, na Paraíba, não renovou seu corpo de conselheiras, tornando-se inoperante.

Em 2007, numa tentativa de recuperação, um grupo de militantes feministas e algumas parlamentares, se articularam e reivindicaram do Governo Estadual a reabertura do CEDM – PB. Ainda que formalmente em funcionamento, o Conselho Estadual, na Paraíba, ainda tem dificuldades políticas para se tornar um espaço atuante de debate, proposição e controle social.

As mulheres na constituinte de 1988

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe consideráveis avanços no que diz respeito à ampliação dos direitos sociais, especialmente dos direitos das mulheres. Pode-se dizer que, entre outras coisas, formalmente destituiu o pátrio poder ao afirmar, em seu artigo 5º, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” e, no artigo 226, que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”. Isto, apesar da ausência de feministas e do pouco número de mulheres entre os parlamentares eleitos. Elas eram apenas vinte e seis (26), pouco mais de 5,7% do total de quatrocentos e oitenta e sete (487) parlamentares.

Com tão pequena representatividade, as conquistas das mulheres, na Constituição de 1988, podem ser creditadas a três agentes: a) as próprias

parlamentares – que, autodenominando-se “bancada feminina”, conseguiram ultrapassar as diferenças e disputas partidárias, apresentando trinta (30) emendas sobre os direitos das mulheres, englobando quase a totalidade das reivindicações feministas expressa na “Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte⁵³”, b) ao movimento de mulheres – que, além de apresentarem emendas populares⁵⁴, esteve presente pressionando os parlamentares, para o apoio às proposições de seu interesse, no que foram identificadas pela imprensa como o ‘lobby do batom’ e, como já foi mencionado, c) ao CNDM – que mobilizou os organismos de defesa da mulher, respeitando a autonomia do movimento.

A primeira gestão (1985 - 1989) do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) conquistou o respeito do movimento de mulheres. Apesar disso ou talvez até por isto, ainda na gestão do presidente José Sarney, o governo foi sistematicamente esvaziando o poder do CNDM, até que o Conselho perdeu sua autonomia administrativa e financeira e, portanto, todo prestígio e força, no governo Fernando Collor, eleito em 1989.

Esse esvaziamento do CNDM persistiu durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, pois, mesmo tendo reativado o CNDM, em 1995, o fez sem estrutura administrativa, sem orçamento próprio e com a nomeação de componentes sem consultar o movimento de mulheres e feminista. Em 1997, no

⁵³ Documento escrito a partir da campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, conduzida pelo CNDM, com o apoio do movimento organizado que realizou eventos, em todo o país, para aglutinar as demandas das mulheres. Numa reunião com mais de duas mil mulheres, sistematizou e produziu a carta dirigida à Assembléia Nacional Constituinte. O documento, na sua primeira parte, continha reivindicações e demandas por justiça social, dizendo respeito à sociedade como um todo e, na segunda parte, reivindicações relativas aos direitos das mulheres. É considerado por muitas feministas como “o documento mais completo e abrangente produzido na época, e possivelmente um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo”. (PINTO, 2000, p.75).

⁵⁴ O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte previa a participação popular através do envio de emendas com, no mínimo, 30 mil assinaturas. A população, através de diversas entidades, enviou 122 emendas. Quatro delas tratavam dos direitos das mulheres e continham, juntas, 243.068 assinaturas.

segundo governo FHC, o CNDM, mais uma vez, perdeu o *status*, tendo sido rebaixado dentro da estrutura do Ministério da Justiça.

Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que abriga em sua estrutura o CNDM, reestabelecendo a interlocução com o movimento de mulheres e feminista.

Nem todos os setores do movimento feminista apoiaram e aderiram a proposta de criação dos conselhos que, via de regra, se tornaram aparelhos governamentais e partidários, ameaçando, segundo suas opositoras, a autonomia do movimento e limitando sua crítica, já que, de modo geral, os conselhos recrutavam suas participantes a partir do seu alinhamento político partidário⁵⁵. As que defendiam a proposta viam nela uma 'brecha' para, no âmbito do Estado, influírem na gestão pública.

Essa incorporação do feminismo em espaços institucionais, especialmente nos governos, gerou muitos debates sobre a questão da autonomia do movimento de mulheres para definir a prioridade de suas bandeiras, especialmente em relação ao Estado. Apesar desta controvérsia, a proposta teve grande aceitação e, em praticamente todos os estados, existe hoje um conselho cuja finalidade é a proposição e monitoramento de políticas públicas voltadas para a defesa e ampliação dos direitos da mulher.

O sucesso da proposta se deu, no parecer de Analice Costa, porque, não se podia deixar

de reconhecer a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, portanto como um aliado fundamental na

⁵⁵ Hoje, na maioria dos Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher, a composição das conselheiras é feita de forma paritária entre sociedade civil organizada e Estado, tendo as organizações da sociedade civil autonomia para definir os critérios para a escolha de suas representantes, garantindo o espaço do debate e da crítica.

transformação da condição feminina. Também não poderia deixar de reconhecer os limites da política feminista, no sentido da mudança de mentalidades, sem acesso a mecanismos mais amplos de comunicação e tendo de enfrentar a resistência constante de um aparelho patriarcal como o Estado. (COSTA, 2005, p.17).

O feminismo sindicalizado

Com a abertura política, os sindicatos também se fortaleceram, e o chamado “novo sindicalismo”, na década de 1980, abriu espaço para o debate a respeito da especificidade da opressão da mulher. Neste sentido, em 1986, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante o seu 2º Congresso, fundou a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora - CNMT impulsionando a criação de comissões semelhantes nas suas diversas instâncias. Para Vera Soares (1993, p.18), a importância das reivindicações femininas e o avanço da participação das mulheres nos sindicatos decorriam do aumento da participação da força de trabalho feminina, mas eram também “reflexo das propostas de um trabalho sindical de novo tipo, enraizado nos locais de trabalho, nas lutas cotidianas [...]”. Além disso, pode se acrescentar que a abertura dos sindicatos decorria da legitimidade que o debate a respeito dos direitos das mulheres estava conquistando no Brasil.

Na Paraíba, as primeiras comissões de mulheres, atuando nos sindicatos, surgiram nas categorias dos Trabalhadores da Educação, da indústria Têxtil e de Telefonia. Nestes setores, com amplas bases compostas por mulheres, as propostas do feminismo logo conquistaram militantes, que se identificavam mais facilmente com as reivindicações específicas do feminismo para as mulheres, adequando as demandas ao ambiente de trabalho.

O feminismo acadêmico

O feminismo sempre se caracterizou por reunir intelectuais e letradas. No Brasil este foi o perfil das primeiras militantes, as sufragistas. Também havia um número significativo de mulheres ligadas à universidade entre as que lutavam contra a ditadura e no processo de reconstrução democrática. Mas foi na década de 1980 que o feminismo conquistou legitimidade acadêmica, e os trabalhos sobre a mulher e as relações de gênero foram reconhecidos enquanto objeto de estudo relevante. Abriu-se espaço institucional, dentro da academia, sob a forma de núcleos interdisciplinares de pesquisa. O primeiro foi na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1982, e, rapidamente, a iniciativa foi reproduzida por outras universidades.

No âmbito da Universidade Federal da Paraíba, o grupo de trabalho sobre o tema surgiu no campus de João Pessoa, por volta de 1984, como uma iniciativa de participantes do Grupo Maria Mulher, mas logo outras professoras e estudantes ingressaram no grupo. A proposta inicial de criação de um núcleo exclusivo sobre o tema resultou, por motivos conjunturais, na criação de um Grupo de Trabalho dentro do já existente Núcleo de Documentação Histórica e Regional - NDHIR - com pesquisas sobre Mulher e Participação Política, Trabalho Feminino e Violência Doméstica. Na mesma década, de 1980, foi criado um grupo de estudo nos *campus* de Campina Grande e, nos anos 1990 surgiram núcleos de estudo no *campus* de Cajazeiras e na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Em 2002 foi reconhecido na estrutura da UFPB, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero - NIPAM.

Além dos núcleos, as intelectuais feministas conquistaram ampla inserção nas associações acadêmicas e já publicaram um considerável número de textos e artigos, formando um cabedal de dados e teses de contribuição acadêmica indiscutível. Em 1992, as feministas acadêmicas criaram a Rede Feminista Norte e

Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero, aglutinando hoje, mais de trinta (30) núcleos de estudos da região.

O surgimento das ONGs feministas

Com o processo de abertura política consolidado e parte das propostas do feminismo legitimadas na sociedade, as mulheres incorporaram-se às estruturas com tradição hegemônica masculina, expondo a diversidade e a especificidade das suas lutas e tornando-as mais complexas. A ampla inserção social das feministas ameaçou a hegemonia de espaços típicos masculinos (partidos, sindicatos...), rompendo também o próprio gueto. A discussão sobre as questões da mulher e das relações de gênero conquistou força onde, anteriormente, era vista como secundária e sem importância.

Contraditoriamente à legitimidade conquistada, o movimento não teve uma grande expansão na década de 1980, o que, aliás, é verdade também para outros movimentos sociais que, de um modo geral, sofreram um refluxo na participação e na mobilização popular. No caso do movimento feminista chegou-se, inclusive, a anunciar o seu fim, o que, em muitas avaliações, era reflexo da difusão de suas idéias por toda a sociedade, subtraindo, assim, a razão de ser do movimento.

Esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas. Também não se apresenta como um rol articulado de demandas e posturas em relação à vida privada e pública. Por ser tão fragmentado e não supor uma 'doutrina', é um discurso que transita nas mais diferentes arenas e aparece tanto quando silencia o contador de anedota sexista como quando o programa do candidato à Presidência da República se preocupa com políticas públicas de proteção aos direitos das mulheres. (PINTO, 2003, p.93).

Tendo difundido suas idéias na sociedade, em vez de morrer, parte do movimento feminista, que já vinha em processo de institucionalização, participando de estruturas associativas, partidárias, sindicais, acadêmicas e de governo, se transforma, nos anos 1980 e 1990, em Organizações Não Governamentais (ONGs). Na Paraíba, as primeiras ONGs feministas – o Centro da Mulher 8 de Março e o Cunhã - Coletivo Feminista, surgiram em 1990, após uma lacuna de quase cinco anos sem movimento feminista organizado.

A difusão das idéias feministas multiplicou os espaços específicos para o debate sobre os direitos das mulheres também nos espaços populares – sindicatos, associações de moradores e de classe, Igrejas etc. –, resultando na identificação de mulheres pobres com o feminismo e no conseqüente surgimento de um tipo de feminismo que não pode ser apontado como de classe média, nos bairros populares, em comunidades rurais e assentamentos, e cujas preocupações circundam as condições de sobrevivência e a garantia de direitos básicos: creche, trabalho, acesso à saúde e o documentos, segurança hídrica e alimentar e garantia de não violência. Para Analice Costa (2005, p.19), o crescimento do feminismo popular trouxe, para o movimento amplo de mulheres, a diluição das barreiras e resistências ideológicas.

2.4 A terceira onda

A diversificação do feminismo também se deu a partir das mulheres negras e lésbicas e, neste caso, a presença destas mulheres levou para o movimento muitas questões e incômodos. O feminismo negro denuncia o racismo do movimento que se esconde atrás da omissão frente às injustiças e práticas discriminatórias sofridas pelas mulheres negras, em particular as mais pobres, como as empregadas domésticas. As lésbicas apontam a submissão do movimento à norma heterossexual e homofóbica vigente.

A institucionalização desafiou o feminismo a sair da clandestinidade e a ocupar os espaços públicos, a deixar de ser apenas oposição e passar a proposição. Assim, as ONGs feministas buscaram financiamento através das agências internacionais de cooperação para seus programas e projetos, firmaram parcerias com agentes locais e internacionais, inclusive governamentais, se especializando e profissionalizando suas ativistas.

Hoje, o movimento interfere em Conferências Internacionais⁵⁶, pressiona o Estado brasileiro para colocar as reivindicações das mulheres na pauta das políticas públicas governamentais e tem assento garantido em praticamente todos os fóruns que permitem a participação da sociedade civil. No que se refere à luta pelos Direitos Humanos, o movimento feminista ampliou esse conceito, ao introduzir o sentido de “Direitos Sexuais e Reprodutivos” e defender a especificidade dos “Direitos Humanos das Mulheres”.

Passado o tempo em que o próprio termo feminista era usado para agredir, o movimento hoje enfrenta outros obstáculos. Ao se legalizar, profissionalizar e trocar a militância apaixonada pela ação profissional e estratégica, fecharam-se em estatutos, criaram-se hierarquias entre as mulheres do movimento, as agendas foram submetidas a fóruns e instâncias aos quais nem todas têm acesso, havendo uma segmentação das lutas e reivindicações. (RABAY, 2000, p.95)

Apesar das dificuldades e contradições enfrentadas, não se pode negar que é por intermédio das ONGs que as propostas feministas continuam ampliando as conquistas das mulheres. O movimento de mulheres e feminista, através de articulações e redes nacionais, conseguiu, de forma unificada, propor políticas públicas e pressionar governantes e parlamentares a apoiarem suas propostas. Dois

⁵⁶ Nos preparativos do movimento para intervir na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu na China em 1995, amplos setores do movimento foram envolvidos. Mais de 800 organizações de mulheres participaram, em algum momento, do processo que resultou na “Declaração das Mulheres Brasileiras” que foi entregue formalmente ao governo brasileiro, estabelecendo um diálogo para a elaboração do documento oficial do país. O Movimento de mulheres também conseguiu que o governo brasileiro aprovasse a Plataforma de Beijing, sem ressalvas. (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2000, p.02)

grandes exemplos da articulação do movimento de mulheres aconteceram em 2004 e 2007, quando aproximadamente quinhentas (500) mil mulheres, em todo o país, participaram do processo que resultou na indicação de mais de duas mil delegadas para a I e II Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres a fim de propor diretrizes para a fundamentação do plano do governo federal. O feminismo brasileiro, nessas Conferências, convocadas pelo governo, conseguiu aprovar todas as suas propostas, inclusive as mais polêmicas, como a de legalizar o aborto.

Não resta dúvida de que, entre os chamados novos movimentos sociais surgidos no Brasil depois do golpe de 1964, o movimento de mulheres é o que mais vitórias conquistou, seja no âmbito formal, legal, seja no âmbito das transformações culturais e mudanças de costumes. Mas é claro que o feminismo ainda encontra grandes resistências, renovadas com a crescente onda do fundamentalismo religioso que assola o mundo ocidental, exigindo que o movimento se mantenha alerta para não ver regredir suas conquistas.

2.5 Participação Político-Eleitoral Feminina da abertura política à 2006 - Paraíba / Brasil

Em 1982, oito (08) mulheres foram eleitas, em todo o país, para a Câmara Federal. No âmbito estadual, vinte e oito (28) mulheres foram eleitas. Na Paraíba, nenhuma mulher concorreu a uma vaga para a Câmara Federal; quatro (04) disputaram uma vaga para a Assembléia Legislativa Estadual, e Vani Braga, do PDS, irmã do governador eleito no mesmo sufrágio, foi vitoriosa.

Em 1986, apesar do significativo aumento no número de mulheres eleitas, vinte e seis (26), elas representavam pouco mais de 5,7% do total de quatrocentos e oitenta e sete (487) deputados eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte, havendo entre eles uma (01) paraibana: Lúcia Braga, esposa do ex-governador

eleito em 1982. Neste pleito nenhuma mulher foi eleita para o Senado. Na Paraíba, vinte (20) mulheres se candidataram, e duas (02) foram eleitas deputadas estaduais - Vani Braga, pelo PFL, e Geralda Medeiros, pelo PMDB.

Em 1990, vinte e nove (29) mulheres assumiram uma cadeira na Câmara Federal, e apenas uma (01) assumiu posto no Senado. Na Paraíba, seis (06) mulheres concorrem, junto com cento e setenta e três (173) homens, à Câmara Federal. Lucia Braga, na ocasião, no PDT, foi reeleita. Para a Assembléia Estadual, dezessete (17) mulheres e duzentos e dezessete (217) homens disputaram as trinta e seis (36) cadeiras, sendo que Vani Braga, pelo PDT, e Terezinha Pessoa, pelo PFL, obtiveram êxito.

Em 1994, foram eleitas em todo país trinta e quatro (34) mulheres para a Câmara Federal e seis (06) senadoras. Na Paraíba, uma (01) mulher se candidatou ao cargo de deputada federal, mas não conseguiu se eleger. Já para as Assembléias Estaduais se elegeram oitenta (80) mulheres em todo o país. Na Paraíba, entre treze (13) candidatas, quatro (04) foram vitoriosas. As eleições de 1994, na Paraíba, apresentaram uma baixa no que se refere ao número de mulheres candidatas comparativamente à eleição anterior, embora tenha se elegido o dobro de mulheres em relação àquele pleito: Dona Dida, Estefânia Maroja, Francisca Motta, e Vani Braga. Pela primeira vez, nesse ano, uma mulher, na Paraíba, se candidatou ao Governo Estadual (Lúcia Braga, pelo PDT) e uma ao Senado (Francisca Zenaide, pelo PC do B).

Desde 1997, por iniciativa da então deputada Marta Suplicy, do PT, passou a vigorar um sistema de cotas estipulando, tanto para homens quanto para as mulheres, percentuais mínimos de participação – inicialmente 20%, 25%, em 1998, e 30% posteriormente – no número de candidaturas a que cada partido ou coligação tem direito, beneficiando, assim, as mulheres (Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997).

Todavia, nas eleições de 1998, apesar do sistema de cotas, houve uma diminuição da representação feminina no Congresso Nacional: apenas vinte e nove (29) mulheres foram eleitas para a Câmara Federal, e duas (02), para o Senado.

Na Paraíba, seis (06) mulheres disputaram com quarenta e nove (49) homens uma vaga, mas nenhuma conseguiu se eleger para a Câmara Federal. Na disputa estadual, vinte e três (23) mulheres disputaram com cento e cinquenta e cinco (155) homens, e sete (07) mulheres conquistaram uma cadeira na Assembléia Estadual – Estefânia Maroja, Francisca Motta, Iraê Lucena, Lúcia Braga, Olenka Maranhão, Socorro Marques e Rosário Gadelha (Zarinha) –, tendo sido, até hoje, o mandato com o maior número de mulheres na Paraíba, na época só inferior ao estado do Maranhão, que havia eleito oito (08) mulheres. Nesta eleição, uma (01) mulher se candidatou, sem sucesso, ao Senado, na Paraíba, Cozete Barbosa, pela coligação PT/PSB/PV/PC do B.

Nas eleições federais de 2002, houve uma reação por parte da representação feminina e, no âmbito federal, elegeu-se quarenta e quatro (44) deputadas federais, assim como dez (10) senadoras, sendo que duas (02) destas últimas, foram eleitas em 1998.

Na Paraíba, sete mulheres disputaram uma vaga como deputada federal, e apenas uma se elegeu, Lúcia Braga. Na esfera estadual, em 2002, trinta (30) mulheres, entre cento e noventa e nove (199) candidatos, disputaram uma vaga na Assembléia Legislativa da Paraíba, sendo seis vitoriosas – Edina Wanderley, Francisca Motta, Giannina Lonbard Farias, Iraê Lucena, Lucinha Monteiro e Olenka Maranhão. Neste ano, duas mulheres se candidataram ao Governo do Estado (Lourdes Sarmiento, pelo PCO, e Maria José, pelo PGT), e duas, ao Senado (Dra Lígia, pela coligação PT / PL / PSC / PMN / PC do B, e Tânia Brito, pelo PSTU).

Nas eleições de 2006 para a Câmara Federal, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) candidataram-se em todo o país duas mil quatrocentas e noventa e oito (2.498) mulheres, representando apenas 14% dos dezenove mil (19.000) candidatos nessas eleições: duas (02), à Presidência; vinte e seis (26), aos

Governos Estaduais; trinta e cinco (35), ao Senado; seiscentas e cinqüenta e duas (652), à Câmara Federal, e mil setecentas e oitenta e três (1.783), às Assembléias Legislativas. Das duas mil, quatrocentas e noventa e oito (2.498), apenas cento e setenta e seis (176) mulheres foram eleitas: três (03) governadoras, quatro (04) senadoras, quarenta e seis (46) deputadas federais e cento e vinte e três (123) deputadas estaduais/distritais).

Na Paraíba, foram vinte e cinco (26) candidatas: uma (01) para o Governo Estadual, seis (06) para a Câmara Federal, e dezoito (19) para a Assembléia Legislativa, sendo que destas, cinco (05) conquistaram mandato, quatro (04) foram reeleitas e uma (01), que ficou na suplência, foi convocada no terceiro mês do mandato – Francisca Motta, Iraê Lucena, Olenka Maranhão, Socorro Marques e Nadja Pallitot.

De modo geral, os resultados das eleições de 2006 não foram bons para a construção de uma paridade entre a representação feminina e masculina na política, já que não houve um crescimento significativo de mulheres eleitas. Em relação a 2002, houve apenas um acréscimo de duas mulheres na Câmara Federal. Também, no cômputo geral, nos estados houve uma redução do número de mulheres eleitas, número que passou de cento e trinta e três (133), em 2002, para cento e vinte e três (123) deputadas estaduais, representando apenas 11,61% do total de mil e cinqüenta e nove (1.059) deputados estaduais em todo o país. (<http://www.cfemea.org.br/temasedados> acesso em 18/12/2006)

No caso da Paraíba, esta representação, vem diminuindo desde 1998 quando se elegeram sete (07) deputadas estaduais. Em 2002, foram seis (06) e, em 2006, cinco (05), num total de trinta e seis (36) vagas, o que representa atualmente 14% do total. Para a Câmara Federal não foi eleita nenhuma das seis (06) candidatas paraibanas.

Tabela 7 – Deputados(as) Estaduais Eleitos(as), por sexo para os períodos 1995/1998 – 1999/2002 – 2003/2006 – 2007/2010, segundo as regiões do Brasil e a Paraíba

Regiões	Deputados e Deputadas Estaduais															
	1995/1998				1999/2002				2003/2006				2007/2010			
	deputados		deputadas		deputados		deputadas		deputados		deputadas		deputados		deputadas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	169	91	16	9	167	90	18	10	165	89	20	11	160	86,5	25	13,5
Nordeste	306	93	23	7	289	88	40	12	291	85	50	15	299	87,7	42	12,3
Paraíba	32	89	4	11	29	80,6	7	19,4	30	83,4	6	16,6	31	86	5	14
Sudeste	246	91	25	9	246	91	25	9	231	85	40	15	240	88,6	31	11,4
Sul	142	95	7	5	142	95	7	5	141	95	8	5	136	91,3	13	8,7
Centro-Oeste	104	92	9	8	100	88	13	12	98	87	15	13	101	89,4	12	10,6
	967	92,4	80	7,6	944	90	103	10	926	87,5	133	12,5	936	88,4	123	11,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais. Até o período 2003/2006 dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal / Área de Desenvolvimento Econômico e Social / Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2004). O período 2007/2010 foi sistematizado pelo Cfemea acesso em 08/11/2007.

**Tabela 8 – Mulheres Eleitas para a Assembléia Legislativa da Paraíba
(1983-2010)**

Nº da legislatura	Período	Nome das mulheres eleitas	Partido (na eleição)	Nº total de parlamentares
10ª	1983-1986	Vani Braga	PDS	37
11ª	1987-1990	Vani Braga	PDS	36
		Geralda Medeiros	PMDB	
12ª	1991-1994	Vani Braga	PFL	36
		Terezinha Lins Pessoa	PDS	
13ª	1995-1998	Dona Dida	PFL	36
		Estefânia Maroja	PMDB	
		Francisca Motta	PMDB	
		Vani Braga	PDT	
14ª	1999-2002	Estefânia Maroja	PMDB	36
		Francisca Motta	PMDB	
		Iraê Lucena	PMDB	
		Lúcia Braga	PTB	
		Olenka Maranhão	PMDB	
		Socorro Marques	PSDB	
		Rosário Gadelha (Zarinha)	PFL	
15ª	2003-2006	Edina Wanderley	PSDB	36
		Francisca Motta	PMDB	
		Giannina Farias	PT	
		Iraê Lucena	PMDB	
		Lucinha Monteiro	PFL	
		Olenka Maranhão	PMDB	
16ª	2007-2010	Francisca Motta	PMDB	36
		Iraê Lucena	PMDB	
		Nadja Pallitot	PSB	
		Olenka Maranhão	PMDB	
		Socorro Marques	PPS	

Fontes: <www.tre.gov.br> e MARIZ, 1987 - dados sistematizados pela autora.

3 IMAGENS SOCIAIS DA MULHER NA POLÍTICA E VOTO FEMININO

Que pensa a sociedade e os/as políticos/as sobre a participação das mulheres na política? Como votam as mulheres? A que influências estão vulneráveis? Que importância atribuem aos meios de comunicação para a formação de sua opinião ou, no caso das candidatas, de sua imagem?

O complexo imaginário social tende a formar imagens de mulheres excessivamente polarizadas entre a “santa” e a “puta”. Quando se trata do termo “mulher pública”, os sentidos se traduzem praticamente na mesma equação: ou se trata de uma mulher desonrada, ou no sentido oposto, vai se tratar de uma mulher que põs sua vida a serviço de outros, uma “santa”, contrariando, inclusive, o extremo desgaste que os políticos, de uma forma geral, vêm sofrendo na sociedade brasileira, em razão das constantes denúncias de corrupção nas quais, grande número de políticos, parlamentares e executivos está envolvido.

Este capítulo recupera algumas dimensões presentes no discurso social brasileiro relativo à mulher e sua participação na vida política. Discute o comportamento eleitoral feminino e as imagens que as mulheres e os/as parlamentares têm da participação feminina na política. Para responder as questões formuladas, utilizamos as entrevistas biográficas e mais sete entrevistas curtas com candidatas em campanha para a Câmara Municipal de João Pessoa, nas eleições de 2004. Com esse fim, também realizamos duas enquêtes: “O voto feminino nas eleições municipais de João Pessoa/PB, em 2004”⁵⁷ e “A Questão da Mulher na

⁵⁷ *Enquête* realizada em 2004, quando foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas, junto a 482 eleitoras de João Pessoa que, na ocasião, votavam em seções eleitorais distribuídas em três locais da cidade — Mangabeira, Jaquaribe e Manaíra, o primeiro, é o conjunto habitacional mais populoso da cidade, concentrando uma população de baixa renda; o segundo é um antigo bairro da cidade, onde mora uma classe média composta de pequenos comerciantes, comerciários e funcionários públicos do baixo escalão. Com muitos equipamentos sociais, concentra

Visão Parlamentar”⁵⁸, na qual um dos objetivos foi analisar qual imagem este grupo tem da participação política feminina.

3.1 O voto feminino nas eleições municipais de João Pessoa/PB, em 2004

A participação política feminina não correspondeu à expectativa gerada pela luta sufragista do início do século XX: as mulheres não se dirigiram em massa aos cartórios para se regulamentarem como eleitoras logo após a conquista. Além das descontinuidades democráticas que afetaram o crescimento da organização das mulheres, muitos obstáculos culturais precisavam ser removidos, de maneira que, até a década de 1970, as mulheres representavam apenas 30% do eleitorado nacional.

Esse quadro começa a mudar com o processo de redemocratização do País, iniciado nos fins da década de 1970. Em 1982, aconteceram as primeiras eleições diretas para os governos estaduais depois da ditadura e o número de mulheres

escolas, hospitais e repartições públicas; o último é um bairro, localizado na orla marítima, considerado de elite. (questionário no apêndice A)

⁵⁸ Esta enquête fez parte da pesquisa “A Questão da Mulher na Visão Parlamentar no Nordeste do Brasil” e se insere no conjunto de ações do Projeto Mulher & Democracia – uma proposta da: Casa da Mulher do Nordeste, Fundação Joaquim Nabuco e Centro das Mulheres do Cabo (PE) envolvendo colaboradoras (es) do movimento de mulheres, de Universidades e da sociedade civil em geral, de todo o nordeste. Na Paraíba, sob a coordenação desta pesquisadora, foram acrescentadas algumas questões abertas a fim de captar a percepção das/os parlamentares sobre as mulheres na política e se adequar mais aos interesses desse capítulo. Foram entrevistados vinte e seis deputados estaduais da Paraíba, perfazendo 72,2% do total de parlamentares da Assembléia Legislativa Estadual, dez deputados não concederam entrevistas sob as mais variadas alegações. Uma equipe de entrevistadoras realizou a coleta de dados através da aplicação de um questionário pré-codificado durante os meses de maio e junho de 2007. O objetivo dessa etapa foi traçar o perfil do parlamentar paraibano a respeito das principais reivindicações do movimento de mulheres, bem como perceber qual imagem que este grupo tem da participação política feminina. Mais detalhes dos resultados obtidos serão discutidos no CAPÍTULO V - O EXERCÍCIO DO DIREITO CONQUISTADO (questionário anexo A, sua complementação para este trabalho no apêndice B)

aptas a votar atingiu 46% do eleitorado. Em 2004, as mulheres alcançaram 51,2% do eleitorado brasileiro. Na Paraíba, as mulheres representam 52,3% dos eleitores, sendo que, na capital, esse percentual era de 54,7% (TSE – Disponível em <<http://www.tse.gov.br>> Acesso em 30/abr.2005).

Apesar da majoritária participação das mulheres como eleitoras, continua insignificante a participação feminina nos processos eleitorais. Ana Alice Costa, em seu trabalho “Escolhas Insensatas? O Voto Feminino nas Eleições Municipais de Salvador” (2002, p.203), pergunta: “Por que tal disparidade? Por que as mulheres, ao conquistarem o direito ao voto, não responderam à expectativa de filiareem-se massivamente e se tornarem também candidatas?”. Para responder a questão, a autora aponta limitações herdadas da sociedade patriarcal, afirmando que:

A cidadania liberal, que requer cidadãos livres e capazes para exercê-la com independência, ao não levar em conta as condições de opressão em que vivem as mulheres, as exclui dos processos de decisão do poder formal. (COSTA, 2002, p.203).

Além das limitações históricas herdadas, diversos estudos sobre a participação política das mulheres indicam que fatores, tais como sua situação social, inserção no mercado de trabalho, ciclo de vida (inclusive reprodutiva) educação, estado civil, ocupação, idade etc. influenciam o seu comportamento político. (AVELAR, 1989, *passim*)

Partindo desses pressupostos e buscando desvendar facetas no comportamento eleitoral feminino, o Grupo de Trabalho Política e Feminismo, da Redor⁵⁹, realizou, durante as eleições municipais de 2000, uma pesquisa em quatro capitais do Norte e Nordeste. Em 2004, seguindo a trilha, especificamente a partir do trabalho de Ana Alice Costa (2002), foi adaptado e aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas⁶⁰, junto a 482 eleitoras de João Pessoa, PB. Adotando

⁵⁹ Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero.

⁶⁰ Agradeço à equipe do Centro da Mulher 8 de Março que, acreditando na importância desse registro junto às eleitoras, voluntariamente aplicou o questionário — Nézia Gomes Toné, Maria Lins, Iayná Rabay Carvalho, Edna Teixeira, Cristina Lins e Geysiane dos Santos. Agradeço também a Iayná

a mesma orientação, as mulheres responderam ao questionário logo ao saírem da seção eleitoral. Interessava saber a motivação das mulheres para votar, as influências sofridas e os seus critérios para a definição do voto, a importância atribuída aos meios de comunicação e à propaganda televisiva eleitoral nas suas demarcações políticas, entre outras questões.

3.1.1 Perfil das entrevistadas

No que se refere à faixa etária, 40% das 482 eleitoras tinham entre 31 e 50 anos, e 41% tinha entre 18 e 30 anos. Os menores percentuais corresponderam a mulheres com mais de 65 anos (3%) e a menores de 18 anos (6%). As mulheres, entre 51 e 65 anos de idade, corresponderam a 10% das entrevistadas.

Tabela 9 – Distribuição das eleitoras segundo a faixa etária – Eleições municipais, João Pessoa, 2004

Idade	N°	%
Menores de 18 anos	30	6
18 a 30 anos	196	41
31 a 50 anos	193	40
51 a 65 anos	48	10
Maiores de 65 anos	15	3
Total	482	100

Quanto ao estado civil, 57% era solteira ou sem vida conjugal (divorciadas, separadas ou viúvas), e 43% era casada ou tinha vida conjugal (“vivia junto”); 60% tinha filhos.

Tabela 10 – Distribuição das eleitoras segundo o estado civil – Eleições municipais, João Pessoa, 2004

Estado civil	N	%
Solteiras ou sem vida conjugal	273	57
Casadas ou com vida conjugal	209	43
Total	482	100

Entre as entrevistadas, 52% possuía trabalho assalariado, e a renda familiar da maioria (70%) não ultrapassava cinco salários mínimos.

Tabela 11 – Distribuição das eleitoras segundo a renda – Eleições municipais, João Pessoa, 2004

Renda (em salários mínimos)	N	%
Até 5 salários mínimos	346	72
De 5 a 10 salários mínimos	94	20
De 10 a 20 salários mínimos.	31	6
Mais de 20 salários mínimos.	11	2
Total	482	100

No quesito cor, 56% das entrevistadas se autodeclararam em categorias que podem ser agrupadas como afrodescendentes (morena, morena-escura, mulata, parda, mestiça, etc.), 33% se considerou branca e 11% das entrevistadas se declararam negras.

Tabela 12 – Distribuição das eleitoras segundo a cor – Eleições municipais, João Pessoa, 2004

Cor	N	%
Negras	53	11
Mestiças/pardas	268	56
Branças	161	33
Total	482	100

Quanto à vinculação religiosa, 65% das entrevistadas eram católicas; 15% evangélica e 8% espírita (inclusive religiões afro-brasileiras).

Tabela 13 – Distribuição das eleitoras segundo a religião – Eleições municipais, João Pessoa, 2004

Religião	N	%
Católicas	315	65
Evangélicas	73	15
Espíritas/afro-brasileira	33	8
Outras	08	2
Não têm ou não respondeu	48	10
Total	482	100

Quanto à escolaridade, 1% se declarou analfabeta; 18% das entrevistadas não completaram o Ensino Fundamental; 20% tinha o Ensino Fundamental completo; 41% completou o Ensino Médio, 17% das entrevistadas declararam ter o ensino superior completo, e 3% delas não responderam a essa questão.

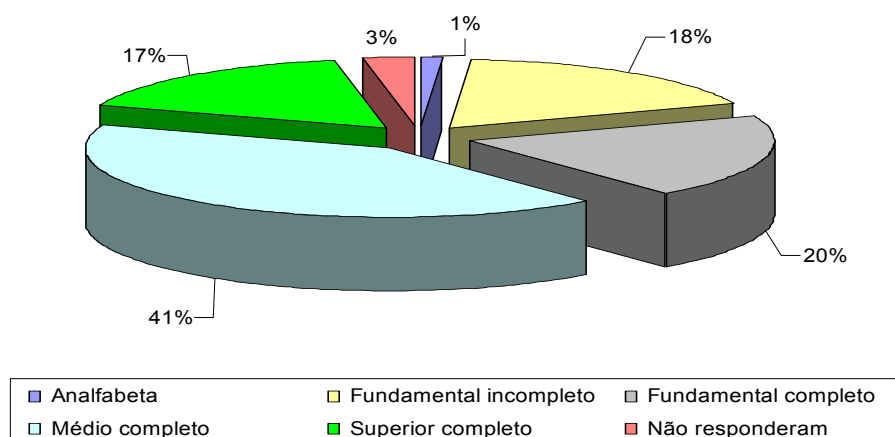


Ilustração 16 – Distribuição das eleitoras segundo a escolaridade – Eleições municipais – João Pessoa 2004

Contrariando o mito que afirma que as mulheres não se importam com política, 65,4% das entrevistadas declararam comparecer às urnas por acreditarem que estavam cumprindo com seu papel de cidadã ou que isso contribuiria para a consecução de melhorias para a cidade ou para elas mesmas. Apenas 34,1% disse votar porque a legislação eleitoral obriga. Esse comportamento não apresenta grandes variações quando cruzado com o quesito cor, sendo que foram as autodeclaradas afrodescendentes as que mais afirmaram comparecer às urnas por obrigação. No total do grupo, 38,7% das mulheres responderam assim a essa questão. É importante ressaltar que é nesse grupo, de afrodescendentes, que se encontram as mulheres com os mais baixos níveis de escolaridade e renda familiar.

Das mulheres com mais de 65 anos, a maioria afirmou que sua participação no processo eleitoral era um exercício da cidadania. As idosas, junto com as menores de 18 anos, apresentaram os menores índices de comparecimento às urnas em virtude da obrigatoriedade. Ressalte-se que o alistamento e o voto são facultativos para maiores de 16 e menores de 18 anos como também para maiores de 65 anos. Foram as mulheres na faixa etária de 31 a 50 anos de idade que mais declararam votar por obrigação (38,9%).

No que se refere ao estado conjugal das entrevistadas e às razões para votarem, são as mulheres casadas/com vida conjugal as que mais declararam a obrigatoriedade como motivo para a sua participação no processo eleitoral (37,7%). Entre as solteiras ou sem vida conjugal (divorciadas, separadas ou viúvas), a obrigatoriedade foi o motivo de comparecimento às urnas para 32% das entrevistadas.

Os dados referentes aos motivos pelos quais as mulheres participam do processo eleitoral revelam a importância da escolaridade para a participação política, de maneira que o percentual de mulheres que votam por obrigação vai decrescendo gradualmente a partir da escolaridade. Entre as mulheres que apenas lêem e escrevem, 56,3% votou por obrigação, esse percentual cai para 21,5% entre as mulheres com o ensino superior completo. Um desvio nesse padrão ocorre entre as mulheres analfabetas, já que, entre elas, 40% declarou a obrigatoriedade como principal motivo para comparecerem às urnas, apesar do alistamento eleitoral ser facultativo, conforme a alínea a do § 1º do artigo 14 da Constituição Federal de 1988. O fato de essas mulheres se sentirem obrigadas a participar, ainda que lhes seja facultativo, remete ao valor simbólico do voto enquanto exercício de cidadania.

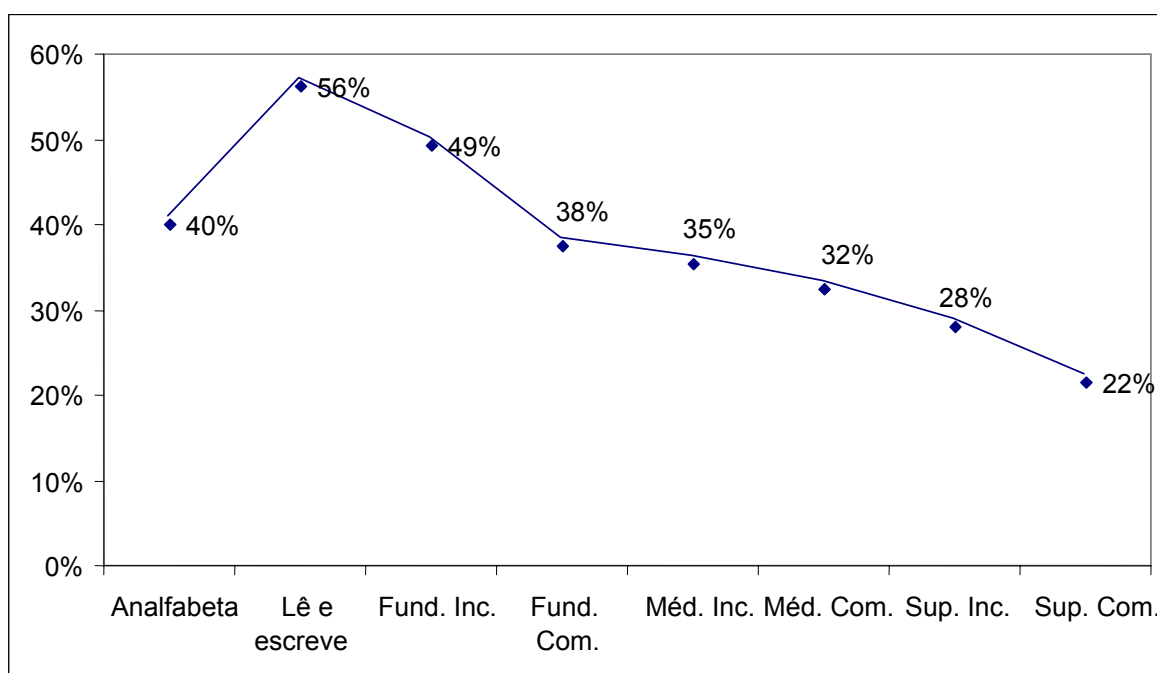


Ilustração 17 – Obrigatoriedade como Motivo do Voto (%) Segundo a Escolaridade

Quanto à escolha partidária para a eleição do prefeito de João Pessoa, apenas 23% das entrevistadas souberam responder qual o partido do candidato escolhido. Algumas mulheres entrevistadas (8,5%) declararam não saber responder nenhuma informação sobre em quem tinham votado, inclusive o nome do candidato. Isso pode significar um voto totalmente acabrestado, mas também pode ter sido uma maneira de se negar a prestar informações sobre seu voto, motivadas, talvez, por desconfiar que a equipe de pesquisadoras pudesse estar ligada a algum dos candidatos. 4,8% das entrevistadas não quiseram responder ao quesito. Um pequeno percentual de 0,8% das entrevistadas declararam ter anulado o voto para prefeito.

O grande número de mulheres (72,2%) que não sabia qual o partido do candidato escolhido sugere uma frágil tradição partidária, com partidos sem posições ideológicas firmadas e políticos sem identidade sólida, que trocam de legenda constantemente. A consequência é a dificuldade do/a eleitor/a para identificar o partido dos/as candidatos/as.

No que se refere à escolha do/a vereador/a, 48,3% não sabiam responder a qual partido pertencia o/a candidata/a escolhido/a. 10,3% não quis responder a questão. 23,5% declarou saber apenas o nome ou o número do/a candidato/a. 24% das eleitoras não sabiam, ou não quiseram, declarar quaisquer informações sobre o/a candidato/a em quem tinham votado. Algumas alegaram que já tinham se desfeito da anotação com o nome ou o número do/a candidato/a.

3.2 O público, o privado e as mulheres

Ao longo da história do pensamento social e político, os significados dos termos “público” e “privado” sofreram muitas transformações. Para Thompson (1998, p.110), a distinção entre os termos “deriva dos primeiros desenvolvimentos do direito

romano, que separava lei pública de lei privada, e da concepção romana de *res publica*.” No final da Idade Média e início da Era Moderna, Thompson afirma que se podem distinguir dois sentidos básicos dos termos público e privado.

Num sentido, faz-se referência ao domínio do poder político institucionalizado e ao domínio da atividade econômica e das relações pessoais, que fugiam ao controle direto do poder público. A rígida dicotomia entre o público e o privado, dominante na Idade Clássica, diluiu-se durante a Idade Média e, no final do século XIX, tornou-se menos rígida, em especial se comparada com a Grécia Antiga. As atividades econômicas e outras relacionadas com a sobrevivência tornaram-se de interesse público, as autoridades privada e pública se fundiram e se confundiram com o poder público. Como nota Costa (1998, p.55), “privado passa a ser somente uma esfera da intimidade” onde “as mulheres permaneciam excluídas da cidadania, sujeitas a toda uma série de restrições e normas legais, que limitam seus direitos dentro e fora da família”.

Noutro sentido, “público significa ‘aberto’ ou ‘acessível’ ao público” em contraposição ao privado – o que é fechado, secreto ao público. Thompson (1998, p.115) mostra que a dicotomia relaciona publicidade versus privacidade, abertura versus segredo, visibilidade versus invisibilidade. Este sentido, não coincidente com o primeiro, guarda uma relação entre formas de governo e visibilidade de poder. O autor aponta as cidades-Estado da Grécia Clássica, onde os cidadãos se reuniam em lugares comuns para tomar decisões como um exemplo do exercício do poder político relativamente visível, embora ressalte seu restrito acesso aos atenienses (homens livres) maiores de 20 anos.

Nas tradicionais monarquias da Idade Média se sustentava que o poder do príncipe era mais efetivo e verdadeiro se fosse escondido da contemplação das pessoas. Os assuntos do Estado eram conduzidos em círculos fechados à maioria da população, e a aparição dos governantes, fosse monarca ou não, se tornava acontecimento meticulosamente encenado, cheio de pompa e cerimônia, cujo objetivo era exaltar o poder e não lhe dar publicidade.

Com o desenvolvimento do Estado constitucional moderno, a invisibilidade do poder e de seus representantes começou a ser limitada. Muitas decisões, que anteriormente tinham o caráter secreto, passaram a ser pauta de assembleias parlamentares e assunto de botequim, nos quais o mais reles contribuinte pode emitir opinião, pois tem reconhecido pela lei sua liberdade de opinião e associação.

Apesar dessas transformações, Thompson previne que os detentores do poder sempre encontram novas formas de poder invisível e de governo encoberto.

Limitar a invisibilidade do poder não torna o poder inteiramente visível: pelo contrário, o exercício do poder nas sociedades modernas permanece de muitas maneiras, envolto em segredo e escondido da contemplação pública. (THOMPSON, 1998, p.113).

Seja no sentido do domínio do poder político institucionalizado e das relações pessoais, seja no sentido da visibilidade política social, até recentemente, a mulher foi restringida à esfera privada, doméstica. Sua atuação, rompendo o âmbito privado, na modernidade, ainda não conquistou plenamente a visibilidade necessária ao exercício do poder na contemporaneidade.

3.3 Visibilidade, imagem pública e eleições

A limitação da invisibilidade, o fato de o poder ter se tornado mais visível e os processos de tomada de decisão mais públicos têm implicado numa necessidade dos envolvidos na vida política administrar a imagem pública.

Embora muito identificada com os nossos dias, com a “idade média”⁶¹, a preocupação com a imagem pública precede o desenvolvimento da imprensa. É época em que os governantes – reis, príncipes e lordes – restringiam sua visibilidade a

⁶¹ Termo utilizado por Rubim (2001, p. 177) para designar “uma sociabilidade estruturada e ambientada pela comunicação, especialmente em sua versão midiática”.

salões palacianos e a raras aparições públicas. Para Thompson (1998, p. 115), o investimento na imagem pública equivalia a administração da apresentação pessoal, quando pompa e distância atestavam o caráter sagrado do poder. Ou, como afirma Gomes (2004, p. 242), a política de imagem é recurso que se conhece desde a Antiguidade e em toda parte, convivendo com a democracia ou com a tirania.

Com o advento das sociedades democráticas e liberais, da imprensa e, posteriormente, da mídia eletrônica, a disputa associada à imagem pública⁶² naturalizou-se como parte das condições de vida, acrescentando a preocupação com platéias que não estão fisicamente presentes, modificando aspectos importantes na política da imagem.

Nestas sociedades, onde se disputam “audiência, atenção, interesse e predileção do público, disputam-se o tempo livre do cidadão, disputam-se o apoio da opinião pública e a eleição das próprias pretensões políticas do eleitorado” (GOMES, 2004, p. 244), e os partidos políticos competem em intervalos regulares. A administração da visibilidade tornou-se parte da construção da própria governabilidade, embora se intensifique nos períodos eleitorais.

Albino Rubim (2001, p. 172) assinala que, embora o envolvimento entre política e comunicação exista desde a Grécia Antiga, com a “consolidação das eleições como procedimento e rito imprescindível à política na modernidade esse imbricamento se tornou ainda mais relevante”. O autor aponta modificações, adequações e deslocamentos da rua para a tela da política na idade mídia e considera que o cerne da campanha, o espaço mais significativo, passou a ser o espaço eletrônico.

Não há dúvida de que as eleições sofrem transmutações significativas na nova sociabilidade. E, talvez, numa sociedade estruturada e ambientada na comunicação, a influência da mídia seja muitas vezes naturalizada e imperceptível. No entanto,

⁶² Gomes (2004, p. 254) define a imagem pública de um sujeito qualquer como “um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam”. “A imagem pública é claramente uma espécie do gênero opinião pública” (GOMES, 2004, p. 256).

parece que as transmutações, na forma de conquistar o voto, não são tão significativas, pelo menos quando se trata do poder legislativo municipal.

Nenhuma das sete candidatas entrevistadas, durante a campanha para a Câmara Municipal de João Pessoa, em 2004, considerou sua aparição na TV, Rádio, ou no jornal impresso como um catalisador de votos superior à estratégia do corpo a corpo. Em geral, o espaço midiático foi percebido como capaz de conferir legitimidade e prestígio, mas não de criá-los.

Eu acho que ganhei mais voto no corpo a corpo do que na televisão. [...] A televisão ajuda sim, mas assim: uma pessoa que já lhe conhece lhe ver na televisão aí diz: olha fulana na televisão! Ela é candidata! (Edmilza Felix – candidata a vereadora pelo PSB - João Pessoa – 2004).

Particpei do programa eleitoral e me saí muito bem. Mas conquistei meu voto nas comunidades carentes. São 17 anos nesta área, de trabalho voluntário. Acho que a televisão foi boa para me apresentar à classe média, que não me conhecia, mas meu voto é nas comunidades onde tenho trabalho. (Kátia Braga. – candidata a vereadora pelo PMDB - João Pessoa – 2004).

Também entre as eleitoras a influência da mídia não foi considerada como fundamental para a escolha do/a candidato/a. Apenas 2% das mulheres mencionaram a propaganda eleitoral ou os meios de comunicação como um fator que ajudou ou influenciou a definir o voto, o que, apesar de insignificante, equiparase a influência partidária. O partido foi declarado como o principal motivo para a escolha eleitoral por 2,3% das mulheres entrevistadas. A autoridade partidária na escolha do voto supera a das religiões e Igrejas neste processo. Apenas 0,6% das entrevistadas declararam ter escolhido o candidato em atenção a um pedido de sua Igreja, sendo que as mulheres que alegaram influência religiosa eram todas evangélicas.

Diante da questão: quem lhe ajudou a escolher o/a candidato/a?, a maioria das eleitoras entrevistadas, ou seja, 72% disse que sua escolha não recebeu influência externa, que ninguém, nem instituição alguma, havia lhe ajudado. Do total de

entrevistadas, 12,2% afirmou ter recebido ajuda de parentes e 4,6%, de amigos, para decidir o voto.

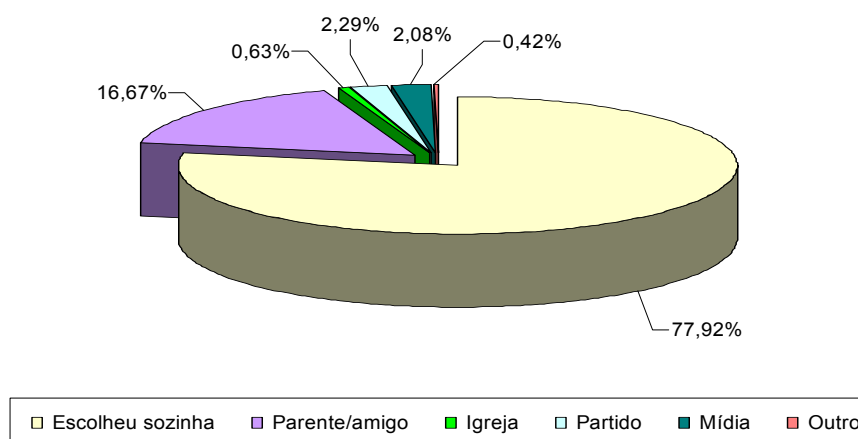


Ilustração 18 – Distribuição das eleitoras segundo a forma como o voto foi decidido – Eleições municipais João Pessoa /2004

As informações prestadas pelas eleitoras não poderiam ser tomadas como indicadores do fim do mito que afirma ser o voto feminino, em especial o da mulher casada, “acabrestado”. Apenas 17,8% das casadas declararam ter recebido ajuda de algum parente ou amigo para definir o voto. A maioria declarou que a escolha não foi objeto de conversas ou consulta junto a amigos ou parentes, nem sofreu algum tipo de influência externa.

Na questão aberta sobre as razões pelas quais escolheu determinado/a candidato/a, 25,3% das entrevistadas mencionaram a honestidade do/a candidato/a como valor decisivo⁶³. Outro motivo foi o “desejo de mudança”, alegado por 21,3% das mulheres. Na seqüência, 20,3% das entrevistadas disseram que a atuação

⁶³ A honestidade também foi o fator mais importante de decisão eleitoral apontado em pesquisa realizada com 907 mulheres em Salvador, coordenada por Ana Alice Alcantara Costa – NEIM-UFBA (COSTA. 2002)

política anterior do candidato foi o que as fez escolher. 14,5% declarou que escolheu o candidato em razão da “amizade” que sente por ele. 5% das entrevistadas votaram em seu candidato em agradecimento por algo realizado anteriormente. 4,8% alegou razões morais para a escolha e 6% não sabe, ou não respondeu, porque escolheu o candidato. Além desses, foram alegados outros motivos, como inteligência, competência, beleza, falta de opção, Igreja, estudo, projeto político, entre outros.

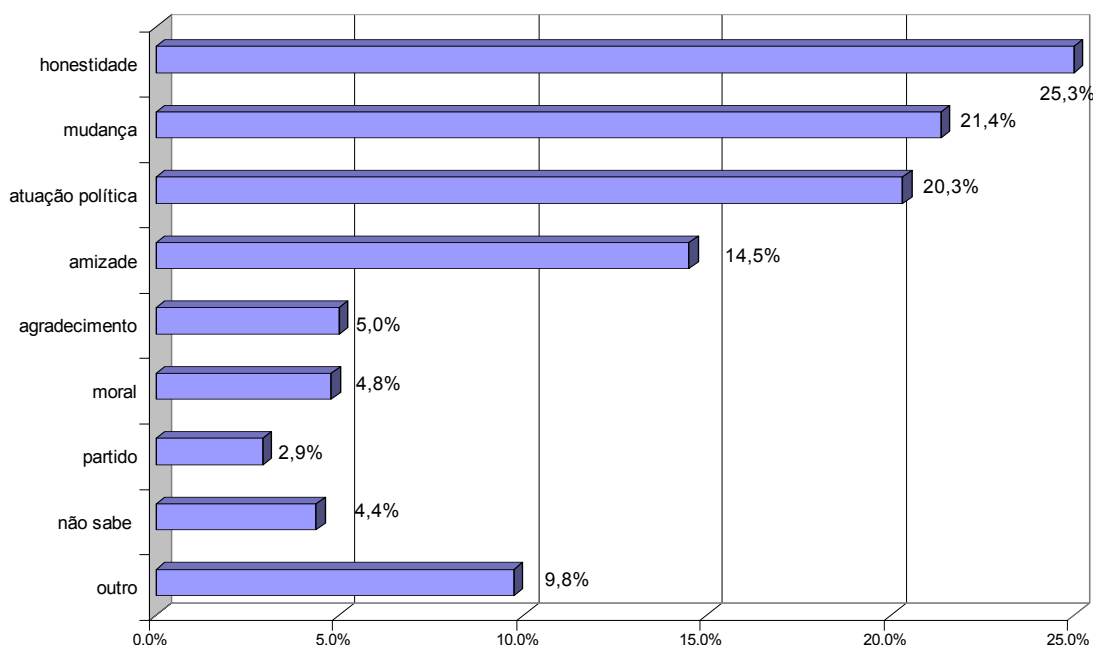


Ilustração 19 – Distribuição das eleitoras segundo as razões de escolha do/a candidato/a – Eleições municipais – João Pessoa /2004

A escolha da “honestidade”, como valor decisivo para o voto, pode ter sofrido influência da campanha dos dois candidatos majoritários mais fortes, em João Pessoa, uma vez que ambos utilizaram a palavra (honestidade) nos *slogans* centrais da campanha. Sem mencionar que, nos últimos anos, a mídia protagonizou constantes denúncias de corrupção, envolvendo parlamentares e executivos políticos no país, transformando a honestidade, que deveria ser condição, em uma qualidade diferencial entre os/as candidatos/as.

Neste sentido, é pertinente a observação feita por Gomes, ao assinalar que

a experiência da publicidade não permite mais o retorno a uma possível autonomia solipsista da intimidade. A sensação de vínculos e pertinência (pertencimento) social vai empurrar o sujeito a um vai-e-vem importante entre publicidade e intimidade, entre o que em última instância é seu enquanto processo, mas que não é mais só seu, é público enquanto cimento social, vínculo e pertinência ao grupo. (GOMES, 2004, p. 261).

Desta maneira, a majoritária resposta de autonomia, na hora de escolher o voto, pode significar um aspecto do jogo mencionado por Gomes (2002, p. 262), onde ter a própria opinião é tão importante, social e psicologicamente, quanto se descobrir compondo um repertório comum a todo um grupo social.

3.4 Imaginário social feminino

Ainda hoje, em muitas partes do mundo, as mulheres são representadas como inferiores ou menos capazes que os homens, tanto nas tarefas que exigem força física, quanto nas que exigem habilidades intelectuais ou artísticas. Tidas como cidadãs de segunda categoria, sobre elas recaíram um sem número de adjetivos que buscaram, ao longo da história, sua cumplicidade para incorporarem qualidades que, na verdade, lhes inferiorizavam. Mais “afetiva”, “amorosa”, “sensitiva”, “delicada” e “frágil”, tornava muito difícil para a mulher fazer frente àquele cidadão racional e forte.

A inferioridade feminina, escondida em seus adjetivos, tantas vezes repetidos e encenados, revela uma realidade construída e instituída nas práticas sociais ao longo da história. Essas representações sociais se arraigaram no senso comum de uma maneira tão profunda, que é difícil lhes atribuir historicidade, parecendo, ao senso comum, “criadas por Deus” e naturais. Afinal “não é assim desde o início dos tempos?”.

Praticamente todas as religiões, cujo traço marcante é a herança patriarcal e hierárquica, tiveram papel de grande importância na instituição dessa realidade. Nessas religiões, a explicação do mundo e de sua gênese caracteriza-se pela diferença atribuída a homens e mulheres como também aos seus papéis na constituição do mundo, cabendo, praticamente em todas as versões, apenas o homem como protagonista.

De um modo geral, a noção dicotômica sobre o feminino foi cristalizada através dos discursos religiosos que difundiam a imagem feminina, ora como demoníaca, lugar do pecado e da luxúria, ora como santa, capaz de sacrifício e abnegação pelos outros. No Brasil, a forte influência da Igreja Católica e o culto à Virgem Maria perpetuam essa imagem feminina estereotipada entre o bem e o mal em ambientes insuspeitos, dada a sua imbricação com o Estado e outras organizações da sociedade civil.

Simone de Beauvoir analisa o mito de Adão e Eva, presente nas religiões de herança judaica, ajudando a compreender a maneira como o mito reforça a idéia da mulher como complementar e submissa ao homem.

Eva não foi criada ao mesmo tempo que o homem; não foi fabricada com uma substância diferente, nem com o mesmo barro que serviu para moldar Adão: ela foi retirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; Deus não resolveu espontaneamente criá-la com fim em si e para ser por ela adorado em paga: destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que Ele lha deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo inessencial. E assim ela surge como uma presa privilegiada. É a natureza elevada à transparência da consciência, uma consciência naturalmente submissa. (BEAUVOIR, 1985. p.191).

Não apenas a religião se encarregou de cristalizar as imagens femininas constituídas. A ciência e a filosofia também produziram suas versões da realidade, aguçando a percepção consensual das diferenças “naturais” entre homens e mulheres e da submissão feminina daí decorrente. Pode-se destacar o papel da religião, da ciência e da filosofia, mas a verdade é que são inúmeros e também

anônimos os que constroem essas imagens, já que toda a sociedade participa ativamente desse processo.

Marcadas pelo discurso que as engendrou, as imagens femininas atualizadas pelo mundo moderno trazem os estigmas produzidos. Fazem parte de um processo histórico que resultou das lutas por interpretações sobre fatos presentes ou passados, chamado por Pêcheux de memória discursiva

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PECHÊUX, 1999. p. 52).

Em razão da memória discursiva, Orlandi (*apud* FERREIRA, 2001, p. 20) diz que “o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos.” A característica multidimensional do discurso é resultado da relação interpretativa que o sujeito mantém com o “texto” original, possibilitando dizeres que se renovam e se atualizam no ato de sua enunciação.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista do discurso, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x”! ... O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentido estão ali presentificados. (ORLANDI, 2000. p.32).

É pertinente a noção de memória discursiva, especialmente quando pensada como parte constitutiva do *magma* daquilo que Castoriadis (1987, p.229) chamou de “instituição da sociedade como um todo”, envolvendo normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer coisas e de fazer o próprio

indivíduo, tanto em geral como na forma particular que lhe dá a sociedade considerada.

A instituição da sociedade é feita de muitas instituições que se impõem, em última análise, por meio da moldagem do homem em indivíduo social. A instituição produz indivíduos conforme suas normas, de tal modo que esses incorporam e reproduzem a instituição. Para explicitar como a instituição está de tal forma entremeadada nos indivíduos sociais, Castoriadis desafia seus interlocutores a se perguntarem (e responderem, se forem capazes):

[...] qual a parcela de todo meu pensamento e de todas as minhas maneiras de ver as coisas que não está condicionada e co-determinada, em um grau decisivo, pela estrutura e pelas significações de minha língua materna, pela organização do mundo que essa língua carrega consigo, pelo meu primeiro ambiente familiar, pela escola, por todo os “faça” e “não faça” com que frequentemente fui assediado pelos meus amigos, pelas opiniões correntes em meu redor, pelos modos de fazer que me são impostos, pelos inumeráveis artefatos que me cercam, e assim por diante. (CASTORIADIS, 1987, p.230).

As muitas instituições particulares (escola, família, linguagem, igreja etc) formam um tecido coerente que impregna e dirige a vida daquela sociedade e dos indivíduos concretos que a constituem. É o que Castoriadis chama de “magma das significações imaginárias sociais”, denominando-as de imaginárias porque elas “não correspondem a – e não se esgotam em – referências a elementos ‘racionais’ ou ‘reais’, e porque são introduzidas por uma criação.” (CASTORIADIS, 1987, p.231).

A sociedade se institui, instituindo um mundo de significações, que é a instituição do fazer social e do representar/dizer social. De forma que a linguagem não é somente código, ela “comporta ineliminavelmente uma dimensão significativa, referida ao magma de significações que é sempre também língua.” (CASTORIADIS, 1982, p.405).

O magma das significações, do qual Castoriadis fala, não pára de se mexer, dilatar, baixar, liquefazer, solidificar. É por isso que o homem pode se “mover e criar

no e pelo discurso, que ele não é aprisionado para sempre por significados unívocos e fixos das palavras que ele emprega” (CASTORIADIS, 1987, p.287).

Na formulação de Castoriadis (1982), a idéia da existência de uma sociedade instituinte, um imaginário radical, subjacente a qualquer instituído que promove a “auto-alteração perpétua” da sociedade e é fruto da psique humana, expõe e fundamenta as intrínsecas e irredutíveis relações entre o sujeito e a sociedade⁶⁴, a psique e a instituição social-histórica. trespassado

A compreensão do sujeito, trespassado pelo social-histórico, ajuda a perceber que as práticas e os discursos sobre a mulher e sua participação nas esferas do poder político instituído não encontram um lugar certo, disseminando-se no todo social.

Restrita ao âmbito privado por muito tempo, as mulheres só recentemente conquistaram o espaço público. Essa conquista não se fez fácil, e em torno dela muitas imagens se agregaram, moldando, na maioria das vezes, com estereótipos, as mulheres que adentraram no mundo, quase que exclusivamente masculino, da política.

No início, a sufragista foi tida como uma “revoltada” impelida à rivalidade para com o homem em razão de sofrimento amoroso⁶⁵ (Era Nova, *apud*, RABAY, 1986, p. 205). Com a conquista do voto, as mulheres passaram a ser identificadas como alienadas. Alguns estudos, generalizando resultados e desconsiderando o processo de exclusão imposto às mulheres por séculos, apontavam, na década de 1950, o caráter conservador e despolitizado da participação feminina nos processos eleitorais. (DUVERGER, *apud*, COSTA, 1998, p. 85).

A partir da década de 1970, essa identificação do voto feminino com o conservadorismo começa a se desfazer, e a imagem da mulher na política adquire faces mais variadas. No entanto, a formulação de estereótipos que dificultam a

⁶⁴ Uma discussão sobre a constituição do sujeito e sua autonomia será feita no Capítulo V.

⁶⁵ Expressão utilizada em artigo da revista semanal Era Nova, publicada na Paraíba durante a década de 1920. A citação está na edição 24, de 25 de abril de 1922.

emancipação e a autonomia das mulheres tem atrapalhado a participação feminina no campo político.

Antes de pensar na imagem mais recente da mulher na política, é importante lembrar que as

concepções em geral, opiniões e imagens em particular não existem no mundo como árvores e paredes, não são coisas entre as coisas, não são disponíveis, manuseáveis e utilizáveis como elas. [...] os processos mentais [...] são mutáveis, com limites imprecisos, retroajustáveis e complexos. Quando se trata de supostas concepções públicas, as coisas se complicam um pouco mais, na medida em que, nesse caso, o conjunto não é certamente igual à soma dos seus elementos. [...] Por isso mesmo, quanto menos disserem os enunciados sobre a imagem pública, tanto maiores serão suas chances de acerto; mais pobre o conteúdo, maior o quociente de precisão. (GOMES, 2004, p.257).

Gomes (2004, p. 259) também nos lembra que chamamos de imagem, de alguém ou de algo, aquilo que alguém ou algo nos parece ser. Assim, a imagem pública da mulher na política corresponde a um conjunto de características e qualidades que o público considera dever existir ou mesmo ser natural que exista nas mulheres.

Além disso, como estamos falando de imagens públicas, de mulheres na política, não lidamos propriamente com pessoas, mas com *personae* ou máscaras teatrais; não lidamos com a formação de uma idéia sobre alguém que conhecemos através de anos de convivência, “mas com o processo social e psicológico de caracterização”. (GOMES, 2004, p. 258).

Essa imagem pública feminina, em especial seus aspectos positivos, quase sempre é alimentada pelas participantes e, não raro, por analistas, estudiosos e defensores dos direitos das mulheres. Irllys Barreira (2006), em seu estudo sobre lideranças femininas no Congresso Nacional, discorre a respeito de uma espécie de “síndrome positiva da exclusão”, presente em algumas interpretações sobre a

participação feminina na política. A “síndrome” consistiria na tentativa de transformar o que é numericamente inferior, no campo da política, em qualitativamente superior.

Refiro-me aqui às alusões ao poder feminino, como encarnação da democracia, expressivas de versões idealizadas sobre um desempenho tido como potencialmente positivo e capaz de modificações nos espaços institucionalizados da política. Transfere-se, com tal perspectiva, a versão de uma “natureza feminina”, consagrada no senso comum, para o espaço de práticas políticas tornadas virtuosas em si mesmas. As campanhas políticas de candidatas, não raro, lançam mão de argumentos referentes a qualidades femininas tidas como imprescindíveis para uma proposta de renovação do poder. (BARREIRA, 2006, p. 4).

Introjetando sua representação como frágil, dócil e sensível, entre outras “qualidades”, a própria mulher política ajuda a reforçar os estigmas, contribuindo para a sua exclusão, mesmo quando avaliam que eles podem ser revertidos em dividendos eleitorais. Num processo em que as mulheres adotam, sobre si mesmas, o ponto de vista do dominante, “esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta”, e resultam em “atos de reconhecimento, de submissão”. (BOURDIEU, 2003a, p.22)

Acho que a mulher tem maior sensibilidade, é mais humana, e o homem é muito menos sensível que a mulher, ele pensa em dinheiro, pensa uma coisa e diz outra. Eu tenho colegas que, na hora da tribuna... eu sei como ele pensa, mas ele vai lá e se coloca totalmente diferente porque a imagem que ele quer passar é outra. Eu não sou assim e acho que as mulheres não são assim. Elas são mais sentimentais, sofrem mais com os problemas. (D. Dida, deputada estadual, PB).

A mulher é muito diferente do homem na política, porque ela leva muito pelo lado do coração... (Socorro Marques, deputada estadual, PB).

[...] porque a mulher é mais sensível, ela sente mais o problema outro, ela tem mais garra de chegar lá... Ela é essencial. (Edina Wanderley, deputada estadual, PB).

A “sensibilidade” das mulheres às vezes se expressa na fala das políticas como algo mágico, pertinente, apenas, ao universo feminino, algo a que os homens não teriam acesso.

Vou usar meu olho invisível, que a mulher tem um olho invisível, porque eu quero atender meu povo. (Zarinha, deputada estadual, PB).

Nessa perspectiva, o cuidado com o mundo privado, a doação – em especial, à família, às crianças, aos velhos e aos doentes –, a solidariedade, a compaixão, a sensibilidade para as causas sociais fazem parte da “natureza feminina” e do papel a ser desempenhado pela mulher em qualquer espaço e, portanto, também no campo político.

Eu acho que a mulher tem um sentimento maior, então distribuo cadeira de rodas – durante o mandato passado, eu distribui 411 cadeiras – e muitas vezes eu nem sei em quem o necessitado vai votar. (Francisca Motta, – deputada estadual, PB).

Eu diria que a mulher tem mais sensibilidade, principalmente, na política. Veja bem, quando a mulher ascende ao poder, ela se dirige mais para as causas voltadas à mulher, aos problemas que nos afetam diretamente, como o caso da família, da criança... Não estou dizendo que falta sensibilidade aos homens, não é isso, mas eu acho que a mulher se preocupa mais com essas questões sociais. (Iraê Lucena, deputada estadual).

Para Costa (1998, p. 88), a atuação da mulher na esfera pública ainda não conseguiu romper as determinações do mundo doméstico, de suas responsabilidades familiares e de seu componente “maternal”. Elas se dedicam aos projetos e atividades que, de certa forma, refletem a vida privada, concentrando-se, por exemplo, nas secretarias de educação, saúde e bem-estar social. Desta maneira, é o exercício de seu papel de gênero (mãe, esposa, filha, irmã, tia com os simbolismos que estas palavras carregam), no âmbito de sua localidade, que as colocam potencialmente como líder, assumindo lutas políticas e ocupando o espaço público – de forma muitas vezes assistencial –, junto aos mais carentes na luta pelas

condições básicas de sobrevivência. Martin-Barbero (2001, p. 285) diz da seguinte forma:

Uma maternidade social que em vez de se fechar na família faz do bairro seu espaço de instalação e exercício. [...] Nessas condições, a mulher se constitui como a recriadora de uma sociabilidade primordial que é ao mesmo tempo encontro e mediação. Não se trata de ser dirigente em vez de ser mãe, mas sim de o ser porque se é mãe e esposa.

Costa (1998, p.80) avalia que essas especificidades da atuação feminina na política refletem os efeitos da estrutura patriarcal à qual estão submetidas as mulheres, forjando culturalmente a “ideologia da feminilidade”, na qual a maternidade é elemento constitutivo da identidade cultural e da personalidade feminina. Desta forma, segundo Costa, a cidadania conquistada pelas mulheres, no marco da sociedade patriarcal, se dá, dentro dos limites de seu papel de gênero como mães e donas de casa, fazendo-as encampar lutas políticas e ocupar espaços públicos na defesa de direitos pertinentes ao mundo doméstico.

Esse é o exemplo das “**Mães da Praça de Maio**” na Argentina, das “**Mães de heróis e mártires**” na Nicarágua, mulheres das “**painéis vazias**” no Chile, do “**Movimento Feminino pela Anistia**” aqui no Brasil, dos movimentos contra o aumento do custo de vida em vários países da América Latina e muitos outros. (COSTA, 1998, p.80).

Segundo Barreira (2008, p.70), valores referentes à sensibilidade ou maternidade são constantemente evocados na tentativa de transferir capital simbólico construído no âmbito doméstico, para o espaço da política. A conquista do espaço político a partir do papel de mãe é comum entre as mulheres candidatas. Muitas fazem referências claras à importância da sua função maternal na conquista do eleitorado.

Eu sou aquela pessoa que ajuda, que é mãe, amiga, que escuta, minha base é a comunidade onde eu trabalho. As pessoas que me conhecem e ao meu seu trabalho dizem que sou a mãe delas, tem idosos que me chamam de mãe, outros me chamam de doutora,

porque sou enfermeira e gosto muito de cuidar... (Eva – candidata a vereadora pelo PFL - João Pessoa – 2004).

Essa é a grande diferença na forma de homens e mulheres fazerem política: a maternidade faz a mulher mais humana, ela sente mais os problemas, se identifica mais. (Kátia Braga– candidata a vereadora pelo PMDB - João Pessoa – 2004).

Eu sou uma pessoa que participa, na minha Igreja sempre sou muito ativa, eu participo, tomo conta do grupo das crianças, dos adolescentes, das idosas. (Edimilza Felix – candidata a vereadora pelo PSB - João Pessoa – 2004).

Essa construção do feminino identificado com a maternagem, internalizada, inclusive pelas mulheres políticas, tem influenciado padrões de comportamento na vida pública e na vida política, mesmo quando não se trata do poder local, como o Senado e o Congresso Nacional, onde as mulheres têm, igualmente, ocupado certos lugares que denotam uma divisão sexual do trabalho parlamentar.

Barreira (2006, p. 15) assegura que, de maneira geral, o trabalho das mulheres nesse espaço não se distingue das atividades de qualquer parlamentar encarregado de garantir sua sobrevivência política, associando eficácia e reconhecimento. No entanto, quando se trata da ocupação de funções nos cargos parlamentares de direção, há uma diferenciação hierárquica. A distinção acontece, também, no que se refere à participação em comissões e ao empenho das mulheres na defesa de causas consideradas específicas.

As comissões cuja presença de mulheres é mais significativa são as seguintes: Educação e Cultura e Seguridade Social e Família. Muito embora seja possível atribuir à frequência de mulheres nas comissões um sintoma de concorrência e divisão desigual do poder, é importante também considerar a tendência de que as representantes no Congresso dêem seqüência a causas pelas quais militaram ao longo do tempo. Nesse sentido, as profissões de professora e outras funções educativas, que caracterizam a ocupação de parte significativa de representantes, tanto na Câmara Federal como no Senado, podem relativizar a idéia da divisão hierárquica do trabalho político. É no plano da ocupação de outros cargos, como direção da mesa ou funções de liderança, que os acessos desiguais se tornam mais evidentes. De fato, até hoje não

houve nenhuma deputada ou senadora presidente da Mesa Diretora da Câmara ou do Senado. (BARREIRA, 2006, p. 17).

No que se refere à Assembléia Legislativa da Paraíba, também é perceptível uma divisão sexual nas áreas consideradas prioritárias por cada parlamentar. Neste sentido, foi perguntado aos deputados quais as áreas de sua atuação que consideravam prioritárias para o mandato, podendo escolher até três áreas. Entre as cinco mulheres parlamentares, no mandato 2007-2011, quatro responderam a questão. Três declararam que consideravam prioridade sua atuação na área dos direitos humanos. Observemos, no quadro abaixo, que apenas dois homens declararam essa prioridade, entre vinte e dois entrevistados. Duas parlamentares declararam prioridade para: infra-estrutura e desenvolvimento regional; segurança pública e organização do Estado; seguridade social e família (saúde, previdência e assistência); direitos das mulheres e promoção da equidade de gênero, sendo que essa área nenhum homem considerou prioritária.

As áreas: agricultura e política rural; ciência e tecnologia, comunicação e informática; direito constitucional e justiça; economia, indústria e comércio; trabalho, administração e serviços públicos; tributação e orçamento, onde se concentra, de fato, o poder e a riqueza, nenhuma mulher declarou como área prioritária de sua atuação parlamentar.

Tabela 14 – Áreas prioritárias de atuação parlamentar - Assembléia Legislativa da Paraíba – 2007

Áreas Prioritárias de Atuação	Homens		Mulheres		Total	
	N (22)	% (100)	N (4)	% (100)	N (26)	% (100)
1. Agricultura e política rural	5	23	-	-	5	19
2. Ciência e tecnologia, comunicação e informática	3	14	-	-	3	12
3. Direito constitucional e justiça	1	5	-	-	1	4
4. Defesa do consumidor e meio ambiente	1	5	1	25	2	8
5. Direitos humanos	2	9	3	75	5	19
6. Economia, indústria e comércio	3	14	-	-	3	12
7. Educação, cultura e desporto	16	73	1	25	17	65
8. Infra-estrutura e desenvolvimento regional	7	32	2	50	9	35
9. Segurança pública e organização do Estado	8	36	2	50	10	38
10. Seguridade social e família (saúde, previdência e assistência)	4	18	2	50	6	23
11. Trabalho, administração e serviços públicos	2	9	-	-	2	8
12. Tributação e orçamento	1	5	-	-	1	4
13. Direitos das mulheres e promoção da equidade de gênero	-	-	2	50	2	8
14. Turismo	-	-	1	25	1	4
15. Juventude	1	5	-	-	1	4

Essa questão aceitou respostas múltiplas, até três opções.

Essa escolha diferenciada dos interesses prioritários, na atuação de homens e mulheres, também foi analisado por Luana Pinheiro, no âmbito da Câmara Federal, que identificou alguns fatores para explicar tal questão:

(I) a socialização diferenciada que, ao incorporar valores de gênero, constrói mulheres e homens e delimita seus espaços de atuação; (II) o acúmulo diferenciado de capital político, necessário para sua atuação na Câmara, que se configura em um *habitus* político marcado pela dominação simbólica; (III) a base política diferenciada e orientadora de sua atuação; (IV) o entendimento por parte das próprias parlamentares de que sua atuação deve responder aos anseios e necessidades das mulheres na sociedade (política de presença); e (V) o sexismo institucional, que, muitas vezes, constrange a atuação das deputadas. (PINHEIRO, 2007, p. 32).

Sobre esse assunto Lúcia Avelar (2001, p. 132) atribui às mulheres a politização de novos temas contribuindo para a ampliação da democracia, na medida em que se reconhece que diferentes grupos têm necessidades diferentes, enquanto a idéia de interesses universais geralmente corresponde aos interesses dos grupos e classes que dominam a representação política. Para a autora, quando mais mulheres ocupam cargos públicos e eletivos, “fazem diferença”, pois levam para a vida pública.

[...] experiências distintas e uma outra perspectiva, as quais, somadas às dos homens, ampliam o campo das temáticas tratadas na política, pelo simples fato de que homens e mulheres diferem em suas prioridades. Seja qual for o seu partido, as mulheres tendem a dar mais atenção e prioridade às políticas dos direitos da mulher e às políticas públicas relacionadas com questões familiares, tais como condições de vida para as crianças, saúde, reprodução. (AVELAR, 2001, p. 133).

Seguindo este raciocínio, Lúcia Avelar enumera uma série de temas levados ao Congresso Nacional pelas parlamentares, que são considerados prioritários pelo movimento de mulheres e feminista, ampliando a pauta dos debates políticos, a exemplo dos projetos em defesa da legalização do aborto, dos direitos dos homossexuais, contra a violência doméstica, pela gratuidade do exame de DNA para conferência de paternidade, pela aposentadoria das donas-de-casa, ampliação da licença maternidade, contra o assédio sexual, entre outros.

A maioria dos parlamentares da Assembléia Legislativa da Paraíba, 61,5% dos entrevistados, acredita que há diferença na forma de fazer política entre homens e mulheres. Entre os que consideram a existência de diferença, avaliam unanimemente que a distinção ocorre pendendo positivamente para as mulheres, que seriam portadoras de valores positivos. Essas avaliações repetem o que está consagrado no senso comum, ou seja, as mulheres são mais sensíveis, dedicadas, sinceras, comprometidas com causas sociais, fieis, confiáveis, entre outras virtudes. Essas diferenças são, em geral, atribuídas a qualidades que lhes seriam inerentes, dada a sua condição biológica.

Com certeza (fazem política de forma diferente). A maternidade mexe com a sensibilidade, e eu costumo dizer que no dia em que as mulheres conquistarem definitivamente o poder no mundo, o mundo vai ser um lugar melhor. (Nadja Pallitot, deputada estadual, PB).

(As mulheres) Agem mais com o coração do que com a razão. (Socorro Marques, deputada estadual, PB).

As mulheres são mais sensíveis e mais preocupadas com o social. (Rodrigo Alves, deputado estadual, PB).

A mulher é muito mais sagaz que o homem. É mais sensível, mais comunicativa e por isso se aproxima mais do povo. (Arnaldo Monteiro, deputado estadual, PB).

Acho que as mulheres são muito mais briguentas do que os homens... Os homens fazem muita politicagem, como troca de favores, e as mulheres ainda não fazem tanto isso. (Ivaldo Moraes, deputado estadual, PB).

As mulheres são muito mais fiéis aos seus princípios, são mais firmes, mais honrosas e não se deixam corromper tão facilmente. (Aguinaldo Ribeiro, deputado estadual, PB).

Também há, entre os parlamentares que acreditam na diferença na forma de fazer política entre homens e mulheres, aqueles que atribuem a diferença à condição histórica e social das mulheres e ao fato de ainda não terem a mesma experiência na política.

Quando se dedica à política (a mulher) é mais comprometida, dedicada. Talvez por causa da discriminação, ela se preocupa mais

em cumprir as obrigações, a palavra dada. (Pedro Medeiros, deputado estadual, PB).

Sim (fazem política de forma diferente), o homem entrou antes, então sabe mais. “É mais macaco velho!” (Nivaldo Manoel, deputado estadual, PB).

Entre os parlamentares entrevistados, 38,5% não crê que exista diferença entre a forma de mulheres e homens fazerem política. Para alguns desses, a diferença, quando há, é circunstancial.

Não, a política é a guerra do salve-se quem puder. Nesse contexto, fica claro que, realmente, homens e mulheres são iguais. (Francisca Motta, deputada estadual, PB).

As práticas são diferentes, independente de serem homens ou mulheres. (Tróccoli Junior, deputado estadual, PB).

Existe uma lenda que a mulher é mais honesta. Mas acho que isso é um mito. A gente só vai saber quando tiver o mesmo número de mulheres e de homens na política. (Leonardo Gadelha, deputado estadual, PB).

No que se refere às eleitoras, apesar de a maioria ter optado por votar em homens, apenas 22,6% das entrevistadas declararam ter votado em mulheres. É perceptível a existência de uma imagem fortemente idealizada da mulher na política.

No item composto de questões fechadas, tipo verdadeiro ou falso, 75,3% das entrevistadas responderam que é verdadeiro que “as mulheres, na política, são mais honestas que os homens”. Maior ainda (89%) a quantidade de eleitoras que afirmaram que “as mulheres se preocupam mais com o social que os homens”. Além disso, 76,7% acreditaram que “as mulheres atendem melhor a população”. Apenas 21,7% achou que “os homens tem mais ‘garra’ que as mulheres para a política”. Em contraposição, para apenas 7,8% das entrevistadas, “as mulheres não sabem fazer política” e 4,3% considerou que “política não é lugar de mulher”.

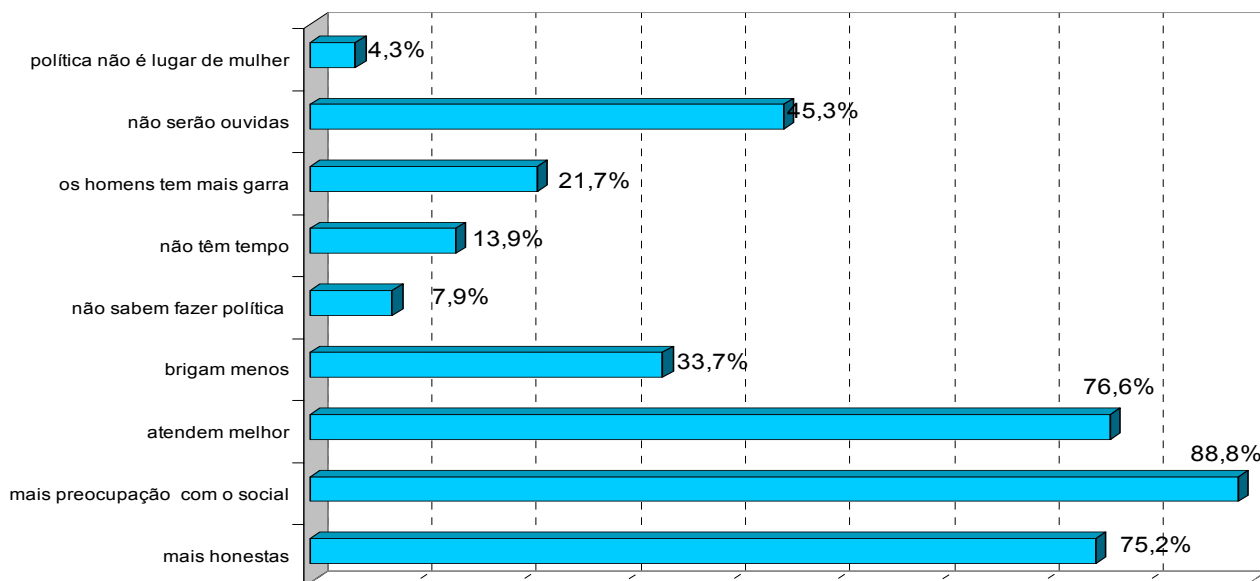


Ilustração 20 – Distribuição das eleitoras segundo a imagem da mulher na política Eleições municipais – João Pessoa/2004

De um modo geral, podemos afirmar que a imagem que as eleitoras têm das mulheres na política é positiva. E o fato de serem vistas, ora como mais confiáveis (ou seja, mais sinceras e mais honestas do que os homens), ora como mais sensíveis às necessidades humanas (logo, mais comprometidas com as causas sociais), ou, até, como mais corajosas, em contraposição a avaliações sobre o seu despreparo para o exercício político, pode indicar mudanças no campo simbólico. Embora não se possa perder de vista que o fato de essa imagem estar associada a um conjunto de características, que as eleitoras consideram ser natural nas mulheres, demonstra as contradições ainda existentes, pois mantém a idéia de que os cuidados com a família, em especial as crianças, os velhos e os doentes é naturalmente uma atividade feminina.

Essa imagem, a respeito das mulheres na política, é comum em todo o Brasil e em outros países da América Latina. Um levantamento realizado pelo Instituto Gallup, em 2000, com 2.022 pessoas do Brasil, Colômbia, México, Argentina e El

Salvador, apontou que a maior parte das pessoas acredita que seus países estariam mais bem governados se mais mulheres ocupassem cargos públicos (O Estado de São Paulo, 26.11.2000 *apud* AVELAR, 2001, p.72). A pesquisa apontou que

a grande maioria acredita que as mulheres são mais honestas e mais eficientes do que os homens para conduzir medidas de combate à pobreza, combate à corrupção, melhorias na educação, proteção ambiental, relações diplomáticas e, até mesmo, política econômica. Mesmo os homens acreditam na superioridade do desempenho feminino em todas essas áreas. (*Ibidem*).

Diante desse panorama impõe-se a seguinte questão: por que apesar de imagens tão positivas quanto idealizadas, as mulheres ainda não conquistaram vitórias eleitorais que mudassem o panorama de tão baixa participação?

Na opinião de 43% das entrevistadas, existem poucas mulheres na política em virtude da “discriminação que as mulheres sofrem e conseqüente falta de oportunidade”; 16% acha que as mulheres não se interessam por política, por isso, existem poucas no palanque; 16% disse não saber responder a essa questão, enquanto o restante das entrevistadas abriu um leque de explicações: “as mulheres não votam nas mulheres”; “as mulheres estão começando agora”; “elas são inseguras”; “os homens não dão espaço”; “a sociedade não acredita”; “política não é para mulheres”; “elas têm medo”; “as mulheres não sabem falar bem”; “elas não confiam nelas mesmas”; “existem poucas candidatas”, entre muitas outras explicações.

São inúmeros os fatores que determinam a baixa participação das mulheres na política, apesar dessa imagem positiva. Um deles certamente se refere a uma “desconfiança” acerca de sua competência para enfrentar os desafios do campo, mesmo que ditada pela “falta de oportunidade”. A noção de competência a que nos referimos diz respeito aos “atributos incorporados” por meio de uma aprendizagem necessária para aquisição de um *corpus* de saberes específicos, produzidos e acumulados dentro de um campo (político, profissional, científico, artístico ou outro) por seus participantes, tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa

retórica política. Esses saberes tendem a inculcar o *domínio prático* e a impor uma submissão aos valores, às hierarquias inerentes ao campo, necessária para nele permanecer (BOURDIEU, 2004^a, p. 170). Aqui não se fala da idéia de competência mensurada pela presença ou ausência de capacidades ou habilidades ao nível do indivíduo, mas bem próximos da idéia de uma competência que se produz ao longo de um determinado tempo, pela própria prática e incorporação de lógicas, visões e linguagens específicas disponíveis. Por exemplo, no seio familiar, como é o caso de determinadas mulheres, de nossa amostra, cujas competências lingüísticas para a política foram adquirida ao longo do seu convívio familiar.

Na compreensão das eleitoras entrevistadas, as mulheres que desejam ingressar no mundo da política, um mundo que parece distante e cheio de obstáculos, devem ter coragem⁶⁶ (37,5%); força (21,1%); proposta (17,8%); apoio (17,5%); estudo (12,9%); independência (9,7%); dinheiro (8,5%); tempo (5,5%), e trabalho (2,5%), demonstrando certa compreensão sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que se arriscam nas disputas eleitorais.

Não duvidamos de que exista, nessa recente participação da mulher na vida política brasileira, um instituinte, um imaginário radical forjando o novo. No entanto, como assegura Castoriadis (1982; 1987), esse instituinte traspassado pelo social-histórico carrega as marcas do instituído, findando por repeti-las, ainda que em novo contexto. De maneira que as mulheres na política, atendendo, racionalmente ou não, às formas como a mulher é percebida socialmente, por vezes, repetem o instituído, ainda que sua presença nesse campo possa estar instituindo algo diferente.

Há um sem número de fatores que condicionam a produção do discurso em geral e, por conseqüência, do discurso político. Assim, os discursos encontram-se intrinsecamente conectados às razões históricas da sua constituição,

às causas conjunturais que condicionam sua formulação simbólica e aos fatores materiais que regulam sua circulação, aceitação e acesso

⁶⁶ Os resultados referem-se a questões do tipo múltipla escolha, permitindo mais de uma resposta. Por isso, a soma dos percentuais excede a 100%.

aos meios de veiculação da informação e da imagem. (PIOVEZANI FILHO, 2007).

Ao subirem nos palanques, as mulheres buscam, como qualquer político, apoio para suas candidaturas e propostas. Os seus discursos não devem apenas ser compreendidos, pois “são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados. E signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos.” (BOURDIEU, 1996c, p.53). É preciso conquistar “voz”, presença pública, o que pode ser definida enquanto capacidade de legitimar seu discurso, conquistando reconhecimento para sua fala e antecipando-se a seu interlocutor, quanto ao sentido que suas palavras produzem, buscando atender a expectativa do ouvinte em relação ao falante, no caso, a expectativa do eleitor em relação à candidata.

Segundo Orlandi (2000), esse mecanismo que busca legitimar o discurso

regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. (ORLANDI, 2000, p. 39-40).

Bourdieu também considera que a produção lingüística é afetada pela “antecipação das sanções do mercado” (BOURDIEU, 1996c, p. 65) que ostenta as condições de recepção, assumindo a forma de uma censura antecipada que afeta não apenas a maneira de dizer, mas o que pode ou não ser dito, inspirados pelo desejo de “falar bem” no ponto de vista das exigências do mercado, em nosso caso, o eleitorado. Neste sentido, as mulheres incorporam a expectativa do ouvinte/eleitor em relação à imagem que ele faz da mulher na política, mesmo quando não podem atender a expectativa concreta dele.

Acho que é porque a mulher tem mais maneira de fazer política. Ainda continuo achando que o homem é mais grosso, menos maleável. A mulher..., a gente sabe conversar, sabe atender. O homem primeiro diz: ‘não posso, não dá, não tem’ – depois ele cede, mas primeiro diz não. E eu sempre procuro – quando meu marido foi

prefeito, no último mandato e agora de novo – sempre, quando posso, eu digo: ‘Olhe, nunca dê um não. Sempre você diga: vou ver, vou estudar, vou ver como é que faço.’ (Estefânia Maroja, deputada estadual, PB).

Ainda mais porque, mesmo intuitivamente, parece que se sabe que os receptores põem em funcionamento esquemas de interpretação que podem resultar numa apropriação criativa do discurso proposto, “mais ou menos distanciados daqueles que orientaram a produção” (BOURDIEU, 1996c, p.24). Ou seja, está claro que os sentidos discursivos não existem em si, nem residem nas palavras, mas são constituídos pelas posições ocupadas no processo sócio-histórico em que são produzidas. A formação discursiva tem um papel importante na indicação do que pode e deve ser dito. Mas as formações discursivas não são homogêneas, nem funcionam automaticamente: “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2000, p. 44).

Desta forma, também começa a forjarem-se novos sentidos para significar a presença da mulher no campo político. De maneira que a sensibilidade, atributo feminino, aparece junto com a força, o “atrevimento” e a coragem, atributos primordialmente masculinos, nas novas significações da mulher na política, tanto para os eleitores quanto para elas mesmas.

Eu entrei como uma mulher mesmo. Porque as mulheres são atrevidas mesmo. Eu sempre achei o seguinte: se fui eleita, eu tenho espaço. O espaço é meu e vou usá-lo. Nem vou deixar ninguém tirar de mim. (Edina Wanderlei, deputada estadual, PB).

Sem querer desqualificar os homens, mas as mulheres são muito mais honestas, muito mais sinceras, muito mais práticas, muito mais objetivas, muito mais determinadas. Quando querem, elas vão atrás e conseguem. E eu acho que as mulheres agüentam muito mais dor que o homem, são muito mais corajosas, os homens se aproveitam da cultura de superioridade sobre as mulheres para garantir alguns direitos... (Gianina Farias, deputada estadual, PB).

[...] porque a gente tem que ser forte. A mulher para poder vencer essas barreiras não pode ser submissa, muito subserviente não,

senão acaba chorando e aí mostra a parte fraca que dizem que a gente tem, né? (Socorro Marques, deputada estadual, PB).

Se por um lado, a dificuldade das mulheres em conquistar votos e espaços de atuação no campo político se relaciona, entre outros fatores, à naturalização das características tidas como femininas, por outro lado, há uma forte aceitação da mulher na política, em razão das mesmas qualidades, pois a maioria das eleitoras e dos políticos entrevistados considera que a mulher tem capacidades específicas que melhorariam, inclusive, a qualidade do cargo exercido. Essa aceitação, no âmbito do ideal, ora reforça a naturalização de características tidas como femininas, ora vislumbra um perfil de mulher independente, sinalizando para uma ambivalência que, ao mesmo tempo, reforça a distância entre as mulheres e a ocupação dos cargos eletivos, marcando esse exercício.

Segundo Gomes (2004, p. 280), uma das funções da política de imagem consiste em ajustar personagens reais a perfis ideais e a expectativa dos públicos. Não se trata de criar uma imagem para um ator real, mas de arranjar um ator real para uma imagem. No caso das mulheres, a armadilha consistirá em enquadrar as postulantes à vida política nos limites do modelo da mãe e esposa. Perpetua-se, assim, no espaço da política, a dicotomia herdada do sistema patriarcal, que separa, para as mulheres, o espaço privado (doméstico), e, para os homens, o espaço público, através da definição de aptidões diferenciadas para os mandatos de homens e mulheres. Se no espaço público, a atuação das mulheres está restrita a preocupações com o privado/doméstico/familiar/materno, o propriamente compreendido como público permanecerá privado aos homens, apesar da presença das mulheres no espaço público.

Essa forma de projetar a mulher na política, tanto das eleitoras quanto dos próprios políticos, aprisionando-a ao papel idealizado de mãe, esposa, mulher e usando esse papel para legitimar a presença feminina na vida pública, transforma-se numa armadilha, pois “é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser. É fazer ver a alguém o que ele é, ao mesmo tempo lhe fazendo ver que

tem que se comportar em função de tal identidade” (BOURDIEU, 1996c, p.100). Eis um círculo vicioso, que limita a ação das mulheres, impossibilita inovações na prática política de homens e mulheres, reforça valores fundamentalistas, que confundem determinações biológicas com construções sociais, e ameaça a constituição de uma verdadeira democracia.

4 MULHERES NA POLÍTICA E AUTONOMIA

4.1 Autonomia e o sujeito autônomo

Cunhada pelos gregos, a palavra autonomia é formada pelo adjetivo pronominal *autos*, o mesmo, ele mesmo e por si mesmo, e *nomos*, compartilhamento, lei de compartilhar, instituição, uso, lei. Assim, autonomia significa a capacidade humana de dar-se as próprias leis, dizendo respeito primeiramente à condição de uma cidade não submissa à dominação externa, e não se aplicando aos indivíduos.

O princípio da concepção da autonomia individual pode remeter à protomodernidade das primeiras comunidades cristãs, se considerarmos que o processo, em direção à autonomia, envolve uma progressiva liberação das explicações puramente míticas que conferiam, às forças naturais poderes que interferiam e dominavam o destino humano. Para o cristianismo, a noção de alma é individual; é com essa individualidade que o ser se relaciona com o divino, fazendo e faz suas escolhas entre o bem e o mal no mundo terreno (SEGRE, SILVA, e SCHRAMM, 1998, p.16). A partir daí não existe nenhuma divindade a seduzi-lo, a encantá-lo, a trapacear com ele. Seus caminhos são seu arbítrio.

Num sentido mais exato, a idéia de autonomia deve ser remetida para a modernidade, relacionando-se à importância que o sujeito adquiriu no contexto de hegemonia da razão frente à tradição e aos princípios religiosos. Para Renault, é apenas na modernidade que o ser humano

[...] é concebido e afirmado como fonte de suas representações e de seus atos, seus fundamentos (subjectum, sujeito) ou, ainda, seu autor: o homem do humanismo é aquele que não concebe mais receber normas e leis nem da natureza das coisas, nem de Deus, mas que pretende fundá-las, ele próprio, a partir de sua razão e de sua vontade. (RENAULT, 1998, p.10).

Ou seja, foi preciso que a ordem do mundo, vigente na antiguidade, se rompesse para que uma representação de liberdade pudesse ocorrer, envolvendo a idéia de sujeito. Quem primeiro aplicou a idéia de autonomia ao sujeito foi Kant, para quem o sujeito moral em questão é a pessoa — indivíduo racional e livre. Segundo Schramm (1998), para Kant, a lei moral autônoma é aquela que tem, na “vontade boa”, seu fundamento e legitimidade, contrapondo-se à heteronomia, que é ausência de moralidade, pois embasada na vontade má e na irracionalidade. O racionalismo ético kantiano foi abalado quando Nietzsche e Freud mostraram que motivações inconscientes, pouco compatíveis com a razão, e/ou a vontade de poder, bem como ressentimentos relacionados à frustração da vontade de poder, estavam disfarçados de “vontade boa” e princípios morais racionais, guiando a ação humana. (SCHRAMM, 1998, p. 03).

A partir das concepções de Freud, o sujeito dotado de plena consciência de si é posto em xeque; o sujeito íntegro será considerado uma ilusão da modernidade. Nos anos 1960, anuncia-se, inclusive, a “morte do sujeito”. Paralelo a este anúncio, princípios absolutos, que davam legitimidade a uma moral válida para todos, em qualquer tempo e lugar, são questionados, e princípios não absolutos, não universais e dependentes do contexto em que ocorrem, emergem, repercutindo no debate sobre a autonomia enquanto exercício da subjetividade. É a primazia das estruturas sobre a vontade do sujeito.

Mas, o “sujeito não morreu”, anuncia Castoriadis (1992) em contraposição a essas teses. Na verdade, sempre esteve vivo, presente como questão e projeto. E, embora a representação de liberdade, que hoje envolve a idéia de sujeito, tenha se consolidado, ou mesmo sido formada na modernidade, o sujeito humano, caracterizado pela vontade e capacidade de ação, sempre esteve potencialmente presente, embora submetido a certas condições e circunstâncias, na história da humanidade.

Esse sujeito não é simplesmente real, ele não é dado, ele está para ser feito, e ele se faz através de certas condições e em certas circunstâncias. O fim da análise é fazer o advir. O advir é uma

possibilidade (abstrata), mas não uma fatalidade para todo ser humano: ele é criação histórica e criação cuja história podemos acompanhar. Esse sujeito, a subjetividade humana, é caracterizado pela reflexividade (que não se deve confundir com o simples “pensamento”) e pela vontade ou capacidade de ação deliberada, no sentido forte do termo. (CASTORIADIS, 1992, p. 207) grifos do autor.

Castoriadis (1987) encontra, primeiramente, este sujeito autônomo na Grécia Antiga, primeiro local cuja sociedade foi capaz de pôr em questão suas próprias instituições⁶⁷ e significações instituídas, gerando sujeitos autônomos. Apenas sociedades que se questionam podem mudar: “quer dizer, concretamente, indivíduos capazes de questionar as leis vigentes — e o aparecimento de tais indivíduos só é possível se ao mesmo tempo alguma coisa tiver mudado, ao nível da instituição global da sociedade”. (CASTORIADIS, 1987, p. 421).

Claro está, para Castoriadis, que a sociedade é obra do imaginário instituinte, ela faz os indivíduos que fazem a sociedade. Assim, o conceito de “sociedade autônoma” revela a relação indiscutível entre o espaço público e a autonomia. Só indivíduos livres participam do espaço público, da coletividade. Ao pensar a *polis* democrática grega, Castoriadis ressalta que uma cisão na heteronomia instituída exige tanto uma sociedade autônoma quanto um sujeito autônomo, um pressupondo o outro e se implicando reciprocamente. Entendamos isso no sentido que significações de autonomia precisam existir na sociedade, mesmo que coexistindo com significações que lhe são contrárias, num processo em que sociedade e indivíduo se alteram juntos como dois pólos irredutíveis que são: “o imaginário radical instituinte – o campo da criação social-histórico – de um lado, e a psique singular, de outro lado.” (CASTORIADIS, 1992, p. 123)

⁶⁷ CASTORIADIS (1982, p.159) define instituição como "uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam, em proporções e em relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário".

A autonomia assim construída se distancia da autonomia kantiana, pois não está dada de uma vez por todas, continuando a questionar a lei e os seus fundamentos num movimento sem fim, que é ao mesmo tempo individual e social.

Por esta abordagem, podemos tomar o sujeito como algo que nunca está pronto, acabado, que não é um Si absoluto, mas, sim, uma mônada que se rompeu, sendo totalmente penetrado pelo mundo e pelos outros. “A verdade própria do sujeito é sempre participação a uma verdade que o ultrapassa, que se enraíza finalmente na sociedade e na história, mesmo quando o sujeito realiza sua autonomia.” (CASTORIADIS, 1982, p. 129).

Assim, “em que sentido um indivíduo pode ser autônomo?” Questão que se coloca para o autor a partir mesmo da idéia de a autonomia possuir duas faces: uma, interna, que diz respeito ao núcleo do indivíduo, à psique, e outra, externa, que é social e histórica. Na face interna, a autonomia do indivíduo consiste no estabelecimento de outras relações, através das quais pode escapar da servidão da repetição e refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e motivos de seus atos, deixando de ser puro produto de sua psique, de sua história e da instituição que o formou. (CASTORIADIS, 1992, p.140-141). É nesse processo que pode se dar a liberação da imaginação radical do ser humano singular como fonte de criação, ou seja, inventar novas maneiras de estar no mundo e produzi-lo.

A interiorização ineliminável da instituição envia o indivíduo ao mundo social histórico da autonomia, a sua face externa. Aqui, a autonomia só pode ser vivida enquanto um projeto coletivo, sendo imprescindível a anterioridade do espaço de interrogação, obtida numa sociedade que foi capaz de pôr em questão suas próprias instituições. A simultaneidade entre esses dois elementos, indivíduo e sociedade, no projeto de autonomia, remete ao trabalho criador do imaginário instituinte como imaginário radical, depositado no coletivo anônimo.

A autonomia não se constitui em um bem que se adquire de uma vez para sempre frente ao todo instituído, pois é definida como um processo em permanente construção, cuja face externa só pode ser vivida enquanto sujeito coletivo. Assim,

torna-se necessário definir, frente a que instituído, se pretende a autonomia a fim de realizar a possibilidade efetiva de igual participação na formação ou no funcionamento da lei da sociedade, nas atividades instituintes e no poder explícito. Condições que levam à democracia e à política enquanto espaço de questionamento explícito do instituído. Desta forma o sujeito está em permanente processo de autonomização.

De modo geral, no campo político se consideram autônomos os participantes que atuam em grupos não dominantes. Esses não pertencem a famílias tradicionais e conquistaram prestígio porque militam em organizações da sociedade civil, trabalham em algum veículo de comunicação, geralmente o rádio ou a TV, ou exercem alguma atividade profissional de grande visibilidade. Muitos são médicos ou advogados e normalmente são filiados a partidos de oposição, na maior parte dos casos, de esquerda, construindo sua candidatura sem o favorecimento dos grupos ou partidos tradicionais, embora possam eventualmente se filiar nestes. Entre as entrevistadas, foi o caso de Narriman, em 1998, radialista, que, embora estivesse filiada ao PFL, considerado um partido conservador, fazia uma campanha política de oposição a um líder tradicional de sua região.

Assim, a partir das histórias narradas e do conhecimento comum, poder-se-ia facilmente classificar as mulheres políticas entre as autônomas e as parentas (heterônomas?). Entre as parentas, ainda poderíamos dividir entre filhas e esposas, ou entre as que já construíram um percurso e um nome próprio, não precisando mais lembrar de sua origem política ou sua herança, embora sempre o façam, e aquelas cuja passagem pelo campo político foi transitória, seja porque não conseguiram novo respaldo através do voto, seja porque nem se relançaram como candidatas, decepcionadas que estavam com o campo ou mesmo com a própria performance.

Conforme Edina, Lucinha e Gianina declararam, na ocasião da entrevista, elas não se dispuseram a novas disputas depois de avaliar que o Legislativo não lhes permitira realizar o que haviam planejado. Ainda teria as neófitas, cujo estágio

inaugural não permitiria nenhuma conjectura a respeito de seu futuro político. Na ocasião da entrevista, era o caso de Zarinha, eleita na primeira disputa e em início de mandato, mas que, efetivamente, se mostrou como “transitória”, tendo apenas essa experiência.

Entre as não casadas com políticos, também haveria subdivisões, a partir do local onde conquistaram capital político: as militantes que se notabilizaram através do partido ou do sindicato e as que conquistaram prestígio a partir do sucesso profissional.

Usualmente o conceito de autonomia política se relaciona a uma suposta oposição e independência em relação ao poder estabelecido. Entretanto, como a autonomia é um processo em permanente construção, e o campo político partidário, um campo de lutas “que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (Bourdieu, 2004a, p,164). Esse campo exige constantes processos de disputa e negociação de projetos, propostas e, até, de princípios, contribuindo para que nenhuma trajetória seja absoluta e constantemente autônoma e tornando o ideal de autonomia praticamente impossível na atuação política, seja de homens ou de mulheres, não podendo, portanto, ser um critério para julgar as mulheres.

No entanto, como afirma Barreira (2008, p.120), as críticas sobre a “ausência de autonomia” das mulheres, frente ao campo político, constituem uma das armas simbólicas freqüentemente utilizadas no decorrer de campanhas de candidatas e integram o conjunto de atos de instituição e destituição que caracteriza o poder simbólico.

A crítica de “ausência de autonomia” das mulheres parece ser feita em relação à família, lugar prioritário onde, historicamente, a submissão das mulheres foi construída de fato e simbolicamente. A força dos papéis considerados naturais (mãe e esposa), no espaço privado, certamente contribuem para a construção de uma percepção sobre a atuação da mulher no espaço público, conferindo-lhe uma maior

submissão ao chefe da família, varão tradicionalmente detentor do poder. Submissão esta maior do que teria um herdeiro também varão.

É nesse sentido que atribuições de submissão para além de serem parte dos conflitos simbólicos de uma campanha funcionam eficazmente como reforço das narrativas naturalizadas da condição feminina. O Imaginário da submissão agrega uma crítica política da reprodução do poder, apelando também à condição genérica de um lugar atribuído à mulher na vida privada. (BARREIRA, 2008, p.118),

Embora a crítica de falta de autonomia, em relação à família⁶⁸, seja duramente dirigida às mulheres, os homens tampouco as possuem, como enfatiza a deputada estadual paraibana Francisca Motta, já que são vários os casos de descendência político-familiar masculina na Paraíba, no Brasil e no mundo:

Os homens também não aprenderam com os parentes? Quantos homens, aqui na Assembléia mesmo, não são filhos de deputado, governador, prefeito? Então os homens também aprendem (com os parentes), não são só as mulheres, não. (Francisca Motta – deputada estadual, PB).

Assim, apenas as “não parentas” poderiam ser consideradas autônomas já que teriam construído seu nome e trajetória política sem o protecionismo de familiares influentes ou de grupos econômicos e políticos dominantes. Contudo, as narrativas das mulheres entrevistadas não permitem dizer que as “herdeiras” são apenas representantes dos maridos ou da sua família e que não construíram sua própria trajetória, porquanto algumas delas conquistaram prestígio e poder semelhante ou até maior do que aquele que lhe delegou poder político, mantendo a linhagem familiar na política.

Não se trata, portanto, aqui de distinguir dois “sub-campos” onde haveria de um lado, as mulheres autônomas e, de outro, mulheres heterônomas. Trata-se,

⁶⁸ Sem dúvida, as referências à participação feminina na política formal têm destacado o poder da família como fundamental para o seu sucesso. Entre os estudos que fazem referência à família como via de acesso das mulheres à política, podem ser citados: AVELAR, 1987; BARREIRA, 2008; COSTA, 1998; LEWIN, 1993; NASSER, 2005; RABAY, 1996; TABAK e TOSCANO, 1982.

sobretudo de olhar as nuances de suas trajetórias políticas individuais, intimamente entrelaçadas à trajetória do movimento paulatino no campo das mulheres e extrair dessa análise o processo de autonomização das mulheres em meio às contradições individuais e sociais.

4.2 Campo político: Adaptações e conquista das mulheres

A *polis* grega, espaço da liberdade e da democracia, de questionamento do instituído, de relação com o outro, era um espaço exclusivamente masculino. A Assembléia era o lugar onde se podiam exercer a liberdade e a autonomia, pois espaço de igualdade onde conviviam os cidadãos, ou seja, indivíduos (homens) não-submetidos, não-governados, e não pessoas privadas, isto é submetidas, governadas, como na família.

Na Grécia Antiga, a esfera doméstica era o espaço onde os homens viviam juntos em função de suas necessidades vitais. Lugar privilegiado da violência, da opressão e da luta pela sobrevivência biológica imediata, era o lugar de trabalho e de vida de não adultos, mulheres e escravos, considerando-se qualquer coisa econômica de assunto familiar. Era na família que se vivia a condição de isolamento e que se estava privado do essencial da vida: a participação na *polis*.

Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação 'objetiva' decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto, é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou conseqüência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros (ARENDDT, 1989, p. 68).

A divisão espaço público/masculino e espaço privado/feminino estaria, assim, nas palavras de Bourdieu (2003, p.17), “na ordem das coisas”, já que consagra a ordem estabelecida e está “nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação”.

A estrutura de espaço, opondo o lugar da assembléia ou do mercado, reservados aos homens, e a casa reservada às mulheres, faz parte da ordem social que ratifica a dominação masculina como um *habitus* predominante na sociedade. O confinamento das mulheres no mundo privado, invisível, resultou num menor interesse, envolvimento e competência das mulheres na política, da mesma maneira que o domínio masculino sobre o espaço público resultou no seu domínio no campo político.

A divisão sexual do trabalho, entre outros fatores que dividiram o mundo em público e privado, deixou as mulheres em posição de subalternidade nas relações de poder que regem a sociedade, já que elas não tiveram as mesmas condições de acesso ao campo político e às assembléias que conferem poder aos homens e legitimidade às suas decisões.

Nesse processo, o campo político formou-se levando em consideração as fronteiras estabelecidas pelo papel atribuído às mulheres, criando códigos reguladores e leis sem a intervenção feminina, circunstância que, sem dúvida, reforça esta ausência, impossibilitando-lhes o acesso aos instrumentos necessários à plena participação na política. Assim, instituiu-se um ambiente freqüentado exclusivamente por homens, desenvolvendo-se práticas só por eles exercitadas, a ponto de terem adquirido uma maneira ou marca peculiar daquele grupo – um *habitus*.

No entanto, a interdição do acesso das mulheres, ao campo político, geralmente não é explícita. Não é proibida a entrada, mas há desconforto no ambiente, a presença não passa despercebida, todos os gestos e palavras são medidos e vigiados. Conquistar um espaço e tornar-se um membro respeitado no interior do grupo demanda do novato ou estranho, no caso a mulher, a exibição do

acúmulo de grande “capital delegado ou heróico⁶⁹”, ou qualidades excepcionais valorizadas pelo grupo, pois o capital político, enquanto capital simbólico, depende do reconhecimento dos próprios pares (BOURDIEU, 2004b, p. 191). Ainda assim, essas qualidades ou competências do “estranho” sempre parecem aquém “da disposição específica que não se atualiza senão em um contexto relativamente limitado”. Pois, “a competência é uma capacidade, uma potencialidade e não uma inclinação relativamente permanente.” (LAHIRE, 2004, p.331).

Na política, como em qualquer espaço público, também a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção. A presença masculina se mostra como algo neutro, não marcado, ao contrário da presença feminina, que necessita se justificar, se anunciar em discursos que visam legitimá-la naquele lugar. (BOURDIEU, 2003, p. 18).

Sou a mais capaz de brigar pelo orçamento do estado porque tenho conhecimento. Desafio qualquer um dos 34 candidatos a deputado federal, a provar que tem mais capacidade profissional para isso do que eu. (Aracilba Rocha) (grifo meu).

Porque eu sou a única oposição em Guarabira, [...] não é ao PMDB, eu sou a única oposição ao deputado de lá, que é perseguidor. Eu sou a única que tem coragem de dizer isso. (Narriman Xavier) (grifo meu).

Foi a experiência como secretaria de ação social que me fez pensar na carreira política. Até então, a gente nunca pensava... Foi um trabalho de formiguinha. Eu não gostava de estar dando entrevista, estar dando satisfação a ninguém. Para mim era perda de tempo. Eu fiquei conhecida e quando eu chegava num canto e as pessoas diziam: ‘Está pensando que eu não lhe conheço? Eu lhe conheço! Sei que você fez isso, fez aquilo’. (Edina Wanderley) (grifo meu).

As mulheres que têm conseguido romper as barreiras e conquistar um mandato político enfrentam duros desafios para se manterem com legitimidade nesses espaços de atuação política institucionalizada. Como um grupo minoritário dentro dos parlamentos, essas mulheres, afirma Dahlerup (1999, p.147), precisam provar,

⁶⁹A seguir, esse conceito de Bourdieu será discutido.

por um lado, que, apesar de serem mulheres, são iguais aos políticos e, por outro, que o fato de haver mais mulheres na política pode implicar mudança.

As mulheres políticas se transformam em uma espécie de representantes das mulheres em geral, um símbolo, sobre o qual recaem grandes responsabilidades e expectativas contraditórias. Kanter (*apud* DALERUP, 1999, p.148) enumera, entre outros, os seguintes dilemas e contradições vividos pelos indivíduos em posição de símbolo: são exemplos quando têm sucesso, mas também quando erram; são conscientizadas de suas diferenças diante dos que são dominantes, mas freqüentemente devem fingir que as diferenças não existem ou não têm implicações; são muito visíveis, mas, em geral, são mantidas longe dos bastidores no momento de repartir os papéis; perdem sua individualidade atrás de papéis estereotipados; não conseguem “relaxar” e interagir com naturalidade com os outros participantes, levando-as ao isolamento ou sentimento de solidão.

Chegou o dia da posse, me senti feliz, emocionada... Vi, naquele momento que eu estava ali no plenário, vi aqueles vultos que passaram ali na Assembléia, que fizeram a história ali daquela casa, [...] Então, emudecida, na minha sensibilidade, eu vi um peso sobre os meus ombros... (Zarina).

Não sinto nenhuma timidez nos palanques. Sinto mais aqui na Assembléia, porque aqui você está sob a expectativa dos outros, todo mundo escutando, uns aplaudindo, outros censurando. (Estefania Maroja).

Na tribuna a dificuldade é outra [...], é você encarar os colegas, parlamentares de muitos mandatos, pessoas com experiência. Então, pessoas que estão começando, como eu, ... realmente dá um medo [...] Eu já aprendi a conviver com isso, mas no início eu saía daqui com os ombros que parecia que eu estava carregando uma tonelada.(Lucinha Monteiro).

Embora nem todas as mulheres vivenciem o campo político desta maneira, está claro que ele se constitui num ambiente onde as disposições são, em grande parte, ditadas por uma visão androcêntrica. Enfim, há no ambiente político um *habitus* cristalizado que resiste às novas participantes. Não se trata de uma “defesa” consciente, mas de uma defesa que indubitavelmente remete para a ordem do

inconsciente. A psicanálise provavelmente traria análises, a que não nos arriscaremos por falta de conhecimentos teóricos e, portanto, risco de reduções, mas registramos uma pista que não deixa de ser interessante.

4.3 Origem familiar e herança material e simbólica

No emaranhado de articulações que constitui a política, a família tem, sem dúvida, especialmente no nordeste brasileiro, um papel considerável no esteio do poder tradicional, sendo um dos componentes característicos da forma de fazer política, especialmente no que diz respeito ao poder local. A “herança política”, ou seja, a transmissão desse capital simbólico para postulantes a cargos públicos eletivos já foi bastante estudado no Brasil⁷⁰. Nesses trabalhos o “continuismo” no campo político foi visto como uma afirmação das tradições oligárquicas.

O fato de fazer sucessor, garantindo a longevidade de determinadas linhagens políticas, era considerado uma espécie de ação patrimonial, oposta aos critérios democráticos capazes de incorporar os riscos e as contingências de uma eventual ruptura ou rotatividade nos espaços de poder. (BARREIRA, 2008, p.100).

Considerando a herança como o processo de transmissão de um patrimônio de uma geração a outra, ou de uma pessoa a outra, não necessariamente em virtude da morte do proprietário e nem apenas composta de bens materiais, as práticas de transmissão de herança podem dizer muito a respeito da cultura e da forma como o poder é distribuído na sociedade, assim, da mesma maneira que, na sociedade, as formas de transmissão de herança têm sofrido transformações ao longo da história.

Cada vez mais, em se tratando de capital político, não é tanto a propriedade do objeto a ser herdado que está em disputa, já que, em geral, não se trata de algo concreto, mas do direito sobre o capital simbólico a ser herdado. Bourdieu (2004,

⁷⁰ A respeito da importância das relações de parentesco para a constituição do poder, citamos as obras de: DUARTE (1996), SCHWARTZMAN (1996) e LEWIM (1993).

p.187) assinala que “o capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na crença e no *reconhecimento*” da legitimidade para agir na política. O capital político é formado por capital cultural, capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico, estando desigualmente distribuído na sociedade entre os simples eleitores e os líderes, que são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais. (MIGUEL, 2003, p. 121).

Esse capital “que se adquire nos aparelhos de sindicatos e partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas” (BOURDIEU, 1996b, p.30). No entanto, o direito de ser o herdeiro não é líquido e certo para os descendentes ou parentes próximos. O capital político e social a ser transmitido precisa ser conquistado pelo herdeiro.

No Brasil, durante todo o período colonial e o império, existiam sérias restrições ao direito de herança das mulheres. Mesmo no século XX, até 1962, quando foi instituído o Estatuto da Mulher Casada, Lei 4.121, vigorava o Código Civil de 1916, que determinava que a mulher, mesmo empresária ou trabalhadora, não podia, sem autorização do marido, aceitar ou repudiar herança ou legado; nem exercer profissão ou aceitar mandato (CORTÊS, 2003). De maneira que, até recentemente, apenas os filhos varões herdavam o patrimônio da família sem que se gerasse debate a respeito desse direito, fosse patrimônio de natureza material ou não.

Com as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, as mulheres passaram a disputar o direito à herança, em geral, material. Mas há motivos para se acreditar que ainda são poucos os investimentos familiares na preparação das mulheres para o êxito do “empreendimento de sucessão” (BOURDIEU, 1997), no âmbito político. Assim, com raras exceções, é através de suas próprias iniciativas que as mulheres surgem como herdeiras de legados políticos. Uma vez que mesmo em suas famílias, em geral, não se espera, nem se preparam as mulheres para assumirem a liderança política do grupo, é depois de um longo processo de convivência e “treinamento” informal que as mulheres surgem como possibilidades para os processos eleitorais, muitas vezes enfrentando resistências internas.

Para Bourdieu (1997, p. 10), a identificação com o pai, e com o seu “projeto”, constitui, sem dúvida, uma das condições necessárias para a boa transmissão da herança. Desta forma, foi preciso que as transformações sociais afetassem também a *psique* feminina para que as mulheres pudessem criar mecanismos de identificação com o pai político e adquirissem o *status* de herdeira.

[...] Não cheguei a participar do movimento estudantil: fiz o primário no Colégio *Sacre Coeur de Marie*, colégio de freiras, onde não existiam esses movimentos; na faculdade cheguei a ser líder de classe. Mas comecei mesmo a me envolver com a política foi com meu pai, ouvindo suas conversas... no trabalho diário, nas vindas aqui ao estado... Nunca houve divergências entre nós. Ele sempre foi o meu mestre e meu herói. (Iraê Lucena – deputada estadual, PB) (grifo meu).

“Aproveitar experiências”, “ouvir conversas” no cotidiano e outras marcas discursivas remetem a um longo e lento processo de socialização familiar que ajudou a formar o gosto pela política e transmitiu disposições que possibilitaram as herdeiras desejarem a herança, se identificando com o projeto político familiar. Projeto que,

[...] estando inscrito nas disposições herdadas, transmite-se inconscientemente na sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem. Herdar é substituir essas disposições imanentes, perpetuar esse *conatus*, aceitar fazer-se instrumento dócil desse “projeto de reprodução”. (BOURDIEU, 1997, p.09).

O modelo oligárquico de base familiar, que projeta familiares para o campo político é, sem dúvida, dominado pela figura masculina; é o patriarca o líder político, ainda que já se encontrem nos esquemas políticos familiares brasileiros, figuras femininas de prestígio e poder, mesmo que sob estruturas patriarcais. De maneira que o instrumento do projeto familiar pode ser representado pela mãe, sendo nela que se constituem o esteio e identificação para a vida pública. Uma das entrevistadas tem na mãe política um modelo para a vida pública.

Vilma, minha mãe, é uma pessoa que atrai as pessoas para a vida, ela orienta, é uma pessoa muito experiente, e isso foi fundamental para mim, aproveitar essas experiências. A gente que é jovem tem que absorver as experiências de pessoas que são bons referenciais de vida. E Vilma é um bom referencial, ela tinha uma experiência administrativa na prefeitura era conhecedora de toda problemática social e econômica, não somente da cidade, mas da região e ela prestou uma assessoria muito competente [...] Ela é a maior influência, e eu faço questão de dizer isto. (Olenka Maranhão – deputada estadual, PB).

As quinze mulheres políticas paraibanas, cujas narrativas estão sendo analisadas neste trabalho, possuem, em suas histórias, uma diversidade que impede a utilização de esquemas explicativos rígidos e definitivos, bem como o emprego de categorias clássicas.

A partir de Bourdieu (2004a, pp. 190-194), podemos inferir alguns tipos, ou espécies, de capital político para tentar uma classificação. Para o autor, o político deve sua autoridade no campo específico à força de mobilização que ele detém “quer a título pessoal, quer por delegação”. Desta forma, pode-se falar em:

a) capital pessoal de notável,

produto da reconversão de um capital acumulado em outros domínios, e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural, ou no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência (BOURDIEU, 2004, p. 191);

b) capital pessoal heróico,

produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições, [...] se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso [...] (BOURDIEU, 2004, p. 191),

e c) capital delegado (de uma autoridade política)

“como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de

renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade” (BOURDIEU, 2004, p. 191).

Pinheiro (2007, p. 87), a partir da classificação de Bourdieu, adotou outra tipologia que desagrega os tipos propostos por Bourdieu, para analisar o tipo de capital político que as mulheres levam para a Câmara dos Deputados, chegando, assim, a uma tipologia que abarca quatro possibilidades de capital político: a) capital familiar – delegado das famílias que têm tradição política; b) capital oriundo da participação em movimentos sociais; c) capital delegado da ocupação de cargos públicos/políticos em função de um saber técnico especializado, e d) capital convertido de outros campos que não o político.

Mesmo utilizando as categorias criadas por Pinheiro, que têm considerável proximidade com o que se observa nesse estudo, não é fácil categorizar a espécie de capital político com o qual as mulheres entram no campo político. Parece que qualquer tentativa é limitante e reduz a realidade. Ainda assim, arriscando uma redução, observa-se que a maioria (11) das entrevistadas acumulou capital político para a primeira candidatura através da rede de parentesco. Entre elas, três (03) são filhas de político influentes.

Mas, além do “capital familiar”, dez (10) das mulheres com vínculos de parentesco com políticos também tinham “capital delegado” da ocupação de cargos públicos. Entre as parentas, Olenka Maranhão não havia ocupado algum cargo importante antes de se lançar pela primeira vez em um pleito eleitoral, aos vinte e dois (22) anos. Oito (08) haviam sido primeira-dama, das quais apenas três não ocuparam cargos públicos (Gianina, Dona Dida e Francisca Mota). No entanto, a força e a influência no papel de esposa do político foi marcante, especialmente no que se refere a Dona Dida e Francisca Mota. Iraê Lucena e Socorro Marques exerciam cargo público de considerável importância por ocasião do lançamento da primeira candidatura.

Quanto ao capital oriundo da participação em movimentos sociais ou convertido de outros campos, que não o político, só foi encontrado em mulheres sem vínculos familiares políticos. Aracilba, Cozete e Nadja se referiram ao movimento estudantil como um local de formação política, embora não tenha sido esse espaço o imediatamente ocupado antes da primeira candidatura. Cozete e Nadja se referiram ao movimento sindical, e Narriman, a atuação no rádio. Apenas para Aracilba e Cozete, o partido foi um local importante para a conquista de capital político, tendo sido, nesse grupo, as únicas que se mantiveram no mesmo partido durante toda a trajetória política.

Nascidas em famílias de nível cultural, número de membros e classes sociais diversas, a origem familiar permite poucas conclusões a respeito da influência da herança familiar no destino político das mulheres. Ela só é clara nos casos de Olenka Maranhão e Iraê Lucena, ainda que nas outras trajetórias haja “coincidência” entre as mais pobres e a ausência de legados familiares concretos.

Pouco menos da metade (sete) das entrevistadas herdaram, de suas famílias de origem, algum capital monetário, político e/ou sócio cultural passível de contribuir para a construção de uma rede de contatos e articulações facilitadoras para o sucesso eleitoral. Além disso, nem todas as heranças procedentes das famílias de origem contribuíram diretamente para a constituição do capital político. As mulheres herdaram um patrimônio bastante diverso, tanto no que se refere ao seu tamanho, quanto à sua qualidade.

Utilizando a categoria proprietário para discutir a classe social da família de origem das candidatas, vê-se que só quatro mulheres, Cozete Barbosa, Zarinha, Socorro Marques e Edina Wanderlei, pertenciam a famílias de proprietários (pequenas indústrias ou comércio e propriedade rural). Mas julgo que esta categoria, nesse estudo, não é elucidativa porque, nos casos citados, o que era revertido em capital econômico para suas famílias, advindo desta propriedade, parece, pelas narrativas, insignificante ou apenas suficiente para um padrão de vida simples, em cidades de pequeno e médio porte no interior do nordeste.

Entre as que podem ser classificadas como pertencentes à classe média (funcionários públicos, profissionais liberais, políticos profissionais), podemos ressaltar a influência política direta deste legado apenas em três das entrevistadas: Iraê Lucena e Olenka Maranhão, já que as duas são filhas de políticos, e Socorro Marques, cuja mãe era filha do fundador da cidade onde ela iniciou sua carreira política.

As famílias de origem de Cozete Barbosa, Nadja Palitot e Dona Dida não possuíam história de participação política partidária, Entretanto as três receberam de suas famílias incentivo e estrutura para viverem em ambiente de considerável cultura letrada, herdando capital social e cultural, portanto, uma rede de articulação que facilitou sua entrada na política.

Entre a maioria das nascidas em famílias mais humildes (Aracilba Rocha, Estefânia Maroja, Francisca Motta e Narriman Xavier, Lucinha), pode-se dizer que não houve qualquer tipo de herança política, social ou cultural direta que contribuísse para uma inserção política partidária, salvo se considerarmos que as difíceis condições de vida, na infância, serviram como lastro para a vida política. Mesmo nesta hipótese, apenas Aracilba Rocha refere-se às condições em que viveu como parte do processo que a fez entrar na política.

Como eu não tinha obrigação para voltar para casa, não gostava de voltar para casa – porque casa de pobre ninguém gosta de voltar, o que meu pai ganhava como alfaiate mal dava para a alimentação, não tinha que o fazer, não tinha televisão, não tinha rádio, o almoço era ruim – e eu tinha muita ânsia por leitura, passei a freqüentar assiduamente a biblioteca de Jaguaribe (bairro de classe média baixa), minha fonte de inspiração. Foi lá que eu peguei o hábito da leitura. E por isso eu aprendi a escrever bem [...]. Aprendi com eles (líderes do movimento estudantil) que as pessoas iam melhorar de vida se pudessem partir para uma luta. Dessa forma, eu achei melhor entrar numa luta do que ficar apática. (Aracilba Rocha – candidata a deputada federal, PB).

Até no caso de Estefânia Maroja, cujo pai foi vereador de sua cidade natal, por três vezes, e cabo eleitoral do dono do engenho onde trabalhava, não é possível atribuir, ao legado paterno, qualquer sucesso eleitoral, uma vez que o último

mandato do pai foi em 1965, e a ex-deputada declarou que seu envolvimento na política iniciou em 1982, quando, já casada, se envolveu na campanha do marido para prefeito de Santa Rita-PB. Além disso, sua primeira candidatura para o executivo municipal aconteceu em 1992, depois de ter assumido a Secretaria do Bem-Estar Social, durante o mandato de prefeito do cônjuge. Embora aluda, com frequência, aos ensinamentos do pai na política, para demonstrar que seu aprendizado teve início ainda criança “[...] *Foi essa política que eu aprendi com meu pai*”, não se pode assegurar uma herança paterna concreta e influente.

No que se refere à Estefânia Maroja, considero que a influência do esposo e de sua família supera e anula o legado paterno na construção de sua trajetória política. Para ela, o legado paterno é mais no âmbito do aprendizado do que em forma de prestígio e voto, de maneira que foi o casamento com um membro de uma família política poderosa que decidiu sua carreira parlamentar. Ou seja, foi como esposa que se deu o percurso até o palanque e não como filha.

4.3.1 As filhas herdeiras e a força do nome da família

No pensamento mágico, ou no popular, em muitas culturas, os nomes pessoais são carregados de uma “energia” capaz de influenciar o destino e a personalidade de seu possuidor. Offroy (2004/2005, p.120) assinala que ante tais crenças, a atitude positivista foi de suprema ignorância e desprezo, de maneira que o pensamento científico, em geral, vai tratar o nome e o prenome apenas como um identificador, tal qual um número em um cadastro. No entanto, segundo Offroy, essas idéias sobre o nome dado devem ser pensadas como uma metáfora de certa realidade, pois,

o prenome vai inscrever o indivíduo no Livro de sua comunidade e na sua história, vai inseri-lo na cadeia das gerações. O prenome que nos é atribuído quando nascemos vai exprimir a posição que deveremos ocupar, o lugar que nos é fixado pelo grupo social e familiar, o destino

que é sonhado para nós pelo desejo parental. (OFFROY, 2004/2005, p.120)

Em muitas culturas, o prenome sinaliza o destino social, pois designa o herdeiro que vai herdar o patrimônio, o ofício, o *status* paterno e defender o prestígio da linhagem. Esse “prenome emblemático”, “nome do ancestral e símbolo da perpetuação da linhagem, coloca aquele que o recebe em herança como depositário do projeto familiar”, ao tempo que revela esse projeto. (OFFROY, 2004/2005, p.123).

O projeto familiar revelado na transmissão do prenome tende a perpetuar a reprodução de uma ordem, simbolizando o desejo de perpetuação do próprio grupo, o que não significa que o destinatário atenda passivamente aos apelos parentais ou que eles não sejam subvertidos por outros componentes do grupo. Pois a “herança”, provinda da família de origem, pode significar concorrência dentro do núcleo familiar nas disputas por cargos eletivos já que, pela lógica do patriarcalismo, os varões têm prioridade na sucessão e representação política familiar. Entre as mulheres entrevistadas, apenas três são herdeiras de patrimônios políticos da família de origem e todas tiveram irmãos do sexo masculino, mas nenhuma relata disputas fraternas em virtude do patrimônio político eleitoral: Socorro Marques, Iraê Lucena e Olenca Maranhão. O que elas fizeram para, no interior de suas famílias, conquistar esse espaço tradicionalmente reservado aos homens? Como se mostraram mais viáveis para o projeto político familiar? Ou, que transformações ocorreram no espaço político a ser “herdado” que facilitou o acesso delas?

Iraê Lucena pertence a uma família cuja tradição tem formado homens para o poder político no estado da Paraíba, desde o século XIX. Seu bisavô, Solon de Lucena, foi presidente da Paraíba em 1916. O fato de seu irmão ter recebido o mesmo nome do pai, Humberto Lucena⁷¹, parece explicitar o desejo de perpetuação

⁷¹ Humberto Coutinho de Lucena nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no dia 22 de abril de 1928. Seu avô, Solon Barbosa de Lucena, foi presidente da Paraíba em 1916 e de 1920 a 1924. No pleito de 1950, Humberto elegeu-se deputado estadual na Paraíba, pelo Partido Social Democrático (PSD). Reeleito em 1954, foi líder de seu partido. Em 1958, elegeu-se deputado federal

através do herdeiro varão. “Costumo afirmar que meu irmão, Humberto, herdou de meu pai o nome e eu o gosto pela política, que está no sangue”.

No entanto, foi Iraê Lucena quem conquistou o direito de herdar o legado político do pai. Ela descreve um percurso, cheio de resistências e adiamentos, na busca de um espaço político consentido pelo pai/senador. Para conquistar a aprovação do pai, Iraê precisou demonstrar, com afinco, seu interesse e aptidão. Foram necessários anos de aprendizado, prestando assessoria eleitoral e parlamentar, enquanto seu irmão nunca demonstrou grande interesse pela carreira do pai, apesar do projeto embutido em seu nome.

Na época das campanhas toda a família participava, mas era eu quem viajava e o acompanhava pelo interior. Nessa convivência diária, comecei a respirar política. Fiquei uns quatro ou cinco anos trabalhando com ele na Câmara dos Deputados. [...] Participava de todas as reuniões políticas com ele [...]. Se eu não mostrasse o meu interesse e ficasse esperando por ele... Posso até dizer que forcei a barra [...]. Eu via assim, a responsabilidade que teria pela frente em não deixar o seu trabalho parar. Quero dar continuidade, agora mais do que nunca, ao trabalho dele. Não posso desmerecer essa confiança que depositaram em meu nome. (Iraê Lucena).

A mesma intenção familiar provavelmente esteve presente ao batizar o irmão de Olenka Maranhão, com o prenome do avô: Benjamim Maranhão, político já falecido, ancestral de renome importante na trajetória política familiar e paraibana.

pela mesma legenda, tendo sido reconduzido à Câmara dos Deputados por mais três vezes, nas eleições de 1962, 1966 e 1974. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, (27-10-65) e instauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB. No pleito de novembro de 1978, foi eleito senador, tornando-se Líder do MDB e da Minoria em 1979. Com a extinção do bipartidarismo, em 1979, na reformulação partidária, ingressou no PMDB. Em 1980, presidiu a Comissão Mista que apreciou a emenda constitucional, restabelecendo as eleições diretas para governadores de estados e extinguiu a figura dos senadores eleitos indiretamente. Foi Líder do PMDB, de 1982 a 1984, e Líder do PMDB e do Governo, em 1985. Retornou à Liderança de seu partido no biênio 1991-1992. Humberto Lucena assumiu a presidência do Senado, pela primeira vez, em 1987, para mandato de dois anos, a ela retornando no biênio 1993 -1994. Faleceu em 13 de abril de 1998, no exercício de seu terceiro mandato de senador da República. (<<http://www.senado.gov.br/comunica/museu/lucena.htm>>. Acesso em: 26/jul. 2007)

Essa nomeação, certamente, fez parte do legado transmitido e compôs a trajetória que tornou também Benjamin, o neto, político.

O nome familiar foi importante, não nego que isso é importante, se você está respaldada com um nome familiar isso conta muito. Até porque minha família a vida inteira fez política em Araruna, no Curimataú, em Cacimba de Dentro⁷², a cidade onde eu fui prefeita, e aquelas pessoas mais idosas sempre faziam referência, com muito carinho, com muita saudade, ao meu avô, Benjamim Maranhão, que foi prefeito lá, em Cacimba de Dentro. Foi o primeiro prefeito e isso, para as pessoas de mais idade, era um referencial muito bom. (Olenka Maranhão).

O sistema político brasileiro caracteriza-se pela oligarquia de base familiar, representada e reproduzida pelos seus membros masculinos. O fato de as mulheres disputarem o poder político e se tornarem herdeiras políticas, mesmo em famílias com varões disponíveis para a política, é recente e demonstra as transformações ocorridas, não apenas no âmbito familiar e no campo político, mas em toda a sociedade.

Porem, como ressalta Bourdieu (1997, p. 09), o grande desafio para um herdeiro é permanecer: criar sua marca e consolidar seu espaço, algo que, em última instância, só ele mesmo pode realizar. Iraê Lucena sabia que sua sobrevivência no parlamento implicava em, gradativamente, ir “matando” o pai, apagando sua influência, mostrando a todos que construiu seu próprio patrimônio. Seu sucesso é “um assassinato do pai realizado com a injeção do pai, uma superação do pai destinada a conservá-lo, a conservar seu projeto de ‘superação’, que, como tal, está na ordem, na ordem das sucessões” (BOURDIEU, 1997, p. 09).

Espero desenvolver um trabalho firmando o meu nome, já que teremos outras eleições pela frente e, nas próximas, não poderá ser ‘em nome do pai’. Acredito que vai depender do meu trabalho e de minha atuação na Assembléia. (Iraê Lucena).

Socorro Marques relata sua entrada na disputa política partidária como um sacrifício solicitado pela mãe, fundadora da cidade, o que, na conjuntura

⁷² Referências sobre Cacimba de Dentro no Capítulo I, na narrativa de Olenka Maranhão.

empobrecida da região, talvez nem um dos outros quatorze ‘herdeiros’, seus irmãos, se dispusesse a fazê-lo. A convocação de Socorro Marques de fato se deu pela “ausência ou impedimento de um homem mais apto, com mais prestígio e mais confiável” (COSTA, 1998, p. 228). Mas isso não pode ser considerado desabonador de sua indicação, já que, em princípio, toda indicação política escolhe o mais prestigiado e capaz de conquistar votos, o que esteja disponível e seja confiável ao projeto político em jogo. Socorro Marques se coloca como a mais apta, prestigiada, confiável e, ainda, a única, entre os “herdeiros”, disposta a realizar o desejo da mãe. Com um currículo invejável, formada em Economia e já tendo exercido cargos importantes na gestão pública estadual, Socorro Marques se candidatou, pela primeira vez, à Prefeitura de sua cidade em 1982. Desde então, tem forte influência política no município e arredores, havendo criado e eleito “herdeiros” e gozado de autoridade e prestígio em todo o estado.

Minha mãe ainda era viva e pediu muito para que eu fosse e desse um jeito na cidade, porque lá já tinham passado uns seis prefeitos, inclusive alguns parentes da gente, mas homens que não tinham muita iniciativa administrativa e a cidade parecia mais uma senzala do que uma cidade.

Saí do ar condicionado, dos seminários hospedada em hotéis cinco estrelas [...] quando eu entrei naquela cidade, naquela estrada de barro, me deu uma angústia [...] Eu disse: ‘mamãe, eu não quero vir para aqui não, a educação aqui tá muito retrógrada, meus filhos já estão tão bem encaminhados....’

Eu voltei (para a capital) ainda na dúvida se voltaria ou não para lá, mas eu tive tanta pena da minha mãe, já idosa, praticamente só naquela mesma casa onde nós nos criamos, já que todos os irmãos saíram de lá para poder sobreviver. Porque numa cidadezinha pequena não tem como, né? Ela tinha vergonha, porque a cidade sempre atrasadinha, sem nada, não saía do canto. Os prefeitos, ninguém sabe o que eles faziam, que não dava nada certo. Ela tinha tanto desejo de ver aquela cidadezinha crescer! No caminho de volta, dentro do ônibus, vim escrevendo, planejando o que deveria fazer já como prefeita. Eu pensei: ‘são só quatro anos... e se a coisa pesar demais eu passo para o vice-prefeito’. Mas eu tive muita pena da situação do povo e vi que eu tinha o que oferecer para a cidade, pela minha experiência, e talvez só tivesse eu com coragem de voltar pra ali. (Socorro Marques).

A narrativa de Socorro Marques delinea a dificuldade de se enquadrar os atores sociais em qualquer classificação, já que não se pode atribuir seu sucesso eleitoral apenas ao legado deixado por sua mãe, uma matriarca idosa e empobrecida, na pequena cidade de Desterro de Malta⁷³.

Olenka Maranhão, sobrinha do ex-governador José Maranhão, tem na mãe (Vilma Maranhão) um modelo de mulher e política. Separada do pai de Olenka, desde quando esta tinha doze anos, a mãe conciliava o trabalho político no interior com a orientação, à distância, da filha e do filho caçula, sem, segundo Olenka, discriminações de gênero. Desta maneira, Olenka também relata uma trajetória sem conflitos fraternos por um lugar de destaque no seio da família, apesar de seu irmão também ser político.

Tenho um irmão que é prefeito de Araruna⁷⁴. [...] Sempre tivemos a mesma educação – a educação que era dada a mim era a mesma que era dada ao meu irmão. [...] Com a cassação de José Maranhão, que era líder estadual, então ela, Vilma, manteve-se na política sempre procurando conquistar e sedimentar um espaço. Minha mãe é aquela figura extraordinária que todo mundo conhece. Ingressou na política num momento muito difícil, no auge da repressão. Foi prefeita duas vezes, de Araruna: em 1977 num mandato de seis anos, elegeu uma sucessora – vale salientar que foi uma mulher também – e depois retornou. (Olenka Maranhão).

Olenka Maranhão não admite a imagem de quem recebeu um lugar na política por simples transferência de patrimônio simbólico, fazendo questão de narrar sua trajetória de esforço e conquistas. Diante da sugestão de que o tio, ex-governador e senador, que não tem filhos, teria lhe adotado como sucessora, Olenka reage rechaçando a imagem de herdeira política, ressaltando o seu próprio

⁷³ Referências sobre Desterro de Malta/Vista Serrana, ver no capítulo 1, na narrativa de Socorro Marques.

⁷⁴ Localizada no agreste paraibano, na microrregião do Curimataú Oriental faz fronteira com o Rio Grande do Norte. De acordo como o IBGE, Araruna tinha, em 2006, uma população estimada em 17.456 habitantes. Sua área territorial é de 246 km². < <http://www.ararunapb.com/site/> > . Acesso em: 2/ago.2008

trabalho junto às comunidades interioranas carentes, embora, em seu discurso, aponte as “vantagens” da herança familiar.

Eu não posso negar minha admiração, minha ligação com José Maranhão, [...] ele teve um papel muito importante em minha vida, ele é um tio que esteve presente em todo momento da minha vida. E existe uma ligação muito forte entre minha mãe e ele [...] que foram os filhos que sucederam o pai, Benjamim Maranhão, na política.

Minha família é uma família pequena, mas muito unida. Eu não me sinto herdeira, sei que tenho que trabalhar muito para construir meu espaço. Acho que esta questão de política ninguém herda, existem grandes políticos que não conseguiram passar prestígio para seus familiares. Então, acho que cada um deve construir seu espaço consciente disto. [...] Não existe esta história de herança política, cada um tem que fazer seu papel e fazer bem. Claro que ter familiares na política influencia, influencia muito. (Olenka Maranhão).

Fica claro, no discurso de algumas mulheres na política, a percepção das “contradições da herança”, das dificuldades de extrair do legado apenas os aspectos positivos, já que, em muitos momentos, “ser herdeira” se constitui como um valor desabonador de seu merecimento ao lugar público e pode ser usado pelos adversários dessa forma. Assim, é necessário reafirmar, sempre que possível, as próprias qualidades e potencialidades e a trajetória.

Tenho uma certa convicção de que eu tenho meus méritos. Mas meu espelho maior foi o meu marido. Ninguém entra na política sozinho, nem faz nada sozinho. Eu acho que um depende do outro, eu dependo dele e ele depende de mim. (Edina Wanderley)

Como ele era um político e eu vivi aquilo ali com ele, aprendi muita coisa, de certa forma eu também era política, só que não aparecia. Porque, se meu marido fosse político e se eu não tivesse a capacidade que tenho, eu não teria ajudado tanto, me engajado tanto, [...] porque tem muita mulher de político que não participa. (Francisca Motta)

Da mesma forma que a trajetória é, por vezes, narrada como algo construído desde a mais tenra infância, sendo quase inerente a essas mulheres, há também, no

discurso das entrevistadas, a invenção de uma hereditariedade biológica, sanguínea, que, segundo seus depoimentos, determinam a aptidão para a política. Nesses casos, a noção da importância da família, para a construção do patrimônio político, atua como uma espécie de “ordem genética”, que legitima a atuação de muitas mulheres na política, lembrando uma “vocação” prévia, por vezes mais legítima que a influência direta do político ao qual se faz a ligação mais imediata, esposo ou pai.

A referência a essa “ordem genética” está presente na fala de Ira  Lucena, “[...] eu (herdei) o gosto pela política, que está no sangue”; na insistência de Estefânia Maroja em ressaltar o aprendizado com o pai, ausente da cena política desde os anos 1960; na fala de Olenka Maranhão que  , segundo seu *slogan* de campanha, “Maranhão até no sangue”, ao relembrar a heranç a longínqua do seu av , ou a marca familiar: “Minha família todinha   política, desde o meu av  que era líder regional”, e também na trajetória narrada por Zarinha (Rosário Gadelha), que, casada, na ocasião de sua candidatura, com o prefeito de sua cidade, faz questão de frisar que também “traz no sangue” o gosto pela política, uma vez que, na família de sua mãe, muitos já fizeram carreira política com sucesso.

A família por parte da minha mãe era Gadelha, era da política: minha mãe   prima legítima de Marcondes Gadelha. Costumam dizer: você trazer no sangue! E, na verdade, eu vim de uma família de políticos: meus avós eram políticos tradicionais de Souza e, depois, foi puxando para os meninos. (Zarinha) (grifo meu).

Há também os casos em que, não havendo familiares para a “transmissão genética”, as entrevistadas dizem acreditar que “nascem” com esse “dom”. Parece que elas precisam justificar o gosto pela política como algo que independe de uma escolha, e, mesmo quando há escolha, é preciso saber se existe o “dom” para que se obtenha sucesso. Segundo a deputada Estefânia Maroja, “se você tem carisma para a política, vale a pena! Mas se não tem... Ou você tem o dom de fazer a política ou... você pode até fazer. Mas tem dificuldade.”

Eu acho que eu nasci política, sabe? Eu passei a minha infância em Ingá e, desde muito cedo, eu era convidada para falar nos comícios. Eu participava sem entender muito da coisa, mas gostando. Os convites vinham dos próprios chefes políticos. Eu me lembro que um candidato, Severino Alves, disse: ‘Olhe, hoje à noite você vai falar, uma criança vai falar, então, será você’. Ele me ajudou a preparar o discurso, decorei, e falei. Era uma coisa que partia sem que eu pensasse em ser política nunca. (Dona Dida) (grifo meu).

Iraê Lucena é, entre as filhas herdeiras, a que mais se reconhece como tal. Enquanto Socorro Marques não menciona nenhuma influência da mãe para seu sucesso eleitoral, e Olenka Maranhão não gosta da imagem de herdeira, Iraê fala com orgulho do legado deixado pelo pai.

Eu, durante a campanha, observei como meu pai era respeitado e querido pelo povo. Uma frase dele que ficou gravada na minha mente foi: ‘Quando eu, um dia, faltar a vocês (a família), o único patrimônio que deixarei será o meu nome.’ E hoje, vejo que patrimônio ele nos deixou! (Iraê Lucena) (grifo meu).

Quando Iraê Lucena anuncia que, nas próximas eleições, “não poderá ser ‘em nome do pai’”, ou quando Olenka reluta em admitir a existência da herança, mesmo anunciando em seu material de propaganda que é “Maranhão até no sangue”, talvez seja porque ambas saibam que o capital político herdado, o projeto familiar, nesse campo, não pode sobreviver com “herdeiros sem história”. Para Bourdieu (1996, p. 27), o herdeiro sem história é aquele que se contenta em herdar porque, dada a natureza da sua herança e de sua inteligência, não tem nada mais a fazer do que isso ou para isso, sendo esses os herdeiros que são herdados pela herança. Ao se disporem a construir a própria história, as herdeiras na política herdam a herança, sem serem simplesmente herdadas por ela.

Se os constrangimentos, por parte dos parentes, para que os filhos varões assumam a herança do líder político familiar podem ser freqüentes e mais reconhecidos, no que se referem às mulheres, filhas de políticos, os constrangimentos não são tão claros. Com mais freqüência assumem uma feição

emocional, um compromisso assumido em nome do “amor” pelo outro, ou é mesmo um desafio conquistar a legitimidade de reivindicar a herança.

Na maioria dos casos, a opção pela carreira política é narrada pelas filhas herdeiras como uma preferência pessoal e, em geral, são apontados motivos no âmbito da individualidade (gosto, personalidade, vocação etc.) como responsáveis pela opção com relação à vida política, embora se reconheça uma disposição forjada no *habitus* familiar.

Eu não fui criada para ser política, não existe isto, foi questão de decisão pessoal. [...] Esse apoio, essa estrutura política da minha família, contou para mim, mas existe muito mérito próprio nessa questão. Fazer política é uma opção minha. A convivência e o envolvimento que eu tenho desde cedo com a política fez despertar esse desejo, mas é uma opção pessoal, como é para qualquer cidadão optar pela profissão de médico, advogado... (Olenka Maranhão) (grifo meu).

[...] Meu pai costumava dizer que não era de fazer política em família. Sabendo disso, mesmo assim, eu vinha cavando o meu espaço. Ele sabia que eu me interessava muito por política e que, dos quatro filhos, era a que mais gostava [...] Cavar o meu espaço era mostrar ao meu pai, e a todos aqueles que o rodeavam, o meu interesse pela política – porque quem não é visto, não é lembrado. (Iraê Lucena).

O conceito de *habitus*⁷⁵, criado por Bourdieu, diz respeito a um sistema de disposições permanentes encarnadas no indivíduo, “socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e

⁷⁵ WACQUANT (2004) afirma que o conceito foi esboçado para superar a oposição entre objetividade e subjetividade, sendo o *habitus* uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”. Também Setton (2002) compreende o conceito de *habitus* como “um instrumento conceptual que auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos”. Para a pesquisadora, o conceito de *habitus* surgiu da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e os condicionamentos sociais. Ele seria, portanto, capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais e de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades, ao fugir dos determinismos das práticas. Assim, Setton evidencia no conceito de *habitus* o que ele pressupõe em termos uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado. (SETTON, 2002, p. 03-05).

unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2004a, p.191). Para Bourdieu a noção de *habitus* foi criada como uma maneira de escapar da alternativa “estruturalismo sem sujeito e da filosofia do sujeito”. O autor insistiu nas “*capacidades geradoras* das disposições”, deixando claro que se trata de disposições adquiridas, socialmente constituídas, pois essa capacidade criadora “não é a de um sujeito transcendental como na tradição idealista, mas a de um agente ativo” (BOURDIEU, 2004c, p. 22 e 25).

O conceito funciona no nível prático “como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação.” (*ibidem*, 26).

Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. (BOURDIEU, 2004c, p. 23).

As práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões favoráveis que propiciem aos agentes uma posição no interior de um campo, uma vez que as disposições se constituem como produtos incorporados de uma socialização passada, porém “[...] não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas.” (LAHIRE, 2004, p.30).

É certo que o projeto parental pode esconder formas de constrangimento que forcem os herdeiros a assumirem o legado familiar. Na narrativa de Socorro Marques, realizar o desejo da mãe implicava em renunciar certos confortos que sua posição social lhe garantia. Mas a compaixão pela mãe fê-la “instrumento dócil” ao projeto materno. Já os depoimentos das ‘herdeiras’ políticas, Olenka Maranhão e Iraê Lucena, sugerem que, de um modo geral, no caso das mulheres, as preferências pessoais não se opõem a esses possíveis constrangimentos. As

disposições alimentadas pela influência do *habitus* político parental, antes de se tornarem constrangimento, tornam-se desafios a serem vencidos.

Para elas, ao nível manifesto, as disposições criadas no ambiente familiar não se transformaram clara e “naturalmente” em obrigações. Pelo contrário, embora na atualidade as mulheres recebam formalmente as mesmas oportunidades educacionais que os homens, no campo da política elas precisam mostrar algo a mais para herdar essa herança. Iraê Lucena teve que “cavar o espaço”, “mostrar a todos o seu interesse”. Associar a disposição herdada ao “gosto pela política” e à opção pessoal, longe de parecer às mulheres uma obrigação familiar, tem, para elas, sabor de conquista.

O desejo e a realização de inclinações pessoais para a política são expressos nos depoimentos das mulheres e, apesar das contradições nessas trajetórias, indicam que pode haver acordo entre o exercício da subjetividade própria e possíveis imperativos de ordem social, familiar e política, já que para as mulheres o gosto pela política não é o “*amor fati*” que propõe Bourdieu (1988, p.177), que escapa à consciência e leva o sujeito a amar seu destino social. No entanto, não sendo obra de pura coerção, as disposições familiares não permitem alegar seu contrário, ou seja, que seja fruto de autêntica liberdade.

Oriundas de famílias com tradição política, a escolha pelo campo não pode ser pensada de maneira totalmente livre das engenharias que reproduzem as posições sociais a partir da tendência dos sujeitos a adotarem práticas (mesmo de forma inconsciente) consoantes com seu pertencimento, ou, como afirma Bourdieu, (1997, p.7) da tendência a “perseverar no ser, a perpetuar a posição social que nele reside”. Mas, como é necessário que o “herdeiro aceite herdar a herança” e todas as regras para instituir-se herdeiro, nem todo filho/a ou esposa de político torna-se política. Como bem lembra Francisca Motta:

Existem muitas mulheres no Nordeste que entram na política em nome da família ou de um homem político, mas existem muitas que o marido desaparece e acaba tudo, não fica mais nada. As que entram no lugar do marido são porque elas já ajudavam, já participavam do

processo. Nem todas as mulheres de prefeitos continuaram o trabalho, algumas aprenderam, outras não. (Francisca Motta).

4.3.2 O acesso à política pela via do matrimônio

A família, como espaço onde ainda se inicia a trajetória política de grande parte das mulheres, que ocupam lugar nas estruturas do poder formal, tem, com muito mais freqüência, formado esposas para este lugar do que filhas. O grupo das “esposas”, políticas paraibanas, nesse estudo, é constituído por oito mulheres, sete das quais casadas por ocasião da primeira candidatura (Dona Dida, Edina Wanderley, Estefânia Maroja, Gianina Farias, Lúcia Braga, Lucinha Monteiro e Zarinha), e uma viúva (Francisca Motta).

Embora essas mulheres sejam tidas como herdeiras, não parece ser inteiramente justa a atribuição desse estatuto, já que o usufruto do legado não se dá com um processo em que o herdeiro se prepara para substituir o proprietário sem participar da construção da “riqueza”, como parece ser quando a herança é repassada para filhos ou filhas. Além disso, as esposas, na verdade, conquistam o direito de compartilhar o legado, muitas vezes construído e acrescido com a sua colaboração. Do mesmo modo, por vezes, o desempenho da mulher é tanto que crescem e constroem um patrimônio próprio, capaz de ameaçar o espaço político do cônjuge.

Lúcia Braga, ex-primeira-dama do estado, é um exemplo de esposa política, cujo patrimônio construído tornou-se superior ao patrimônio político do marido. Já em 1998, Lúcia Braga declarava existir “áreas” onde ela não fazia campanha para não interferir nos votos do esposo.

Olhe, veja só, eu acho que ele tem o espaço dele e eu tenho o meu, entendeu? Não existe um conflito, porque ele tem uma liderança grande no interior e eu tenho mais aqui na grande João Pessoa. Eu vou me eleger, se Deus quiser, só aqui na grande João Pessoa. A gente dividiu esse espaço. (Lúcia Braga).

Em 2006, avaliando negativamente as possibilidades de vitória eleitoral própria e do esposo, no mesmo pleito, Lúcia Braga renunciou à candidatura, preferindo centrar esforços na reeleição do marido, embora muitos avaliassem, na ocasião, suas chances de triunfo. "Tomei essa atitude para consolidar melhor a candidatura de meu marido, como qualquer esposa dedicada o faria", declarou, na ocasião, a ex-deputada, ao portal de notícias Paraíba.com. (Disponível em <<http://www.paraiba.com.br/noticia>> Acesso em 10/abr de 2008).

Entre as esposas de políticos é a trajetória de Francisca Motta a que mais ilustra as contradições da herança. Entre todas, é ela a única que recebeu o patrimônio político praticamente no momento da morte do cônjuge. Desta forma, tal como Iraê Lucena, cujo pai faleceu poucos meses após a definição de sua candidatura, Francisca Motta percebe o papel da herança na sua trajetória de forma clara. Se para Iraê Lucena o legado foi conscientemente desejado e alvo de estratégias de conquista, Francisca Motta repete constantemente que não havia desejo nem intenção de tornar-se política.

Eu não era nem filiada a partido, com medo, porque ele dizia brincando que eu devia me candidatar a vice-prefeita. Então, eu não queria me filiar a nenhum partido para ele não ter nunca como me envolver em política. [...] Fiquei muito gratificada comigo mesma porque atendi o último pedido dele. Hoje, eu acho que ele estava transferindo para mim, naquele dia, o poder político dele, o trabalho dele, eu não podia negar. Todo mundo dizia que eu era a metade dele (Francisca Motta) (grifo meu).

A deputada relata os momentos iniciais de sua primeira candidatura como cheios de angústia e sofrimento. Para Bourdieu (1997, p.14), a família impõe muito freqüentemente injunções contraditórias e está na origem da parte mais universal do sofrimento social, aí incluída essa forma paradoxal de sofrimento radicada no privilégio. Francisca recebia um privilégio, o direito de se colocar como substituta direta de um político prestigiado, mas que, na circunstância, foi vivido, de forma penosa, como algo que é feito contrariando os desejos pessoais, apenas em nome de outro.

Aí, um dia, ele ligou para mim e disse: ‘Olhe, eu estou ligando para Patos mandando botar seu nome de vice.’ Eu ainda disse: ‘Edvaldo, não faça isso comigo não...’ [...] o estado dele era grave e eu não podia fazer isso com ele. Eu não queria, mas por causa dele, eu acabei aceitando. Menos de quinze dias depois disso, ele faleceu. Fico pensando: se eu não tivesse aceitado, como é que eu ia ficar depois? Eu que tinha feito a vida toda o que ele quis, ajudando e ficando ao lado dele todo o tempo, ia negar uma coisa na última hora? (Francisca Motta) (grifo meu).

Com exceção de Olenka Maranhão e de Socorro Marques, que se candidataram pela primeira vez aos 22 e 48 anos, respectivamente, a idade com que estas mulheres se lançaram, estreando, como candidatas, mostra, como tendência, que são as mulheres sem forte vínculo com esquemas políticos, nem esposas, nem filhas herdeiras, as que, mais jovens, ousaram na política partidária.

Entre as parentas, são as esposas as que mais tarde se lançaram na política. No grupo das sete entrevistadas, cujo prestígio político não foi adquirido com o casamento, cinco tinham até 40 anos, e duas, até 48, na época da primeira candidatura, enquanto, no grupo das esposas (casadas ou viúvas) duas tinham menos de 40 anos, três tinham entre 40 e 48 anos, e três, acima de 48 anos.

É corrente afirmar que o casamento com políticos abre as portas do campo para as mulheres. Embora o número de entrevistadas não seja suficiente para generalizações, ele indica que as esposas não tiveram tantas facilidades, como a literatura sobre o assunto sugere. Pois, só após um longo aprendizado e constante presença nas ações políticas do marido, é que a mulher conquista a possibilidade da candidatura. Neste sentido, entre as entrevistadas, as “esposas” políticas são unânimes ao afirmar sua devoção às candidaturas e aos mandatos do marido, assessorando-os no âmbito privado e público para a obtenção de sucesso ao longo da vida. O que, aliás, corresponde ao comportamento aconselhado pelos “manuais”, publicados nas tradicionais revistas femininas, dedicados à educação da mulher para o casamento.

Prado (1979), exemplificando a adaptação da esposa ao *status* do marido, cita os conselhos dados às jovens por Mme. Remusat, esposa de um político do século XIX:

a esposa deve interessar-se pela conversa do marido ocupado com negócios públicos; pode opinar, se ele é membro da Assembléia [...] Deve interessar-se pelos projetos relativos ao progresso da ciência, da arte ou da profissão que ele exerce. (PRADO, 1979, p. 104-105).

Deve se tornar uma assessora presente em todas as horas, mas para Mme. Remusat, a esposa não deve fazer propaganda dessa ajuda com sua marca individual ou pessoal, de maneira que pareça que faz parte de um todo, embora só uma parte apareça, o marido.

Ele (o marido) candidatou-se a prefeito. Perdeu a eleição. E era luta com ele, a gente trabalhando [...] e eu comecei a me acostumar com a política, comecei a fazer política. E nós, com muita luta, eu e ele, conseguimos elegê-lo prefeito. Foi em 1982 [...]. (Estefânia Maroja) (grifo meu).

Com quatro anos de casada ele já era candidato a vereador na cidade de Patos e eu acompanhava, ajudava... mas achava que a política afastava ele da família. Já naquela época me chamavam de 'a metade dele' [...]. (Francisca Motta).

[...] toda a direção da minha vida foi através do amor: de servir, de fazer com ele, de levar a mesma vida social que ele levava, por amor a Cajazeiras⁷⁶ [...] Nunca pensei em ser candidata [...], sempre a legenda vinha em primeiro lugar... Epitácio (o esposo) estava ocupado sendo candidato e uma candidatura minha iria prejudicar [...] Eu queria era a vitória dele acima de tudo. No meu íntimo, eu me questionava, mas eu via que, se eu fosse entrar na política, eu poderia prejudicar, por tabela, a campanha de Epitácio [...] (Zarinha) (grifo meu).

Depois da surpresa e da preocupação, minha atitude foi respeitar essa decisão que era dele. Meu papel, como esposa, foi respeitar, apoiar e depois me acostumar, ir me adequando e entrar participando sempre ao lado dele. E aí, ele foi vitorioso. (Lucinha Monteiro) (grifo meu).

⁷⁶ Referencias sobre Cajazeiras no Capítulo I, na narrativa de Zarinha.

Para as mulheres casadas com políticos, o papel feminino tradicional foi conciliado com a carreira política do marido. Neste caso, participar de campanhas e assuntos da política significava ser uma “boa esposa”, poder auxiliar e ficar mais tempo ao lado do marido. Já para aquelas mulheres que não são casadas com políticos, assumir a militância política, participar, especialmente como candidata, de campanhas partidárias pode significar um risco para a estabilidade matrimonial e familiar, como sugerem alguns depoimentos:

Porque foi difícilimo esse processo de me tornar uma liderança do movimento sindical. Especialmente porque envolveu o rompimento com as pessoas que eu amava, porque minha família não aceitava [...] (Cozete Barbosa) (grifo meu).

Com todo esse envolvimento comecei a sofrer uma certa pressão em casa. O marido dizia: ‘Ah, não tenho mais mulher, essa mulher só vive de viajar...’ [...] No segundo ano que estava no FDE, eu fui convidada para ser prefeita do meu município. Aí foi a luta de convencer meu esposo para poder sair daqui (de João Pessoa) [...] Comecei a sofrer certa pressão em casa. O marido dizia: ‘Ah, não tenho mais mulher, essa mulher só vive de viajar!’ [...]. Nessa época, eu encontrei muita resistência da parte do meu esposo. [...] Terminou ele dizendo que eu fosse. Ele achava que eu ia desarticular a vida da família, né? Mas ele sempre me deu apoio. Não era tanto, mas sempre deu. (Socorro Marques) (grifo meu).

Como se vê, a família é tanto um obstáculo quanto uma via de acesso para o ingresso da mulher na carreira política, e a sucessão do pai ou marido pela filha ou esposa não é sempre um caminho fácil ou rápido de acesso à política para uma mulher.

Um fato é importante destacar: a maior dificuldade da sucessão do pai pela filha contrasta com a maior facilidade da filha suceder ou seguir os passos da mãe. Assim, quando a política da família é a mãe, a transmissão do patrimônio político familiar para a filha parece ocorrer com menos obstáculos, de forma naturalizada, do mesmo modo como ocorre tradicionalmente a sucessão do pai pelo filho. Parece que a filha é a herdeira política natural da mãe, seu primeiro modelo de mulher e de identidade feminina.

Minha mãe é uma pessoa muito experiente, e isso foi fundamental para mim... aproveitar essas experiências. ... Ela é a maior influência, e eu faço questão de dizer isto. ... Ela me fez ver as dificuldades que teria, mas ela me estimulou. (Olenka Maranhão).

Aí, Raquel, que dos filhos é a que mais gosta de política, dizia: ‘Entre, manhinha, vamos! Assim eu vou ser candidata a vereadora.’[...] Raquel é a política, eu tenho a impressão que Raquel é que vai me suceder. Ela inclusive foi candidata a vereadora e perdeu por três votos. (Estefânia Maroja).

O papel feminino de apoio aos maridos políticos, desempenhado pelas esposas, às vezes, adquire visibilidade, concretizando-se em atividades de assistência social próprias do papel de “primeira-dama” ou de esposa de político. A companheira do político também atua discretamente nos bastidores, influenciando importantes decisões. A importância de seu papel simbólico e psicológico, na construção da carreira do marido tem sido subestimado, mas certamente tem alcançado o âmbito público e influído na projeção da imagem do político. E no âmbito privado, a esposa cumpre o papel de esteio e “ouvido”, – ouvindo o povo, os correligionários e o próprio marido (RABAY e CARVALHO, 2007).

Vinte anos deputado estadual! E eu acompanhando, ajudando [...] Sentia junto com ele, chorava junto com ele. Eu era muito de querer resolver as coisas. Quando notava que ele estava sentindo alguma dificuldade, eu corria e chegava na hora do compromisso. [...] Ele tinha o pavio curto. Então, eu aconselhava, dizia que era isso que os adversários políticos queriam: que ele ficasse irritado, perdesse o equilíbrio. Na hora que ele perdia o equilíbrio, ficava vulnerável. (Francisca Motta).

Além da parceria no cotidiano, a mulher do político participa ativamente na administração e secretaria do gabinete, nas áreas de relações públicas e assistência social, atendendo correligionários e eleitores regularmente, atuando ainda nas campanhas eleitorais.

[...] na campanha de prefeito, eu fui realmente uma pessoa que deu todo tipo de apoio, desde colocar as bandeirinhas a dar idéias e ajudar na articulação. (Gianina Farias) (grifo meu).

Com quatro anos de casada, ele já era candidato a vereador na cidade de Patos e eu acompanhava, ajudava [...] Em tudo que ele fazia, eu estava ao lado. Eu era sempre aquela pessoa que saía de porta em porta, naquela campanha corpo-a-corpo. [...] Eu era tudo na campanha: tesoureira, administradora, assessora... Era eu que marcava o local do comício. Coisas que eu não faço na minha campanha, eu fazia na dele. (Francisca Motta) (grifo meu).

Meu trabalho mesmo na campanha era organizar alas, bandeiras, enfeites, decoração do local dos comícios, fazer bandeiras, escolher as camisas, coisas assim, de auxiliar mesmo e de fazer aquelas visitas, conversar com as pessoas, pedir votos. (Lucinha Monteiro).

[...] Até que o meu marido foi candidato a prefeito. E, na eleição, eu participei, assim... muito ativamente, fazendo muitas visitas. [...] (Dona Dida).

Outros compromissos familiares, em especial o cuidado com os filhos, também influenciam o momento em que a mulher disputa um espaço na política, impondo-lhe a espera ou lhe impulsionando em uma determinada etapa do seu ciclo de vida.

Quando os filhos são pequenos, você nunca pensa em outra coisa. Você só pensa neles. Esta fase da vida passa esquecida. Quando os filhos crescem você começa a lembrar de você. Você pensa que tem que fazer alguma coisa. Aí você lembra das coisas que você não fez, que tem vontade de fazer... o que você atropelou... E você, de repente, começa a fazer... (Edina Wanderley) (grifo meu).

Depois que os filhos cresceram um pouco, eu disse: 'agora, eu vou estudar'. (Estefânia Maroja)

Quando eu imaginei dois políticos numa casa... Se já estavam reclamando de um político, imagine dois. É deixar os filhos sem pai e sem mãe. E isso foi um conflito na minha cabeça. Meu caçula, na época, tinha oito anos e precisava muito de mim, era o que se sentia mais abandonado... (Gianina Farias) (grifo meu).

4.4 Disposições e aprendizados para o acesso à política

Considerando que a sociedade é obra do imaginário instituinte, e os indivíduos feitos pela sociedade, ao tempo que a fazem e refazem, Castoriadis afirma que o indivíduo social constitui-se interiorizando explicitamente fragmentos importantes da

sociedade e, implicitamente, sua totalidade virtual pelas repercussões intermináveis que ligam magmáticamente cada fragmento dos indivíduos à sociedade, desde o seu nascimento (CASTORIADIS, 1992, p.123 -126).

Nesse processo, o indivíduo, na mais total heteronomia, age, “espontaneamente”, em consonância com os valores instituídos. É o infrapoder radical exercido pela sociedade instituída sobre todos os indivíduos produzidos por ela; é o poder infiltrado por todo o tecido e indivíduo. Apesar disso, o infrapoder é não absoluto e condenado ao fracasso, já que é sempre a partir do instituído, na história, que a sociedade instituinte trabalha, sendo capaz de operar grandes transformações. (*op.cit.* p. 127).

O que o indivíduo (ou mesmo a sociedade) faz, acreditando fazer “espontaneamente”, submete-se ao processo de instituição da sociedade. Nessa perspectiva. Castoriadis distingue “o político” da política, especialmente do sentido ampliado que lhe tem sido dado para incluir a linguagem, a economia, a religião, as relações humanas, o poder explícito e as representações do mundo, entre outras tantas coisas que se costumam ouvir que, por exemplo, “tudo é político”. Para Castoriadis, chamar de político o que ele chama de instituição imaginária da sociedade traz uma série de confusões, pois o termo político, desde sua criação

se relaciona com decisões explícitas e, pelo menos em parte, conscientes e refletidas. E, nesse caso então, por estranha reviravolta, a linguagem, a economia, a religião, a representação do mundo são vistas como decorrentes de decisões políticas [...]. (CASTORIADIS, 1992, p.134).

Assim, a política como uma criação grega, é uma atividade refletida e lúcida cujo objetivo é interferir nas atividades instituintes e no poder explícito. Consiste em deixar claro e formalizado uma parte do poder instituinte, criando instituições para tomar a parte explícita do poder participável.

A autonomia é, portanto, o projeto — e agora estamos falando ao mesmo tempo no plano ontológico e no plano político — que visa, no sentido amplo, ao nascimento do poder instituinte e sua

explicitação reflexiva (que sempre só podem ser parciais) (CASTORIADIS, 1992, p. 148).

Uma das instituições criadas para intervir nas atividades instituintes e no poder explícito, bem como buscar a parte explícita do poder participável, foi o partido político. Instituição que, no século XX, ganhou legitimidade e se consolidou enquanto *locus* do exercício do poder. Neste contexto, o governo representativo tem sido pensado como a única possibilidade do exercício da democracia. E são os partidos políticos as organizações que expressam a maior possibilidade de interferir na coisa pública, transformando-se nos espaços legítimos de exercício do poder, embora apenas uma minoria participe ou ascenda através dele.

A seu turno, Arendt (1990, p. 214) afirma que, os partidos modernos assumiram a posição dos monarcas absolutos, caracterizando-se pela estrutura autoritária e oligárquica, carência de democracia e liberdade internas, tendência de “tornar-se totalitário” e alegação de infalibilidade.

A instituição partidária pressupunha, desde sua origem, que a participação do cidadão, nos assuntos públicos, era garantida por outros órgãos públicos, não sendo necessária a ação direta dos cidadãos e que os segmentos da população deveriam se contentar em serem representados. Pressupunha, também, que todas as questões políticas são, em última análise, problemas a serem tratados por especialistas. Assim, a política se torna uma profissão, uma carreira, cuja elite é escolhida com critérios definidos internamente.

Bourdieu, igualmente, assinala que o campo político, ocupado por profissionais, deve ser entendido como:

[...] o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que neles se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados do lugar de produção (BOURDIEU, 2004b, p.164).

O campo político, entendido como o local onde acontecem os arranjos na competição pelo poder, de modo geral, e os partidos, em especial, representam interesses de grupos e possuem normas próprias para recrutar e treinar seus membros, exigindo uma formação especial.

Bourdieu afirma que entrar no jogo propriamente político, com alguma probabilidade de sucesso, exige uma competência específica: “o *habitus* do político supõe uma preparação especial” (BOURDIEU, 2004b, p.169). A preparação especial é todo o aprendizado para adquirir o *corpus* de saberes específicos, produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais ou de capacidades mais gerais, como o domínio de uma certa linguagem ou retórica. Além disso, são fundamentais as provas e os ritos de passagem que inculcam o “domínio prático” da lógica imanente do campo político, submetendo o indivíduo aos valores, hierarquias e censuras inerentes a ele. Tudo isso é operado em função de uma definição freqüentemente implícita da competência desejada (BOURDIEU, 2004b, p.169 e 170).

Certamente que a preparação para a vida política não está acessível a todos (homens e mulheres), porém, dentre aqueles que se “dotam” para esta “profissão”, o sexo masculino é predominante, como efeito de uma ordem fundada segundo o princípio androcêntrico, que estabelece o mundo público para os homens e o privado para as mulheres. Mesmo tendo conquistado o mercado de trabalho formal e tendo superado, em termos absolutos, a participação masculina, no que diz respeito ao tempo dedicado à formação escolar⁷⁷, as mulheres, em geral, permanecem com limitados acessos ao desenvolvimento de competências e *habitus* políticos.

⁷⁷ Segundo dados do IBGE, em 1999, a média de anos de estudo da população economicamente ativa (PEA), no Brasil, era de 6,1 anos. No entanto, enquanto a PEA feminina tinha 7,4 anos de estudo, a masculina não passava de 6,3 anos (IBGE, 2003, p. 29). A respeito do ensino superior, os dados mostram que as mulheres já representam a maior fração entre os estudantes matriculados e concluintes. Em 2001, elas representavam 56,3% do total de matrículas e 62,4% do total de concluintes no ensino universitário (Inep, 2003). Em 2005, segundo Bruschini (2007), esse patamar permanecia nos mesmos moldes, sendo que, na população total de mais de dez anos, as mulheres

Nesse processo de formação, os participantes são eleitos a partir de um conjunto de características tidas como confiáveis para o grupo hegemônico, assimilando apenas indivíduos e grupos já legitimados pelas formas corporativas de representação de interesses, resultando, portanto, na concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo, de maneira que os outros, os diferentes, são excluídos de antemão, já que nem acesso ao processo de treinamento eles têm.

Este “monopólio dos profissionais”, no campo político, é tanto menos contrariado “quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural” (BOURDIEU, 2004, p.164).

Como as mulheres que participam do campo fizeram seu aprendizado, preparação e treinamento para conseguir nele penetrar?

Foi no espaço da família, desde a infância ou através do casamento, que se deu o aprendizado político de algumas dessas mulheres. Foram os parentes que lhes proporcionaram o aprendizado no mundo da política. Campanhas e assessoria informal e, em alguns casos, o papel de primeira dama, deram a elas a oportunidade de aprendizado no campo político, resultando em seu lançamento a algum cargo político eletivo, por iniciativa própria ou de seus familiares. Em geral, esse aprendizado não foi estratégico, planejado; aconteceu na invisibilidade do cotidiano, sem chamar atenção, nem ameaçar o lugar de um correligionário, esperando a melhor oportunidade para não causar disputas internas, “ciumeira”.

Meu marido era cirurgião... eu comecei também a freqüentar o hospital e a ajudar aquelas pessoas carentes. [...] E eu, sem querer, demonstrei ser mais política que ele... Então foi aí, que eu visitei a cidade toda. [...] Todo mundo ficou me chamando de Dona Dida. [...] Em seguida, meu nome apareceu como candidata a prefeita. De direito ele era o prefeito, mas de fato a prefeita era eu. Era eu que ficava na Prefeitura, eu que ia para Brasília, eu que arranjava os recursos. (Dona Dida) (grifo meu).

tinham em média 6,8 anos de estudo, e os homens 6,5. Na população ocupada, a média de anos de estudo das mulheres era de 8 anos, e a dos homens 7 anos.

E era luta com ele, a gente trabalhando... e eu comecei a me acostumar com a política. Comecei a fazer a política. E eu comecei na luta como secretária e trabalhei cuidando da creche... E por conta dessa atuação, quando terminou o mandato de Severino, eu disse a ele: 'Eu vou continuar a ajudar a essas crianças carentes'. [...] Quase sempre quando chegava mãe pobre, nascia um neném pobrezinho, eu ia lá e levava um apoio, levava uma feirinha... e fiquei fazendo esse trabalho, me acostumei na luta, né?' (Estefânia Maroja) (grifo meu).

Eu não tinha a menor idéia de como se fazia política partidária, mas por força da minha profissão de assistente social, como esposa de deputado, primeiro estadual depois federal e, em seguida, governador, comecei a ajudar e a aprender. (Lúcia Braga) (grifo meu).

Na tradição política brasileira se faz e se aprende política através do envolvimento ativo nas campanhas e carreira de algum familiar. Quando se trata do aprendizado feminino esse percurso ocorre, geralmente, sem reconhecimento oficial. Ao participar, a mulher está contribuindo na construção do patrimônio político da família, mais comumente do marido e, quiçá, do seu próprio. No entanto, quando usufrui desse patrimônio, parece, quase sempre, aos olhos dos críticos e opositores, uma apropriação ilegítima.

E eu levei essa vida visitando os bairros de Cajazeiras, fazendo política e assistindo o povo. Minha vida tem sido essa há mais de 30 anos... Eu faço esse trabalho desde que eu casei. (Zarinha).

Vinte anos deputado estadual! E eu acompanhando, ajudando... [...] Trazia aqueles casos para resolver aqui... documentos para providenciar, uma aposentadoria que estava dificultada, um salário que não estava saindo no tempo, um direito que a pessoa reivindicava e não chegava, eu vinha e fazia esta parte. Eu sempre estava presente no trabalho dele, mas eu tinha meu ponto de vista. (Francisca Motta) (grifo meu).

A família de origem também é referência de aprendizados para o campo político, para Olenka Maranhão e Iraê Lucena, não casadas com políticos. E mesmo quando os pais não se envolveram diretamente com a política, algumas falam de um ambiente familiar envolto nos assuntos e interesses políticos. É o caso de Dona

Dida, Socorro Marques, Lúcia Braga, cujos pais, apesar de não serem políticos, conviviam com políticos e participavam de suas querelas e debates.

A casa da minha mãe sempre foi um palco de políticos. Como eles eram os representantes iniciais do novo município, todos os políticos, sacerdotes, freiras, todas as pessoas de uma situação econômica e política melhor procuravam a casa de meu pai. Então a gente já nasceu vendo a conversa política dentro de casa, meu avô era muito partidário do PSD, a gente já pegou de 30 (década de 1930) para cá, que foi quando a gente começou a lidar com os políticos... nós sempre fomos vinculados à política, de uma maneira ou de outra... (Socorro Marques) (grifo meu).

[...] Meu avô era grande amigo do presidente Epitácio Pessoa, do qual foi contemporâneo de faculdade. [...] (meu avô) gostava de me colocar sobre seus joelhos e cantar para mim a Marselhesa e o Hino da Proclamação da Independência. [...] Quem sabe, o meu subconsciente se reportou a essas raízes quando, no dia histórico do impeachment de Collor, foi a minha voz vibrante e emocionada que iniciou o Hino da Proclamação da Independência que o plenário inteiro acompanhou. (BRAGA, 1995, p. 31 e 38).

Nadja Palitot faz referência a uma disposição forjada no seio de sua família que, através da educação doméstica, teria, definitivamente, inculcado em seu espírito o compromisso com os excluídos. Sua preocupação com o social teria, assim, raízes na forma típica da solidariedade cristã tradicional, uma vez que toda a sua família convivia com as pessoas economicamente menos favorecidas.

À noite minha mãe ensinava os empregados a bordar e a ler. Eu admirava a maneira como mamãe se relacionava com os empregados [...]. As empregadas da minha casa não foram empregadas, sempre foram pessoas da família. Eu acho que isso foi um despertar, sabe? E papai idem, porque meu pai, médico, atendia em casa muitas pessoas que vinham do interior, meu pai nunca soube ganhar dinheiro em Medicina. Eu sempre me preocupei... porque na minha casa pobre, rico era a mesma coisa... e botava os pés na calçada e aquilo era completamente outra história. (Nadja Palitot).

Se as mulheres casadas com políticos conquistam espaço na política, exercendo de sua “feminilidade”, seu papel de esposa, com assistência social,

beneficência e relações públicas, as não casadas com políticos precisam, antes de enveredar no campo político, construir um espaço de visibilidade. Esse espaço pode ser conquistado através da educação formal, do sucesso profissional ou da militância política no partido, em algum movimento social ou sindicato. São esses outros espaços que as têm instrumentalizado para o acesso e o exercício político através da conquista de capital simbólico: competência técnica e reconhecimento social.

O aprendizado proporcionado pelo casamento com um político, ou pelos desafios de conquistar reconhecimento social, através do carisma político ou sucesso profissional, não anulou o papel da educação formal e da aprendizagem experiencial além destes espaços, embora difícil de estimar, mas, por certo, imprescindível à preparação destas mulheres para o ingresso e para permanência na carreira política.

Oportunidades de desenvolver a fala pública, liderança e representação de grupos apareceram cedo na vida escolar de Aracilba Rocha e Cozete Barbosa. Para Socorro Marques tais oportunidades foram proporcionadas desde a infância pela cultura familiar; já para Lúcia Braga, a habilidade de falar em público só começou a ser exercitada na campanha do marido para governador, em 1981, depois de 20 anos de casamento.

Foi quando comecei a fazer pronunciamentos, primeiro nas reuniões fechadas, depois nos comícios de mulheres, ousando, ao final da campanha, discursar nos grandes comícios, onde as maiores lideranças do partido se faziam presentes. ... titubeante e nervosa, pois não tinha nenhuma experiência de palanques [...]. (BRAGA, 1995, p. 76-77).

Todas as mulheres entrevistadas, com apenas uma exceção, concluíram algum curso superior. Em contraposição às mulheres casadas com políticos, que optaram por cursos tradicionalmente tidos como femininos (Letras, Pedagogia ou alguma licenciatura e Serviço Social), as candidatas não casadas com políticos possuem formação ou demonstraram competência e conquistaram prestígio em campos de

trabalho tidos como masculino: Aracilba Rocha, engenheira e dirigente partidária; Cozete Barbosa, analista de sistema e dirigente partidária; Iraê Lucena, publicitária; Nadja Palitot, advogada criminalista; Narriman Xavier, radialista; Olenka Maranhão, formada em Direito; Socorro Marques, economista. Algumas delas relatam experiências que demonstram atitudes, no campo do trabalho, transgressoras do modelo feminino e que, parece, lhes conferiram capital simbólico para pleitearem espaço no campo da política.

Eu gostava de aparecer e para aparecer, como eu não tinha beleza e era muito pobre, eu tinha que saber das coisas, tinha que me sobressair em alguma coisa... Então eu sempre que chegava em casa, às onze horas da noite, eu acendia duas velas – porque na minha casa não podia gastar energia –, e estudava as matérias do dia seguinte. E comecei a fazer sucesso em matemática. Juntei as duas coisas: o dinheiro do armazém, onde eu trabalhava durante o dia, e comecei a ganhar dinheiro dando aula de matemática no final de semana. E fui me aperfeiçoando... E quanto mais eu aprendia, mais definia a minha carreira na área de matemática. Ainda fiquei em dúvida no vestibular, se eu fazia Matemática pura ou Engenharia. Mas, por influência do meu irmão – que já estava terminando o curso de Engenharia, eu preferi fazer o vestibular em Engenharia. (Aracilba Rocha) (grifo meu).

[...] na época ela dizia assim prá mim: 'Eu vou fazer feira, eu sou a sogra de Cozete, Eugênio é o cunhado de Cozete e Paulo é o marido de Cozete. Na minha família, as mulheres ou são médicas ou professoras e você tem essa história de computação, de fazer política... Para mim, isso é estranho!' (Cozete Barbosa).

[...] território muito machista, mas que me acolheu muito bem. Fiquei na OAB e fomos pioneiros em fundar a Comissão de Direitos Humanos. Os conselheiros mais velhos olhavam desconfiados... Uma mulher, com idade de ser filha deles, fundando Comissão de Direitos Humanos! Com 22 anos, me tornei Chefe do Departamento Jurídico. (Nadja Palitot) (grifo meu).

Depois que implantei todo o modelo na Paraíba me deram a Sub-Coordenadoria do FDE (Fundação de Desenvolvimento do Estado), onde fiquei durante dois anos. Era o FDE, através de projetos, que distribuía os recursos para todos os órgãos do Estado e Prefeitura. Adquiri muito conhecimento e influência nesse tempo... No segundo ano que estava no FDE, eu fui convidada prá ser prefeita do meu município. (Socorro Marques) (grifo meu).

A educação formal foi citada por algumas entrevistadas como fonte de esclarecimento para posições adotadas na vida política, mesmo em profissões que não foram exercidas, ou o foram apenas em momentos circunstanciais.

O curso de Serviço Social, especialmente a sua parte prática, me trouxe o sentido ideológico que transforma vidas, levando-as a compromissos permanentes com a luta por uma sociedade mais justa e mais humana. [...] Começava a viver em um mundo desconhecido para mim, mas muito real. O mundo das crianças que morriam de fome e desnutrição, o mundo dos ‘sem-casa’ e dos ‘sem-emprego’ [...]. Havia descoberto a minha vocação e nunca mais conseguiria renegar esse compromisso com o social. (BRAGA, 1995, p. 52-53) (grifo meu).

Eu fazia Direito e Jornalismo. Na época eram cursos completamente antagônicos. Porque no de direito a gente via tudo assim... o poder da burguesia sobre o restante da população. Enquanto no de jornalismo via literatura de esquerda. A gente via como essas coisas eram projetadas na cabeça das massas. Foi uma coisa bem conflitante para mim, mas foi boa. Passei a ter uma visão política bem mais séria e didática... Nesta época eu tive acesso à literatura anarquista e fui anarquista – talvez, no fundo minha alma, ainda seja anarquista... Foi nessa época que tomei horror à política. [...] Eu tive um professor no curso de Direito muito sério e engajado [...] e ele começou a nos levar para as cadeias, para os presídios. Aí despertou em mim a militância de direitos humanos, e esse foi talvez um dos principais requisitos para o meu ingresso na política. Porque aí eu passei a ver o mundo mais profundamente, freqüentar o que eu chamo de ‘os porões da sociedade’ A gente ia a todos esses lugares de onde as pessoas normalmente só escutam falar, não sabem nem como é que seres humanos vivem nesse trágico território social. (Nadja Palitot) (grifo meu).

4.5 Motivação Manifesta das Mulheres: sair dos bastidores em “nome do outro”

Já foi demonstrada a competência com que as esposas de políticos exerceram “seu papel”, dedicada e “desinteressadamente”, adiando ou descartando oportunidades de lançar seu próprio nome na disputa política, até que sua candidatura fosse considerada pelo marido ou grupo político/familiar como oportuna

e vantajosa. Esta opção, muitas vezes, não é declarada pelas mulheres como totalmente compartilhada ou mesmo desejada. Francisca Motta, deputada estadual, contou que sempre dizia: “Eu quero ajudar, ajudar sempre, ajudar muito, mas nunca participar diretamente”.

Assim, é comum nos discursos das mulheres políticas a declaração da existência de algo externo, ou alguém, pressionando-lhes a aceitarem o poder como uma missão que não pode ser relegada, exigindo, inclusive, abnegação e sacrifício, na maioria das vezes.

Quando foi no dia da Convenção, todo mundo lá, os políticos todos lá, e eu, chorando..., em casa, chorando. Quando foi mais tarde, recebi o recado dele, me mandando ir para lá me apresentar como candidata a vice, que estavam cobrando que eu fosse. Aí, enxuguei os olhos. Não dei nenhuma palavra, mas fiquei presente ali, perto dele. [...] Eu não queria, mas por causa do meu trabalho, todo mundo na cidade também cobrava meu compromisso [...] acabei aceitando. (Francisca Motta).

Geralmente é, primeiro, uma decisão dos outros: do marido, da família, dos correligionários, apoiados por um sujeito abstrato e sem canal claro de manifestação, que é “todo mundo”, a “comunidade”, a “população”, os “eleitores” ou mesmo a “cidade”. É em nome deles que as mulheres, geralmente, declaram aceitar a disputa pelo poder.

Eu não queria, mas por causa do meu trabalho, todo mundo na cidade também cobrava meu compromisso [...] acabei aceitando. (Francisca Motta) (grifo meu).

Ele achava que eu devia entrar, eu achava que não devia. [...] Concorri a prefeita e perdi a eleição [...] Aí eu disse: ‘Eu não vou mais me meter em política.’ Mas ele disse: ‘Nada, mulher, você vai de novo...’ Aí veio a campanha de deputado de 1994. [...] ‘Quem será o candidato a deputado?’ ‘Você!’ Eu digo: ‘Não. Não vou de jeito nenhum.’ [...] Aí disseram: ‘Deve ser a vez de Estefânia, ela já foi candidata a prefeita, não se elegeu, então vamos continuar tentando.’ Aí, entrei. A opção foi de todos da família, todo mundo se comprometeu que trabalharia, que ajudaria. (Estefânia Maroja) (grifo meu).

Porque eu não gostava de política, era relutante, [...] também tinha horror de falar em público. [...] E, quando surgiu essa idéia, eu ficava pensando: ‘e pra fazer discurso? E pra subir no palanque? Chegar lá na Assembléia? Não, Deus me livre! Não me coloque nisso não. Me deixa nos bastidores que eu prefiro trabalhar assim’. Mas todo mundo achou que eu era a pessoa certa... (Gianina Farias) (grifo meu).

Então, eu nunca pensei em trabalhar para mim mesma. Quando chegou a minha vez de me candidatar, como partiu do povo, não tinha mais jeito de ninguém recuar e não teve reação dentro do partido. Todos apoiaram. (Edina Wanderley) (grifo meu).

Por vezes, foi relatado pelas entrevistadas que seu nome foi lançado à candidatura quase que por acaso, por brincadeira ou até por manobra de uma oposição que não acreditava na força da candidatura. Segundo a deputada Edina Wanderley (2003-2007), nunca tinha se cogitado a sua participação direta num processo eleitoral, até que um dia – não se sabe quem – alguém “plantou” um boato na imprensa sobre sua candidatura, e daí se começou a pensar na possibilidade.

Alguém achou que eu era uma mosca morta, não aparecia e, me lançando iria prejudicar o meu líder maior, que é o meu marido. A gente já tinha perdido a campanha anterior para deputado. Então, eu acho que a oposição pensou que me lançando, era mais uma candidata para perder, para desgastar o político, porque não foi ninguém da gente que me lançou. [...] Eu não acreditava e achei que fosse piada. Às vezes, as pessoas pensam que eu estou mentindo, mas nunca se cogitou. [...] Então, eu dizia: isso é piada. Não existe. Eu não vou. (Edina Wanderley) (grifo meu).

Edina Wandelely relata que o primeiro momento após, o lançamento de seu nome como candidata à deputada estadual, foi de surpresa, mas logo a família e os correligionários foram percebendo a possibilidade de êxito, “pois a reação dos eleitores foi positiva”. Edina resistiu, coube aos filhos a incitação final.

Aí foi crescendo, foi crescendo. Quem conhecia meu trabalho, lá na periferia – que eu tava lá calada, mas eu fiz – começou a pressionar: ‘Vai ser uma boa candidata’. Aí de repente, meu esposo, que na época era prefeito chegou e disse: ‘Eu estava atrás de um candidato: vai ser você!’ Ficou essa polêmica. Vai, não vai. Mas meus filhos, que são quem tem muita força comigo, juntaram-se todos e disseram:

‘Mainha, agora você não vai poder dizer não’. Então eu já fui amolecendo (Edina Wanderley) (grifo meu).

Na avaliação de Lucinha Monteiro, foi a satisfação dos eleitores com a administração do marido que lançou, “quase como uma brincadeira”, o seu nome para a política. Assim, diante da sua inelegibilidade num processo sucessório à Prefeitura e do desejo de um representante da região, e, especificamente, de sua cidade, iniciou-se a discussão que findaria em sua indicação para a disputa eleitoral por uma vaga na Assembléia Legislativa da Paraíba.

Eu jamais pensei em política. As pessoas queriam um representante de lá, queriam Arnaldo Monteiro, que é meu esposo, para deputado. Ele precisaria renunciar a Prefeitura para poder se candidatar. [...] quando ele decidiu não sair da Prefeitura, o pessoal disse: por que não bota Lucinha, já que você não pode? (Lucinha Monteiro) (grifo meu) (grifo meu).

Jamais passara pela minha cabeça fazer política partidária, muito menos exercer um mandato eletivo. Minha atuação se limitara, até então, em ajudar o meu marido. (Lúcia Braga)

Tudo indica que o recrutamento e treinamento político das mulheres no ambiente da família não é planejado. Ele tem acontecido conjunturalmente, provavelmente como uma decorrência das transformações sociais dos papéis tradicionalmente tidos como de homem ou de mulher.

Mas entrar na política sem planejamento, “subitamente,” sem “nunca antes ter pensado nisso”, sugere uma tentativa de descaracterizar uma ação estratégica sua. Por outro lado, quando admitida, é relatada como uma ação da família. Apesar de esse ser um discurso mais corriqueiro entre as mulheres casadas com políticos, apareceu também no discurso de Nadja Palitot, não casada com político, advogada com uma oratória forte e eloqüente, que, na ocasião do primeiro convite para disputa eleitoral, era liderança sindical bancária.

[...] Na hora eu respondi: ‘Não me fale de política, eu tenho horror a política, a políticos. Eu gosto é dos movimentos sociais – eu faço isso porque eu sou dos Direitos Humanos’. [...] Depois me lembrei de uma

ocasião em que não aceitei ser candidata a presidente do Sindicato dos Bancários e depois achei que se tivesse sido poderia ter feito mais coisas pelos amigos do banco. Fiquei pensando: ‘será que eu não podia centralizar esse poder para fazer mais pelas pessoas?’ Uma semana depois era a convenção do Partido e eu estava candidata. [...] Foi assim que eu entrei na política. Sem dinheiro, sem liderança de bairro, sem ajuda de político, sem ajuda de empresário, que não tinha isso na minha vida, nada, zero, eu vivia do escritório. [...] Eu decidi em quatro meses. (Nadja Palitot) (grifo meu).

Aracilba Rocha, viúva, dirigente partidária há mais de dez anos, por ocasião de sua primeira candidatura, e Iraê Lucena, assessora parlamentar e filha de um senador, foram das poucas mulheres que admitiram ter desejado, lutado por uma oportunidade de se lançarem candidatas. Aracilba rememora os rompantes juvenis para justificar sua inclinação para a política.

Na nossa adolescência, nós temos o idealismo... eu tive essa fase. Eu sempre fui muito espontânea, muito desinibida e admirava os grandes guerreiros. [...] Aprendi com eles que as pessoas iam melhorar de vida se pudessem partir para uma luta. Dessa forma, eu achei melhor entrar numa luta do que ficar apática. Foi quando resolvi ajudar o grupo escrevendo panfletos que eles distribuía. Aí a polícia descobriu – foi quando eu fui presa aos 16 anos de idade. [...] Embora eu não tivesse ideologia formada. (Aracilba Rocha) (grifo meu).

Planejada ou “inesperadamente”, a chegada ao campo político aparece como conseqüência do reconhecimento de um engajamento, um compromisso, um trabalho voltado para a comunidade ou para o partido, acima de ambições pessoais. As mulheres falam de si como realizando uma missão em nome de outros, os excluídos, a cidade, a comunidade, o partido, e, por fim, o marido. Mas não se pode esquecer que os políticos devem “produzir a representação da sua sinceridade ou do seu desinteresse” (BOURDIEU, 2004, p.189), e que “a modéstia é uma das características que permeia o espaço político da política” (MESSEMBERG apud PINHEIRO, 2007, p. 191). Além disso, é importante ressaltar que muitas das

mulheres que declararam ter entrado na política, apenas para satisfazer a vontade de outro, enfrentaram por mais de uma vez o processo eleitoral.

Entre as quinze mulheres que participaram desse estudo, apenas três se candidataram, apenas uma vez, e declararam não terem a intenção de enfrentar outra campanha eleitoral própria⁷⁸: Lucinha Monteiro, Edina Wanderley e Gianina Farias, três ex-primeiras-damas que exerceram o mandato na Assembléia Legislativa – PB, no período 2003-2007. Entre as que disputaram mais de uma vez, a média de participação em disputas é de 4,6 por entrevistada.

Essa “falta de desejo” manifesto pelo poder ou “impossibilidade” de assumi-lo (o desejo) foi mais comum entre as mulheres casadas com políticos, mas também ocorreu entre as outras.

Construído como objeto de desejo masculino, a explicitação do desejo pelo poder envolve muitas contradições e parece que não é considerado legítimo às mulheres desejá-lo. Kehl afirma que

a grande maioria das mulheres que ocupam ou ocuparam cargos de poder nos últimos anos no Brasil [...] preferem não admitir claramente suas ambições. Seria um truque do “jeitinho brasileiro”, ou uma prova de que até mesmo as mulheres que chegaram ao poder na vida política não conseguem admitir para si mesmas que tal conquista corresponde a um desejo, um projeto de vida, uma carreira tão consistente e coerente como a de qualquer homem na mesma posição? (KELL, 1993, s/p).

Ou seja, tudo indica que admitir o desejo pelo poder e buscá-lo por sua própria vontade e empenho talvez contrarie as expectativas que essas mulheres acreditam que se têm em relação a elas. Já que a ambição pelo poder sempre esteve ligada ao que se concebe como característica masculina, estando relacionada também a conceitos como agressividade, racionalidade, ardil, astúcia e estratégia, que não se coadunam às imagens femininas de fragilidade, inocência e docilidade, que por razões contraditórias, muitas mulheres preferem não admiti-las.

⁷⁸ Conforme Tabela 3, no primeiro capítulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, mostramos que, apesar de a política ter se constituído como um campo tradicionalmente masculino, construído e ocupado por homens, nas últimas décadas algumas mulheres têm conseguido adentrá-lo, embora sem modificar, de forma significativa, o panorama. Como grande parte dos políticos no Brasil, a maioria das mulheres tem sido eleita graças à ajuda e prestígio dos parentes, ou seja, do capital político familiar. Pinheiro (2007, p. 98), em seu trabalho sobre a participação das mulheres no Congresso Nacional Pós-Constituinte mostra que cerca de 41% das participantes contaram com capital político delegado das famílias. Essa, entre outras razões, tem levado analistas políticos a desqualificarem a participação feminina nesses espaços.

Como já foi mencionado, a utilização do capital familiar é uma característica do campo político, pelo menos no âmbito das democracias representativas ocidentais, embora se associe a eleição, por influência familiar, às regiões onde os sinais das oligarquias tradicionais e de patriarcalismo são mais fortes, como o Nordeste brasileiro. No entanto,

não é possível afirmar que esta é uma realidade exclusiva das regiões menos desenvolvidas do país; os dados coletados mostram que a entrada na política a partir do prestígio familiar aparece como um caminho importante para as mulheres de todo o país (PINHEIRO, 2007, p. 111).

Também na Paraíba, a maioria das mulheres políticas, que obtiveram êxito nas eleições, estavam ligadas a esquemas partidários familiares e utilizaram um discurso público de reforço ao papel tradicional desenvolvido pela mulher (mãe, esposa, professoras, enfermeiras, assistentes sociais), indicando que uma retórica de manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos.

Com raras exceções, a maioria das mulheres que ocuparam cargos eletivos no estado está ligada a esquemas eleitorais viciados e guardam relações de parentesco (eram esposas, ou irmãs, ou filhas) com algum político expressivo no cenário local. Além disso, utilizaram estereótipos femininos para se eleger – a mãe sofredora, a benfeitora, a professorinha, a boa esposa, entre outros (RABAY, 1996, p. 207).

A utilização dos chamados “atributos femininos” no campo político tem adquirido aspectos mutáveis. Pode significar barreiras, mas também pode, dependendo da situação, capacidade e interesse de quem os utilizam, agregar sentidos positivos, valorizando uma candidatura e compondo parte do capital simbólico de uma personalidade pública. Além disso, a apresentação das mulheres no espaço público, através dos “atributos femininos”, não é, atualmente, a única forma, já que é comum nas auto-definições aparecerem características tipicamente tidas como masculinas: coragem, competência, tino administrativo.

Alguns autores afirmam que no imaginário da época da constituição da República no Brasil, a figura feminina expressava com vigor a crítica ao sistema republicano, pois apresentada como falsa e corrompida (CARVALHO, 1996 *apud* BARREIRA, 2008, p.69). Atualmente a presença da mulher nos espaços públicos traz outros significados, que, por vezes, podem parecer excludentes, mas têm sido utilizados como valores complementares na construção de identidades políticas estratégicas das mulheres. O papel privado de boa mãe e esposa não é mais, necessariamente, oposição à competência administrativa ou ao compromisso com a coisa pública. Pelo contrário, tem sido, muitas vezes, apresentado como prova testemunhal da experiência, da capacidade administrativa e de empatia para com os problemas sociais.

Barreira (2008) relata que a candidata à prefeitura de Fortaleza-CE, em 1996, Patrícia Sabóia Gomes, era apresentada em seus comícios, de forma eloquente, como portadora de qualidades femininas: “Fomos procurar uma mulher competente, um coração de mãe para se doar com a dor do povo, entre todas as mulheres, uma jóia que tem importância decisiva para Fortaleza”, (JEREISSATI *apud* BARREIRA,

2008, p. 69), anunciava o governador do Ceará, Tasso Jereissati, mostrando que os “valores femininos” podem se transformar em capital simbólico a ser utilizado no campo político.

[...] A experiência, e o tino administrativo, por outro lado remetem tanto a valores significativos do mundo masculino como à capacidade efetiva de gerenciamento doméstico, do qual a cidade pode constituir uma espécie de extensão. Também valores referentes à sensibilidade ou maternidade são constantemente evocados na tentativa de transferir capital simbólico construído no âmbito doméstico para o espaço da política (BARREIRA, 2008, p. 70).

Essa mudança no julgamento dos “valores femininos” tem sido reconhecida inclusive pelas mulheres que estão atuando no campo. Edina Vanderlei (deputada estadual – 2003-2006) avalia que aconteceu uma mudança de mentalidade e que o eleitor, ao contrário do que se pensava, confia na capacidade feminina e no “jeitinho especial pra tudo, inclusive para fazer política, que a mulher tem” e que “o fato de ser mulher, hoje, é uma coisa positiva para a população [...]” (Edina Vanderlei).

Embora possa ter valor eleitoral, as “características tradicionais femininas” nem sempre podem ser avaliadas positivamente. Para Analice Costa (1998, p.228), em seu estudo sobre a participação das mulheres no poder municipal, como a maioria das mulheres entra na política por influência da família e não por militância própria, o papel delas se subordina às relações patriarcais de dominação, e seu acesso ao campo político, além de tradicionalista e assistencialista⁷⁹, é fruto de acordos e compromissos político-domésticos, circunscrevendo sua atuação aos interesses familiares. Portanto, conclui a autora:

A participação política da mulher nas esferas formais do poder, nessa região, não significa uma conquista a mais no exercício da cidadania feminina, e sim mais uma vertente do seu papel de subordinada, ou como dissemos anteriormente, como um processo

⁷⁹ Grande parte das mulheres eleitas, em especial as ex-primeiras-damas, tem obtido popularidade e prestígio político graças ao trabalho de assistência social desenvolvido na esfera do aparelho governamental. Essa é outra faceta que pode ser apontada como parte da “instrumentalização” das “mulheres da família” pelas oligarquias para se perpetuarem no poder.

resultante da subordinação de gênero e que a mantém subjugada na esfera privada (COSTA, 1998, p. 228).

Essas afirmações certamente refletem parte da realidade, mas implicam numa generalização que termina por ignorar a pluralidade dos indivíduos. Fixando apenas uma identidade e um “papel de subordinada”, não penetram na experiência do vivido em sua historicidade, nem desvendam os significados sociais. Por fim, perdem a oportunidade de revelar um pouco das complexas e contraditórias relações (do indivíduo) com as estruturas sociais.

Nessa leitura, há apenas heteronomia, e a entrada das mulheres atende somente às exigências do campo. Não interroga, portanto, as transformações na estrutura que propiciaram, não só a entrada da mulher na política, após séculos de contenção, mas as transformações sociais ocorridas e o seu papel na emergência das novas significações sociais da sua participação no campo político. Interrogações que só puderam ser formuladas, no âmbito desse trabalho, em razão da prioridade metodológica dada às narrativas autobiográficas. Se por um lado não temos uma visão panorâmica, como a obtida pelo extenso trabalho de Costa⁸⁰ (1998), por outro pudemos compreender os processos individuais dessas mulheres que conseguiram entrar no campo político a partir da compreensão do sujeito. O que obrigou a questionar se a participação das mulheres, no campo político, tem significado apenas adesão a um jogo aí instituído, mera aceitação do “contrato tácito” que está implicado no fato de participar no jogo, de reconhecê-lo deste modo como valendo ser jogado. Neste sentido, podemos afirmar que há razão, interesse, *illusio* (BOURDIEU, 1996, p.139-140) ou intencionalidade das mulheres ao entrarem no campo, mesmo quando afirmam fazê-lo em nome de outros.

A forma como se organizam os processos eleitorais no modelo das democracias representativas vigentes, onde se costuma investir grandes somas, não

⁸⁰ Costa (1998) analisou dados de 127 mulheres parlamentares no âmbito do poder municipal na Bahia, durante os anos eleitorais de 1982, 1988 e 1992, e de mulheres no executivo municipal, de 1958 a 1992.

só de capital simbólico, mas, sobretudo, de capital monetário, limita, ou mesmo impede, que um indivíduo, seja homem ou mulher, sem estar acostado a uma família ou a um grupo político e economicamente poderoso, faça carreira política. Diante deste quadro, é compreensível que o ingresso de mulheres na política ocorra através da família que tem essa tradição política, do mesmo modo que o “herdeiro” varão o faz.

A família-política “poderosa” resolve grande parte dos impedimentos estruturais, institucionais e individuais, já que libera, convida, inicia e apóia a mulher na vida pública e na política partidária (AVELAR,1987, p.63). Liberadas da dedicação exclusiva ao lar, mas ainda servindo à família, com entrada facilitada no partido, herdeira das bases eleitorais e, como reconhece Costa (1998), já “escoladas” no cotidiano familiar, onde convivem com políticos profissionais, tendo “seus primeiros contatos com o mundo político e onde são socializadas para que se adequem às demandas políticas do grupo ao qual pertencem” (COSTA,1998, p. 154), as mulheres podem ingressar na política,

[...] senão por escolha e iniciativa próprias, ao menos no contexto de uma relação custo-benefício mais favorável do ponto de vista individual, sem enfrentar grandes obstáculos, sem precisar competir, protegida pela força dos homens da família no espaço público e, aparentemente, sem negar o papel feminino tradicional (RABAY e CARVALHO, 2001, p. 128).

Mas não seria apenas através do capital político/financeiro/cultural da família que as mulheres têm conseguido maior espaço no campo político. Incipiente quantitativamente, porém algumas mulheres têm tido disposição e condições de construir uma trajetória social, privilegiando a carreira política, capitalizando poder pessoal suficiente para adquirir inegável capital político e se impor no campo, sem o apoio de uma família poderosa.

Entrar no campo político sem uma herança familiar “é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que permitem tempo livre e supõem um certo capital

cultural [...]” (BOURDIEU, 2004a, p.191). Ou seja, requer uma inserção social ou um papel público de grande visibilidade e reconhecimento social, capaz que conquistar confiança de um grupo político do qual possa retirar força e prestígio.

Quando se trata de mulheres na política, pode-se dizer – mesmo a respeito das “herdeiras”, aquelas mulheres que entraram na política através do capital político herdado da família – que apenas as que conseguiram sair do âmbito privado tradicional e se notabilizaram no espaço público, exercendo uma ocupação, ou papel importante, tiveram a oportunidade de acumular capital político próprio e participar da esfera pública. O que nos leva a vislumbrar a possibilidade de mudança na composição do campo político e nos *habitus* femininos tradicionais, em direção a um processo de autonomização. Uma vez que, como não se pode ser autônomo no isolamento, ao estabelecer relações no espaço público, as mulheres, como todo sujeito, assim como Castoriadis propõe, “podem refletir sobre si mesmas, as razões de seus pensamentos e motivos de seus atos”, escapando da servidão da repetição e deixando de ser apenas produto da instituição que as formou (CASTORIADIS, 1992, p.140-141).

O processo de autonomização se dá na relação com o outro, pois “só num processo alteritário o sujeito se funda e se constitui em ‘sujeito desejante” (TAKEUTI, 2004/2005, p.41), possibilitando o cumprimento da exigência de liberdade, sempre maior do que ser, apenas, formalmente livre, para participar do espaço público. Ou seja, mesmo quando através de uma família oligárquica, a entrada da mulher na política formal, pode significar mais do que, simplesmente, um novo aspecto da dominação simbólica que lhe manteve longe do campo político, especialmente se, como Takeuti propõe, concebermos o indivíduo como portador de uma interpretação acerca dos significados e sentidos da sua própria existência e da sociedade (TAKEUTI, 2002, p. 43).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUERQUE, Sandra. **História do movimento feminista na Paraíba**. João Pessoa: (mimeo), 1992.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES FILHO, Ivan. **Brasil, 500 anos em documentos**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

AVELAR, Lúcia. Participação Política da Mulher: O conservadorismo político feminino. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. (Organizadora), **Mulheres: da domesticidade à cidadania**. Brasil: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

_____. **O segundo eleitorado**. Tendências do voto feminino. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

_____. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora Unesp, 2001.

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. 2ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Ed. Ática, 1990.

_____. **A condição humana**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. O voto de saias: a constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. In **Estudos avançados**. Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Avançados Vol.17, Nº 49 – São Paulo: IEA, 2003

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). **Políticas Públicas para as mulheres no Brasil: Balanço nacional cinco anos após Beijing**. Brasília: AMB, 2002

BAPTISTA, Luiz. Considerações sobre o feminismo. **A UNIÃO**, 19 de outubro de 1932. p. 5

BARROSO, Carmem e MELLO, Guiomar Namó de. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, nº 15, 1975

BARREIRA, Irllys, **Lideranças femininas no Congresso Nacional: Performances, valores e *habitus***. Trabalho apresentado no XXX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ Grupo de Trabalho 11 – Mídia, política e Opinião Pública. Caxambu - MG. 24 a 28 de outubro de 2006

_____. **Imagens ritualizadas**: Apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/ CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERTAUX, Daniel. Recits de vie et analyse de l'agie en situation in **Récits de vie et histoire sociale**. Revue Internationale de Psychosociologie, vol.VI, nº 14 – Paris: Editions Eska. 2000.

BORBA, Ângela. Legislando para mulheres in BORBA, Ângela, FARIA, Nalú e GODINHO, Tatau (org.) **Mulher e Política**: Gênero no Partido dos Trabalhadores – São Paulo/SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción**: Criterios e bases sociales del gusto. Madri: Taurus, 1988.

_____. A questão da herança in **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário/ tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia da Letras, 1996a

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 5. ed. Campinas: Papirus, 1996b.

_____. **A economia das trocas simbólicas: O que falar quer dizer**. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1996c.

_____. As contradições da herança in Lins, Daniel (org) **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. A ilusão biográfica in Amado, J. e Ferreira, M.M. (coord.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004b

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004c

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, tempo de contar**. João Pessoa: A União, 1995.

BRASIL. **Constituição** (1988). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao. Acesso em 12 /jul de 2008

BREMAEKER, François E. J. de. **Perfil das prefeitas eleitas para cumprir o período de 2005 a 2008**. Ibam/Ensur/Cefim/Ibanco, 2004.

BRUSCHINI, Maria Cristina, Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In **Mesa redonda: Impasses e desafios sobre três temas emergentes do mercado de trabalho**. São Paulo: IEA/USP, 2007. Disponível em http://www.iea.usp.br/iea/online/midiateca/071029_cbruschini.pdf.> Acesso em 29/mar de 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**; tradução Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do homem**; tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As encruzilhadas do labirinto III: O mundo fragmentado**; tradução Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CITTADINO Monique **O Golpe de 1964 e a instalação da repressão na Paraíba**. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_paraiba_01.pdf.> Acesso em 01/ago de 2008

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Mulher e constituinte**. Brasília: CNDM, 1985

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Feminismo acabou? Trajetória e perspectivas para o próximo milênio. In: **Bahia, Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.7, n.2, set.1997a.

_____. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: **Metamorfoses**. In: PASSOS, Elizete, ALVES Ívia e MACEDO, Márcia (orgs.) Gênero na perspectiva interdisciplinar. Salvador/Bahia: UFBA, Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre a mulher Coleções Bahianas, 1998.

_____. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: Neim-UFBA; Assembléia Legislativa da Bahia, 1998

_____. Escolhas Insensatas? O voto feminino nas eleições municipais de Salvador. In: Costa, Ana Alice Alcântara Costa e Sardenberg, Cecília Maria Bacellar (org) **Feminismo, Ciência e Tecnologia** . Salvador: Redor , Neim / FFCH / UFBA, 2002.

_____. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Gênero. In: **Revista Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, 2005. <http://www.portalfeminista.org.br/GEN/PDF/v5n2/>Costa > Acesso em 02/out de 2006.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Baseado e Pau-de-arara**. Memórias do Feminismo nos trópicos. São Paulo. 1970. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro. 1987.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Itabaiana, estado da Paraíba/ MASCARENHAS, J.C. BELTRÃO B. A. SOUZA JUNIOR, L.C., MORAIS, F.; MENDES, V. A.; MIRANDA, J. L. F. (Org.) Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CORTÊS, Iáris Ramalho. **O Código Civil tem artigo feminino?** In <http://www.cfemea.org.br> . Acesso em 26/jul de 2007.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao feminismo. In **Gênero e Política**, Maceió: Secretaria Especializada da Mulher do Governo de Alagoas, 2006.

DAHLERUP, Drude. De uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava. In: **Cidadania e Feminismo**. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

DUARTE, Constância Lima **Nísia Floresta - Vida e Obra**. Natal: Ed. Universitária – UFRN.1995.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1966

ELIAS, Nibert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1994.

FERREIRA, M. Cristina Leandro (org.) **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre, UFRGS. 2001.

GAULEJAC, Vincent de. **La névrose de classe**. Paris : Hommes & Groupes éditeurs. 1987.

_____. La vie, le roman, l’histoire. In: **Récits de vie et histoire sociale**. Revue Internationale de Psychosociologie, vol.VI, nº 14 - Paris: Editions Eska. 2000.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Godoy da, *et alli*. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: ed. Universitária/ UFPB, 1999.

HANER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**, São Paulo, Brasiliense, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM) / Área de Desenvolvimento Econômico e Social / Núcleo de Estudos mulher e Políticas Públicas. **Participação feminina na construção da democracia: levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000), e federais (1994 a 2002) – 4ª ed.** – Rio de Janeiro: IBAM/ DES/NEMPP, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais 2002** / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/indic_sociais2002.pdf> Acesso em 15 / mar de 2006.

INEP/MEC, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Anísio Teixeira. EDUDATABRASIL - **Sistema de Estatísticas Educacionais**. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>> Acesso em: 22/set. 2003.

INTER PARLAMENTARY UNION (IPU). **A World Chronology of the Recognition of Women's Rights to Vote and to Stand for Election**. Disponível em <<http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm> > Acesso em 12 / jul de 2008.

KEHL, Maria Rita. Vestidas para mandar: política de saias justas. **Teoria & Debate**, n. 21, mai./jul. 1993. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=962>> . Acesso em 05 / jul de 2008.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. João Pessoa, 1987.

MARQUES, Teresa. Elas Também Desejam Participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932 in MELO, Hildete, PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner e PUGA, Vera Lucia (org.). **Olhares Feministas**. Coleção Educação para Todos. v. 10 – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Os métodos: dos meios às mediações. In: **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. 2 ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MEIRE, Inez Maria. Um ano de idade. **A UNIÃO**, João Pessoa: A União, 15 de abril de 1934. p. 3

MELO, Hildete Pereira de e MARQUES, Teresa Cristina Novaes A partilha da riqueza na ordem patriarcal. In: **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro: Instituto de Economia - UFRJ, v. 5, n. 2, JUL/DEZ/2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. In: **Revista de Sociologia e Política**, n.20, p.115-134, jun. 2003. Disponível em < www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf > Acesso em 18/ jul de 2008.

MIGUEL. Sônia Malheiros. **Feminismo: um olhar para dentro – O movimento feminista no Rio de Janeiro: becos e saídas**. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS. Águas de S. Pedro. 1987

NASSER, Elizabeth M. C. Mulheres na política do Rio Grande do Norte em 2004. In: **As eleições de 2004 e a Representação política das mulheres no Nordeste**. Cadernos Feministas de Economia e Política, n.2. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2005.

OFFROY, Jean-Gabriel. O prenome e a identidade: do projeto social e familiar ao projeto parental. Revisão técnica de Norma Takeuti. In **Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**. Natal: Volume 5/6, números 1/2, janeiro/dezembro 2004/2005.

OLIVEIRA, Suely de. **Formação Feminista e Liderança – Algumas questões para reflexão**. Trabalho apresentado nos Workshops Nacionais “Advocacy , Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (São Paulo/Pernambuco,1999).

ORLANDI, Eni Puccinelli: **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **O Discurso**. Estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2ª edição 1992.

_____. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERRUSI, Artur. O vazio eternamente a ser preenchido uma discussão sobre a identidade. In **Política e Trabalho - Revista de ciências Sociais**- Nº19 – outubro de 2003 – João Pessoa: PPGS-UFPB, 2003.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007 (Série documentos).

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: Espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político in Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina (org) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos - São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Metamorfoses do discurso político contemporâneo: por uma nova perspectiva de análise. In: **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2007. Disponível em <<http://www.abralin.org/revista/RV6N1/04-Carlos-Piovezani.pdf>>. Acesso 15/mai de 2008.

PRADO, Danda. **Ser esposa**: a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense. 1979.

RABAY, Glória. Mulher e Participação Política Partidária na Paraíba. In RABAY, G. (org) **Anais do IV Encontro da Rede Regional Norte Nordeste de Núcleos de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1996.

_____. Movimento de Mulheres na Paraíba: Conquistas e desafios in Sales, Celecina de Maria Veras e Et All (organizadoras) **Feminismo: memória e história**, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

_____ e CARVALHO, M^a Eulina P. Mulher e participação política: aprendizagem, empoderamento e exercício do poder. In FERREIRA, M; ÁLVARES, M.L.M; SANTOS, E.F. (Org.) **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís:EDUFMA/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001.

_____. Participação da Mulher em cargos eletivos na Paraíba e o voto feminino nas eleições municipais de 2004, em João Pessoa in **As eleições de 2004 e a Representação política das mulheres no Nordeste**. Cadernos Feministas de Economia e Política, nº. 2. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2005.

_____. **Trajetórias de Mulheres na Política: histórias de aprendizado e de luta. Relatório de Pesquisa.** João Pessoa: UFPB/, 2007.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996.

RENAUT, Alain. **O indivíduo**: reflexão acerca da filosofia do sujeito, Rio de Janeiro: Difel. 1998

RIBEIRO, Beatriz. **A União**, 19 de abril de 1934/p.8

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: **Tempo Social**; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 2(2): 2º semestre 1990.

ROCHA, Jackeline de Souza e FARIAS, Neudja de Fátima Duarte de. **A trajetória da emancipação feminina na visão do jornal A União**. Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação de RABAY, Glória. João Pessoa: Departamento de Comunicação/UFPB, 2000.

RUBIM, Antônio Albino Canellas. Novas Configurações das eleições na idade mídia. In: **Opinião Pública**, Campinas\SP: Centro de Estudos de Opinião Pública\Unicamp nov.2001.

SCHMAHER, Shuma. A primeira onda feminista in **Anais do XIII Encontro Nacional Feminista – O feminismo nos 500 anos de Dominação**. João Pessoa: Coenf 2003.

_____ e BRAZIL, Érico (org.) **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHRAMM, Fermin Roland A Autonomia Difícil. **Revista Bioética**, v. 6: n.1, 1998. Disponível em < <http://www.portalmedico.org.br/revista> >. Acesso em 02/jan de 2006.

SCHAWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus. 1998

Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM). **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - breve histórico**. Disponível em

<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/conselho/historico/>.
Acesso em 13/ jul de 2008

SEGRE, Marco, Silva, FRANKLIN L. e SCHRAMM, F. R.. O Contexto Histórico, Semântico e Filosófico do Princípio de Autonomia Bioética. In: **Revista do Conselho Federal de Medicina**, v.6: n.1, 1998 p. 15-25. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.br/revista> > Acesso em 02/jan de 2006.

SETTON Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu. In: **Revista Brasileira de Educação** 61 60 Maio/Jun/Jul/Ago 2002 Nº 20. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>> Acesso em: 16/ set. 2005.

SOARES, Vera. As trabalhadoras, os sindicatos e a CUT: incluir as mulheres nas direções. In: CNMT/CUT. **CUT- Espaço de Mulheres e Homens** - São Paulo. CNMT/CUT abril de 1993.

_____. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalú e GODINHO, Tatau (org.) **Mulher e Política: Gênero no Partido dos Trabalhadores** – São Paulo/SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUZA, Herbert de. As ONGs na década de 90 .In: OLIVEIRA, Rosiska Darcy de e LENT, Carmem. **Transformação**. Rio de Janeiro: Instituto de Ação Cultural, 1993.

TABAK, Fanny. Representação política e prática democrática. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. (org.) **Mulheres: da domesticidade à cidadania**. Brasil: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

_____. **A nova ordem legal. Mulheres na Constituinte**. Rio de Janeiro: NEM/PUC, 1989.

_____. **A mulher Brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

TAKEUTI, Norma Missae. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

_____. O difícil exercício da alteridade. In **Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**. Natal: Volume 5/6, números 1/2, janeiro/dezembro 2004/2005.

THOMPSON, Jonh B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

TOSCANO, Moema. **Mulher**: trabalho e política – caminhos cruzados do feminismo. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1975.

_____. A Mulher na política. In TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VIEIRA, Eudésia. A mulher in **Revista Era Nova**. Nº 24, João Pessoa/PB: 15 de abril de 1922.

WOLFF, Cristina Scheibe e POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): setembro-dezembro/2005.

Periódicos:

A União, 07 de fevereiro de 1933/ p.8 - 15 de abril de 1934. p. 3

Sites:

<http://www.ararunapb.com/site/> . Acesso em: 2/ago.2008

<http://www.cfemea.org.br> . Acesso em: 01/mai de 2005/ 18/dez de 2006/ 18/jul de 2008

<http://www.tse.gov.br> . Acesso em: 06/mai de 2005./ 18/jul de 2008

<http://www.cmmulheredemocracia.org.br> . Acesso em: 29/ abr de 2005.

<http://www.ibam.org.br>. Acesso em: 02 /mai de 2005.

<http://www.cmjp.gov.br>. Acesso em: 02 /mai de 2005.

<http://www.senado.gov.br/comunica/museu/lucena.htm> . Acesso em: 26/jul de 2007

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3/mar de 2008/ 15/mar de 2006 / 18/jul de 2008

<http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm> . Acesso em: 12/jul de 2008

<http://www.paraiba.com.br/noticia> Acesso em: 10/abril de 2008

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário: O Voto Feminino nas Eleições Municipais de J. Pessoa de 2004

Faixa etária: Menor de 18 () de 18 a 30 () de 31 a 50 () de 50 a 65 ()
acima de 65 ()

Escolaridade : Analfabeta () Lê e escreve () Fundamental incompleto.()
Fundamental comp. () Médio incomp. () Médio comp. () Ens. Superior incomp. ()
Ens. superior comp. () não respondeu ()

Estado civil:

Solteira () casada() vive junto() separada() divorciada() viúva()

Filhos: sim() não() 1 () 2() 3() mais de 3() Qnts _____

Renda própria: sim() não () ocupação_____

Renda familiar: até 5 SM () entre 5 e 10 SM () entre 10 e 20 SM () mais de 20 SM ()

Cor/ Raça/ Etnia: Branca() Negra () Parda () Outra _____

Religião:

católica() evangélica() espírita() afro-brasileira() outras () não tem() NR ()

1-Por que você vota? obrigatório () cidadania () melhorias () ajuda pessoal () não sabe () NR () Outra resposta: _____

2-Qual o partido do seu candidato a prefeito? _____

3-Qual o partido do seu candidato a vereador/.a ? _____

4- Quem lhe ajudou a escolher o candidato? Escolha própria() parente() amigo()
Igreja() Partido() Outra resposta: _____

5- Porque você escolheu este candidato a ? Honestidade () Moral () Estudo ()
Amizade () Igreja() Beleza () Partido() Atuação() Agradecimento-promessa ()
Não sabe () Outra resposta: _____

6- Você votou numa mulher: Sim () Não () se sim, porque? _____

Se não, o que faria você votar numa mulher? _____

7- Por que tem tão poucas mulheres na política? _____

8-Para uma mulher entrar na política ela precisa de... : Dinheiro () estudo ()
independência () coragem () força () proposta (.) tempo () apoio ()

OUTRA RESPOSTA: _____

9- Existe diferença entre homens e mulheres quando são políticos? Sim () Não ().

Se sim, quais? _____

10 - Você concorda com as afirmações abaixo? Marque x nas respostas afirmativas.

As mulheres são mais honestas ();

As mulheres se preocupam mais com o social ();

As mulheres atendem melhor ();

As mulheres brigam menos ();

As mulheres não sabem fazer política ();

As mulheres não têm tempo para política ()

Os homens tem mais garra para a política ();

Os homens não vão ouvir as mulheres ();

Política não é lugar de mulher ().

APÊNDICE B - Formulário suplementar: A QUESTÃO DA MULHER NA VISÃO
PARLAMENTAR NO NORDESTE DO BRASIL

Há diferença na forma de fazer política entre homens e mulheres?

Qual a maior preocupação das mulheres durante a atuação parlamentar?

A vida familiar interfere na forma das mulheres atuarem na política?

Acha necessário tomar medidas para aumentar a participação das mulheres na política?

APÊNDICE C - Roteiro para entrevista autobiográfica - mulheres na política

PERFIL ATUAL

1. Estado Civil
2. Idade
3. Escolaridade
4. Número de filhos, idade dos filhos
5. Profissão (formação além de política)
6. Se casada, profissão atual do cônjuge

HISTÓRIA DE VIDA FAMILIAR

1. Estrutura familiar; composição
2. Profissão do pai, da mãe
3. Grau de escolaridade do pai, da mãe
4. Local de nascimento
5. Quantidade de irmãos, localização na ordem dos irmãos
6. Fazer um breve relato de como foi a infância
7. Percurso educacional e profissional

VIDA POLÍTICA

1. Quando e como surgiu o interesse pela política?
2. Experiências anteriores a vida política partidária.
3. Qual o primeiro partido e porque este partido?
4. Quando foi a primeira candidatura? A qual cargo ?
5. Foi vitoriosa:?
6. Qual idade da primeira candidatura?
7. Estado civil na ocasião da primeira candidatura
8. Como foi a 1ª campanha?
9. Quem apoiou? Como foi financiada?
10. Qual mídia utilizou?
11. Formou comitê?
12. Como foi o 1º comício? O discurso, o microfone?
13. Quantas eleições já concorreu? quantas vitórias ? quais partidos? Houve mudanças partidárias? Motivadas por que?
14. Em algum momento sentiu dificuldades que foram atribuídas ao fato de ser mulher?
15. Quais os motivos do ingresso na política formal?

16. Em que fase do seu ciclo de vida se deu o ingresso e qual a sua situação familiar e social?
17. Quais as implicações da vida política sobre a esfera privada?
18. Como se deu seu aprendizado prévio?
19. Que tipos de participação e vínculos políticos desenvolvia e ainda mantém? Como desenvolveu a fala em público?
20. Que obstáculos enfrentou e que saídas (estratégias e recursos) encontrou?

FAMÍLIA

1. Como foi a reação da família a sua entrada na política?
2. Tem familiares na vida política?
3. Se sim, quem ?
4. Qual a influência deles na sua opção política?
5. Recebe que tipo de apoio desses parentes?
6. Reação de amigos

VIDA POLÍTICA ATUAL

1. *Slogam* da última campanha
2. Grupo de apoio
3. Oposição
4. Questões polêmicas em que se envolveu
5. Momentos de crise em que pensou em sair da política
6. Que prioriza na tribuna (bandeiras e projetos que defende)??
7. Onde busca influir?
8. Como, com quem e para quê se articula no exercício político?
9. Que interesses defende?
10. Que agendas específicas do movimento de mulheres tenta fazer avançar?
11. Que julga necessitar aprender em política? O que julga precisar mudar?
12. Acha a participação na política mudou sua vida pessoal? Como?
13. Qual a expectativa e avaliação?

ANEXO

ANEXO A – Formulário: A questão da mulher na visão parlamentar no nordeste do Brasil